



Boas Práticas

Combate ao Trabalho Infantil no Mundo





Boas Práticas

Combate ao Trabalho Infantil no Mundo



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

BRASÍLIA | BRASIL | 2015

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Boas práticas: combate ao trabalho infantil no mundo / organizadores:
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do
Trabalho e Emprego; Ministério das Relações Exteriores. -- Brasília, DF: MDS;
OIT, MTE; MRE, 2015.

348 p. ; 23 cm.

ISBN: 978-85-60700-86-8

1. Trabalho infantil, combate. I. Ministério do Trabalho e Emprego. II. Ministério
das Relações Exteriores.

CDU 331-053.2

FICHA TÉCNICA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ministra

Tereza Campello

Secretário Executivo

Marcelo Cardona Rocha

Secretária de Assistência Social

Denise Ratmann Arruda Colin

Secretária Executiva da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil

Paula Montagner

Assessora Internacional

Claudia de Borba Maciel

Equipe envolvida

Adriana Braz

Adriana Miranda Moraes

Adrianna Figueiredo

Alex Kleyton Rodrigues Barbosa

Amanda Guedes

Ana Cláudia Nascimento

Ana Paula Siqueira

André Luís Quaresma de Carvalho

André Luiz Silva Gomes

Anelise Borges Souza

Anna Rita Scott Kilson

Bárbara Pincowsca Cardoso Campos

Benício Marques

Carolina Terra

Daniel Plech Garcia (Secretaria Executiva da III CGTI)

David Urcino Ferreira Braga

Eduardo de Medeiros Santana

Fábio Macario

Fernanda Sarkis Franchi Nogueira

Fernando Kleiman

Francisco Antonio de Sousa Brito

Ganesh Inocalla
Guilherme Pereira Larangeira
Iara Cristina da Silva Alves
Ivone Alves de Oliveira
João Augusto Sobreiro Sigora
Joaquim Travassos
Katia Rovana Ozorio
Laura Aparecida Pequeno da Rocha
Ligia Girão (Secretaria Executiva da III CGTI)
Ligia Margaret Kosin Jorge
Luciana de Fátima Vidal
Marcelo Saboia
Marcia Muchagata (Secretaria Executiva da III CGTI)
Mônica Aparecida Rodrigues
Nadia Marcia Correia Campos
Natascha Rodenbusch Valente
Olímpio Antônio Brasil Cruz
Pollyanna Rodrigues Costa
Priscilla Craveiro da C. Campos
Raquel Solon Lopes (Secretaria Executiva da III CGTI)
Renata Lu Rodrigues
Ségismar de Andrade Pereira
Sergio Paz
Tarcisio Silva Pinto
Telma Maranhão Gomes
Thor Saad Ribeiro
Ubirajara da Costa Machado
Valéria Cristina da Trindade Feitoza
Valeria Maria de Massarani Gonelli
Vanidia Kreibich

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Ministro

Manoel Dias

Secretário Executivo

Nilton Fraiberg Machado / Paulo Roberto Pinto

Secretário de Inspeção do Trabalho

Paulo Sérgio de Almeida

Equipe envolvida

Alberto Souza

Caroline Vanderlei

Célia Maria Galvão de Menezes

Deise Mácola de Freitas

Diana Rocha

Elvira Míriam Veloso de Mello Cosendey

Eridan Moreira Magalhães

Fátima Chammas

Fernanda Sucharski

Karina Andrade Ladeira

Leonardo Soares de Oliveira

Luiz Henrique Ramos Lopes

Marcela Pinheiro Alves da Silva

Marinalva Cardoso Dantas

Mario Barbosa

Maristela Borges Saravi

Paula Neves

Regina Rupp Catarino

Roberto Padilha Guimarães

Sergio Paixão Pardo

Teresa Calabrich

Ministério das Relações Exteriores (MRE)**Ministro**

Luiz Alberto Figueiredo Machado/ Antonio Patriota

Secretário Geral

Eduardo dos Santos

Subsecretário Geral para Assuntos Políticos

Carlos Antonio da Rocha Paranhos

Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais

Alexandre Peña Ghisleni / Gláucia Silveira Gauch

Grupo de Trabalho - III CGTI

Eduardo Alcebiades Lopes

Fábio Moreira Carbonell Farias

Jean Karydakis

Rafael Leme

Thiago Poggio Pádua

Missão Permanente em Genebra

Maria Nazareth Farani Azevedo

Maria Luisa Escorel

Andre Misi

Francisco Figueiredo de Souza

Secretaria de Comunicação da Presidência da República

Ministra

Helena Chagas

Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas no Exterior

Jandyr Santos Jr.

Equipe

Jucelino Moreira Bispo

Georgeana Arrais de C. Pinto

Márcio Venciguerra

Patrícia Kalil

Julia Segatto

Rhaiana Rondon

Camila Santana

Julia Segatto

Alice Watson Cleto

Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Escritório no Brasil

Diretora

Laís Abramo

Diretor Adjunto

Stanley Gacek

Oficial de Finanças, Administração e Recursos Humanos

Renato Mendes

Coordenadora do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC

Maria Cláudia Falcão

Coordenadora do Programa de Cooperação Sul-Sul

Fernanda Barreto

Equipe

Janaina Viana (Secretaria Executiva da III CGTI)

Marcelo Moreira Vilela Rocha (Secretaria Executiva da III CGTI)

Paula Fonseca

Cynthia Ramos

Pedro Brandão

Jean Pierre Granados

Erik Ferraz

Sinomar Fonseca

Severino Goes

OIT - Genebra/Sede

Constance Thomas

Simon Steyne

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Beatriz Caetano-Pinto

Banco Mundial

Diretora do Banco Mundial para o Brasil América Latina e Caribe

Débora Wetsel

Equipe

Maria Conception Steta Gandara

Magnus Lindelow

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) - Brasil

Representante do UNICEF no Brasil

Gary Stahl

Chief Child Protection

Casimira Bengé

South- South Horizontal Cooperation

Michelle Barron

Niklas Stephan

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - Brasil

Representante da UNESCO no Brasil

Lucien Munhoz

Equipe

Marlova Jovchelovitch Noletto

*Rosana Sperandio Pereira
Julio Cesar Cuba Sanchez
Manuela Pinheiro Rego
Jane Fádua Bittencourt*

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil

Representante-residente do PNUD no Brasil

Jorge Chediek

Equipe

*Maristela Marques Baioni
Maria Teresa Amaral Fontes
Andrea Ribeiro Bosi*

PNUD – Teamworks (Child Labour Dialogues)

*Aneeq Cheema
Cristiano Penna
Gayan Peiris
Ifoda Abdurazakova
Jeffrey Huber
Kathy Kelley
Romolo Tassone*

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS)

*Valdiosmar Vieira Santos
Selma Batista*

Comissão Organizadora Nacional (CON)

MDS

*Marcelo Cardona Rocha
Denise Ratmann Arruda Colin*

MTE

*Nilton Fraiberg Machado / Paulo Roberto Pinto
Leonardo Soares de Oliveira
Luiz Henrique Ramos Lopes (Suplente)*

MRE

*Eduardo dos Santos
Alexandre Ghisleni*

Casa Civil da Presidência da República

Ivanildo Tjara Franzosi

Juliano Pimentel Duarte (Suplente)

Secretaria Geral da Presidência da República

Juliana Gomes Miranda

Verônica Lucena da Silva (Suplente)

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)

Maria Izabel da Silva

Tassiana da Cunha Carvalho (Suplente)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Danyel Lorio de Lima

Rafael Luiz Giacomini (Suplente)

Ministério da Educação (MEC)

Fábio Meireles de Hardman de Castro

Danielly dos Santos Queirós (Suplente)

Ministério da Saúde

Carmen Lúcia Miranda Silvera

Ivone de Almeida Peixoto (Suplente)

Ministério da Previdência Social

Rogério Nagamini Costanzi

Fátima Aparecida Rampin (Suplente)

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Leila Pizzato

Margarida Munguba Cardoso (Suplente)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Mirian Maria José dos Santos

Maria de Lourdes Magalhães (Suplente)

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)

Tânia Maria Dornellas dos Santos

Claudir Mata (suplente)

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)

Isa Maria de Oliveira

Gabriella Bighetti (Suplente)

Joseane Barbosa da Silva (Suplente)

Representantes das Organizações de Empregadores de Âmbito Nacional

Reinaldo Felisberto Damacena (CNI)

Maria Clara Calderon Almeida de Oliveira Rodrigues (CNC - Suplente)

Representantes das Organizações de Trabalhadores de Âmbito Nacional

Expedito Solaney P. de Magalhães (CUT)

Rumiko Tanaka (UGT - Suplente)

Governo do Distrito Federal (GDF)

Maria América Menezes Bonfim Hamú

Vera Lúcia Rodrigues Fernandes (Suplente)

OIT

Laís Wendel Abramo

Maria Cláudia Falcão (Suplente)

Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes

Platon Teixeira de Azevedo Neto (Suplente)

Andrea Saint Pastous Nocchi (Suplente)

Ministério Público do Trabalho (MPT)

Rafael Dias Marques

Thalma Rosa de Almeida (Suplente)

Comitê Consultivo Internacional

Afeganistão - Faqirullah Safi, Chancelaria Afegã

Albânia - Filloreta Kodra - Agência Nacional para a Proteção dos Direitos da Criança do Ministério do Trabalho

Argentina - María del Pilar Rey Méndez - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti)

Armênia - Anahit Martirosyan - Departamento de Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais

Bangladesh - Humayun Kabir - Ministério do Trabalho e Emprego

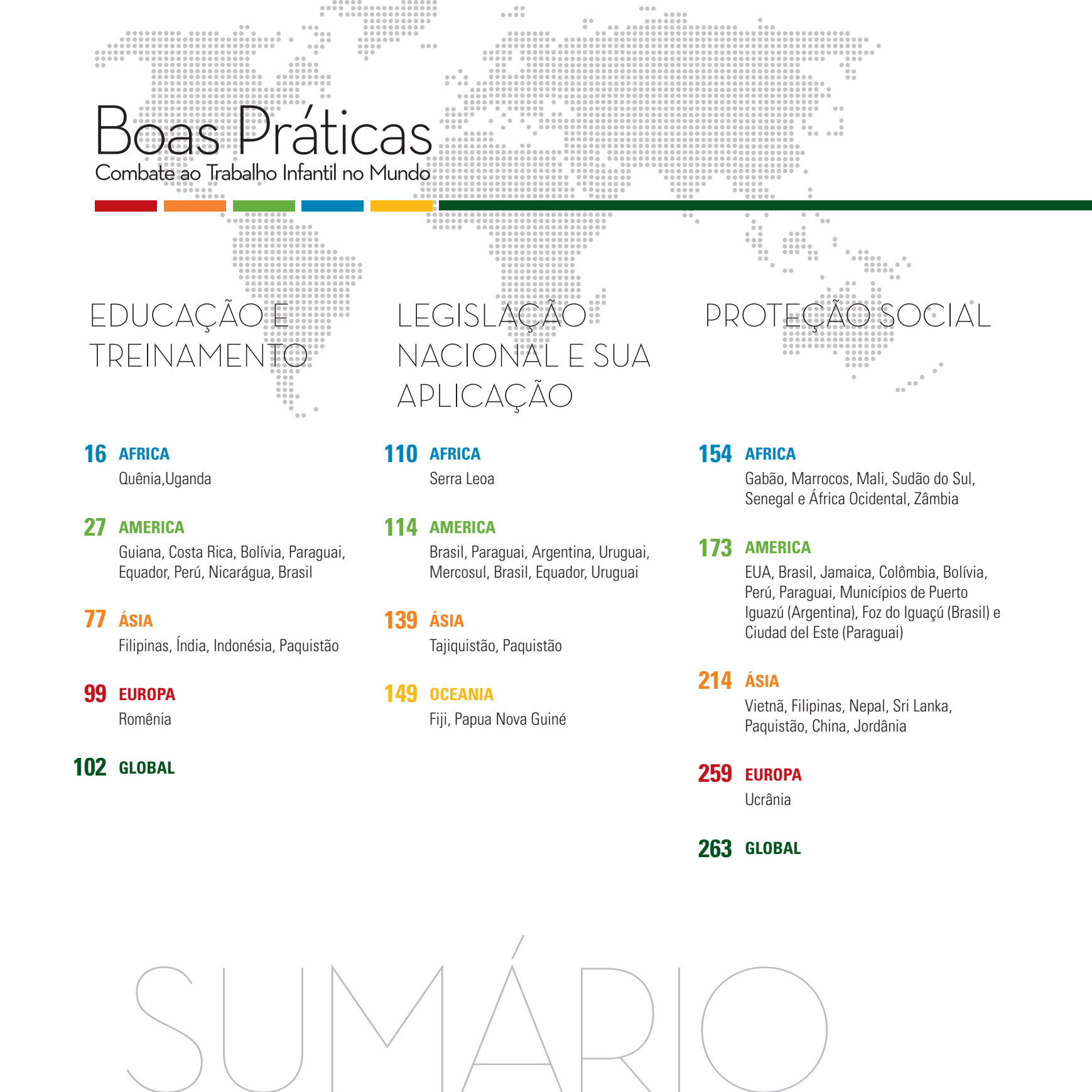
Brasil - Márcia Lopes - Ex-Ministra do MDS e Chefe da Delegação brasileira na II CGTI

Cabo Verde - Francisca Marilena Catunda Baessa - Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA)

Cazaquistão - Aysara Baktymbet - Segunda Secretária do Departamento de Cooperação Multilateral

Colômbia - Laura Liliana Orjuela Vargas - Direção de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário da Chancelaria Colombiana

Equador - María del Carmen Velasco - Ministério das Relações Laborais
Eslovênia - Departamento de Direitos Humanos da Chancelaria local
Espanha - Jesús Molina Vázquez - Coordenador Geral da Cooperação Espanhola no Brasil
Estados Unidos - Marcia Eugenio - Escritório de Trabalho Infantil, Trabalho Forçado e Tráfico de Pessoas - Departamento Americano de Trabalho
Granada - Darshan Rhamdhani - Ministério da Justiça
Jamaica - Marva Ximinnies - Diretora de Unidade
Líbano - Nazha Chalita - Ministério do Trabalho
Mauritânia - Mohamed Ould Sid Ahmed Ould Bedde - Diretoria de Infância do Ministério de Assuntos Sociais, da Infância e da Família
México - Joaquin Gonzalez Casanova - Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social
Noruega - Martin Torbergesen - Seção de Direitos Humanos e Democracia da Chancelaria norueguesa
Nigéria - Juliana A. Adebambo - Ministério do Trabalho e Produtividade
Países Baixos - Lauris Beets - Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério de Assuntos Sociais e Emprego
Peru - Edgardo Sergio Balbin Torres - Diretoria Geral de Direitos Fundamentais e Seguridade e Saúde no Trabalho
República do Congo - Marie-Céline Tchissambou Bayonne - Ministério de Assuntos Sociais, Ação Humanitária e da Solidariedade
Romênia - Codrin Scutaru - Ministério do Trabalho
Seicheles - Erna Athanasius - Embaixadora para Assuntos da Mulher e da Criança
Tanzânia - Sr. Mkama J. Mkama - Principal Labour Officer
Uruguai - Juan Andrés Roballo - Ministério do Trabalho
Vietnã - Cao Thi Thanh Thuy - Departamento de Cooperações Internacionais do Ministério de Trabalho, Inválidos e Assuntos Sociais
União Europeia - Elisabeth Tison - Divisão de Direitos Humanos e Políticas e Cooperação Multilateral
MERCOSUL - Cristhian Mirza - Instituto Social do MERCOSUL
CPLP - Odete Severino - Ministério da Solidariedade e Segurança Social
Organização Internacional dos Empregadores (OIE) - Amélia Espejo
Confederação Sindical Internacional (CSI) - Jeroen Beirnaert - Departamento de Direitos Humanos e Sindicais
OIT - Constance Thomas - IPEC
UNICEF - Susan Bissell - Departamento de Proteção à Criança
UNESCO - Florence Migeon - Setor de Educação
Marcha Global - Kailash Sarthyart



Boas Práticas

Combate ao Trabalho Infantil no Mundo

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

16 AFRICA

Quênia, Uganda

27 AMERICA

Guiana, Costa Rica, Bolívia, Paraguai,
Equador, Perú, Nicarágua, Brasil

77 ÁSIA

Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão

99 EUROPA

Romênia

102 GLOBAL

LEGISLAÇÃO NACIONAL E SUA APLICAÇÃO

110 AFRICA

Serra Leoa

114 AMERICA

Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai,
Mercosul, Brasil, Equador, Uruguai

139 ÁSIA

Tajiquistão, Paquistão

149 OCEANIA

Fiji, Papua Nova Guiné

PROTEÇÃO SOCIAL

154 AFRICA

Gabão, Marrocos, Mali, Sudão do Sul,
Senegal e África Ocidental, Zâmbia

173 AMERICA

EUA, Brasil, Jamaica, Colômbia, Bolívia,
Perú, Paraguai, Municípios de Puerto
Iguazú (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e
Ciudad del Este (Paraguai)

214 ÁSIA

Vietnã, Filipinas, Nepal, Sri Lanka,
Paquistão, China, Jordânia

259 EUROPA

Ucrânia

263 GLOBAL

SUMÁRIO

POLÍTICA PARA O MERCADO DE TRABALHO

270 AMERICA

Brasil, El Salvador, Chile, Equador

283 ÁSIA

Paquistão

297 GLOBAL

POLÍTICAS PÚBLICAS

302 AFRICA

Tanzânia, Zimbábue, Malawi

312 AMERICA

República Dominicana, Argentina,
México

325 ÁSIA

Quirguistão

POVOS INDÍGENAS

330 AMERICA

Guatemala, Panamá, Paraguai





Boas Práticas

Combate ao Trabalho Infantil no Mundo



EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

16

AFRICA

Quênia.....	16
Uganda.....	23

27

AMERICA

Guiana.....	27
Costa Rica.....	31
Bolívia.....	34
Paraguai.....	38
Equador.....	42
Perú.....	48
Nicarágua.....	52
Brasil.....	58

77

ÁSIA

Filipinas	77
Índia	82
Indonésia	90
Paquistão	94

99

EUROPA

Romênia.....	99

102

GLOBAL

16 Países da África, Ásia e Oriente Médio	102
Global.....	106



QUÊNIA

Adote uma Escola - Uma Responsabilidade Social Corporativa do Setor Privado para Combater o Trabalho Infantil através da Educação

Período de implantação: Desde 2009

Onde: Quênia

Foco: Investimento em educação, em parceria com o setor privado, a fim de tratar as situações de trabalho infantil.

Organização líder: Federação Patronal do Quênia (FKE)

Website: <http://www.fke-kenya.org/>

Resultados: Na escola de ensino básico de Kaptait houve, em 2011, um aumento de 15% (entre 357 a 400 alunos) na taxa de matrícula escolar e nenhuma evasão; o desempenho escolar também melhorou e, pela primeira vez no registro, um aluno de uma escola se qualificou para entrar na escola nacional de ensino fundamental; a empresa privada parceira contribuiu para construir e equipar duas salas de aula, levando ao aumento de 88% nas matrículas;

taxa de retenção de 100%; os pais e os moradores da comunidade vizinha desenvolveram uma percepção positiva sobre a educação; a autoestima dos aprendizes e professores foi impulsionada.

Contexto e objetivo:

No Quênia, segundo o Relatório Analítico sobre Trabalho Infantil de 2008 do Bureau Nacional de Estatísticas do Quênia, cerca de 1,01 milhões de crianças são economicamente ativas e, destas, 753.000 estão em situação de trabalho infantil. O Plano Nacional de Ação contra o trabalho infantil foi adotado em 2008. Com o apoio do projeto Combatendo o Trabalho Infantil por meio da Educação (TACKLE) da OIT, o Ministério da Educação desenvolveu, em 2012, uma estratégia para a política de Provisão Alternativa da Educação Básica e Formação Profissional. Esta ação concentra suas atividades nas crianças excluídas da educação e em situação de difícil acesso, além disso, um guia para integrar o trabalho infantil no currículo escolar foi desenvolvido pelo Instituto de Educação do Quênia em 2012 e, em 2013, a política sobre o trabalho infantil está sendo concluída e a lista de trabalho infantil perigoso está sendo revisada e atualizada.

A Federação Patronal do Quênia (FKE) tem sido um parceiro desde que o IPEC foi criado, elevando a conscientização sobre o assunto, auxiliando as suas empresas associadas a colocar em prática as políticas que barrem o trabalho infantil e alcançando as comunidades da vizinhança. Embora se tenha progredido muito na eliminação do trabalho infantil nas empresas formais que são participantes da FKE, o problema ainda é endêmico nas comunidades vizinhas na qual as empresas funcionam, especialmente no setor informal e na agricultura de subsistência.

A Iniciativa Adote uma Escola da FKE, lançada em 2009, liga as empresas às escolas de forma que apoia as atividades geradoras de renda e os programas de alimentação escolar para impedir a evasão escolar, incentivando as famílias a enviar seus filhos para a escola. A avaliação dos programas de trabalho infantil no Quênia demonstrou que a pobreza domiciliar e a falta de alimentos são as causas principais das crianças abandonarem a escola para trabalhar. Os estudos mostraram também que o fornecimento de refeições na escola atrai e mantém as crianças no ambiente escolar. A iniciativa “Adote uma Escola” foi projetada baseada nestas conclusões, buscando incentivar os empresários locais de forma bem tangível a apoiar as atividades geradoras de renda na escola e que estão ligadas aos programas de alimentação escolar. Através de parcerias entre a Federação Patronal do Quênia, Ministérios da Educação e do Trabalho, além da companhia de Seguros AIG, o projeto Adote uma Escola acrescenta também uma dimensão nova ao Programa de Alimentação Escolar Caseira do Ministério da

Educação, através do qual o governo provê recursos para as escolas comprarem alimentos na comunidade local.

Metodologia:

Após as consultas aos interessados, funcionários distritais da educação e do trabalho, onze escolas em três distritos com altos índices de pobreza foram identificadas para participar da iniciativa com base na baixa taxa de matrículas e alta taxa de evasão. A administração escolar e os professores foram sensibilizados em relação ao trabalho infantil e, sendo assim, foram contemplados com informações sobre a estratégia “Adote uma Escola”. Os membros dos comitês de gestão escolar foram capacitados sobre como escrever projetos e, desta forma, estariam capacitados para responder às solicitações de propostas por parte das empresas.

As escolas receberam apoio para desenvolver lavouras escolares, com assessoria, assistência financeira e contribuições em produtos provenientes da FKE, de autoridades e empregadores locais e com a participação dos próprios pais. As colheitas e os lucros foram usados para executar os programas de alimentação escolar, bem como para aprimorar o ambiente escolar e prover os suprimentos para a escola.

A FKE proveu recursos para adquirir os insumos iniciais para as atividades geradoras de renda e para os programas de alimentação escolar. As escolas usaram os recursos para comprar sementes, fertilizantes e equipamentos agrícolas. A FKE aproximou-se dos seus associados nas áreas visadas para conectar os empresários com as escolas. Foi desenvolvido e divulgado um guia para os empresários sobre a eliminação do trabalho infantil, além de uma nota conceitual sobre a responsabilidade social corporativa. Materiais de conscientização também foram produzidos e distribuídos entre os associados da FKE e as escolas. Uma série de parcerias viáveis foi identificada e as empresas locais forneceram tratores, conhecimento técnico e outras formas de apoio. Os pais das crianças contribuíram também arando a terra e, em alguns casos, fornecendo certos produtos, como feijão, para a alimentação escolar. Uma parte da colheita foi separada para as refeições escolares, enquanto o restante foi vendido pelas escolas para levantar recursos para comprar sementes e outros insumos para a lavoura do ano seguinte. Em alguns casos, os ganhos foram usados também para melhorar o ambiente escolar, para construir banheiros ou para comprar suprimentos para as escolas.

Além disso, em colaboração com os comitês distritais e locais do trabalho infantil, as crianças sob risco de evasão escolar foram identificadas e providas com uniformes escolares e outras formas de apoio para assegurar sua permanência na instituição. As famílias das crianças fo-

ram capacitadas, em parceria com o Ministério da Agricultura, em técnicas agrícolas para auxiliar a aumentar e diversificar a produção de alimentos. Clubes de direitos da criança foram formados nas escolas para a conscientização sobre a questão.

Desafios:

O compromisso por parte do setor privado não foi facilmente alcançado. Diversas empresas expressaram uma adesão à iniciativa adote uma escola, entretanto, o compromisso real com recursos é muito moroso. Isto é agravado ainda mais pelo desafio de que a ação é voluntária e as empresas não deveriam ter outras expectativas como, por exemplo, isenção de impostos. Para conseguir o comprometimento das empresas, é crucial uma estratégia bem pensada para atrair os empresários. As discussões individuais também foram essenciais para assegurar que os empresários entendessem totalmente a iniciativa e como eles poderiam apoiá-la da melhor maneira.

Lições aprendidas:

A iniciativa foi concebida para ser sustentável em duas frentes: uma vez estabelecidas, as atividades geradoras de renda são autofinanciadas, já que os lucros com a venda da colheita são usados para comprar sementes e cobrir outras necessidades para o plantio da lavoura no ano seguinte. Segundo, as parcerias com as empresas locais deveriam continuar além da duração do projeto, assegurando que as escolas continuem a serem providas com equipamento, *know-how* e outras formas de apoio. Isto demonstra o papel que as organizações patronais e as empresas associadas podem ter na prevenção e eliminação do trabalho infantil, não somente nos seus locais de trabalho, mas até mesmo além apoiando as crianças vulneráveis nas comunidades onde elas funcionam. Outra lição é que a empresa não precisa necessariamente comprometer um grande orçamento para fazer uma diferença. Para uma empresa desenvolver uma relação de longo prazo, o apoio deverá ser, portanto, em etapas que respeitam as necessidades prioritárias que atrairão e manterão as crianças na escola.

Próximos Passos:

No início de 2011, a FKE desenvolveu folhetos informativos sobre o Adote uma Escola, Modos de Adotar Escolas e enviou 1.300 convites de Chamada para Apoio, acompanhados do guia para os empresários sobre a eliminação do trabalho infantil. A iniciativa Adote uma Escola pode ser aplicada em qualquer lugar do mundo, sendo necessário somente o recrutamento e o comprometimento do setor privado.

Combate ao Trabalho Infantil através da Educação Informal entre as Comunidades Pastorais

Período de implantação: Desde 2009

Onde: Quênia

Foco: Melhorias na educação a fim de sanar o problema do trabalho infantil entre as populações migrantes tradicionais.

Organização líder: Organização de Desenvolvimento Comunitário Nanyoiye e o Ministério da Educação

Website: <http://www.education.go.ke/Home.aspx?department=1>

Resultados:

No total, 900 crianças foram removidas e impedidas de trabalhar, sendo que 200 se matricularam no programa de escola pastoril; destas, 50 transitaram para as escolas formais de ensino básico regular; 300 famílias das crianças removidas do trabalho infantil receberam apoio para iniciar atividades de geração de renda; os membros do Comitê Distrital do Trabalho Infantil foram sensibilizados sobre esta questão; o governo se comprometeu a incluir o programa de escola pastoril no financiamento do ensino básico gratuito; a comunidade aceitou a educação como alternativa ao pastoreio para os seus filhos, sendo que os pais concordaram em liberar as crianças para irem à escola; outras crianças na escola também se beneficiaram da energia solar instalada pelo projeto.

Contexto e objetivo:

Estima-se que a maioria das crianças fora da escola no Quênia encontra-se nas regiões áridas e semiáridas do país, bem como em assentamentos urbanos informais. As crianças em localidades difíceis de serem alcançadas estão limitadas por instalações inadequadas de aprendizado, escolas distantes e práticas culturais que inibem, particularmente, as meninas de aspirarem à educação formal. As crianças nestas comunidades trabalham desde muito jovens. Algumas das atividades, tais como pastoreio do gado, tornaram-se perigosas por causa dos enfrentamentos armados entre as comunidades por disputa de gado, colocando as crianças na linha de frente. As meninas são forçadas a abandonar a escola para se casar com 12-14 anos. Por causa da natureza migratória da vida pastoral, as crianças estão impossibilitadas de frequentar regularmente a escola e, consequente-

mente, a abandonam ainda muito cedo. É neste cenário que o projeto Combate ao Trabalho Infantil, através da Educação (TACKLE) da OIT, desenvolveu um programa entre o Ministério da Educação e a Organização de Desenvolvimento Comunitário de Nanyoiye, com parceria do Ministério do Trabalho, para implementar uma educação alternativa, flexível, que promova o acesso ao ensino básico de qualidade para as crianças nas comunidades pastoris do Quênia.

Metodologia:

O processo deu início com o desenvolvimento de uma estrutura de política governamental sobre a *Provisão Alternativa de Ensino Básico e Formação Profissional* para apoiar outras formas de prover ensino básico para além do ensino formal. Um programa informal de ensino foi iniciado na Comunidade Samburu envolvendo as crianças que frequentam aulas a partir do meio da tarde até a noite. A ONG local Organização de Desenvolvimento Comunitário de Nanyoiye mobilizou mais de 200 crianças pastoras para frequentar o que a comunidade local chama de aulas *Lchekuti* (pastoreio). As aulas são realizadas em instalações governamentais regulares de ensino básico. Não há, portanto, custo algum para se estabelecer a infraestrutura escolar. O apoio financeiro da OIT ao projeto contribui com os materiais de ensino e aprendizado, subsídios para os salários dos professores e painéis solares que forneceram iluminação para as aulas à noite. O governo assumiu, após dezoito meses, os custos do funcionamento das aulas pastoreio, o que se tornou juridicamente possível através da política de provisão alternativa de ensino básico aprovada em 2009. Os recursos governamentais são para o fornecimento dos materiais de ensino e aprendizado, o pagamento total dos salários dos professores e para uma refeição por dia por aluno.

Desafios:

As comunidades pastoris vivem com frequência nas partes menos desenvolvidas do país, onde faltam estruturas básicas como estradas, por exemplo. Isto limitou a capacidade do projeto de manter monitoramento regular das atividades. As rodovias se tornam intransitáveis durante a estação das chuvas e, sendo assim, as oportunidades são melhores durante o período da seca. Mais ainda, a falta de alimentação escolar no início do projeto (os recursos para alimentação não foram especificados no desenho do projeto) prejudicou inicialmente a frequência. Isto foi resolvido com o fornecimento pelo governo de alimentos para a escola.

Lições aprendidas:

Trabalhar com o governo desde o momento de elaboração das políticas até a sua implementação na comunidade fortaleceu a sustentabilidade do projeto. O fato de que o TACKLE tenha trabalhado com o governo desde o início assegurou que a iniciativa Escola Pastoril fosse apoiada por uma estrutura governamental.

Além disso, as missões conjuntas de monitoramento aproximaram o governo, o Ministério do Trabalho e a UNICEF. O sucesso da iniciativa Escolas Pastoris foi amplificado por um número significativo de aprendizes que passaram do programa de ensino noturno para o ensino formal regular. O programa, portanto, serviu como uma iniciativa para atrair as crianças para a escola. Dez escolas pastoris, no total, foram incluídas na primeira fase do financiamento governamental.

Próximos Passos:

A iniciativa deve ser absorvida dentro da política do governo em dar oportunidade de educação para toda criança. É replicável no contexto da política nacional do ensino básico universal. Uma vez que os custos das despesas gerais estão garantidos, é fácil operar o programa de educação flexível. Além disso, deverá ser uma intervenção de curto prazo para cobrir a lacuna entre a baixa frequência escolar e a realização das metas da educação universal. O governo deve desenvolver a liderança na iniciativa, que também seja aceitável rapidamente pela comunidade já que não desafia diretamente os papéis que são designados socioculturalmente para as crianças. Ao contrário, a iniciativa visa trabalhar dentro daquilo que a comunidade tem para influenciar uma mudança a partir do seu interior. A transição das crianças das aulas pastorais para o programa de aprendizado regular evidencia isto.



UGANDA

Nossa Zona Livre do Trabalho Infantil

Período de Implantação: Desde 2008

Onde: Uganda

Foco: Mobilização social como estratégia de tolerância zero contra o trabalho infantil.

Organização líder: ONG - Crianças Em Necessidade - Kids in Need (KIN) Website: <http://www.hivos.nl/Stop-Childlabour/What-we-do/Where-we-work/Our-Child-Labour-Free-Zones/Uganda-Kids-in-Need-KIN>

<http://www.indianet.nl/pdf/LobbyingAndAdvocacyForChildLabourFreeZones.pdf>

Resultados: nas vilas de Kitubulu em Katabi, Sub Condado e Nakiwogo no município de Entebbe, 1.000 crianças foram retiradas do trabalho infantil; muitos pais que eram parte dos grupos de salvamento agora acreditam que a pobreza não é uma desculpa para manter as crianças fora da escola; as crianças foram reinseridas na escola e os próprios empregadores lideraram os esforços para eliminar o trabalho infantil nos locais de trabalho; também foram criadas oportunidades de trabalho para os adultos, aumentando assim a renda familiar; os membros do comitê CLFZ em Kitubulu desenvolveram regimentos internos da cidade para

fechar os negócios de qualquer empresa caso empreguem crianças que tenham sido retiradas do trabalho infantil; em uma escola primária em Kitubulu, a metodologia SCREAM contribuiu para aumentar as matrículas escolares de aproximadamente 300 para 560 em apenas um período (ano/semestre).

Contexto e objetivo:

As Zonas Livres de Trabalho Infantil fundamentam-se em abordagens que focam em crianças de 5 a 15 anos de idade em uma determinada área. Nessa abordagem, a comunidade é mobilizada para monitorar todas as crianças que estejam fora da escola, retirá-las do trabalho e efetuar a matrícula em uma escola. As escolas são simultaneamente fortalecidas para respeitar as crianças pobres e os aprendizes da primeira geração e, ainda, assegurar que nenhuma criança desista do estudo. Uma zona livre do trabalho infantil é criada quando há tolerância zero a desistência escolar e trabalho infantil e quando cada criança está matriculada na escola. Isso requer um comprometimento firme e um consenso global e nacional entre todos os atores envolvidos no processo de construção de políticas e na sociedade civil de que cada criança deve ter seu direito à educação respeitado e não deve ser submetida ao trabalho. A abordagem baseada em áreas pré-estabelecidas foi primeiramente apresentada pela fundação Indiana ONG MV, utilizando a comunidade como o ponto focal para a criação de zonas livres do trabalho infantil.

O trabalho infantil existe em Uganda devido ao rápido crescimento populacional, à pobreza, ao desemprego, ao HIV/AIDS e à orfandade. Aproximadamente dois milhões de crianças em condição de orfandade em Uganda são vítimas de trabalho infantil. De acordo com o relatório nacional Compreendendo o Trabalho de Crianças em Uganda (2008), mais de 35% das crianças na faixa etária de 7 a 14 anos combinam escola e trabalho. 3% das crianças na mesma faixa etária não frequentam escolas/aulas de forma alguma. Cerca de 1,8 milhões de crianças na faixa etária de 7 a 18 anos estão em condição de trabalho infantil. As crianças trabalham em plantações (tabaco, café e chás), são exploradas sexualmente (comercialmente), trabalham no setor informal nas ruas, nos terrenos de construções/obras e triturações de pedra, na pesca e são ainda vítimas de tráfico e afetadas por conflitos armados.

Desde 2008, o KIN vem implantando o projeto Zona Livre do Trabalho Infantil (CLFZ) em três vilas de Uganda: Kitubulu, Nakiwogo (distrito Entebbe Wakiso) e Doho Rice Scheme (Nordeste de Uganda – distrito Butaleja – Esquema do Arroz de Doho). O KIN escolheu Kitubulu e Nakiwogo, onde muitas crianças haviam se tornado viciadas em entorpecentes como resultado de trabalho infantil e Doho Rice Scheme, onde muitas crianças haviam se tornado empregadas do esquema do arroz, ao invés de irem à escola.

Metodologia:

Diferentes membros da comunidade – incluindo professores, empregadores, negociantes locais, líderes religiosos e pais – compõem o comitê da Zona Livre do Trabalho Infantil. Os membros do comitê são capacitados e suas competências são otimizadas para abordar e lidar com casos de abuso infantil na comunidade. Eles monitoram de perto a área para verificar que nenhuma outra criança esteja vinculada ao trabalho infantil. O KIN participou de conversações comunitárias, uma abordagem inovadora de mobilização comunitária e diálogo sobre as questões de trabalho infantil dentro da comunidade. Têm contribuído para elevar a conscientização acerca do trabalho infantil e têm mudado as regulamentações pertinentes ao trabalho infantil nas áreas do projeto piloto.

Outra das estratégias-chave do KIN inclui a criação de grupos de poupanças e o apoio aos pais ou guardiães através de atividades de geração de renda e provisão de contribuições em espécie para famílias extremamente pobres. O programa tinha o intuito de assistir adultos, gerar renda e definir esquemas de poupanças/benefícios dos quais as famílias pudessem obter empréstimos para satisfazer as necessidades de sobrevivência familiar. Isso possibilitou que as famílias vulneráveis economizassem e adquirissem empréstimos dos grupos e, assim expandiram seus pequenos negócios. Isso é uma das medidas sustentáveis de êxito que tem ajudado pais a manter seus filhos na escola sem apoio externo. O KIN também advoga contra a contratação de crianças e a favor das melhorias das condições de trabalho dos adultos.

Com o propósito de evitar que as crianças desistam da escola, o KIN apresentou e capacitou tanto crianças quanto professores com metodologia SCREAM, que encoraja a participação das crianças em diferentes campos. O SCREAM contribuiu para elevar as matrículas escolares e encorajar crianças e jovens para que se tornassem agentes da mudança na luta contra o trabalho infantil. Além disso, materiais escolares foram fornecidos para crianças provenientes de famílias vulneráveis dentro do CLFZ. Programas de competências para a vida e capacitações vocacionais foram desenvolvidos para equipar as crianças acima da idade mínima para o trabalho com as ferramentas e habilidades necessárias para acessar oportunidades empregatícias produtivas.

Desafios:

É reconhecido dentro do movimento Educação para Todos (EFA), que As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDG) visando à educação primária universal até 2015 serão descumpridas, a menos que haja um esforço determinado de alcançar ao máximo as crianças, incluindo aquelas em condição de trabalho infantil. Também é reconhecido que há uma relação

muito próxima entre os esforços de promover a educação a todas as crianças e os esforços para lidar com o problema do trabalho infantil. Qualquer solução duradoura à questão do trabalho infantil deve ter uma abordagem combinada e integrada ao confrontar o problema.

Lições aprendidas:

A cobertura do programa tanto em áreas rurais quanto urbanas demonstra um reconhecimento de que o trabalho infantil afeta as crianças de áreas urbanas e rurais. Definir a abolição deste trabalho como meta em ambas as áreas e adaptar o programa às diferentes necessidades e contextos locais têm ampliado o alcance e impacto do programa CLFZ em Uganda. Além disso, o comitê e os ativistas jovens (como modelos de referência) desempenharam um papel crucial na identificação de crianças em condição de trabalho e na prevenção do trabalho infantil.

Próximos passos:

O Ministério de Gênero, Trabalho e Desenvolvimento Social (MGLSD) ampara a instituição KIN a fim de implementar a abordagem CLFZ como uma estratégia piloto na colaboração com a OIT/IPEC em vários distritos. Sua estrutura de políticas de ação provê uma oportunidade para a replicação do modelo de zona livre do trabalho infantil em outras partes do país.



GUIANA

Programa de retenção escolar e prevenção do trabalho infantil

Período de implantação: Desde 2011

Onde: Guiana

Foco: Fortalecer a educação para tratar do trabalho infantil.

Organização líder: Ministério do Trabalho, Serviços Humanos e Previdência Social (MLHSSS)

Website: <http://www.mlhsss.gov.gy/>

Resultados: Com o transporte escolar gratuito, as taxas de frequência no ensino primário subiram de 66% para 94%; os clubes SCREAM (Apoio aos Direitos da Criança através da Educação, Artes e Mídia) foram criados para engajar as crianças em atividades criativas para elevar a conscientização dos perigos do trabalho infantil e a importância da educação; atualmente, as crianças se preparam para um Festival Nacional de Teatro, o qual visa ampliar a mensagem da prevenção contra o trabalho infantil para uma comunidade mais ampla; 100 pais e tutores de crianças frequentando as escolas envolvidas no programa participaram de oficinas sobre o trabalho infantil e o valor da educação; com alimentação escolar gratuita, as crianças se beneficiaram de uma dieta mais nutritiva e, ademais, as crianças se cansam menos e estão mais focadas durante as aulas; a tutoria e aconselhamento após as aulas contribuíram

para responder melhor às necessidades das crianças e das suas famílias; os relatórios informam a melhoria no desempenho geral das crianças na escola; as taxas de mudança de professor diminuíram; com a capacitação SCREAM, uma escola de ensino básico participou e ganhou, pela primeira vez, um concurso nacional de poesia em fevereiro de 2013.

Contexto e objetivo:

De acordo com as últimas estatísticas disponíveis, estima-se que 16% de crianças com idade entre 5 a 14 anos estão ocupadas no trabalho infantil. A Guiana ratificou a Convenção N° 138 em 1998 e a Convenção N° 182 em 2001. A idade mínima para o trabalho está estabelecida nos 15 anos de idade. Um Comitê Diretivo Nacional foi estabelecido em 2003 para inserir as questões do trabalho infantil na agenda política e de desenvolvimento nacional. Atualmente, a Guiana finaliza a sua lista de trabalho infantil perigoso.

O Governo da Guiana fornece educação universal e gratuita a partir da creche até o segundo grau. Além disso, o programa de apoio social do Ministério da Educação fornece uniforme escolar anualmente para todos os alunos do ensino fundamental e de segundo grau, além de lanche para as crianças nas creches. Em algumas comunidades do interior, as refeições são fornecidas a todas as crianças em escolas selecionadas. Contudo, as altas taxas de ausência e evasão há muito tempo têm sido fonte de preocupação com muitas crianças abandonando a escola e se engajando no trabalho infantil quando chegam à nona série.

Em 2010, com o apoio do projeto Combatendo o Trabalho Infantil através da Educação (TACKLE) da OIT, oficinas nacionais foram realizadas para os funcionários do Ministério da Educação e da Previdência, Orientação e Aconselhamento das Escolas, bem como para sindicalistas de todas as regiões da Guiana com o objetivo de incrementar o entendimento sobre as questões envolvidas e meios pragmáticos de lidar com elas. O Ministério da Educação desenvolveu e implantou, então, um programa de monitoramento escolar em três regiões que recruta tutores para promover relações significativas com as crianças contribuindo para o desenvolvimento da autoestima e do progresso acadêmico e pessoal, e para impedir falta às aulas, evasão escolar, violência e trabalho infantil.

Reconhecendo a gravidade das ausências e evasão escolar em algumas das regiões da Guiana, o Ministério do Trabalho, Serviços Humanos e Previdência Social (MLHSSS) lançaram, em setembro de 2011, o Programa de Retenção Escolar e Prevenção do Trabalho Infantil. Juntamente com outros programas governamentais, ele ajuda a impedir a ausência, a falta às aulas e a evasão escolar das crianças provendo: transporte escolar gratuito, refeição quente três dias por semana, programa após as aulas para auxiliar as crianças com seus deveres de casa,

oficinas sobre criação e apoio psicológico para as crianças e seus pais/guardiões. Os professores se beneficiam também da capacitação no SCREAM para criar um ambiente escolar e de aprendizado mais atraente.

Metodologia:

Três escolas foram selecionadas para participar do programa de acordo com o número de crianças matriculadas e a distância entre a escola e a casa dos alunos. Consultas com os pais e professores nas escolas alvo identificaram as principais razões que levavam as crianças a perder aulas ou abandonar a escola: as famílias têm dificuldade em fornecer alimentos para as crianças levarem para a escola; muitas vezes, as crianças têm que percorrer longas distâncias para chegar até a escola já que as suas famílias não têm como pagar a passagem do ônibus, além dos ônibus serem irregulares; e as dificuldades em fornecer material escolar necessário para as crianças apesar do programa de apoio social do Ministério da Educação. Em uma área, as crianças tinham que remar quatro milhas, pelo menos, num riacho até chegarem à rodovia onde ou tinham que andar ou pegar o ônibus até a escola. O MLHSSS projetou e implantou um programa multifacetado para encontrar as soluções para estes problemas. Em julho de 2011, um comitê gestor do projeto, composto pelos diretores das escolas, o coordenador do Programa de Retenção Escolar, pais da Associação de Pais e Mestres e outros membros da comunidade, foi estabelecido para supervisionar a implantação dos seguintes componentes:

1. Serviço de ônibus escolar – transporte escolar gratuito.
2. Apoio nutricional – todos os alunos receberam refeições quentes três dias por semana.
3. Apoio escolar para os alunos – aulas de reforço escolar no período da tarde para as crianças que precisassem de apoio com matemática e com o idioma nacional, bem como com os seus deveres de casa (uma hora e meia, três vezes por semana). Aqueles que permanecessem para as aulas extras recebiam um lanche.
4. Conscientização – os professores e administradores escolares foram capacitados para responder melhor a evasão escolar, falta às aulas e trabalho infantil usando a metodologia do programa Apoio aos Direitos da Criança através da Educação, Artes e Mídia (SCREAM) do IPEC.
5. Aconselhamento para os pais e alunos – apoio psicológico tanto para os alunos como para os seus pais.
6. Educação para criação – assegurando que os pais tenham um entendimento sobre o trabalho infantil e a sociedade como um todo, assim como sobre o valor da educação e a

importância das crianças concluírem tanto o ensino básico como o ensino fundamental. Oficinas com três dias de duração foram organizadas com este propósito e também para equipar os pais com as competências vitais para a criação dos filhos.

Desafios:

Lidar com a baixa frequência escolar exige uma abordagem holística para assegurar que os alunos e os seus pais tenham o apoio necessário. Consulta com as partes interessadas, especialmente os pais, administradores escolares e professores, é crucial para o planejamento da ação a ser realizada.

Lições aprendidas:

Identificar e lidar com os obstáculos para a educação pode ter um efeito imediato sobre a frequência escolar e, assim, impedir que as famílias e as crianças recorram ao trabalho infantil.

Há uma conexão definitiva entre a frequência escolar, acesso a transporte e apoio alimentar. O projeto demonstrou que dependendo da situação demográfica das crianças e de suas famílias e do acesso aos recursos, estes componentes são cruciais como medidas de proteção social para reter as crianças no sistema de ensino.

Lidar com as necessidades dos professores é também importante. Embora isto não tenha sido planejado originalmente, os professores também pegavam o ônibus para chegar à escola, o que oferecia uma vantagem dupla para os alunos: os professores chegavam pontualmente e podiam iniciar as aulas no horário estabelecido e as suas presenças nos ônibus ajudavam a manter a ordem e a disciplina entre os alunos.

Embora ter a legislação e as políticas corretas estabelecidas seja essencial, é igualmente importante ações realizadas em nível ministerial para trabalhar com as comunidades e para projetar programas que lidam com os desafios enfrentados pelos alunos para ir e permanecer na escola.

Próximos Passos:

O MLHSS busca integrar o projeto no seu programa de provimento de serviços, e está em busca de apoio do setor privado para fazê-lo. O projeto tem o potencial para ser adotado como modelo e replicado em todo o país, ligando-o a outros programas implantados por outros ministérios, numa abordagem nacional e coordenada para assegurar que os alunos tenham as condições necessárias para frequentar a escola.



COSTA RICA

Ideias, ideias em todo lugar

Período de implantação: Desde 2010

País: Costa Rica

Foco: Conscientização da sociedade e participação de crianças e adolescentes vulneráveis à exploração sexual.

Organização líder: Patronato Nacional de la Infancia (Patronato Nacional da Infância, PANI)
Website: <http://www.pani.go.cr/>

Resultados: Conscientização e denúncia (espaço de participação real) dos adolescentes em questões de trabalho infantil e suas piores formas; 43.000 fãs da página na internet interagem, solicitam informações, fazem denúncias tendo sua identidade preservada e aprendem mais sobre questões relativas à violação de direitos, como o trabalho infantil e suas piores formas.

Contexto e objetivo:

O Patronato Nacional da Infância (PANI) é o órgão máximo na área de direitos da infância e da adolescência. No que se refere ao trabalho infantil e suas piores formas, atende os casos

de trabalho infantil de meninos e meninas abaixo da idade mínima de admissão ao emprego (15 anos) e de exploração sexual comercial e tráfico de todas as pessoas menores de 18 anos. Além de atenção, desde 2008 vem realizando de forma sistemática projetos de prevenção do trabalho infantil e suas piores formas (exploração sexual comercial e tráfico) em nível local, capacitando e conscientizando tanto adultos como crianças, adolescentes e pessoas das comunidades. Como consequência da preocupação e do interesse em incentivar a participação e atuação ativa entre os adolescentes no que diz respeito aos seus direitos e à prevenção de situações de vulnerabilidade, as instituições decidiram fazer uso, no âmbito do Plano Nacional Contra a Exploração Sexual Comercial 2008-2010, do recurso das redes sociais para divulgar e prevenir situações de exploração, por meio de um canal e uma linguagem acessíveis e atraentes para eles. Posteriormente, os temas foram ampliados de maneira a cobrir todas as situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Metodologia:

O desenho da ferramenta foi consultado por adolescentes da Rede Nacional de Adolescentes dos conselhos de proteção à infância e adolescência, bem como com os integrantes da subcomissão de prevenção da Comissão Nacional contra a Exploração Sexual Comercial. A primeira etapa consistiu em atrair os adolescentes com *banners* postados no Facebook, dirigidos a pessoas de 13 a 17 anos. Esses *banners* traziam mensagens de alta vulnerabilidade à exploração sexual comercial e ao tráfico. Os mais de 5.000 cliques nos primeiros três meses evidenciam a alta vulnerabilidade dos adolescentes a esse tipo de delitos nas redes sociais.

Ao longo de dois anos (2008-2010), o PANI dinamizou a página com vídeos, comentários e orientações e as crianças e adolescentes começaram a opinar, a apresentar denúncias e a retroalimentar pesquisas de opinião. Isso evidenciou o sucesso da estratégia, o que levou a instituição a dar continuidade ao projeto. Em 2010, ao vencer o Plano Nacional contra a Exploração Sexual Comercial, a interface foi reformulada em consulta com os adolescentes.

Assim, nessa segunda etapa foi empregada uma forma de comunicação mais atraente para os adolescentes, dando lugar a mais participação na forma em comentários, ou ideias, com a criação de *memes* e em consultas e denúncias sobre trabalho infantil e suas piores formas. Desde então, o número de fãs vem crescendo exponencialmente por recomendação dos próprios adolescentes. Em ambas as etapas o PANI deu curso às denúncias feitas pelos adolescentes (identificação e atendimento).

Na primeira etapa (2008-2010), o acompanhamento do projeto foi feito pela Secretaria Técnica da CONACOES, com relatórios de progresso-trimestrais. Na segunda etapa (a partir de 2011), o acompanhamento passou a ser feito pela Gerência Técnica do PANI, que avalia o processo e elabora relatórios para o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional em coordenação com a Secretaria Técnica da CONACOES. Além disso, o Centro de Orientação e Informação do PANI, que recebe as denúncias, as encaminha para o escritório correspondente do PANI (conforme a localização geográfica).

Desafios:

Resistência inicial dos funcionários de algumas instituições diante de uma proposta inovadora (com linguagem diferente da dos adultos); financiamento permanente e exclusivo para a sustentabilidade do projeto; equipe técnica interdisciplinar permanente no projeto, alimentando a página.

Lições aprendidas:

Um projeto voltado para os adolescentes deve empregar a linguagem e os meios e atividades mais atuais e mais atraentes para essa faixa etária. A adequação dos meios e do tipo de conteúdo deve ser feita constantemente, a fim de manter sua atualidade e atratividade.

Próximos passos:

A sustentabilidade do projeto está garantida por meio de três pilares: político, econômico e técnico. O PANI planejou o projeto como um programa institucional para 2013, inserido nos planos operacionais com seu devido financiamento e recursos humanos próprios. O PANI assumiu o financiamento do projeto e está planejando sua ampliação com páginas regionais no Facebook ligadas à página nacional para atingir uma melhor cobertura e aumentar a participação.



BOLÍVIA

Pesquisa-Ação participativa de docentes e alunos sobre o Trabalho Infantil em escolas noturnas e diurnas

Período de implantação: Desde 2011

Onde: Bolívia

Foco: Pesquisa e participação sobre trabalho infantil nas escolas.

Organização líder: Centro Boliviano de Investigación y Acción Educativa (Centro Boliviano de Pesquisa e Ação Educacional, CEBIAE)

Website: <http://www.cebiae.edu.bo/>

Centro de Promoción de la Mujer Gregoria Apaza (Centro de Promoção da Mulher Gregoria Apaza, CPMGA)

Website: <http://www.gregorias.org.bo/>

Resultados: Foram beneficiados mais de 85 docentes, 15 diretores de Unidades de Ensino noturnas e diurnas e mais de 400 estudantes das Unidades Educacionais; os docentes que participaram do curso de especialização aprimoraram seus recursos didáticos a partir do conhecimento e manejo da metodologia ECOAR/SCREAM, o que repercutiu significativamente

no aproveitamento e rendimento dos estudantes; os estudantes desenvolveram seu sentido ético, aprenderam a usar as artes, conheceram e aprenderam a fazer valer seus direitos, aprenderam a administrar suas emoções, percepções e necessidades; os docentes das Unidades de Ensino da cidade de El Alto se tornaram pesquisadores e reconhecem que essa é uma via para contribuir para o desenvolvimento da educação sócio comunitária.

Contexto e objetivo:

Na Bolívia, 845.000 de aproximadamente três milhões de crianças e adolescentes realizam atividades perigosas. Dessa parcela, 85% estão abaixo da idade mínima de admissão ao emprego. A situação de muitas crianças e adolescentes, especialmente do sexo feminino, é de extrema pobreza, de privações em suas necessidades básicas, condições desfavoráveis em termos de acesso e permanência na escola e escassas oportunidades de educação.

A experiência foi desenvolvida no âmbito de um Programa de Ação para a prevenção e erradicação do trabalho infantil implementado com apoio da OIT em El Alto, cidade do altiplano da região de La Paz com uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes e altos percentuais de pessoas que migraram do campo para a cidade e de população infantil e adolescente.

Em sua maioria, as atividades econômicas de El Alto estão relacionadas à economia informal e familiar, as quais crianças e adolescentes se dedicam para ajudar a família. Dentre elas: alvenaria, comércio de rua, cobradores de transporte público, serviços ao cliente, oficinas de metal mecânica e de confecção. Crianças e adolescentes cumprem longas jornadas de trabalho com remunerações baixas, tendo como única opção de educação as escolas do turno noturno.

Metodologia:

A ferramenta ECOAR/SCREAM foi utilizada como marco conceitual e metodológico para o desenvolvimento de atividades de pesquisa-ação participativa por docentes e alunos das escolas buscando, dessa forma, reforçar o papel desses atores na melhoria da qualidade do ensino e da proteção dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente dos estudantes trabalhadores.

A experiência foi desenvolvida em 15 Unidades de Ensino de quatro distritos da cidade de El Alto, com a participação de 85 docentes que concluíram o programa de facilitadores ECOAR/SCREAM com uma carga horária de 800 horas-aula. A experiência implicou a participação em oficinas presenciais, ações educativas, equipes de pesquisa-ação e a validação de seus projetos produtivos. Foram implementados 14 módulos direcionados ao desenvolvimento

das capacidades e habilidades dos participantes no uso da arte, em técnicas de comunicação e em sensibilização e educação para a erradicação do trabalho infantil.

Os passos seguidos na implementação da experiência foram os seguintes:

Fase I:

- » Formação de equipes docentes de pesquisa-ação;
- » Análise do sistema educacional plurinacional;
- » Exploração do método ECOAR/SCREAM;
- » Elaboração de Diagnóstico Participativo para analisar a problemática do trabalho infantil e sua relação com as diretrizes curriculares da Lei de Educação nº 70;
- » Implementação das dinâmicas de pesquisa, informação, reflexão e análise da metodologia ECOAR/SCREAM por meio de 10 oficinas.

Fase II: Execução e acompanhamento

- » Execução e acompanhamento com 32 equipes de docentes;
- » Elaboração de Projetos sócio-produtivos em 8 Unidades de Ensino noturnas e 7 diurnas pelos 39 docentes;
- » Formação do Conselho Central Educacional Social Comunitário (CCESC) de Unidades de Ensino noturnas;
- » Acompanhamento do processo de execução a cargo da equipe técnica do CEBIAE, de membros do CCESC, estudantes, pais de família e docentes.

Fase III: Avaliação e Sistematização

- » Realização de oficinas de orientação para a sistematização de suas experiências;
- » Organização e classificação da informação.

Desafios:

- » A carga de trabalho dos docentes, especialmente no contexto de implementação da nova Lei de Educação, afetou suas participações em alguns momentos. Esse aspecto foi superado ajustando-se a carga de trabalho aos tempos dos docentes.

- » A mudança de diretores das Unidades de Ensino a cada três anos incidiu nos compromissos estabelecidos para o desenvolvimento do programa. Um trabalho permanente de diálogo com as autoridades foi importante.
- » A certificação do curso de especialização pelo Ministério de Educação representa um desafio. Entretanto, nesta experiência a certificação foi expedida pelo Curso de Ciências da Educação da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA).

Lições aprendidas:

- » O empoderamento dos docentes no que se refere à legislação vigente sobre direitos, trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente lhes permite orientar melhor os estudantes envolvidos com trabalhos perigosos.
- » Os marcos conceitual e teórico, os materiais e a abordagem desenvolvidos com a experiência de adequação do método ECOAR/SCREAM são pertinentes para o fortalecimento o sistema de ensino plurinacional.

Próximos Passos:

As diferentes instâncias do Ministério de Educação que participaram e acompanharam a experiência mostraram interesse em integrar a metodologia ECOAR/SCREAM ao sistema de ensino, principalmente aos programas de ensino voltados para a população vulnerável. A formação de 85 docentes possibilita que a experiência seja replicada nos diferentes níveis de educação regular, alternativa ou inicial, onde couber a eles desempenhar funções dentro do sistema de ensino. Por último, a incorporação transversal do tema do trabalho infantil no currículo escolar assegura os processos de prevenção e erradicação do trabalho infantil.



PARAGUAI

Incorporação da metodologia ECOAR/SCREAM ao sistema de ensino público em escala nacional

Período de implantação: Desde 2005

Onde: Paraguai

Foco: Processos participativos e ferramentas de arte na escola contra o trabalho infantil.

Organização líder: Ministério da Educação do Governo do Paraguai

Website: <http://www.mec.gov.py/cms>

Resultados: O trabalho realizado pelos docentes com seus alunos conseguiu promover efetivamente os direitos das crianças e adolescentes por meio de conscientização a respeito da problemática do trabalho infantil; os estudantes participantes entraram em contato com atores-chave da comunidade (prefeitos, diretores de hospitais, diretores de instituições de ensino, empresários, comunicadores sociais) e da mídia; foram aplicadas pesquisas em docentes, alunos e pais de família; organizaram reuniões sobre trabalho infantil nas instituições de ensino; desenvolveram ações de conscientização pelo rádio; publicaram artigos nos jor-

nais locais, murais e outros meios e organizaram debates sobre a problemática em cada distrito onde o projeto foi organizado; 31.056 alunos/as do terceiro ano do ensino básico e médio participaram no desenvolvimento dos módulos da metodologia ECOAR/SCREAM; 130 docentes capacitados; 30 docentes capacitados implementaram a metodologia; 12 membros dos sindicatos de Educação (UNE, FECI, SINADI, ADP-SN, MAS-MP-SN) participaram da Oficina sobre Educação e Trabalho Infantil; mais de 180 pessoas (professores, profissionais da educação e alunos) participam das oficinas da iniciativa.

Contexto e objetivo:

A educação é o principal meio para que adultos e crianças em situação de exclusão econômica e social superem a pobreza e participem plenamente de suas comunidades. Nesse sentido, o trabalho infantil constitui um flagelo para os direitos da infância, impedindo as crianças de desenvolverem plenamente sua personalidade e construir projetos de vida, além de expô-las em situações de risco, que podem denegrir sua integridade física e psicológica. A pobreza, a desigualdade e a ineficácia das políticas públicas influenciam o abandono precoce da escola e a entrada de meninos e meninas no mundo do trabalho, um mundo marcado pela precarização e pela falta de garantias e de proteção de seus direitos. Contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil a partir da promoção de políticas de educação constitui um objetivo principal para erradicar esse flagelo.

A aplicação em larga escala da metodologia ECOAR/SCREAM no sistema de ensino como estratégia nacional de prevenção, sensibilização e mobilização de docentes, alunos e comunidade torna a experiência paraguaia um interessante exemplo de assimilação progressiva desta ferramenta e de desenvolvimento de um papel ativo na luta contra as piores formas de trabalho infantil pelo sistema educacional do país.

Metodologia:

Os passos seguidos no Paraguai foram:

Passo 1: Técnicos contratados aplicaram a metodologia em todos os níveis, da capacitação de docentes à aplicação dos módulos em crianças. Sempre acompanhados pelas instâncias locais do Ministério de Educação.

Passo 2: Os técnicos só capacitaram os docentes; conjuntamente com o Ministério de Educação, monitoraram o desempenho de cada docente ao aplicar a metodologia em suas escolas.

.....



Passo 3: foram capacitados supervisores estaduais, diretores e docentes na aplicação da metodologia; o monitoramento de seu desempenho e da aplicação do ECOAR/SCREAM em cada escola será feito a partir do Ministério de Educação.

Atualmente, o MEC conta com uma equipe dinamizadora da metodologia ECOAR/SCREAM, que tem um efeito multiplicador ao capacitar os docentes nas regiões do país e ao realizar, junto com os técnicos de supervisão e diretores, o acompanhamento e monitoramento.

Em geral, pode-se dizer que o roteiro seguido consistiu em implementar uma experiência-piloto focalizada em escolas onde haviam sido identificados alunos em situação de trabalho infantil. Após isso, procedeu-se à implementação da metodologia ECOAR/SCREAM na escala departamental, testando inicialmente seu potencial para depois passar à ampliação em escala nacional.

A sequência de ações seguidas na execução da metodologia ECOAR/SCREAM numa escola inclui entrevistas de sensibilização a supervisores, técnicos e diretores de educação, que contribuem para a compreensão das problemáticas em questão e para a visualização da metodologia como um sistema para abordar tais problemáticas.

Em seguida, foram realizadas oficinas de capacitação para docentes, onde todos vivenciaram cada um dos módulos que depois terão que aplicar com seus alunos; reuniões de acompanhamento convocadas pelos técnicos de supervisão e docentes para compartilhar as experiências e aprendizagens; reuniões de avaliação com diretores; visitas de acompanhamento às instituições envolvidas no projeto; elaboração de relatórios por parte dos docentes; publicação e divulgação do relatório final das atividades; participação dos alunos nos meios de comunicação e realização de debates.

Desafios:

O desafio de incorporar a metodologia na estrutura interna do Ministério de Educação foi superado graças ao envolvimento de todos os níveis, tanto o nacional e regional como o local, ao longo de todo o processo, da experiência-piloto até o nível ministerial. Discutir com os técnicos do Ministério da Educação em que área de trabalho a metodologia ECOAR/SCREAM poderia ser inserida foi fundamental para que fossem seguidos os canais naturais oficiais e para que a metodologia se instalasse no setor de supervisão técnico-pedagógica desse ministério.

Lições aprendidas:

A incorporação da metodologia ECOAR/SCREAM no sistema educacional promoveu, entre um grande número de autoridades, docentes e alunos de escolas públicas de nove regiões do país, um aumento do conhecimento, da consciência e da capacidade de mobilização diante da problemática do trabalho infantil.

Próximos passos:

Sendo desenvolvida na escola e envolvendo diversos atores da educação, da esfera local até a nacional e de diferentes níveis (docentes, técnicos, supervisores, etc.), possibilita a mobilização de toda a comunidade educativa em torno do tema do trabalho infantil, especialmente TID e ESC (exploração sexual comercial).

O projeto está sendo implementado pelo Ministério da Educação que busca formas de garantir sua sustentabilidade no tempo. Juntamente com os técnicos de supervisão do MEC, foi elaborado um plano de formação de orientadores e foi constituída a equipe dinamizadora da metodologia ECOAR/SCREAM.

O desenvolvimento dessa experiência chamou a atenção do público nacional para o tema. O trabalho infantil começou a ser discutido na comunidade, as crianças começaram a dialogar sobre o tema com as autoridades locais e se gerou uma mobilização e articulação de instituições que lançaram as bases para sua continuidade.

A Cooperação Sul-Sul também pode ser um mecanismo poderoso para replicar essa experiência em outros países por meio do intercâmbio de conhecimento e da aprendizagem entre pares. Nesse sentido, a experiência paraguaia começou a ser demandada por outros países e compartilhada.



EQUADOR

Modelo comunitário de prevenção e erradicação do trabalho infantil, baseado no diálogo intercultural com populações tradicionais

Período de implantação: 2011-2013

Onde: Equador

Foco: Educação para a prevenção e erradicação do trabalho infantil entre as populações tradicionais.

Organização líder: COMUNIDEC Fundación de Desarrollo

Website: <http://www.comunidec.org/>

Resultados: Ampla sensibilização e mobilização de atores locais; geração de conhecimento sobre trabalho infantil nas populações indígenas e afrodescendentes; incorporação da temática do trabalho infantil nos planos comunitários e dos Governos Autônomos Descentralizados (GADs); coordenação escola/comunidade como base sólida do modelo; criação de duas normas para institucionalizar o processo e o orçamento público; ferramenta ARRULLarte inspirada no ECOAR/SCREAM; criação de Comitês de Gestão Local; 1.750

crianças e adolescentes prevenidos e tirados do trabalho infantil: 90% crianças e adolescentes tirados do TI em relação à meta proposta; 100% crianças e adolescentes prevenidos contra o TI em relação à meta proposta.

Contexto e objetivo:

Embora os povos indígenas e afrodescendentes do Equador tenham reconhecidos suas particularidades culturais e seu direito de participar na definição das políticas pertinentes, ainda não existe no país uma política nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil específica para esses povos. Sua ausência no debate e na implantação das políticas e programas existentes sobre o tema não permitiu que o assunto fosse apropriado pela sociedade indígena e afrodescendente, também não possibilitou uma construção intercultural das soluções que leve em consideração seus pontos de vista e que seja construída de maneira conjunta.

Mesmo que se saiba que o impacto do trabalho infantil é maior entre as populações submetidas a situações de discriminação e exclusão pela origem étnica, por viver na zona rural, ter acesso limitado a serviços, ser pobre e viver da atividade agropecuária, os modelos de desenvolvimento implementados até agora não foram capazes de incorporar plenamente e de maneira produtiva os mais pobres, nem foram registrados avanços significativos na resolução de suas necessidades básicas. A discriminação nas zonas rurais ainda é muito alta.

As fiscalizações realizadas atualmente pelo Ministério de Relações Trabalhistas (MRL) se limitam ao setor formal, no entanto, é no setor informal e doméstico onde se situa principalmente o trabalho infantil. Além disso, essas fiscalizações são muito esporádicas em função da extensão geográfica e do número de casos que devem ser gerenciados pelos funcionários. Não incorporam indicadores apropriados (especialmente para atividades domésticas) ou considerações interculturais, nem se apoiam na mobilização social dos atores locais, que poderiam desempenhar um papel ativo nesses processos.

A ideia de erradicar o trabalho infantil aumentando a escolarização, embora adequada, tem limitações. Há uma enorme fratura entre o sistema educacional moderno, que assume a transformação da sociedade, e do ambiente natural em termos prospectivos, o que denominamos progresso, enquanto as sociedades idealizam o respeito pelos costumes, a dimensão cíclica do tempo e dos ritmos da vida. Por outro lado, há uma enorme diferença na transmissão do patrimônio intelectual de pais para filhos, ou seja, a possibilidade de os pais acompanharem os filhos na educação média e superior é muito diferenciada, questão que traça limites muito claros para as crianças de pais analfabetos ou com ensino primário incompleto, que constituem a maioria dos setores pobres e rurais do Equador.

.....

Nessas condições, é indispensável criar modelos dinâmicos e interculturais de erradicação do trabalho infantil em escala local que, surgindo das bases comunitárias indígenas e afrodescendentes, possam funcionar nos territórios imediatos (paróquias, cantões e províncias) por meio de um conjunto de alianças, funções, recursos e metodologias. O objetivo central da construção em nível cantonal do Modelo Comunitário de prevenção e erradicação do Trabalho Infantil baseado no diálogo intercultural é fazer com que as populações indígenas e afrodescendentes abordem o problema a partir de sua perspectiva, através de um diálogo intercultural horizontal e respeitoso com a sociedade, a fim de integrar as instituições locais e os agentes educacionais de desenvolvimento, por intermédio de uma atuação destacada da comunidade local organizada, com o propósito de criar uma base institucional forte, com políticas e recursos para fazer frente ao problema de maneira progressiva e sustentada.

Metodologia:

A construção desses modelos de prevenção e erradicação do trabalho infantil começou pela viabilização deste trabalho nos territórios comunais (famílias, comunas, bairros, favelas). Pela experiência até aqui acumulada, a viabilidade das PFTI e o emprego de crianças e adolescentes em atividades econômicas (remuneradas ou não), dentro ou fora das comunidades, é facilmente reconhecida pelas famílias. Em compensação, é preciso que se realize um trabalho de sensibilização e de diálogo intercultural para também evidenciar as situações em que as atividades domésticas, que de modo geral são consideradas “ajuda no lar e trabalho formativo”, podem se tornar trabalho infantil, interferindo, assim, na educação, saúde e lazer das crianças e adolescentes, quando realizadas em horários prolongados ou envolvam cargas pesadas e a manipulação de objetos ou insumos perigosos.

A seguinte atividade chave foi debater com as autoridades comunitárias (prefeitura, associações, pais e mães) o problema para que o assumissem. Isso implica um processo de fortalecimento da capacidade de gestão das autoridades comunitárias em seus territórios comunais, tais como tinham no passado, quando essas autoridades administravam a previdência social das famílias de seu território e resolviam os problemas internos (do apoio a órfãos, viúvas, idosas e deficientes à resolução de conflitos internos, violência intrafamiliar, conflitos no território comunal etc.).

As comunidades e/ou os pais de família se reuniram com a unidade de ensino frequentada por seus filhos (caso as crianças frequentassem várias, seria selecionada aquela em que a maioria estiver inscrita). Nessas reuniões foram feitos vários acordos importantes: (i) o compromisso das famílias de tirar ou prevenir que crianças e adolescentes continuem em situação de trabalho infantil; (ii) a entrega de incentivos às famílias de crianças e adolescentes que assumam esse compromisso, através das próprias diretorias comunais; (iii) o

compromisso das diretorias comunais de monitorar o cumprimento desses acordos, mobilizar a comunidade contra o trabalho infantil, capacitar-se, participar do Comitê de Gestão Local, prestar contas de seus mandatos; (iv) os pais organizarão a alimentação (merenda escolar) contribuindo com uma contrapartida, mecanismo chave para reforçar a educação, implementar novas metodologias de aprendizagem e abordar questões relativas à prevenção e erradicação do trabalho infantil; (v) eventuais colaborações para melhorar a infraestrutura, o material didático e as metodologias de ensino serão acordadas com a escola; (vi) por sua parte, a escola se comprometerá a apoiar o processo, informar o rendimento mensal ou trimestral das crianças e adolescentes e participará dos diversos eventos e das capacitações e avaliações.

Concomitantemente, foi necessário criar a coluna vertebral do Modelo Comunitário de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil, criando-se os Comitês de Gestão Local (CGL) em nível cantonal ou paroquial (neste último caso, para depois passar ao nível de cantão) de acordo com as características específicas de cada localidade e, principalmente, do nível de mobilização e força dos atores interessados no tema para posicionar o problema.

É necessário que as funções do CGL sejam definidas de forma clara. Suas funções são primordialmente três: (i) criar uma política local de prevenção e erradicação do TI e inseri-la no ciclo das políticas públicas dos Municípios, com o orçamento público correspondente e a criação de uma institucionalidade mínima dentro desses organismos, que coordenará com o CGL; (ii) coordenar, fiscalizar e monitorar os serviços oferecidos pelos organismos setoriais nacionais, inclusive os locais, principalmente no que diz respeito aos temas de educação, saúde, previdência social e controle do trabalho infantil, de forma a propiciar uma melhor coordenação, sensibilizá-los e promover sua diversidade cultural para que valorizem e compreendam as culturas indígenas, afrodescendentes e mestiças rurais; mobilizar recursos complementares, avaliar os avanços e solucionar problemas; (iii) tornar-se um organismo para acompanhar a atuação das autoridades comunitárias, para propiciar a gestão de seu território, a previdência social, a criação de empreendimentos e o desenvolvimento de iniciativas que estimulem a criatividade, as habilidades e as destrezas dos adolescentes.

Assim que a institucionalidade local de prevenção e erradicação do trabalho infantil estiver implantada, é necessário trabalhar no sentido de consolidar o processo até que funcione de maneira sustentável, momento no qual o projeto deverá se retirar para que o modelo funcione por conta própria. Os processos de sistematização, participação em redes, criação de parcerias e outras formas de cooperação serão fundamentais para a consolidação, replicação e divulgação do modelo em outros âmbitos.



Desafios:

- » A alternância da liderança comunitária: nas comunidades indígenas, as lideranças comunitárias mudam a cada ano, o que gera certa descontinuidade no trabalho. Isso foi enfrentado por meio da combinação de: (i) mudanças nos regulamentos internos, de forma que permaneçam 30% dos líderes; (ii) elaboração de planos de trabalho comunais de mais de um ano; (iii) uma transição mais organizada (ao longo de um mês) entre as lideranças antigas e novas.
- » Mudança no modelo institucional do Estado no que se refere à infância e adolescência: a Nova Constituição prevê a criação de Conselhos de Igualdade agrupando cinco questões (infância e adolescência, gênero, etnia, mobilidade humana e pessoas com deficiências), substituindo os organismos que funcionavam de maneira independente. No entanto, o processo de mudança demorou e não há clareza quanto à nova institucionalidade. Isso gerou indecisão e confusão nos Conselhos da Infância e da Adolescência, que funcionavam nos GADs municipais. Esse problema foi enfrentado por meio de uma Portaria Municipal adiantando-se (em caráter piloto) a essa mudança institucional, para mostrar ao Governo as diferentes possibilidades de resolver esse problema.
- » Alinhamento político dos GADs em conjunturas eleitorais: no transcurso da intervenção houve uma eleição para presidente, que gerou alinhamentos dos GADs e inclusive das organizações e grupos locais. Isso foi enfrentado colocando-se em primeiro lugar os interesses das crianças indígenas e afrodescendentes em relação às conjunturas políticas.

O governo declarou que erradicará o trabalho infantil até 2015, mas demonstra pouca sensibilidade em relação a outras propostas: os estudos nos permitiram demonstrar que o trabalho infantil, embora tenha caído sensivelmente entre crianças de 5 a 11 anos, cresceu e continua sendo muito importante entre adolescentes, sobretudo na zona rural, indígena afro equatoriana, pobre e ligada à agricultura ou a pesca artesanal e familiar.

Lições aprendidas:

- » A mudança de enfoque na abordagem do trabalho infantil nos povos indígenas e afrodescendentes permite que se apropriem culturalmente da temática: sugeriu-se que os povos indígenas e afrodescendentes têm todos os atributos em sua cosmovisão, história e cultura para lidar com o problema.

- » É possível ter um diálogo intercultural horizontal, respeitoso e mutuamente frutífero para chegar a acordos entre os pontos de vista dos povos indígenas e afrodescendentes sobre a formação das crianças, os limites às tarefas a elas delegadas e as normas internacionais e nacionais sobre trabalho infantil.
- » Os jovens (homens e mulheres, urbanos e rurais, indígenas, afrodescendentes e mestiços) cumprem um papel de articulação entre as gerações, entre os meios urbano e rural e entre diferentes culturas, para chegar de forma criativa a seus pares nas localidades.
- » O enfoque local de trabalho em territórios pequenos (paróquias, municípios) permite que se radicalize o processo de descentralização objetivando uma maior participação e atuação das sociedades locais (especialmente rurais), de maneira a criar modelos comunitários sustentáveis para a erradicação do trabalho infantil em escala local.
- » A incorporação das comunidades, das organizações e dos líderes e intelectuais indígenas e afrodescendentes renovam o conhecimento e contribuem para a construção de propostas inovadoras.
- » É necessário criar metodologias apropriadas aos povos indígenas e afrodescendentes para formular planos comunitários de erradicação do trabalho infantil, metodologias de sensibilização baseadas na arte e comunicação popular e indicadores de acompanhamento que incorporem os conceitos interculturais acordados.
- » É necessário formar equipes de trabalho sólidas e criativas, integradas, em sua maior parte, por indivíduos locais, indígenas ou afrodescendentes bem formados, com alta disposição para o trabalho, que falem a mesma língua e tenham um grande compromisso com o sucesso do trabalho a ser desenvolvido.

Próximos passos:

O próximo passo seria a publicação de portaria municipal institucionalizando o modelo em nível de cantão: isso permite que o tema seja incorporado nos Planos Municipais, na institucionalidade local e nos orçamentos públicos. Além disso, a incorporação de uma proposta piloto para influenciar tanto essas experiências como a formação dos próximos conselhos de igualdade cantonal (gênero, gerações, etnias, mobilidade humana e pessoas com deficiências). A criação de grupos de jovens (redes) que fazem arte, debatem o problema, facilitam processos e mobilizam a sociedade, permitem que um grupo social mantenha a atividade, as reivindicações, as denúncias, a ação, mesmo após a conclusão do projeto. É preciso incorporar mais municípios indígenas e afroequatorianos na experiência para ampliar o seu alcance.



PERU

Aprender a Pensar sobre o Trabalho Infantil (APTI) - Intervindo sobre a família como elemento-chave para combatê-lo

Período de implementação: 2010-2013

Local: Peru

Foco: Educação e conscientização de pais, mães e professores sobre o trabalho infantil.

Organização líder: Fundação Telefônica do Peru

website: <http://www.fundacion.telefonica.com.pe/pronino/>

Resultados: 1.255 beneficiários diretos, pais e mães de crianças trabalhadoras, com baixa escolaridade e vindos de famílias que vivem na pobreza e extrema pobreza de áreas urbanas marginalizadas e rurais do Peru e que foram crianças trabalhadoras em sua infância e adolescência; 90% destes são mães, falantes de espanhol, quechua ou aymará; 59% de crianças deixaram de trabalhar; a quantidade de crianças que trabalhavam de segunda a sexta-feira diminuiu de 49% para 22% dos casos; o número de pais que conseguiu reconhecer os perigos associados ao trabalho infantil aumentou

em 100%; a porcentagem de pais que considerava que tratavam bem dos seus filhos aumentou em 63%.

Contexto e objetivos:

De acordo com a Pesquisa Nacional de Lares (ENAH) de 2011, aproximadamente 1,65 milhões (23,4%) de crianças entre 06 e 17 anos trabalham no Peru. As estatísticas mostram que aproximadamente uma em cada cinco crianças (18,4%) entre 06 e 13 anos, bem como um em cada três adolescentes (32%) entre 14 e 17 anos trabalham, sendo que no Peru a idade mínima para se trabalhar é de 14 anos. A maioria de crianças trabalhadoras (58,7%) pertence a famílias rurais e realiza trabalhos agropecuários. 41,3% dos que vivem nas cidades trabalham em negócios familiares, nas ruas, em trabalho doméstico, com reciclagem ou construção, existindo uma grande quantidade de trabalhadores familiares não remunerados. Embora a maioria das crianças trabalhadoras frequentem a escola e trabalhem (95% na educação primária), não são poucos os que se dedicam exclusivamente ao trabalho (6,1%), vivem em áreas rurais e são adolescentes e mulheres.

Estudos realizados no Peru evidenciaram que existem percepções e atitudes idiossincráticas dos pais de família que motivam o trabalho infantil. Estas seriam provenientes, em grande medida, da própria experiência dos pais com trabalho infantil em sua infância e que servem de base para as decisões que eles tomam a respeito. As imperiosas demandas da pobreza, entre outros fatores, geram dificuldade para se refletir sobre as circunstâncias familiares, a longo prazo, as necessidades específicas das crianças, ou seus direitos, levando a pensar que o trabalho infantil é um “mal necessário” ou “algo natural da própria cultura”.

As evidências observadas demonstraram que os pais e mães de família que têm a oportunidade de usar suas capacidades reflexivas para tomarem as decisões sobre o trabalho infantil procuram evitar esta atividade para os seus filhos, são conscientes dos seus riscos, procuram gerar condições de proteção para os menores, financiam e apoiam o desenvolvimento escolar das crianças, não designam tarefas perigosas ou que impliquem em muito esforço e regulam as suas atividades com horários que não prejudiquem os estudos.

A seguir, apresentou-se o projeto Aprender a Pensar sobre o Trabalho Infantil (APTI) com o objetivo de desenvolver pensamento reflexivo sobre o trabalho infantil nos pais e mães de família de crianças que trabalham ou que estão sob o risco de fazê-lo, e influir nos seus processos de tomada de decisões a respeito, tendo como base o interesse superior da criança. A iniciativa se desenvolve no contexto do programa Pró-criança da Fundação Telefônica, em associação com o Centro de Estudos Sociais e Publicações (CESIP) – Lima, com o Instituto



de Desenvolvimento Local (IDEL) – Huancayo, com a Rede Titikaka – Puno e com a Associação de Publicações Educativas.

Metodologia:

A APTI é um modelo de trabalho coletivo com enfoque de desenvolvimento de capacidades através da promoção do pensamento reflexivo de pais e mães de família que vivem em situação de pobreza. Desenvolve-se como um programa de sete sessões com os Grupos de Aprendizagem Reflexiva (GAR), integrados cada um por 10 a 12 pais de família e conduzido por um psicólogo. Tendo como princípios o respeito, a confidencialidade e a escuta sensível, no grupo são desenvolvidas aprendizagens que partem do relato da própria existência vivencial dos participantes. O objetivo é que os mesmos participantes identifiquem alternativas e descubram as condicionantes do trabalho infantil desde a sua própria experiência e escutando a dos outros participantes. Os pais fazem a análise de seu papel atual como pais ou mães de família, contrastando ambos os períodos (o seu passado como filhos e seu presente como pais), e desenvolvem uma “percepção” das necessidades específicas dos seus filhos. Posteriormente, os pais dialogam sobre os riscos aos quais foram expostos quando eram crianças trabalhadoras e aos quais, na atualidade, estão expondo seus filhos.

A seguir se discute o papel da educação como mecanismo de superação da pobreza e as necessidades infantis que vão além da sobrevivência material, tais como afeto, recreação e a necessidade de ser visto como sujeito.

Lições aprendidas:

- » A importância da dimensão familiar na abordagem do problema do trabalho infantil torna necessário o desenvolvimento de métodos validados e efetivos que respondam a isto;
- » Deve existir uma instituição executora comprometida com o combate ao trabalho infantil, aberta à compreensão de que esta problemática não pode ser enfrentada sem trabalhar a subjetividade dos atores envolvidos (pais, docentes e crianças trabalhadoras);
- » Para se ajustar à subjetividade das pessoas e ao seu contexto, o psicólogo-colaborador deve pertencer ao ambiente cultural dos participantes, deve receber uma capacitação inicial, e realizar acompanhamento para validar as técnicas aplicadas;
- » Podem ser feitas adaptações aos ambientes culturais diversos, já que a metodologia é flexível.

Desafios:

- » O pequeno alcance de cobertura que cada grupo GAR tem (10 a 12 participantes), para o qual foi gerado um novo formato para atender a mais de 30 pais por sessão, com um manual e três vídeos que recriam os diálogos dos pais de família com a finalidade de gerar grupos de discussão sobre o tema com um maior número de pais de família.

Próximos passos:

o desenvolvimento da capacidade de pensar reflexivamente sobre o trabalho infantil tem o potencial de produzir mudanças de atitudes e de condutas que oferecem sustentabilidade à intervenção no tempo. Os pais de família veem de outra maneira a sua vida familiar e procuram uma melhora das condições de vida, assumindo de maneira autônoma o seu protagonismo no desenho e na formação de um plano familiar que considera as necessidades das crianças. Observou-se que quando a APTI é aplicada conjuntamente com outra intervenção, por exemplo, de Empreendimentos Produtivos para famílias (CESIP), o impacto é maior e a sustentabilidade das mudanças são ainda mais duradouras.



NICARÁGUA

Crianças Lideram o Caminho

Período de implantação: desde 2011

Onde: Nicarágua

Foco: Mobilização social, educação e proteção das crianças que trabalham na agricultura extensiva.

Organização líder: Save the Children

Website: <http://www.savethechildren.org.ni/>

Resultados: Sensibilização das autoridades locais e trabalho em conjunto com todas as organizações parceiras para criar alternativas que possibilitem processos participativos; conscientização dos gerentes agrícolas através de processos de negociação que demonstram como a oferta de alternativas educacionais e recreativas para as crianças pode gerar lucros em termos da produtividade dos adultos; sensibilização dos pais sobre a importância de enviar seus filhos para alternativas educacionais que lhes permitam ascender na cadeia de produção; destaque para a importância da qualidade da educação para que as crianças tenham mais interesse pela escola do que pelo trabalho.

Contexto e objetivo:

Na Nicarágua, a idade legal de trabalho é 14 anos. Entretanto, o consentimento dos pais é necessário para que adolescentes entre 14 e 16 sejam empregados. O Código Trabalhista determina que adolescentes de 14 a 17 anos de idade só podem trabalhar no máximo seis horas por dia, não podem trabalhar à noite e estão proibidos de exercer funções em locais de trabalho perigosos. A Constituição estabelece que as crianças não possam ser empregadas em trabalhos que interferiram com o seu desenvolvimento ou escolaridade, e que elas têm direito à proteção contra a exploração econômica e social.

Apesar desta legislação e da participação da Nicarágua em iniciativas para eliminar as piores formas de trabalho infantil, há oficialmente cerca de 315 mil meninas e meninos que trabalham, o que representa 18% do total da população nesta faixa etária. Entre estes, 44% estão abaixo da idade mínima legal para o trabalho e 77% começaram a trabalhar antes da idade legal. As crianças, em sua maioria, estão envolvidas nos setores de agricultura, comércio informal e atividades domésticas, e respondem por 23% da renda familiar.

Especialmente no setor agrícola e, particularmente, nos cafezais, milhares de crianças trabalhadoras são expostas ao trabalho nocivo e perigoso. As violações que ocorrem são principalmente relacionadas a atividades perigosas que envolvem questões de segurança e saúde profissional. Os perigos mais comuns incluem: exposição a produtos tóxicos, incluindo pesticidas, utilização de ferramentas inadequadas (por exemplo, facões e tratores), exposição a condições meteorológicas extremas, cargas pesadas e longas horas de trabalho. Além disso, o trabalho sazonal tem uma clara interseção com a migração. As crianças acompanham a família e se estabelecem em novos ambientes, onde muitas vezes não existe uma estrutura de atendimento para a criança mais nova, nem serviços de saúde e educação, aumentando assim a probabilidade de crianças serem empregadas no trabalho agrícola. Em muitos casos, as crianças abandonam a escola para participar da produção, colheita e processamento do café como forma de aumentar a renda familiar. Nas áreas rurais, a maioria dos meninos e meninas só concluem as quatro séries iniciais. A intervenção ocorre em locais em que essa situação é particularmente grave: em Tuma-Dalia, apenas 67 % das crianças de 3 a 17 anos de idade frequentam a escola e, em Rancho Grande, a porcentagem é ainda menor: 56%.

Metodologia:

A prática ocorreu em grandes plantações de café. Seu objetivo é oferecer uma resposta integral às necessidades das crianças por meio de modelos de educação a fim de protegê-las

contra as piores formas de trabalho infantil. Ela oferece diferentes respostas com base no ciclo de vida dos indivíduos.

Para as crianças mais novas, de 6 a 13 anos, o foco é impedir que sejam empregadas em trabalho prejudicial nas plantação de café, garantindo a continuidade da educação formal e cuidados adequados enquanto os pais estão trabalhando e recebendo orientação profissional. Em colaboração com os Ministérios da Educação, Trabalho e Saúde, a organização Save the Children apoia a implementação do “Plano Colheita”, uma estratégia integral que inclui uma ponte de ensino através do fornecimento de um “passaporte educação” e atividades adicionais, como conscientização sobre direitos, clubes de leitura e orientação vocacional, incluindo as áreas de confecção de joias, cuidados de beleza, carpintaria, panificação, em pequenos grupos com um instrutor adulto. Esta estratégia permite que as crianças completem sua educação formal e tenham uma ideia de diferentes profissões possíveis para que elas possam construir o seu projeto de vida, indo além da experiência dos pais com a colheita de café.

Para os mais velhos, de 14 a 18 anos, a iniciativa oferece alternativas ao trabalho prejudicial através de uma formação profissional sólida na área da agricultura, com um forte foco na produção de café, que lhes permitirá ampliar sua atuação na cadeia de produção, bem como gerar mais renda em suas próprias terras. Os adolescentes aprendem sobre controle de pragas, agricultura orgânica, fertilizantes e as culturas locais. Há um forte compromisso com o cuidado e a proteção do meio ambiente para promover a agricultura sustentável.

Em ambos os grupos, foi implementada uma abordagem inovadora de equidade de gênero, para oferecer oportunidades iguais para meninos e meninas e tratar de suas vulnerabilidades específicas.

A fase de implementação envolveu autoridades locais, incluindo ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, em combinação com a Save the Children, organizações parceiras, agricultores, comunidades e escolas. A estratégia é realizada por parceiros locais, em coordenação com os ministérios da Educação, Saúde e Trabalho, com o envolvimento das comunidades e a organização Save the Children.

O programa CLW na Nicarágua desenvolve estratégias para a prevenção da evasão escolar, incluindo iniciativas para garantir o acesso e a permanência das crianças trabalhadoras menores de 14 anos no sistema escolar. Além do apoio para o desempenho acadêmico, o programa também promove o interesse na leitura, sensibilização sobre os direitos da criança, apoio a atividades artísticas, culturais e esportivas. Para os adolescentes de 14 a 18

anos, o Programa promove a formação vocacional e profissional, para que tenham acesso ao trabalho decente.

Em La Dalia, o “Plano Colheita” (Plan Cosecha) é implementado pela ONG local CESESMA, com a participação do MINTRAB (Ministério do Trabalho), SILAIS (Ministério da Saúde) e MINED (Ministério da Educação). O “Plano Colheita” é uma estratégia acordada pelo governo para proteger as crianças contra a exploração e garantir que elas continuem a receber educação durante o período de colheita do café. Os parceiros Cuculmeca, MITRAB e SILAIS articulam a experiência “Pontes de Educação”, como parte do Plano, visando garantir os direitos das crianças à saúde, educação e proteção. À medida que os pais migram para as fazendas com seus filhos, as crianças recebem um “Passaporte de Educação”, que especifica seu nível educacional. Ao chegar às fazendas, um educador é contratado pelo administrador para seguir com as atividades de educação, a fim de evitar a evasão escolar. O passaporte é então preenchido com o progresso da criança e permite-lhe voltar para a escola. O passaporte de educação é uma excelente ferramenta para garantir que a escola receba a criança após o período de colheita do café e para acompanhar o progresso da criança. Isso é fundamental para evitar a evasão escolar, pois as crianças não são obrigadas a repetir o ano. Evita-se assim que as crianças se envolvam no trabalho, mantendo-as na escola.

As fazendas também desenvolvem atividades de proteção à criança contra o abuso e exploração sexual. Recreação e esportes também são incentivados através de espaços de leitura, campos de esporte, centro de informática e espaços de arte e artesanato. Através de atividades específicas, as crianças aprendem sobre os seus direitos, como oficinas sobre as piores formas de trabalho infantil promovidas pela rede de proteção à criança.

Em El Cua, os jovens recebem formação profissional em agricultura e produção de café. O currículo é composto de diferentes módulos, incluindo a produção de café, a identificação de pragas, produção de pesticidas orgânicos e compostagem, agricultura orgânica, grãos básicos, pecuária, ecoturismo, etc. Os módulos são muito práticos e são oferecidos de acordo com a demanda e os interesses de juventude. Além disso, estes módulos são agora reconhecidos pelo Ministério da Educação, e os jovens podem usá-los para prosseguir para o ensino secundário e universitário também.

A fase de monitoramento e avaliação é realizada em conjunto com as autoridades locais, membros e *Save the Children*. O projeto foi elaborado pela equipe de M&A. e o grupo *Save the Children* realiza atividades regulares de monitoramento e avaliação a fim de mensurar e validar os resultados para realizar melhorias e documentar os avanços. Uma linha de base foi realizada.



Desafios:

Há poucas escolas secundárias ou técnicas locais, que são em grande parte subfinanciadas e cobram matrículas e mensalidades altas e outras despesas (transporte, livros, etc.) Isso dificulta a matrícula e permanência das crianças na educação que poderia levar a melhores oportunidades em suas vidas. Além disso, o currículo oferecido pelas escolas não incentiva a atenção das crianças trabalhadoras, uma vez que não lhes oferece conteúdo relevante para suas vidas diárias e realidades. Os professores não têm a formação necessária para oferecer educação de qualidade e relevante. Mesmo as escolas técnicas não têm sido capazes de proporcionar a formação necessária e útil em conexão com oportunidades de mercado reais nos vários níveis da cadeia de produção e comercialização. Os altos níveis de evasão escolar, o número de crianças que repetem a série e o número de crianças que faltam às aulas é em grande medida refletido na população de trabalhadores infantis.

Lições aprendidas:

- » A riqueza do ambiente de leitura: a falta de oportunidades de acesso a livros e alfabetização é um problema. Pais, professores, comunidades, produtores, administradores das fazendas, autoridades locais, todos reconhecem a importância da alfabetização e promoção de espaços/atividades para desenvolver nas crianças e jovens o prazer da leitura. As diferentes estratégias desenvolvidas pela experiência incluem espaços de leitura, contar histórias, oficinas de leitura/escrita criativa, feiras de livros, treinamento de monitores, redes de promotores de leitura. Estas iniciativas foram exitosas e poderiam servir de ferramenta para melhorar os resultados de aprendizagem.
- » Participação das crianças: as crianças adquirem habilidades de liderança através de diferentes atividades e aprendem sobre seus direitos e responsabilidades. Elas são organizadas em redes de crianças e promotores infantis. Estas redes permitem a aprendizagem e a mobilização entre pares.
- » Igualdade de gênero: abordagens de gênero são cuidadosamente adotadas no programa. Entre algumas das inovações que este projeto traz está a forma como as questões de gênero são levantadas e abordadas por meninos e meninas. Dois grupos específicos de crianças, a Redes de Meninas e Rede de Masculinidade, permitiram que as crianças se apropriassem de questões de equidade de gênero: equidade de direitos; proteção contra a violência, incluindo a violência sexual; prevenção da violência; práticas parentais; os papéis de meninas e meninos na sociedade; questões de saúde reprodutiva e muito mais. Além disso, através de orientações e treinamentos profissionalizantes, meninos e

meninas são convidados a questionar os papéis e profissões tradicionais que vigoram na sociedade.

- » O valor agregado do Projeto CLW para o Plano Colheita e as Pontes de Educação: o Plano Colheita é um esforço conjunto envolvendo organizações da sociedade civil e governo para impedir o trabalho infantil no setor cafeeiro. Com o apoio da Save the Children, esta iniciativa foi aperfeiçoada e reforçada. As diferentes atividades promovidas para garantir a educação das crianças durante o período de colheita têm sido úteis para evitar a evasão escolar e falhas do sistema escolar.
- » Como o CLW contribui para melhorar a qualidade da educação para as crianças trabalhadoras? Desde o início da elaboração do Programa CLW, a estratégia principal foi promover o “Trabalho Decente” para as crianças que trabalham, lutar contra a exploração infantil e proteger as crianças das piores formas de trabalho infantil. Iniciativas de educação, incluindo acesso/retenção no sistema escolar e formação profissional, incluindo habilidades de vida, são consideradas uma maneira fundamental de proteger as crianças. A questão da qualidade da educação precisa ser introduzida como uma prioridade, a fim de alcançar os resultados esperados.
- » Envolvimento do setor privado: Os administradores das fazendas colaboradoras estão empenhados em contribuir para a garantia dos direitos das crianças e há um esforço conjunto de todos os atores para garantir a proteção das crianças nas fazendas.

Próximos passos:

Uma avaliação intermediária e uma avaliação final serão realizadas para avaliar o alcance dos objetivos. Durante o primeiro ano do programa, a Save the Children finalizou e implementou um plano de monitoramento que mede impactos, em vez de medir a realização das atividades. Isso faz parte de um sistema de monitoramento e avaliação que também desenvolve um conjunto de indicadores comuns que permitem acompanhar as crianças que trabalham, o que alimenta a geração de conhecimento sobre o assunto.



BRASIL

Curso Online - A Escola no Combate ao Trabalho Infantil (ECTI)

Período de implantação: Desde 2012

Onde: Brasil

Foco: Criação de capacidades nos sistemas educativos para enfrentamento ao trabalho infantil.

Organização Líder: Fundação Telefônica Brasil

Website: www.promenino.org.br/ecti

Resultados: 6.500 pessoas participam do curso a cada semestre, 55% são profissionais da rede municipal de ensino e 36% da rede estadual; para 72% dos participantes, o curso mudou totalmente a forma de ver o fenômeno do trabalho infantil; 24,2% dos participantes passaram a perceber o seu papel como defensores de direitos; 23,7%, perceberam que conheciam pouco o ECA e seus dispositivos legais; 22,9%, passaram a entender a importância de tratar a temática nas suas aulas e/ou atividades.

Contexto e objetivos:

Em 2007, com a promulgação da lei 11.525/07, que incluiu no currículo do ensino fundamental conteúdos que tratam dos direitos da criança e do adolescente, professores usuários da Rede Pró-menino buscaram na Fundação Telefônica e na Rede Pró-menino apoio para implantar o ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas escolas.

A Fundação Telefônica Brasil estruturou um curso à distância sobre o ECA para professores e coordenadores pedagógicos. Entre 2009 e 2011, foram realizados cinco cursos on-line. Em 2012, acrescentaram-se conteúdos referentes ao combate ao trabalho infantil, o que deu origem ao projeto “A Escola no Combate ao Trabalho Infantil” (ECTI). Os seus objetivos específicos são a criação e ampliação de uma cultura de direitos, em oposição à aceitação cultural que o trabalho infantil encontra no país; a capacitação dos educadores para discutir questões relacionadas ao trabalho infantil; o incentivo à prática do combate ao trabalho infantil por meio de ações em rede; e o fomento à participação de educadores e alunos na Rede Pró-Menino.

A rede Pró-menino Fundação Telefônica é uma iniciativa da Fundação Telefônica/Vivo que busca contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e combater a exploração do trabalho infantil com o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), mobilizando pessoas, disseminando informações e realizando capacitações.

Metodologia:

As atividades são realizadas através do ensino à distância (EaD) por meio das comunidades virtuais de aprendizagem da Rede Pró-Menino. O curso é composto por seis módulos que objetivam que os educadores participantes se transformem em produtores de material sobre o tema, compartilhando os materiais, experiências e dúvidas tanto na plataforma de educação à distância como na Rede Pró-Menino, por meio da qual poderão interagir com internautas em geral. São utilizados diversos recursos de ensino a distância e de tecnologia da informação – como chats, fóruns, textos de apoio, web transmissões, vídeo-aulas etc, a partir do conceito de *knowledge on demand*, que permite que os educadores desenvolvam seu processo de formação em horários flexíveis e adequados às suas rotinas. O programa de formação utiliza as seguintes estratégias de atuação: i) irrigação: quando a rede disponibiliza informações para o usuário; ii) participação: quando o internauta se converte em produtor do conhecimento e compartilha suas experiências locais; iii) interação: com a promoção da interconexão de usuário com usuário. A carga horária total do curso é de 60 horas.

Desafios:

Ainda existe resistência à ampliação da visão do professor com relação à necessidade da implantação de uma cultura de direitos na escola, à importância do ECA e ao papel da escola e do professor na defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, a experiência demonstrou a dificuldade de incluir a escola com a comunidade e a família, já que apenas 2,3% das atividades envolveram a comunidade como um todo ou a família.

Lições Aprendidas:

Os números e perfil dos participantes mostram a necessidade e a importância da busca de parcerias com as redes municipal e estadual de educação. A Rede Municipal, apesar de mais pulverizada e de difícil acesso por conta da distribuição geográfica, traz bons resultados quando atingida. A Rede Estadual demonstrou uma maior burocracia e consequente demora no contato com os professores.

Próximos passos:

Dados mostram o potencial do curso para levar novos usuários à Rede Pró-Menino, uma vez que todos os inscritos no curso são cadastrados também na Rede. Além das postagens realizadas na Rede Pró-Menino, foram recebidos cerca de 40 trabalhos de participantes, relatando as atividades que fizeram em sala de aula com seus alunos. A proposta é que estes trabalhos sejam analisados e possam se transformar em exemplos de atividades para as próximas turmas.

Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente – Programa Saúde do Adolescente

Período de implementação: Desde 2004

Onde: Brasil

Foco: Atenção à saúde de crianças e adolescentes trabalhadores.

Organização Líder: Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador.

Website: www.saude.gov.br

Resultados: Em 20 unidades da federação, foram realizados 30 Cursos de Sensibilização para Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes Economicamente Ativos (entre 2004 e 2006), capacitando 1.121 técnicos; entre 2004 e 2009, uma série de providências foram implementadas na área de política de saúde no enfrentamento ao trabalho infantil, entre elas, a Publicação da Portaria 777 do Ministério da Saúde (de 28 de abril de 2004); a elaboração das diretrizes de complexidade diferenciada para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos, em 2005; e a elaboração de Instrução Normativa para notificação de acidentes de trabalho no universo infanto-juvenil. Houve aproximação institucional entre o Ministério da Saúde e o Ministério Público do Trabalho, com vistas à construção de fluxogramas de informações. Além disso, em 2006, o Ministério da Saúde e a OIT publicaram os Módulos de Autoaprendizagem sobre Saúde e Segurança no Trabalho Infantil e Juvenil.

Contexto e objetivo:

No Brasil, a 1ª Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente busca apoiar a prevenção, a identificação e a erradicação do trabalho infantil e prestar atenção integral à saúde. A Política enfatiza a ação intersetorial, prevenindo atividades conjuntas com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Esporte, o Ministério da Justiça, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), o Ministério Público da União (MP), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), os operadores do Direito, o Conselho Nacional dos Direitos

da Criança e do Adolescente (CONANDA), entre outros. Entre as ações da Política estão a realização de atividades educativas voltadas às crianças e a seus pais para promoção do conhecimento sobre o impacto do trabalho infantil sobre a saúde; a identificação de doenças e acidentes em decorrência do trabalho infantil que chegam ao serviço de saúde; inclusão dos itens “ocupação” e “ramo de atividade” em todas as fichas de atendimento individual de crianças acima de 5 anos; a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos; a capacitação de recursos humanos da área de saúde para identificar e encaminhar problemas de saúde decorrentes do trabalho e atuar como agente promotor de saúde informando os riscos do trabalho precoce.

Metodologia:

O Ministério da Saúde, através da Área Técnica de Saúde do Trabalhador (CGSAT), estruturou as primeiras ações de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesta direção, destaca-se a promulgação da Portaria 777, do Ministério da Saúde, de 28 de abril de 2004, que instituiu a elegibilidade de crianças e adolescentes acidentadas no trabalho como evento passível de notificação compulsória em Rede de Serviços Sentinela.

As ações de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde, são implantadas através da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). A RENAST, uma rede nacional de informação e práticas de saúde, é uma das principais estratégias do Ministério da Saúde para a implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, que também abrange as ações direcionadas para o trabalho infanto-juvenil. A RENAST abrange 180 Centros de Referência Estaduais e Regionais em Saúde do Trabalhador (CERESTs), que são serviços especializados, de abrangência estadual ou regional, com o objetivo de promover a articulação das ações de saúde, intra e intersetorialmente em seus territórios de abrangência. No que se refere ao trabalho infantil, compete aos CERESTs contribuir na identificação e avaliação da saúde de adolescentes e crianças submetidos a situações de trabalho, assim como atuar com outros setores de governo e da sociedade na prevenção do trabalho infantil.

Quando se trata de trabalho precoce identificado no âmbito familiar ou comunitário, o agente de saúde que constata o caso encaminha-o de outra maneira, uma vez que está preparado para caracterizar o problema e instruir, sobretudo os pais, quanto aos efeitos perversos do trabalho precoce. Como estratégia de comunicação e educação para a saúde, um material informativo foi elaborado para campanha nacional de educação e saúde. O material pro-

duzido mostra consequências da exposição da criança a ambientes de trabalho insalubres, perigosos e penosos.

Em oficinas de capacitação, profissionais da saúde são sensibilizados sobre a construção de soluções conjuntas no enfrentamento ao trabalho infantil. A metodologia empregada foi eficaz ao valorizar o conhecimento dos profissionais e estimular a busca de novos conhecimentos e soluções adequadas às suas realidades. A formação também possibilitou apresentar as redes intersetoriais e interinstitucionais de cada contexto sociocultural, as prerrogativas legais e o fluxograma de atendimento. Nas oficinas, concluiu-se que as políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social, entre outras, são complementares e devem ser executadas de forma integrada.

Desafios:

Ainda em 2004, a CGSAT avaliou que havia número reduzido de técnicos para todas as ações de saúde do trabalhador no país. Baseado nesta avaliação, encaminhou proposta discutida e pactuada nacionalmente de criação de um centro colaborador para a implementação da 1ª Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente. Assim, tal centro colaborador veio a ser o Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA), criado em 1974 pelo Departamento de Medicina Interna da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com o objetivo de ser a unidade docente-assistencial responsável pela atenção integral à saúde de adolescentes e jovens com idade entre 12 e 20 anos. O NESA passou a discutir ações na área da saúde para o enfrentamento ao trabalho infantil e a receber financiamento do Ministério da Saúde para esse fim. No âmbito das ações do NESA, o Programa de Saúde do Trabalhador Adolescente (PSTA) vem desenvolvendo, desde o início de 1990, ações de ensino, pesquisa e extensão universitária relacionada à saúde de crianças e jovens economicamente ativos. Em função do acúmulo de conhecimento na temática, o PSTA teve participação ativa na construção da Política.

Lições aprendidas:

Verificou-se que o Programa de Saúde da Família é estratégico no enfrentamento ao trabalho infantil, na medida em que os agentes comunitários de saúde desenvolvem trabalho que lhes dá acesso aos domicílios e, portanto, às famílias. Além disso, constatou-se a relevância da escola na identificação de crianças e adolescentes trabalhadores, bem como na construção de ações de educação e saúde neste espaço; e a pertinência de programas de transferência

de renda como o PETI, no que se refere às ações de geração de emprego e renda para as famílias. Por fim, avaliou-se a necessidade de conhecimento e divulgação das ações empreendidas por lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil.

Próximos passos:

A participação ativa dos CERESTs, tanto na organização dos cursos de educação continuada quanto no comprometimento com as propostas construídas nos grupos de trabalho (recomendações elaboradas pelos participantes dos cursos), são importantes no processo de expansão e descentralização das ações. Observa-se que nos estados onde foram realizadas capacitações existe participação efetiva dos centros de referência, como polos irradiadores das ações. A Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador integra as diferentes áreas estratégicas do governo e faz com que o enfrentamento do problema seja realizado de forma integral, contando com a área da saúde sensibilizada e preparada para identificar e encaminhar para soluções. A criação e aplicação do fluxo de atendimento (sequência de procedimentos ao identificar um caso de criança no trabalho infantil que chega ao serviço de saúde) contribuem para a integração da rede de saúde com a rede de proteção e para a garantia de direitos.

Programa Me Encontrei: Modelo de inclusão de trabalhadores adolescentes de 14 a 17 anos no sistema de formação laboral, proteção integral e emprego juvenil.

Período de Implantação: Desde 2010

Onde: Brasil

Foco: Transição escola-trabalho.

Organização Líder: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Website: <http://www.senaimt.com.br/site/>

Resultados: 237 adolescentes de 14 a 17 anos, retirados do trabalho infantil ou em situação de vulnerabilidade social, concluíram os cursos de Curso de Auxiliar Administrativo Industrial (SENAI) e Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Serviços de Supermercado (SENAC), estando empregados durante o período; fortalecimento de vínculos familiares e melhora nas condições socioeconômicas dos adolescentes e suas famílias; sensibilização das famílias, das instituições e dos empregadores sobre a realidade dos adolescentes trabalhadores, dos riscos das piores formas de trabalho infantil e de seus direitos a ter condições protegidas com oportunidade de profissionalização e permanência no sistema escolar; gestão articulada entre diferentes instituições, setores e políticas públicas para garantir a atenção e formação integral dos adolescentes.

Contexto e objetivo:

O fenômeno do Trabalho Infantil no Estado do Mato Grosso, região centro-oeste do Brasil, tem sido alvo de estudos e acompanhamento de evolução dos indicadores. Os principais setores da economia que empregam em Mato Grosso são: serviços, comércio, agrícola, industrial e o de construção. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 demonstra, que em Mato Grosso, 395 crianças entre 5 a 9 anos, 22.919 entre 10 a 14 e 56.898 entre 15 a 17 anos tinham algum tipo de ocupação. A taxa de analfabetismo evoluiu em 1,2 pontos percentuais desde 2004. Na região Centro-Oeste, conforme a PNAD de 2008 do IBGE, 18% das crianças e os adolescentes de 5 a 13 anos que possuem alguma ocupação não frequentam a escola. Para a faixa etária dos 14 aos 17 anos, 20,4% daqueles com ocupação não frequentam a escola, enquanto que dentre as não ocupadas o patamar obtido foi de 11,4%. Comparativamente, observamos que de 15 a 17 anos houve um aumento da taxa de ocupação em 6,97%. Consequentemente, a idade de maior índice de probabilidade da inserção no Trabalho infantil, coincide com o momento que deixam o Programa de Erradicação ao trabalho Infantil - PETI.

Metodologia:

- » Planejamento: Formulação do desenho de plano de trabalho; definição dos atores institucionais; definição das políticas públicas viáveis de serem articuladas; estabelecimento de acordos para a gestão integral. Neste momento é fundamental a coordenação com a Secretaria Estadual de Educação para que os adolescentes sigam cursando ou ingressem na escola pública, garantindo sua formação acadêmica básica. Momento de sensibilização com as empresas, para que se assegure o cumprimento da Lei de Aprendizagem e contratem os beneficiários do Programa.
- » Preparação: Os adolescentes ingressam no Programa de diferentes modos: convocação específica de alguma empresa; interesse que os próprios adolescentes demonstram de vincular-se ao Programa, por meio de escritórios de serviço social ou na entidade de formação; por meio de contato direto os profissionais dos serviços de assistência social (CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, etc.) nas escolas e comunidades e através do processo de fiscalização dos inspetores de trabalho que retiram adolescentes do trabalho infantil e os convidam a participar do Programa. Uma vez identificado o possível beneficiário, feita sua inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e preenchida sua ficha no Me Encontrei: 1) O órgão municipal de assistência social apresenta o Programa ao adolescente e dialoga com ele e sua família para explicar os benefícios da profissionalização e fazer o acompanhamento durante todo o processo; 2) A Secretaria de Educação verifica se o adolescente frequenta alguma instituição educativa e toma as providências cabíveis (transferências de escolas ou turnos) para que a Aprendizagem não atrapalhe a jornada escolar; 3) A Superintendência Regional do Trabalho sensibiliza as empresas para que se associem ao Programa, cumpram com a Lei de Aprendizagem e contratem os adolescentes beneficiados.
- » Implementação: momento de viabilização da gestão articulada de diferentes setores e instituições para assegurar a atenção integral e a formação para o trabalho; definição da agência responsável pela execução técnica e financeira do programa de ação e dos membros do Comitê Gestor; o processo de profissionalização é implementado pelo Sistema S¹, que também dá aulas de reforço da formação básica (português e matemática) com o objetivo de suprir as deficiências escolares e ensinar noções de sociabilidade empresarial; orientação e acompanhamento às famílias para fortalecer vínculos afetivos, capaci-

¹ **Sistema S** refere-se ao conjunto de Serviços para a formação profissional nos setores industrial (SENAI), comercial (SENAC), agrícola (SENAR), de transportes (SENAT) e cooperativas (SENASCOP). É administrado pelos empregadores do setor privado e supervisionado pelo governo brasileiro.

tar para o trabalho, apoiar a busca de emprego para os pais, vincular outros integrantes da família à escola e promover o acesso a serviços de saúde. Ao ingressar no Programa, o adolescente tem um contrato de trabalho firmado com a empresa e passa a receber salário proporcional e o tempo de formação é de um ano, com quatro meses de ensino em aula e oito de prática nas empresas contratantes, que podem prorrogar o prazo por mais de um ano. Nesta fase há um monitoramento para verificação do compromisso das entidades participantes e a participação dos adolescentes em pelo menos 75% das atividades durante o ano de formação.

- » Controle/avaliação: durante o processo de formação se realizam duas sessões de monitoramento formal para identificar a evolução das condições de vulnerabilidade ao trabalho infantil. Assim que termina o período de formação, o adolescente participa de avaliação para identificação dos efeitos do Programa em sua preparação para a vida profissional, no fortalecimento das condições socioeconômicas das famílias e na aprendizagem derivada de trabalho em condições protegidas.

Desafios:

- » Articular e coordenar a gestão entre as instituições públicas e dinamizar a relação com as outras entidades participantes.
- » Convencer as empresas para que participem do programa e aceitem vincular adolescentes que, na maioria dos casos, são discriminados por pertencer a comunidades vulneráveis.
- » Carência de recursos de investimento para fortalecer as estruturas de serviços de assistência social para a atenção aos beneficiários.
- » Dificuldade de implementação de algumas políticas públicas que beneficiam os adolescentes e suas famílias.

Lições aprendidas:

A experiência representou efetivo processo de articulação de políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes nos diversos setores garante a atenção integral baseada no enfoque de direitos.

O cumprimento do marco da lei a fim de promover a formação para o trabalho juvenil em condições protegidas representa uma oportunidade para as comunidades e um investimento no fortalecimento do setor produtivo.

O fomento de oportunidades de desenvolvimento sustentável para os adolescentes e suas famílias é bem recebido e contribui para a geração de confiança na institucionalidade do Estado.

Próximos passos:

Para o futuro, é importante que haja disponibilidade de vagas para Aprendizagem no Sistema S ou demais instituições autorizadas a oferecê-la, além de interesse das empresas e envolvimento de atores institucionais governamentais (União, Estado e Município) e Ministério Público do Trabalho.

PETECA (Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente)

Período de Implantação: Desde 2008

Onde: Brasil

Foco: Mobilização social para erradicar o trabalho infantil e garantir sua inserção escolar.

Organização Líder: Ministério Público do Trabalho (MPT)

Website: <http://www.peteca2008.blogspot.com.br/>

Resultados: A abordagem sistemática do tema trabalho infantil em sala de aula já ocorre em 9 Estados brasileiros, 171 Municípios e 2.636 escolas, envolvendo 13.354 professores e 454.000 alunos; as atividades do Programa têm motivado muitos alunos a participarem mais efetivamente nas atividades escolares, melhorando a frequência e permanência na Escola; fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; rompimento da cultura de tolerância ou indiferença para com a exploração da criança e do adolescente no trabalho. Muitos educadores passaram a conceber o trabalho infantil como um grave problema social.

Contexto e objetivo:

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domiciliar (PNAD), realizada em 2007, revelou um universo de 4,8 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil, representando 7,5% da população existente nessa faixa etária. Mencionada pesquisa demonstrou que a mão-de-obra infantil foi constatada, principalmente, no trabalho familiar e nas atividades informais urbanas, além do trabalho infantil doméstico exercido por cerca 8% das crianças e adolescentes trabalhadores.

Dentro deste contexto, o MPT tem intensificado esforços e ações preventivas ao trabalho infantil, contribuindo para que referido tema comece a ser abordado no âmbito escolar e, assim, conscientizar sobre essa forma de exploração e os efeitos nocivos dela decorrentes. O MPT do Estado do Ceará, no Brasil, firmou Acordo de Cooperação Técnica com as Secretarias Municipais de Educação, com base nos quais se iniciou o Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca).

O principal objetivo do Peteca é prevenir a exploração do trabalho de crianças e adolescentes por meio de ações que busquem eliminar uma de suas principais causas, que é a aceitação, por parte da sociedade, desse tipo de exploração, como sendo um problema de

pequeno ou nenhum potencial ofensivo. Nesse sentido, o Peteca objetiva conscientizar a sociedade com o objetivo de erradicar o trabalho infantil e à proteger o trabalhador adolescente, rompendo barreiras culturais que dificultam a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Busca-se, também, fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos para ampliar, quantitativa e qualitativamente as políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente.

Metodologia:

No tocante ao trabalho direto com as crianças e adolescentes, o Peteca realiza debates, em sala de aula, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, enfatizando a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador adolescente. Em 2008, foram produzidos dois manuais: “Abordagem do Trabalho Infantil na Escola”, contendo os aspectos teóricos sobre o tema, e a “Orientação Pedagógica”, apontando o passo a passo para a execução do projeto. Em setembro de 2008, o MPT/CE convocou todas as Secretarias de Educação do Estado do Ceará para Audiência Pública, ocasião em que lhe propôs a assinatura de Termo de Adesão ao PETECA. Com base nessas parcerias foram realizados: a) curso de Formação de 82 Coordenadores Municipais em Fortaleza, com 40 horas; b) dezenas de Oficinas de Formação de Coordenadores Pedagógicos e Professores nos Municípios, com carga horária de 16h; c) centenas de Planos de Ação Escolar (debates em salas, em 12 horas-aula); d) diversas tarefas escolares (artes cênicas, artes visuais, composição e literatura); e) premiação das 12 melhores tarefas produzidas pelos alunos (3 de cada categoria), capacitação de mais 100 coordenadores, sendo 80 da rede municipal e 20 da rede estadual, encontro da primeira turma de Coordenadores Municipais para avaliação dos trabalhos realizados. Nos anos seguintes as ações continuaram de forma regular e crescente, incluindo cursos de Educação à Distância.

Desafios:

As limitações do projeto dizem respeito à insuficiência dos recursos financeiros e humanos e, também, à escassez de tempo dos Coordenadores Municipais. Outro fator que limita o projeto é a inexistência de gratificações para os Coordenadores Municipais do Programa, como retribuição pelas responsabilidades assumidas na Coordenação local do Programa. Também dificulta a execução do projeto a rotatividade entre os profissionais.

Lições Aprendidas:

Para superar as dificuldades, o MPT tem firmado parcerias com vários órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Próximos passos:

Considera-se que o Peteca é replicável em contextos diferentes, tanto no Brasil como em outros países. Esta ação já está sendo desenvolvida em outros dezesseis estados brasileiros.

Juízes do Trabalho Combatem o Trabalho Infantil

Período de Implantação: Desde 2005

Onde: Brasil

Foco: Capacitação sobre direitos e trabalho infantil no âmbito escolar.

Organização Líder: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

Website: <http://www.anamatra.org.br/tjc>

Resultados: mais de 80 mil estudantes e 6 mil professores participaram do programa e foram capacitados em cursos e treinamentos.

Contexto e objetivo:

Para enfrentar a dura realidade do trabalho infantil que afasta a criança da Escola e impede seu desenvolvimento físico, cultural, psicológico e emocional saudável, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho criou o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania. Esse Programa leva juízes, advogados, professores de direito e outros profissionais nas escolas para prestarem informações e orientações sobre os direitos fundamentais das crianças e dos cidadãos. Seu objetivo é contribuir para a formação integral das crianças nas escolas, conscientizar sobre o trabalho infantil, os direitos fundamentais ao estudo e ao lazer, bem como sobre a importância da permanência na escola para desenvolvimento físico, cultural, psicológico e social. Além disso, o Programa busca integrar o Poder Judiciário com a sociedade.

Metodologia:

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania atua da seguinte forma:

- oferece curso de capacitação para professores das escolas de ensino fundamental, aulas de direito da criança e do adolescente, direito de família, direito do trabalho, ética e cidadania, dentre outros temas;
- os juízes ministram essas aulas aos professores;
- com utilização de diversas Cartilhas ilustradas, os professores transferem conhecimentos aos alunos nas diversas disciplinas do currículo escolar;
- os juízes comparecem às escolas, conversam com a comunidade escolar, tiram dúvidas sobre os temas estudados no Programa;

- e) os alunos elaboram trabalhos artísticos para comprovar o que aprenderam (simulações de júri, cartazes, músicas, poesias, danças, etc);
- e) alunos visitam os Foros do Poder Judiciário, conhecem as atividades dos juízes, advogados e servidores, participam de audiências reais e simuladas;
- f) essa integração humaniza o juiz, fortalece vínculos com a sociedade, especialmente com as comunidades de periferia, marginalizadas, com pouco acesso à justiça.

O Programa é realizado em parceria com as Associações Regionais de Juízes do Trabalho e em cada estado há uma Coordenação Regional que organiza e realiza as ações do programa. Os Tribunais Regionais do Trabalho são parceiros fundamentais, pois viabilizam a atuação de juízes e servidores nas ações realizadas nas escolas. Também a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público do Trabalho e as Universidades Federais e Particulares atuam de forma decisiva ministrando aulas para que o Programa se realize com êxito.

O Programa é aplicado nas Escolas de ensino fundamental, com alunos de 5 a 17 anos. Geralmente, são crianças e adolescentes que residem nas regiões populosas e carentes das cidades, grande parte formada por pessoas negras, famílias pobres, comunidades sem acesso a serviços básicos de saúde, transporte, educação, saneamento.

Desafios:

- » Superar a cultura de que é melhor criança trabalhar do que se tornar marginal.
- » As dificuldades burocráticas no estabelecimento de convênios com órgãos e instituições educacionais.
- » A necessidade de maiores recursos para a edição das cartilhas, para aquisição do material didático e para organização dos eventos.

Lições aprendidas:

O programa vem contribuindo de forma eficaz para mudar a cultura de que é melhor criança trabalhando do que delinquindo, mostrando que a solução é pela educação de qualidade em tempo integral. É preciso vencer a resistência dos pais e responsáveis que utilizam o trabalho dos filhos em razão de suas necessidades e da falta de meios sociais para superá-las.

O programa tem demonstrado a efetividade de trabalhar em rede de parcerias, articulando apoio e proteção, sobretudo em relação às piores formas de trabalho infantil.



Próximos Passos:

A continuidade dos trabalhos é possível através do apoio dos Tribunais do Trabalho e Secretarias de Educação e Cultura, do apoio da OIT nos fóruns e nas ações de combate ao trabalho infantil, inclusive com material didático, além das parcerias com Universidades, Instituições culturais e Científicas. São necessários recursos financeiros de patrocínios, dotações de Fundos públicos como o de Direitos Difusos.

Semana de Erradicação do Trabalho Infantil de Itapetinga (Bahia/Brasil)

Período de Implantação: Desde 2011

Onde: Brasil

Foco: Mobilização social.

Organização Líder: Secretaria de Desenvolvimento Social de Itapetinga – Bahia/ Brasil

Website: <http://www.itapetinga.ba.gov.br/>

Resultados: Mais de 10 mil pessoas atingidas direta ou indiretamente; aumento de participantes do PETI (54), no PROJOVEM (37 jovens); maior mobilização social; esclarecimento à população que permite a identificação de situações de violação de direitos; articulação das redes de proteção, atenção e de garantias de direitos com o sistema de justiça.

Contexto e objetivo:

A região nordestina brasileira possui alta incidência de trabalho infantil, conforme demonstram os resultados do Censo 2010 do IBGE. O Estado da Bahia está no topo da lista de maior concentração. Entre os seus municípios, ainda há trabalho infantil a ser erradicado, inclusive em suas piores formas.

No interior do Estado, situação é um agravante a falta informação e capilaridade da fiscalização, a dificuldade de acesso aos lares do campo e da cidade e a fragilidade da rede de proteção. A Secretaria de Desenvolvimento Social de Itapetinga vem realizando a Semana de Erradicação do Trabalho Infantil de Itapetinga, em parceria com a Justiça do Trabalho, para sensibilizar e articular os integrantes das redes e atores locais do sistema de garantias de direitos, para informar e sensibilizar sociedade, imprensa e lideranças acerca do trabalho infantil e a necessidade de enfrentá-lo.

Metodologia:

Na I Semana de Erradicação do Trabalho Infantil de Itapetinga, uma das principais tarefas foi mobilizar as outras instituições para abordagem de crianças em situação de rua, reunião com suas famílias e encaminhamento para o PETI. A programação contou com a realização de caminhada com mais de 200 pessoas pelos principais pontos de Itapetinga, panfletagem no centro comercial e na Central de Abastecimento (feira), manifestação em praça pública de repúdio ao trabalho infantil, videoconferência sobre Políticas Públicas de Enfrentamento

ao Trabalho Infantil e uma Roda de Debate com 300 pessoas (professores, legislativo municipal, conselheiros municipais de educação, saúde, tutelar e de direitos), servidores públicos, estudantes e famílias.

Na II Semana de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil de Itapetinga, as ações foram ampliadas: fixação de cartazes e abordagem direta na região onde se concentram as oficinas mecânicas da cidade, com distribuição de folders sobre as 10 razões para se combater o trabalho infantil, cartazes do MPT, rodas de conversa com a imprensa da região, panfletagem em restaurantes, lanchonetes, sorveterias e outros pontos comerciais, caminhada no centro da cidade, apresentações artísticas de crianças e jovens, seminários e feiras livres.

Desafios:

- » Não há sistema de informação eficiente e seguro, dificultando planejamento e avaliação dos resultados; o combate ao trabalho infantil ainda não é prioridade absoluta no município.
- » Não há um grupo de trabalho permanente e dedicado exclusivamente ao desdobramento e monitoramento dos resultados;
- » Vencer a resistência da população, principalmente dos mais velhos, que defendem o trabalho infantil.

Lições aprendidas:

Trabalhar em rede é indispensável porque o trabalho infantil tem várias dimensões; para sensibilizar a sociedade e derrubar mitos é preciso mostrar os prejuízos que o trabalho infantil causa à saúde da pessoa em formação e informar os veículos de comunicação sobre o tema; valorizar a importância dos professores junto aos alunos e suas famílias; necessidade de aumentar a oferta de jornada ampliada ou escola de tempo integral, de qualidade, para ampliar as alternativas disponíveis; relevância dos agentes comunitários de saúde na aproximação com as famílias que estão fora do alcance da fiscalização e necessidade de capacitá-los para que atuem de modo mais eficaz; importância de incluir os jovens como protagonistas no processo de luta por direitos, assim como Igrejas.

Próximos passos:

As parcerias oferecem uma vantajosa relação custo/ benefício, por isso é importante manter o trabalho em rede; para o futuro, é importante também garantir o monitoramento dos resultados e a continuidade das ações.



FILIPINAS

A Iniciativa ABK2: Realize Toda Ação pelas Crianças Agora (Ensine Agora)

Período de implantação: 2007-2011

Onde: Filipinas

Foco: Educação e Capacitação.

Organização líder: *World Vision Philipines* [Visão Mundial das Filipinas]
(<http://worldvision.org.ph/>)

Resultados: Maior conscientização e melhores atitudes das partes interessadas sobre o problema do trabalho infantil e a importância da educação; remoção de 16.892 crianças do trabalho infantil e prevenção do envolvimento de 13.579 crianças em atividades perigosas; melhoria da frequência escolar das crianças, aumento das taxas de matrículas e diminuição das taxas de evasão; estabelecimento de uma variedade de parcerias institucionais e mobilização de indivíduos; aprovação facilitada de 36 políticas públicas e 101 portarias, tais como o código do bem estar infantil, em quase 85 por cento das 40 cidades e municípios

cobertos; oportunidades de geração de renda (capacitação para construção de capital e desenvolvimento de competências) disponibilizadas para 3.054 famílias.

Contexto e objetivo:

As estatísticas de 2001 mostraram que quatro milhões de crianças Filipinas com idade entre 5 e 17 anos eram ativas economicamente. Destas, 2,4 milhões estavam expostas a riscos e muitas trabalhavam nas piores formas de trabalho infantil. Os estudos de referência de 2008 confirmaram ainda o envolvimento de crianças – tanto matriculadas em escolas como fora delas – em trabalho exploratório nas áreas urbanas e rurais. Nas discussões de grupos focais e nas entrevistas com informantes-chave, crianças, pais, professores, além de lideranças comunitárias e governamentais identificaram o que se segue como determinantes importantes de seu envolvimento em trabalho exploratório: necessidade de gerar renda familiar extra; falta de conscientização relacionada à legislação sobre o trabalho infantil; crença de que a educação não contribui imediatamente para a vida familiar.

A Iniciativa ABK2 é executada pela *World Vision Philippines* (Visão Mundial das Filipinas) e os seus associados: Fundo Infantil Filipinas e Fundação para a Pesquisa Educacional e Assistência para o Desenvolvimento, Inc. (ERDA). Através da Iniciativa ABK2, os membros ajudaram o governo das Filipinas a alcançar a sua meta nacional de reduzir em 75 por cento no número de crianças em trabalho exploratório até o ano de 2015. A Iniciativa ABK2 visa alcançar esta meta melhorando a qualidade, a relevância e a acessibilidade dos serviços educacionais, conscientizando sobre os riscos e perdas do potencial humano causado pelas piores formas de trabalho infantil e desenvolvendo as competências de famílias, membros da comunidade e governo para identificar e lidar com os problemas do trabalho infantil em suas comunidades.

Metodologia:

O desenho do projeto responde aos resultados da pesquisa de base de 2008, bem como à documentação e aos relatórios consolidados do ABK1. A abordagem iniciada na primeira fase do ABK e na continuação pelo ABK2 baseia-se na capacitação e no estabelecimento de parceria nos níveis comunitários e governamentais em relação à provisão do serviço de educação para crianças envolvidas ou em risco de se envolver nas piores formas de trabalho infantil, tais como definidas pela Convenção nº 182 da OIT.

Construção nas redes estabelecidas através do ABK1 e a iniciativa ABK2 continuou a criar parcerias com o Departamento de Educação (DepEd) e o Departamento do Trabalho e Emprego (DOLE) ao facilitar a criação de novos Memorandos de Entendimento(MOAs). Os

acordos focaram primordialmente no trabalho cooperativo e efetivo sobre a direção estratégica do Programa Filipino contra o Trabalho Infantil (PPACL), que apresenta o plano nacional para a redução de 75% do trabalho infantil até 2015. O projeto ABK2 foi, deste modo, implantado conjuntamente através de esforços coordenados dos seus diversos interessados e parceiros com o intuito final de eliminar o trabalho infantil e promover a importância da educação para as crianças.

O projeto foi desenvolvido em torno das seguintes atividades:

- » Assistência Educacional Direta para as crianças do programa ABK2, que inclui a provisão anual de assistência educacional direta sob a forma de material escolar (bolsas, cadernos, lápis, papéis, régua, tesouras, colas, lápis etc.), uniformes escolares, sapatos e pagamento de parte das taxas escolares que eram pagas diretamente às escolas. Este benefício contempla 30.983 crianças, bem como sob a forma de cursos técnicos ou vocacionais para os formandos de 337 escolas de segundo grau e de programas comunitários de alfabetização para crianças e jovens fora das escolas;
- » Programas de Atualização, um esforço comunitário que auxilia estudantes que tenham dificuldade em se atualizar devido a ausências excessivas ou incapacidade para estudar em casa devido às exigências de trabalho ou outras preocupações;
- » Organização, capacitação e mobilização das estruturas sociais comunitárias, incluindo Grupos Comunitários de Observação, Grupos de Trabalho sobre educação sobre o trabalho infantil, Associações das Crianças de Barangay, além do Conselho para a Proteção das Crianças de Barangay. As abordagens de capacitação incluíram: Desenvolvimento de Liderança, Monitoramento e Avaliação, Desenvolvimento Empresarial e Registro Financeiro;
- » Organização, fortalecimento e integração da Associação das Crianças de Barangay (BCA): a participação das crianças as auxiliou a identificarem os seus papéis e responsabilidades em responder e agir frente aos desafios do trabalho infantil;
- » Provisão de oportunidades de geração de renda, incluindo capacitação e provisão de pequenas quantias de crédito para os beneficiários iniciarem um negócio;
- » Conscientização, que foi integrada em praticamente todas as abordagens do ABK2, incluindo capacitações e orientações para os pais sobre o trabalho infantil, integração do trabalho infantil no ensino em sala de aula, capacitação de líderes infantis para serem defensores de seus pares, defesa e mobilização sobre a causa com as autoridades e conselhos de Barangay, formação de professores como defensores e conscientização através

de campanhas nas grandes mídias (inserções na TV e programas de rádio). Além disso, a realização de eventos especiais tais como o Premio Anti-Trabalho Infantil para Professores (ACLAT) e o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Os esforços para aumentar a conscientização também incluíram educação sobre o trabalho infantil nas salas de aulas e orientações para os pais sobre as escolas e para as autoridades de Barangay;

- » Monitoramento, incluindo dois tipos importantes de controle: um sistema de monitoramento da criança beneficiada, desenhado para coletar uma gama ampla de informações sobre a situação educacional e trabalhista das crianças; e os dados de controle e pesquisas realizadas sobre os indicadores de desempenho do monitoramento;
- » Avaliação participativa / Cúpulas de Partes Interessadas que agruparam todos os interessados, antes do encerramento do projeto, através de uma série de Cúpulas em toda a ilha para discutir quais estratégias que cada interessado poderia apoiar e por quais meios. Através de pesquisa de ação participativa de interessados-chave (crianças, pais, autoridades governamentais locais, professores, organizações religiosas, outras ONGs parceiras, entre outros) envolvidos para analisar as suas experiências – antes, durante e após a implantação do ABK2– e refletir sobre o que teve sentido para eles e o que não teve. Além disso, este processo incluiu a documentação das práticas consideradas exemplares pelos interessados e o desenvolvimento de kits informativos e de trabalho para outros executores, os quais, por sua vez, contribuirão para tornar duradouro o impacto do projeto.

Desafios:

O clima econômico se tornou desafiador para conseguir o apoio do setor privado para a educação de grupos fragilizados como os trabalhadores. Ainda assim, os compromissos do Departamento da Educação (DepEd) e do Departamento do Trabalho e Emprego (DOLE) facilitaram a coordenação e o trabalho em nível nacional e local, incluindo o estabelecimento de parceria estratégica com escolas, instituições privadas e unidades de governo local (LGUs). Isto gerou novas atitudes e perspectivas, incluindo um entendimento maior entre as escolas da política Matrícula Aberta do DepEd, a qual permite que os trabalhadores infantis sejam matriculados na ensino formal mesmo após o término do período de matrícula do ano letivo.

As condições climáticas também impuseram desafios para a implementação do projeto. No primeiro trimestre de 2010 houve uma série de calamidades, começando com o tufão Ket-sana que colocou várias áreas em situação de emergência, incluindo os locais do projeto em Camarines Norte, Bulacan e na região da capital nacional. Uma resposta emergencial foi feita

pela Fundação Desenvolvimento da Visão Mundial para prover material escolar adicional para as crianças.

Lições aprendidas:

Realizar levantamentos periódicos e sessões de avaliação com cada agência executora através de reunião/consulta regular do Grupo de Trabalho Técnico foi um elemento chave para o progresso, já que isto tornou possível responder imediatamente e apropriadamente às preocupações do momento e reajustar a programação de modo apropriado.

Durante todos os esforços de monitoramento, tornou-se evidente que seus dados não só possibilitaram aos gerentes do projeto avaliar o progresso geral sobre a remoção e prevenção de crianças do trabalho infantil pelo nível educacional, provincial e parceiros associados, mas serviu também para motivar e incentivar as crianças e seus pais a permanecerem na escola pelo fato deles saberem que alguém se preocupa e acompanha sua situação e progresso na escola.

Próximos Passos:

As iniciativas se integraram bem nas políticas, prioridades e iniciativas governamentais, tais como educação, redução da pobreza e ensino técnico profissionalizante. Elas foram construídas no papel da liderança do governo local e com colaboração intensa de outras instituições. Além disso, o modelo incorporou iniciativas para incluir as minorias étnicas e para lidar com os desafios da vida familiar. Crescendo ainda mais com as experiências e as boas práticas do ABK1 e 2, atualmente, a Visão Mundial implanta uma terceira fase (ABK3), que foca nas crianças nas plantações de cana de açúcar em 11 províncias das Filipinas, com uma população alvo de 52.000 crianças e 25.000 domicílios. (Para mais informações sobre o ABK3, visitar <http://abk3leap.ph/>)



ÍNDIA

Projeto contra o trabalho infantil - (INDUS)

Período de implantação: 2004-2007

Onde: Índia

Foco: Educação, formação vocacional, apoio à geração de renda e mobilização social.

Organização líder: o governo da Índia

Website: <http://labour.nic.in/content/division/indus.php>

<http://www.cbwe.gov.in/international-collaboration/indus-child-labour-project.aspx>

Resultados: aproximadamente 115.000 crianças foram retiradas ou impedidas de entrar na condição de trabalho infantil por meio da provisão de serviços educacionais ou oportunidades de capacitação; 9.232 famílias receberam acesso a microcrédito através do componente do projeto relativo a geração de renda; vale ressaltar que 5.770 mães já se beneficiaram de atividades econômicas suplementares em distritos e setores alvo, como resultado de intervenções de geração de renda e capacitações; 31.214 crianças na faixa etária de 9 a 13 anos de idade e 14.122 de 5 a 8 foram matriculadas em escolas; 21.250 adolescentes concluíram programas de capacitação/formação vocacional.

Contexto e objetivo:

O censo de 1991 na Índia estimou o número de crianças em situação de trabalho em 11,2 milhões. As causas incluem pobreza, falta de acesso à educação de qualidade, discriminação sexual, famílias muito numerosas etc. O Projeto INDUS de Trabalho Infantil foi um Projeto de Cooperação Técnica do Governo da Índia (GOI), Ministério do Trabalho e Emprego e Diretoria de Educação e do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL), dentro da estrutura de uma Cooperação de Declaração Conjunta de Otimização Indo-EUA para a Eliminação do Trabalho Infantil. O projeto buscou contribuir para a prevenção e eliminação de trabalho infantil de risco ao aperfeiçoar as capacidades humanas, sociais e físicas de comunidades alvo e ao melhorar a conformidade com as políticas de ação e legislação de trabalho infantil nos distritos alvo. A experiência da OIT-IPEC na Índia demonstra que projetos integrados e abrangentes, que simultaneamente abordem diversos aspectos-chave do problema do trabalho infantil, tais com educação e oportunidades de capacitação, rendas seguras e justas para adultos e adolescentes na família e a conscientização, têm maior probabilidade de êxito. O Projeto INDUS de Trabalho Infantil foi lançado em 21 distritos por toda a Índia, em cinco estados com grandes concentrações de crianças empregadas em atividades de risco.

Metodologia:

A fim de sistematicamente retirar, reabilitar e eliminar progressivamente o trabalho infantil em setores de risco (fabricação de tijolos, extração de pedras, fabricação de cigarros artesanais indianos (bidi), fabricação de calçados, fabricação de fogos de artifício, fósforos, fabricação de seda, fechaduras, utensílios de cobre e artigos de vidro), a abordagem geral do projeto é a de criar um ambiente de capacitação em que crianças sejam motivadas a se matricular em escolas, a se afastar do trabalho e, além disso, que as famílias recebam alternativas para que não enviem suas crianças ao trabalho.

Os dois pilares da abordagem (a qual se dirige às causas principais do trabalho infantil) são o fortalecimento econômico das famílias em risco, por um lado, e tornar a educação mais forte e mais relevante, por outro. O projeto trabalhou em colaboração com programas relevantes do governo da Índia: o NCLP e o Sarva Shiksha Abhiyan (SSA). O Sarva Shiksha Abhiyan consiste em uma abordagem delimitada em prazos, a qual, em parceria com governos locais, objetiva atingir a meta de universalização da educação fundamental. A abordagem busca prover educação fundamental de qualidade utilitária a todas as crianças na faixa etária entre 6 e 14 anos de idade até 2010.

A estratégia de intervenção do projeto consistia de um modelo de eliminação do trabalho infantil abrangente que integrou nove componentes:

- 1) Condução de pesquisas de diretrizes bases, a fim de identificar setores específicos, assim como identificar crianças e famílias alvo;
- 2) Retirada das crianças de setores de risco e a provisão de educação de transição;
- 3) Fortalecimento da educação pública como uma medida voltada a evitar o trabalho infantil;
- 4) Capacitação vocacional de adolescentes na faixa etária entre 14 e 17 anos de idade;
- 5) Fornecimento de alternativas de geração de renda para as famílias de trabalhadores infantis;
- 6) Monitoramento do impacto dos esforços de eliminação do trabalho infantil ao acompanhar precisamente cada beneficiário, por um lado, e desenvolver um sistema de monitoramento de trabalho infantil por outro, a fim de adquirir informações quanto às mudanças do trabalho infantil por diferentes setores;
- 7) Aumento das atividades de conscientização e apoio para motivar empregadores, parceiros sociais, famílias e comunidades no intuito de realizar ações conjuntas e/ou separadas contra trabalho infantil perigoso;
- 8) Realização e incentivo da coordenação e convergência de todos os serviços operando com a meta de eliminação do trabalho infantil;
- 9) Elevação do interesse sobre as ações contra o trabalho infantil perigoso em outros estados.

Mecanismos regulares de monitoramento foram aplicados e revisões periódicas do programa, em diferentes níveis, resultaram em eventuais correções, quando aspectos do projeto não estavam prosseguindo conforme os planos.

Comitês de Projetos Estaduais de Direção (SPSC) foram estabelecidos nos cinco estados do projeto, no intuito de coordenar atividades de projeto e assegurar a coerência de políticas de ações com outras iniciativas vigentes no campo do trabalho infantil e da educação. Células de recursos do Estado foram estabelecidas a fim de assistir os SPSC em seus funcionamentos e operações. A Sociedade Nacional do Projeto Contra o Trabalho Infantil foi responsável por implantar o projeto nos níveis distritais. A sociedade Sarva Shiksha Abhiyan foi responsável pela execução do componente educacional do projeto nos estados.

Desafios:

As famílias tinham que desistir do dinheiro que a criança proporcionava, independentemente de seu pequeno valor. O projeto criou um ambiente destinado a incitar os pais a levar seus filhos à escola e não a um forno de olaria, uma fábrica de fósforos ou até mesmo à casa de alguém para trabalho doméstico. Além disso, o projeto também executou todos os esforços através de vários programas a fim de atingir diferentes partes da sociedade, para que as pessoas viessem a tomar conhecimento que empregar uma criança consiste em um ato criminoso.

Lições aprendidas:

A equipe que executa a mudança é o fator mais relevante para o sucesso do programa. O projeto efetuou grandes avanços onde quer que o compromisso das pessoas fosse alto. A comunidade tem que perceber a burocracia presente no programa. O Coletor Distrital, como o membro sênior mais importante da equipe de implementação, tem que fazer desta uma parte vital de sua atuação no trabalho. Quando o Coletor Distrital empenhava maior interesse, os demais componentes da equipe ficavam animados e motivados e os resultados eram evidentes. Trabalhar com o envolvimento dos empregadores e associações comerciais, sindicatos, ONG, estudantes e Grupos de Auto-Ajuda contribui significativamente para o sucesso do projeto.

Os Distritos que implementaram estratégias de comunicações bem planejadas e programas de adesão a fim de elevar a conscientização sobre o tema obtiveram pleno êxito em seus planos, assim como aqueles em que a convergência dos serviços governamentais foi estabelecida. Diferentes departamentos do governo foram reunidos com o intuito de trabalharem conjuntamente com vistas a uma meta comum de eliminação do trabalho infantil.

Próximos Passos:

A execução do projeto através das sociedades NCLP, sociedades SSA, sociedade civil, organizações de empregadores e trabalhadores, que são comprometidas à causa, garantem que os resultados do projeto sejam mantidos. E ao engajar a base da sociedade em um sistema de monitoramento de crianças em condição de trabalho e nas escolas, o projeto realizou uma proteção duradoura contra o trabalho infantil. Muito do aprendizado oriundo do projeto levou à elaboração do componente sobre Eliminação do Trabalho Infantil do 11º Plano de Governo da Índia.

.....

Da escravidão à escola

Período de implantação: Desde 2008

Onde: Índia

Foco: Educação e mobilização social.

Organização líder: Departamento do Trabalho e Emprego do Governo de Tamil Nadu, Índia.
Website: <http://www.tn.gov.in/department/18>

Resultados: Maior conscientização dentro da Associação de Empregadores, escolas locais, Comitê Educacional da Vila (VEC) e o programa Sarva Shiksha Abhiyan (SSA) – um esquema governamental central sobre Educação Para Todos para compreensão da situação de crianças migrantes; 424 crianças escolarizadas por três meses sendo que 400 delas foram posteriormente matriculadas em escolas regulares situadas nas comunidades de origem; 32 centros educacionais (Bridge Course Centers), nos quais 841 crianças (440 meninos e 401 meninas) estão estudando; Cerca de 155 crianças matriculadas em escolas regulares próximas aos fornos de olaria.

Contexto e objetivo:

“Promover Trabalho Justo nos Fornos de Olaria” começou com um projeto piloto no Distrito de Kanchipuram de Tamil Nadu, na Índia, e está sendo implementado desde julho de 2008. O Projeto foi conjuntamente iniciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Governo da Índia e pela OIT e é executado em colaboração com o Departamento de Trabalho e Emprego do Governo de Tamil Nadu. Os parceiros do projeto incluem o Fórum de Ação Conjunta das Uniões do Comércio (JAFTU), a Associação de Fabricantes de Tijolos da Área de Chengalpattu (CABMA) e agências governamentais. Os maiores beneficiários são 12.000 homens e mulheres trabalhadores e seus filhos, dos quais mais de 90% são migrantes provenientes de outras partes de Tamil Nadu.

O projeto visa reduzir a vulnerabilidade dos trabalhadores de olarias ao trabalho escravo e foi desenvolvido em resposta às necessidades expressas por vários acionistas. A maioria dos trabalhadores vem de famílias que têm trabalhado em fornos de olaria em diferentes partes do Estado, muitos não estão conscientes de seus direitos ou das medidas de bem-estar que o Estado e o Governo Central lhes oferecem. O ciclo vicioso da dívida começa quando esses trabalhadores adquirem empréstimos sob taxas de juros exorbitantes dos credores (prestamistas) dentro e em torno de suas vilas, a fim de satisfazerem suas necessidades financeiras para cerimônias e cuidados com a saúde. A ausência de recursos geradores de renda, opor-

tunidades de empregos locais adequados e acesso a microcrédito, a partir de instituições financeiras formais, os induzem a realizar empréstimos de prestamistas (credores). No intuito de saldar esses empréstimos, as famílias recorrem a enormes adiantamentos feitos por agentes de trabalho e, assim, fixam suas dívidas a seus trabalhos para a próxima temporada de produção de tijolos.

Os trabalhadores que pegaram empréstimos migram para os fornos de olarias em janeiro de cada ano, para residir e trabalhar até julho. Trabalham como unidades de famílias durante muitas horas a fim de saldar os adiantamentos. Os salários são frequentemente menores do que o mínimo determinado/prescrito.

Um rápido estudo de avaliação, comissionado pela OIT e por inúmeras reuniões consultivas com os acionistas, revelou que mais de 80% das crianças que migram com seus pais aos fornos de olarias não frequentaram as escolas pelas seguintes razões:

- » Falta de interesse de pais e crianças quanto à educação;
- » Os pais recebem um adiantamento maior dos empregadores ao poderem contar com seus filhos como membros operários na família. O adiantamento obriga as famílias a vincularem as crianças para produzir mais tijolos para finalmente saldar os adiantamentos;
- » A distância das escolas regulares dos fornos de olarias e a falta de escolas de trânsito em localidades próximas;
- » Algumas crianças têm que cuidar de irmãos mais novos, desta forma a mãe pode trabalhar sem interrupções;
- » Centros de Cuidados Infantis (creches) administrados pelo governo são muito distantes dos fornos de olarias;
- » Os empregadores estão preocupados com a produtividade e a recuperação dos adiantamentos; o fato dos tijolos serem produzidos por adultos ou por crianças não os preocupa diretamente.

Metodologia:

O Projeto adota uma estratégia de múltiplas vertentes ao abordar todas as questões pertinentes à vulnerabilidade dos trabalhadores, incluindo a retirada das crianças do trabalho e assegurando seus direitos à educação.



Em seguida a uma solicitação de apoio técnico da OIT, por parte da Associação do Empregadores (CABMA), a fim de coletar dados acerca de crianças fora das escolas nos fornos de olarias, uma pesquisa foi elaborada em consultoria com o Sarva Shiksha Abhiyan (SSA) – um esquema governamental central sobre Educação Para Todos – e voluntários de alfabetização locais foram capacitados para a coleta de informações/dados. Cerca de 600 crianças fora das escolas, entre 6 e 14 anos foram identificadas em 50 fornos de olarias.

Em sequência, a equipe do Projeto da OIT providenciou uma reunião de consultoria com os empregadores e oficiais da SSA a fim de discutir questões de trabalho infantil e para explorar soluções inerentes à educação dessas crianças. Uma equipe composta de educadores da SSA, membros do Comitê de Educação da Vila, professores de escolas governamentais locais e a equipe de campo do CABMA se encontraram com os pais em fornos de olarias e os motivaram a enviar seus filhos às escolas.

A SSA forneceu Rs.1.000 por mês para os salários dos voluntários de alfabetização e a OIT proveu um adicional de Rs.1.000 por mês. A CABMA contribuiu ao fornecer um espaço no qual se pudesse conduzir aulas e ajudou também ao custear despesas com refeições. O CABMA também conduziu aulas noturnas em 32 fornos de olarias para prover educação suplementar a 962 crianças pelo período de cinco meses. No total, Rs.384.770 (aproximadamente U\$ 8.300) foram contribuídos pela Associação de Empregadores em 2009 destinados à educação de crianças.

O Dia Mundial da Luta Contra o Trabalho Infantil foi organizado pela SSA e pela Associação de Empregadores com o apoio da OIT em 12 de junho de 2009. Reuniões infantis, oficinas e competições de talentos foram conduzidas no intuito de mobilizar as crianças. Uniões Comerciais, representantes de Associações de Empregadores, deputados locais eleitos e oficiais do Departamento de Educação também participaram.

Desafios:

Conforme mencionando acima, muitos trabalhadores (famílias e seus filhos) não estão conscientes de seus direitos ou das medidas de bem-estar que governos estaduais e centrais os oferecem. A fim de superar tais desafios, esforços intensivos de conscientização têm sido realizados com uma vasta gama de acionistas. Ademais, para superar o desafio de alcançar crianças migrantes em situação de pobreza e de difícil acesso, estratégias de amparo têm sido aplicadas com o objetivo de promover mudanças das regras de programas do governo central, tal como a SSA.

Lições aprendidas:

O processo de implantação dessa iniciativa mostra que para garantir o sucesso é fundamental definir como alvo os setores econômicos que empregam o trabalho infantil, envolvendo todos os acionistas – incluindo empregadores e recrutadores. É necessário promover conscientização intensiva e motivação de grupos de acionistas. As lições aprendidas também demonstram que é essencial que o cumprimento legal e a sensibilização de empregadores e agentes recrutadores ocorram simultaneamente.

Também foi muito proveitoso aplicar uma abordagem de convergência de esquemas existentes e somar recursos de empregadores, pois ambos promovem sustentabilidade.

Além disso, ação coletiva e contribuições da Associação de Empregadores, professores de escolas governamentais locais, comitês educacionais de vilas, a SSA e oficiais de efetivações legais são exigidos em ambas as áreas de origem e destinação para a redução eficiente do trabalho infantil.

Próximos passos:

Inspirada pelo sucesso da experiência piloto (projeto piloto), a SSA está considerando a replicação da abordagem nos quase 3.000 fornos de olarias por toda Tamil Nadu. A equipe do projeto da OIT tem compartilhado suas experiências, incitando o interesse de acionistas em Andhra Pradesh, os quais agora desejam replicar a abordagem nos fornos de olarias, minas de extração de pedras e trituração de pedras operando em seu estado. Esse novo projeto está atualmente em fase de preparação.



INDONÉSIA

Atividade de Competência Laboral Básica: programa de Ensino vocacional para Impedir o Trabalho Infantil

Período de implantação: Desde 2006

Onde: Indonésia

Foco: Educação para tratar do trabalho infantil doméstico e na agricultura.

Organização líder: Ministério da Educação Nacional, Escritório da educação do Distrito de Sukabumi .

Website: www.facebook.com/IloSukabumi

Website: www.dikdas.kemdiknas.go.id/

Resultados: 965 crianças participaram do programa de capacitação.

» 106 crianças que estavam afastadas da escola receberam um curso de transição e 30 destas retornaram para as escolas no ano escolar de 2012.

Contexto e objetivo:

O objetivo do programa governamental de Educação e Capacitação é contribuir para a eliminação progressiva do trabalho infantil e, desta forma, melhorar em qualidade, relevância e acesso os programas formais de ensino. Este projeto foi desenvolvido pelo Ministério da Educação Nacional da Indonésia após o desastre provocado pelo tsunami em Aceh como um Programa de Ensino sobre Competências para a Vida nas escolas de ensino fundamental. Foi, então, ampliado para Sukabumi, Lampung e Jember e, até agora, o programa de ensino vocacional continuou sendo executado no distrito de Sukabumi (Java Ocidental, Indonésia), com foco nas pequenas escolas em áreas muito remotas.

A parceria envolve o departamento de Ensino, a Agência Legislativa, a Agência de Planejamento, o escritório de Empregos e o Sindicato dos Professores de Sukabumi, além da ONG Yayasan Edukasia, a organização USAID e a Universitas Pendidikan Indonesia.

O ensino vocacional se refere à capacitação relativa de uma pequena variedade de tarefas ocupacionais que introduzem as crianças em atividades relacionadas ao trabalho não acadêmico. A formação vocacional pode aumentar a relevância e o interesse das crianças mais velhas pelo currículo e, além disso, reduz a evasão escolar e apoia a transição efetiva da escola para o trabalho. A maioria das crianças com idade entre 13 - 15 anos que participou do foi afastada do trabalho na agricultura, do trabalho infantil doméstico e do tráfico de pessoas.

Metodologia:

O programa de ensino vocacional é uma atividade extracurricular composta por dois elementos: atividades de capacitação pessoal e social, e atividades de capacitação vocacional. Estas práticas auxiliam os estudantes a construir uma postura positiva, por meio de confiança e imagens benéficas, bem como a trabalhar em equipe e desenvolver habilidades de comunicação através de atividades técnicas tais como artesanato, entre outras. O objetivo geral é encorajar os estudantes a permanecer na escola, bem como auxiliar e prepará-los para eventuais futuras escolhas de formação profissional e emprego. As atividades cobrem um total de 40 horas por semestre, com 25 a 30 alunos selecionados das 7ª e 8ª séries em cada escola, estes frequentam aulas sobre competências para a vida. As escolas dão orientação sobre a atividade vocacional tanto para os alunos como para os seus pais, incluindo explicações sobre tipo de capacitação oferecida, horário e local para as atividades, seus benefícios e dinâmica, ademais, apresentam o programa aos professores.

.....

O conteúdo geral do programa engloba:

- » Competências básicas para a vida/trabalho como um conjunto de aptidões gerais consideradas como sendo essenciais para o sucesso desses âmbitos. Estes conhecimentos consistem basicamente em habilidades pessoais e sociais, tais como autoconsciência, pensamento lógico, comunicação e trabalho em equipe. O programa auxilia os alunos a lidar com incerteza e transformações rápidas, além de reforçar a necessidade do estudo durante toda a vida.
- » A capacitação vocacional fornece experiência de aprendizado extracurricular para dar aos estudantes uma ideia sobre as habilidades de produção e venda como uma forma de introduzi-los a escolhas profissionais. Significa fornecer-lhes a experiência de fazer e vender um produto simples.

As escolas desenvolveram e apresentaram as suas propostas de atividade de ensino vocacionais para obter financiamento para a compra de equipamentos e materiais necessários. Uma vez aprovada a proposta, o departamento de Ensino compra os equipamentos e materiais, além de desembolsar os recursos para outras despesas tais como instrutor técnico independente e transporte dos tutores. O processo requer a capacitação dos professores, inspetores e dos representantes dos comitês de pais. Também foi desenvolvido um kit de materiais de ensino: uma diretriz para a implantação das atividades de ensino vocacional, uma diretriz para a formação dos instrutores e um pequeno módulo de competências pessoais e sociais. O Departamento Sukabumi recebeu apoio técnico dos Professores e Tutores. Realizam-se, também, reuniões mensais de professores/instrutores para discutir o avanço e os problemas na implantação do programa.

Desafios:

As pequenas escolas na Indonésia estão, geralmente, localizadas em áreas muito remotas, de acesso difícil e caro. Deste modo, o orçamento para o transporte local deve ser suficiente para cobrir a equipe de especialistas/técnicos que monitoram regularmente o programa.

A disponibilidade de professores qualificados também é um desafio, já que a maioria das escolas tem poucos professores permanentes e qualificados para o ensino. A formação, a assistência e a supervisão do professor são importantes.

A avaliação de impacto realizada pela Universitas Pendidikan Indonesia com 800 alunos demonstrou que, apesar dos resultados gerais positivos, poderia ser necessário um período maior de capacitação para mudanças significativas nas habilidades pessoais e competências para a vida.

Lições aprendidas:

Foram necessários pelo menos três anos para identificar a melhor abordagem para impedir a evasão escolar devido o trabalho infantil. Como a Indonésia é muito grande e diversificada, é importante avaliar a situação local incluindo a situação do trabalho infantil e as necessidades educacionais para tornar o programa útil.

O engajamento do Departamento de Ensino e de outras instituições, tanto em nível nacional como local no início do programa, é importante, pois fortalecerá os compromissos com a continuidade do programa no futuro.

O programa é benéfico para que os alunos que tenham limitações financeiras continuem estudando. Espera-se que as competências para a vida, associadas às competências para o trabalho, agreguem valor ao programa e permitam uma melhor inserção dos alunos no mercado de trabalho.

O envolvimento de instituições e profissionais, tais como universidades, professores e especialistas, é significativo já que tanto o Ministério da Educação quanto o Departamento de Ensino não têm experiência e/ou especialistas. A equipe poderá fortalecer as competências dos professores nas áreas remotas.

Próximos Passos:

Baseado na experiência, há um interesse do Departamento de Ensino em dar continuidade a este programa dentro do seu próprio orçamento local. O Ministério da Educação e Cultura continua ampliando o acesso ao ensino básico através da construção de pequenas escolas em áreas remotas. Em 2013, foram identificadas 300 novas pequenas escolas para a implantação do programa de competências vocacionais. A experiência e os modelos usados em Sukabumi são compartilhados com o Ministério para alimentar uma implantação mais ampla do programa.

.....



PAQUISTÃO

Governo Provincial de Punjabi prioriza a eliminação do trabalho infantil

Período de implantação: desde 2012

Onde: Paquistão

Foco: Educação e qualificação para enfrentar o trabalho infantil.

Organização líder: Departamento do Trabalho e Recursos Humanos de Punjabi; Centro para a Melhoria das Condições de Trabalho e Meio Ambiente (CIWCE); Departamento do Trabalho e Recursos Humanos Governo de Punjabi; Website: www.ciwce.org.pk www.clrc.org.pk

Resultados: Matrícula de 2.000 crianças trabalhadoras menores de 14 anos em escolas não formais; matrícula de 2.000 crianças com idades entre 14 e 18 anos em aulas de alfabetização e treinamento vocacional; pais com suas capacidades de subsistência e de geração de renda aumentadas; funcionários distritais aprenderam como implementar tais projetos (visitando as atividades piloto e com experiência prática no trabalho); uma Unidade de Trabalho Infantil federal no Ministério de Desenvolvimento de Recursos Humanos foi criada para aconselhar os governos provinciais e coordenar as responsabilidades de elaboração de relatórios sobre

a implementação das Convenções da OIT sobre trabalho infantil ratificadas; Comitês de Coordenação Provincial sobre o Trabalho Infantil foram constituídos em quatro províncias (Baluchistão, Khyber Pakhtunkhwa, Punjabie Sindh) para aconselhar sobre questões relacionadas ao trabalho infantil, e Comitês Distritais de Coordenação sobre o Trabalho Infantil foram criados nos distritos de Sahiwal e Sukkur para monitorar o progresso; Unidades de Trabalho Infantil Provinciais foram estabelecidas (treinadas e apoiadas) nas quatro províncias para monitorar os programas de eliminação do trabalho infantil; a Federação dos Empregadores do Paquistão foi assistida no sentido de incentivar os empregadores no nível distrital a seguir um código de conduta contra o emprego de crianças; o Centro para a Melhoria das Condições de Trabalho e Meio Ambiente, com sede em Punjabi, montou locais de trabalho modelo em vários setores para melhorar as condições de segurança e proporcionar aos trabalhadores com idade entre 15 e 17 um ambiente seguro no qual podem aprender competências profissionais; estudos sobre segurança e saúde no trabalho foram realizados em dez setores de risco (incluindo britagem de pedra, oficinas de beira de estrada, restaurantes, reciclagem de lixo, cultivo de algodão, cultivo de tâmaras) e pesquisas de linha de base sobre as piores formas de trabalho infantil encontradas nos distritos de Sahiwal e Sukkur - os estudos analisaram os impactos sobre a saúde das crianças e, pela primeira vez, examinaram os impactos psicossociais; funcionários dos departamentos distritais e até mesmo do Conselho da União (nível administrativo mais baixo nas aldeias) foram qualificados para recolher informações relacionadas ao trabalho infantil; a mídia impressa e eletrônica contribuiu fortemente para a conscientização pública sobre as questões do trabalho infantil, defendendo a responsabilização dos violadores e fiscalizando se os recursos que entraram no distrito foram gastos como pretendido; ONGs receberam capacitação para melhorar a oferta de educação não formal, alfabetização e qualificação para 6.500 crianças (posteriormente alcançando mais de 10.000 crianças) envolvidas com o trabalho ou em risco de trabalho infantil, e suas famílias receberam ajuda para aumentar a sua renda; com base nos resultados preliminares do projeto-piloto, o governo provincial de Punjabi alocou, em 2011, uma parcela considerável de seu orçamento regular para estender as atividades do projeto para quatro distritos, por um período de cinco anos.

Contexto e objetivo:

A OIT/IPEC aproveitou lições de intervenções no Paquistão que remontam à década de 1990 para criar uma segunda fase do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil Abusivo (CACL-II) no distrito de Sahiwal em Punjabi e no distrito de Sukkur em Sindh (com financiamento da União Europeia), que melhorou a vida de mais de 10.000 crianças e conseguiu efetuar mudanças fortes e convincentes nas atitudes e práticas em relação ao trabalho infantil, conquistando pais, empregadores e funcionários do governo. O projeto mudou as percepções sobre a educação e o trabalho, as atitudes sobre o emprego de crianças na economia infor-

mal, bem como sobre a mobilidade e o empoderamento das meninas, que foram autorizadas a frequentar a escola formal ou participar de aulas de educação não formal e/ou adquirir treinamento de habilidades profissionais. O projeto demonstrou estrategicamente como um modelo no nível distrital poderia funcionar e como os departamentos, como do trabalho, da educação, da saúde, da agricultura e da assistência social, poderiam se unir aos pais, empregadores, sindicatos, imprensa, ONGs e comunidades locais para alcançar uma visão comum. Estrategicamente, o projeto foi concebido para refinar um modelo de como o trabalho infantil em todos os setores econômicos pode ser tratado no nível distrital. Seu objetivo principal foi de ajudar diversos atores a entender seus papéis, aumentar a sinergia das intervenções de forma integrada para criar um impacto maior, estabelecer os sistemas e mostrar a todos os atores em todos os níveis que, quando o sistema funciona, os resultados aparecem.

Metodologia:

Como parceiros gestores no projeto piloto CACL-II, os membros Unidade de Trabalho Infantil (CLU) de Punjabi testemunharam diretamente as mudanças e os avanços. Queriam expandir as atividades para outras áreas onde o trabalho infantil predominava como agricultura, indústria de mineração e oficinas relacionadas com o transporte. À medida que o projeto CACL -II chegava ao fim, ele apoiou o projeto financiado pelo governo de Punjabi para aproveitar o seu sucesso:

- » A CLU elaborou um projeto para quatro distritos e, em seguida, contratou um consultor nacional para preparar o documento do projeto.
- » Consultas foram organizadas para durante a elaboração da minuta do documento, inclusive com pais, professores, crianças trabalhadoras, empregadores do setor formal e informal e funcionários do governo e de ONGs.
- » O documento do projeto foi então discutido no Comitê Provincial de Coordenação do Trabalho Infantil para ser aperfeiçoado antes de ser apresentado aos canais de financiamento do governo provincial.
- » Modificações foram feitas em todas as fases, em grande parte com base em necessidades de planejamento e finanças.
- » Após 15 meses de preparação e com o financiamento aprovado, nove funcionários do governo foram recrutados (meados de 2012) para fiscalizar os arranjos de implementação (especialistas em implementação de projetos nas áreas de microcrédito, educação não formal, intervenções sociais, TI e finanças).

- » Um Comitê Distrital de Coordenação foi criado nos quatro distritos-alvo para coordenar as intervenções do projeto.
- » Uma pesquisa de linha de base (avaliação rápida) foi realizada para avaliar as dimensões geográficas e setoriais das piores formas de trabalho infantil em cada distrito.
- » Crianças trabalhadoras, especialmente aquelas nas piores formas de trabalho, foram localizadas e beneficiadas com oportunidades alternativas de educação e formação profissional, enquanto suas famílias foram colocadas em contato com redes de segurança social, fornecedores de crédito e serviços de saúde.
- » Além disso, a capacidade do governo nos níveis distrital, provincial e federal foi alvo de reforço (para fins de planejamento e implementação na prática, também para manter o trabalho infantil como uma prioridade na agenda de desenvolvimento e para disseminar a atividade entre outros distritos) e para a expansão da base de conhecimento.

Desafios:

Como um projeto basicamente “de casa”, todas as agências que precisavam estar envolvidas, desde o planejamento até o financiamento, passando pela educação e saúde, queriam opinar sobre o projeto final e sobre o gasto dos fundos provinciais. Além disso, os procedimentos administrativos foram muito burocráticos. A Unidade de Trabalho Infantil criou uma equipe dedicada à execução do projeto, o compromisso era necessário para garantir o avanço da proposta de projeto e para utilizar os fundos do sistema, uma vez que haviam sido alocados. As boas relações pessoais entre a equipe e os outros órgãos do governo foram úteis, mas contar com membros da equipe familiarizados com os procedimentos do governo serviu para manter o ritmo.

Lições aprendidas:

- » A evidência do problema no nível distrital e até mesmo comunitário, em combinação com a defesa permanente de que a mudança é imperativa e possível, além de exemplos de benefícios, persuadiu o governo da província de Punjabi que o problema de trabalho infantil era controlável e que o financiamento local é a única forma de institucionalizar a mudança.
- » Projetos financiados pelo governo podem ter início até dois anos depois do que o previsto, o que significa que muitas atividades demoram mais tempo do que o esperado, portanto, os projetos precisam de flexibilidade para expandir seu cronograma.
- » Ter uma equipe de projeto com membros bem familiarizados com os procedimentos do governo é fundamental para manter o fluxo de recursos financeiros do governo.

Próximos passos:

Em uma situação de recursos escassos, um governo provincial do Paquistão reconhece que a eliminação do trabalho infantil é tão importante e urgente quanto à melhoria da educação e da saúde. O governo da província de Punjabi alocou o equivalente a US\$ 1,8 milhões de seu orçamento regular para replicar um modelo testado (nos distritos de Sahiwal e Sukkur) para eliminar todo o trabalho infantil, principalmente na economia informal, em quatro de seus distritos (Chakwal, Jhang, Jhelum e Layyah), com um plano de longo prazo para, eventualmente, alcançar todos os distritos.

Embora o financiamento provincial seja para um projeto de cinco anos, que, portanto, não irá durar para sempre, o seu desenho inclui a transferência de determinadas atividades para as estruturas administrativas, como a transferência dos centros de aprendizagem não formal para o Departamento de Educação. Como o financiamento provém dos cofres do governo provincial, o mais provável é que o projeto irá evoluir como base para a institucionalização das atividades. Impressionados com os resultados e a visão de longo prazo por meio desse projeto, os governos das províncias de Punjabi e Sindh queriam replicar as muitas atividades em sua ambição de alcançar inúmeros objetivos, particularmente a Educação para Todos e a proteção das crianças das piores formas de trabalho.

Como o projeto é um trabalho em progresso, os próximos passos exigirão:

- » Estabelecer centros de educação não formal e de alfabetização (aproximadamente 75) nas áreas onde a maioria das 2.000 crianças-alvo (menores de 14 anos) trabalham ou vivem com seus irmãos;
- » A matrícula de 2.000 crianças com idades entre 14 e 18 anos em aulas de alfabetização e treinamento de habilidades profissionais (em institutos de formação do governo distrital);
- » O contato das famílias das crianças matriculadas nos centros de educação não formal com um mecanismo de microcrédito;
- » Criação de 50 locais de trabalho modelo para demonstrar a redução de riscos como uma ferramenta para promover o emprego saudável de jovens e adultos;
- » Desenvolvimento e teste de um mecanismo de monitoramento do trabalho infantil no nível comunitário em cada distrito;
- » Estudos, campanhas de conscientização, desenvolvimento web e de banco de dados, eventos especiais e vários diálogos para promover as lições aprendidas e para incentivar a sua adoção em larga escala.



ROMÊNIA

A facilitação de saída das ruas para a escola por meio de escolas itinerantes

Período de implantação: 2005 - 2006

Onde: Romênia

Foco: Educação principalmente voltada às crianças em situação de vivência nas ruas.

Organização líder: Save the Children

Website: <http://www.salvaticopiii.ro/>

Resultados: 45 crianças (27 meninas e 18 meninos) foram identificadas, das quais 21 foram impedidas de serem traficadas e 24 foram retiradas do trabalho infantil, incluindo tráfico. Elas gradativamente tornaram-se envolvidas nas atividades do Centro Educacional, incluindo atividades educacionais e serviços de apoio (serviços de aconselhamento/consultorias, consultoria legal, cuidados de saúde, nutrição, provisão de vestuário e uniformes e produtos de higiene).

Contexto e objetivo:

Em paralelo ao programa de ação do IPEC/OIT no condado de Iasi (cidade a nordeste da Romênia), o Projeto Escolas Itinerantes foi implementado em abril de 2005 e permaneceu até dezembro de 2006 pela filial Iasi da Organização Save the Children. A iniciativa também formulou parte do programa PHARE da União Europeia.

A escola itinerante é um instrumento educacional desenvolvido para crianças de rua que estão em risco de serem exploradas economicamente. O programa escola itinerante oferece a possibilidade de se trabalhar com grupos de crianças de rua oriundas de várias áreas marginalizadas da cidade e das vilas adjacentes. A escola itinerante foi utilizada como um instrumento para atrair um grande número de crianças que ofereceu à equipe da escola itinerante a oportunidade de estabelecer um primeiro contato com as crianças e avaliar sua situação e vulnerabilidade. A meta principal do Projeto Escola Itinerante consiste em assegurar o direito da criança à educação.

Metodologia:

O Projeto Escola Itinerante está equipado com quadros móveis que são fixados uns aos outros e que podem ser dobrados e utilizados facilmente em diferentes tipos de espaços. Desta forma, as atividades para promover e respeitar os direitos da criança podem ser realizadas facilmente. Os métodos e técnicas usadas incluem representações/atuações interativas, jogos de socialização, reflexões e gerações de ideias, palestras e debates, todos voltados a estimular a participação ativa das crianças. A vantagem do projeto consiste no fato de poder alcançar comunidades isoladas e estar baseado no envolvimento ativo das crianças nos programas de prevenção que são desenvolvidos. O Projeto pode auxiliar a desenvolver e moldar habilidades e aptidões que apoiem a integração escolar e social das crianças.

O pacote educacional foi desenvolvido para servir as crianças de vários níveis de escolaridade e foi ajustado para satisfazer as necessidades das crianças de rua. Este instrumento é adaptável tanto tecnicamente quanto pedagogicamente aos vários níveis de educação dessas crianças. Elas aprenderão a escrever, ler e contar, terão a oportunidade de compensar suas defasagens escolares/educacionais. O pacote educacional também cobre várias questões de competências para a vida (incluindo uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, contraceptivos e delinquência juvenil) com o propósito de que as crianças percebam os perigos da vivência nas ruas e também aprendam sobre seus direitos.

.....



Desafios:

Um desafio chave quando do trabalho com um grupo complexo alvo, tal como crianças em situação de rua, consiste na variedade das necessidades dessas crianças. O Projeto Escola Itinerante fornece um serviço único, simultaneamente enfatizando as necessidades especiais de crianças em condição de rua e as necessidades de crianças provenientes de comunidades em que as crianças estão trabalhando ao invés de irem à escola.

As atividades do Projeto são conduzidas de forma que se mantenha o interesse das crianças ao mesmo tempo em que se oferece a elas a chance de enxergarem as alternativas disponíveis. As crianças têm a oportunidade de descobrir seus direitos por si próprios. Elas são capazes de perceber que podem realizar certas tarefas, pelas quais recebem merecidamente o respeito das pessoas à sua volta. As atividades executadas dentro do projeto elevam a autoestima das crianças, a estabilidade emocional e força, levando à sua integração gradativa à sociedade.

Lições aprendidas:

A experiência provou que as intervenções que levam à “separação” forçosa da criança do ambiente das ruas não são eficazes em longo prazo. O Projeto de Escola Itinerante gradativamente prepara as crianças para a integração em um ambiente de família, em outras instituições de cuidados e no sistema educacional/escolar, principalmente ao apoiar o desenvolvimento de suas habilidades e prover informações às crianças que as auxiliarão a tomar decisões conscientes com respeito ao futuro.

Próximos passos:

Em seguida à implantação dessa iniciativa, a organização Save the Children empenha-se para atrair as crianças mais vulneráveis, possivelmente vítimas de tráfico e/ou exploração, para o Centro Educacional administrado pela organização. Então, são fornecidos serviços de acordo com as necessidades identificadas, tais como a redução do tempo de permanência nas ruas e a elevação do tempo de permanência sob supervisão de adultos. Em paralelo, a equipe do Centro Educacional busca construir uma relação de confiança com as crianças e suas famílias, visando reduzir a vulnerabilidade e promover a reintegração social e escolar.



16 PAÍSES DA ÁFRICA, ÁSIA E ORIENTE MÉDIO

Escolas de Agricultura e Vida para Adolescentes (JFFLS)

Período de implantação: Desde 2003

Onde: 16 países da África, Ásia e Oriente Médio.

Foco: Educação e capacitação em agricultura e negócios para transitar da escola para o ambiente de trabalho.

Organização líder: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Resultados: Mais de 25.000 crianças e adolescentes receberam formação profissionalizante e de competências para a vida. Além disso, quase 2.000 jovens instrutores foram capacitados e retornaram para as suas comunidades com entusiasmo revitalizado para capacitar os seus pares em seus distritos. Aumentou-se o número de jovens com idade legal para trabalharem engajados no setor agrícola bem como o número de filiados às organizações locais de produtores, cooperativas e sindicatos. Os jovens capacitados estão cientes da importância de se evitar o trabalho infantil e das práticas agrícolas alternativas que tornam o trabalho mais seguro para aqueles com idade apropriada.

Contexto e objetivo:

O trabalho infantil impede que as crianças adquiram a educação necessária, bem como as competências essenciais para futuras oportunidades de trabalho decente, produtiva e remunerada na idade jovem e, conseqüentemente, adulta. Isto perpetua o ciclo de pobreza, insegurança alimentar e trabalho infantil ao longo de gerações. A baixa renda ou produção agrícola nos domicílios pode colocar crianças e adolescentes sob risco da insegurança alimentar e exploração. Portanto, são necessários maiores investimentos nos domicílios rurais para aumentar a renda, a oferta de alimentos e as oportunidades de emprego. Para alcançar isto, a Divisão de Gênero, Igualdade e Emprego Rural da FAO desenvolveu a abordagem *Escolas de Agricultura e Vida para Adolescentes* (JFFLS) que busca tratar as necessidades de crianças e adolescentes vulneráveis.

A meta da JFFLS é cuidar de crianças e adolescentes vulneráveis, provendo-os com opções de vida e competências sensíveis à questão de gênero que sejam necessárias para uma segurança alimentar em longo prazo e, ao mesmo tempo, reduzir sua vulnerabilidade à pobreza e a estratégias de sobrevivência arriscadas, incluindo trabalho infantil perigoso. A JFFLS, testada em diversos países, foi criada especificamente para direcionar as necessidades específicas de crianças e adolescentes das áreas rurais relacionadas com educação e capacitação relevantes, além da criação de empregos decentes. As partes interessadas incluem os Ministérios da Agricultura, Juventude, Educação, Trabalho e Comércio, autoridades locais, grupos comunitários, agências da ONU, instituições de financiamento rural, organizações de comércio justo, organizações ou cooperativas de produtores e agricultores.

Metodologia:

A força do projeto JFFLS está em sua metodologia e currículo que combinam competências para a vida e técnicas agrícolas e empresariais numa abordagem de aprendizado participativo e experimental adaptada unicamente para as comunidades rurais e com níveis de analfabetismo altos. Nesta abordagem, os agentes do setor público e privado se engajam, tanto para institucionalizar as escolas agrícolas e de vida quanto para facilitar a transição a um emprego decente para a juventude rural com idade legal para trabalhar. A JFFLS visa a alcançar crianças e adolescentes com idades entre 15 e 24 anos, primordialmente aqueles fora do sistema de ensino, e crianças a partir de 12 anos de idade, introduzindo-as no conhecimento das competências de vida e para a agricultura em um ambiente seguro.

A abordagem integrada inclui a fase de projeto, de aprendizado, as questões de trabalho e emprego, acesso ao mercado e formalização do empreendimento. Os currículos de formação

são desenvolvidos pela combinação de uma variedade de módulos escolhidos conjuntamente por adolescentes e parceiros colaboradores para assegurar que satisfaçam as necessidades reais do público alvo. Os materiais sempre são adaptados de acordo com o cenário local e com as oportunidades da cadeia de valores. Um guia para os facilitadores sobre a prevenção do trabalho infantil inclui também exercícios que formam parte dos materiais sobre as competências para a vida. Os instrutores formam instrutores e implementam a JFFLS em suas comunidades para ampliar o alcance. A abordagem é sensível a gênero, não somente assegurando a participação de homens e mulheres, mas também dando oportunidades para que ambos assumam papéis de liderança (como por exemplo o líder de grupo, negociante chefe, chefe financeiro ou presidente).

A fase de acesso ao emprego e ao mercado apoia as crianças com idade legal para trabalhar a realizar com segurança e com sucesso a transição da capacitação para o trabalho. A abordagem integrada da JFFLS faz isto juntamente com os parceiros combatendo os obstáculos mais importantes, nomeadamente: i) acesso ao desenvolvimento de competências para o agronegócio respeitoso, ii) acesso a terra, iii) acesso a crédito iv) acesso aos mercados, e v) inclusão dos adolescentes nas políticas e debates estratégicos em andamento nos países relacionados ao seu bem-estar e ao desenvolvimento econômico nacional. Isto é feito ao se combinar a capacitação JFFLS e a facilitação para a criação de associações de jovens agricultores e a inclusão dos jovens nas organizações e federações de agricultores já existentes.

Além disso, um módulo específico de capacitação sobre a prevenção do trabalho infantil contribui com um conjunto de exercícios práticos para aumentar a conscientização entre os alunos da JFFLS e dos seus pais ou guardiões especificamente sobre o trabalho infantil e os seus efeitos danosos sobre as crianças. Através de atividades como teatro, dramatização, pequenas histórias e atividades diárias para meninos, meninas, crianças e suas comunidades, é ensinado sobre o trabalho infantil e seu impacto na saúde, segurança e educação.

Desafios:

Atingir o equilíbrio entre desenvolver competências das crianças e adolescentes e aquilo que seja considerado como trabalho perigoso é um desafio reconhecido. Outro é assegurar que os parceiros estratégicos estejam envolvidos nas etapas iniciais para dar oportunidades à juventude rural.

Lições aprendidas:

A JFFLS pode reduzir a vulnerabilidade das crianças a todas as formas de exploração através de suas ligações com o ensino formal, organizações de apoio e seu foco em alcançar a segurança alimentar. Possibilita, também, aos participantes adquirir competências para tomar decisões, tornando-os menos vulneráveis ao mercado. Contudo, a JFFLS faz mais do que aumentar a conscientização entre os participantes sobre as preocupações com o trabalho infantil. Assegura, também, que as atividades de campo forneçam exemplos positivos de envolvimento seguro e apropriado à idade das crianças na agricultura, diferenciando-o do trabalho infantil.

Ao ter pontos focais em cada organização parceira, o modelo possibilitou assegurar responsabilidades claras relacionadas às contribuições positivas. Apropriação e sustentabilidade foram fortalecidas ainda mais através da colaboração com a administração central e regional e com as autoridades do governo local.

A parceria é essencial para facilitar a transição escola-trabalho. A abordagem JFFLS auxilia os jovens a criar suas próprias associações ou empresas de jovens agricultores ao facilitar o contato entre os formandos e as associações ou cooperativas de agricultores existentes. Também é uma oportunidade para assegurar que tanto os meninos como as meninas tenham oportunidades iguais de acesso às oportunidades de trabalho. Isto facilita sua transição para um trabalho remunerado através de acesso a conhecimento, insumos, serviços, financiamento e mercado.

Próximos Passos:

A JFFLS exemplifica como esforços coordenados priorizam o desenvolvimento de competências de crianças e adolescentes, promovendo maior desenvolvimento econômico rural e redução do trabalho infantil.

Estabelecer parcerias entre governos, setor privado e organizações de produtores é um componente chave para a sustentabilidade da JFFLS. Do mesmo modo, fortalecer as capacidades destas instituições para entender, prevenir e reduzir o trabalho infantil na agricultura é crucial para assegurar o impacto desejado. Faz-se necessário colocar as considerações das crianças e dos adolescentes no centro das políticas, planos e programas de crescimento agrícola voltado para a redução da pobreza, bem como a coordenação entre instituições e parceiros diferentes, tanto em nível local quanto internacional. Assim, um ambiente favorável é promovido para reduzir o trabalho infantil e aumentar as oportunidades de trabalho decente para a juventude rural.



GLOBAL

O programa SCREAM da OIT- Apoiar os Direitos das Crianças através da Educação, Artes e Mídia

Período de implantação: Desde 2002

Onde: Global

Foco: Educação, artes e ferramentas de mídia para auxiliar os jovens a entender e se mobilizar contra o trabalho infantil.

Organização líder: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Website: <http://www.ilo.org/ipecc/Campaignandadvocacy/Scream/lang--n/index.htm>

Resultados: As iniciativas do SCREAM foram realizadas em mais de 65 países, tanto industrializados como em desenvolvimento, e o Pacote de Educação do SCREAM agora está disponível em 19 línguas.

Contexto e objetivo:

Já que as causas do trabalho infantil são muitas e complexas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) combate a questão usando uma abordagem multifacetada, desde a promoção

da ratificação e implantação efetiva das Convenções da OIT sobre o trabalho infantil até a mobilização de setores-chave da sociedade no movimento mundial contra o trabalho infantil. Os jovens, especialmente, têm um papel importante neste movimento ao se conscientizarem sobre as questões de justiça social e exercendo a sua influência local e globalmente para provocar mudança social. Ao empoderar os jovens, dando-lhes responsabilidades e reconhecendo o valor da sua contribuição, podemos aproveitar a riqueza da criatividade e comprometimento que podem trazer à campanha para eliminar o trabalho infantil. A este fim, o Programa Internacional sobre a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT criou o programa SCREAM – Apoiar os Direitos das Crianças através da Educação, das Artes e da Mídia.

O SCREAM é uma iniciativa de mobilização educacional e social para auxiliar os educadores em todo o mundo, nas situações da educação formal e informal, a cultivar o entendimento dos jovens sobre as causas e as consequências do trabalho infantil. O programa coloca muita ênfase no uso das artes visuais, literárias e de desempenho, e fornece aos jovens ferramentas ponderosas de auto-expressão enquanto apóia o seu desenvolvimento pessoal e social. Através do SCREAM, milhares de jovens ao redor do mundo tornaram-se engajados em iniciativas frutíferas para a conscientização contra o trabalho infantil como indivíduos ou em grupos e tornam-se jovens defensores na promoção de uma globalização justa.

Metodologia:

O pacote de educação forma a base do programa SCREAM e se compõe de 14 módulos educacionais e um Guia do Usuário que podem ser baixados do portal da OIT. Os módulos do SCREAM possibilitam os jovens a se expressar através de diferentes formas de mídia artística, tais como drama, redação criativa e artes visuais numa maneira sensível à suas culturas e tradições. Além disso, conscientizando a si mesmos e aos seus pares, os jovens adquirem competências e confiança para dirigir suas mensagens para suas famílias, amigos, vizinhos, professores, comunidades e autoridades locais. Deste modo, jovens e adultos se tornam parceiros para a mudança social.

Os módulos são “blocos de construção” flexíveis que podem ser adaptados ao contexto dos educadores e suas limitações, seja de tempo ou de recursos. Pretendem ser adaptáveis a qualquer contexto geográfico ou cultural e a qualquer situação formal ou informal. As atividades podem ser parte de um programa educacional de um ano ou em oficinas de curta duração– as atividades devem ser planejadas para se adequarem às condições e necessidades dos envolvidos.

Vários outros materiais informativos e inspiradores foram desenvolvidos usando a estrutura do programa, incluindo um DVD das atividades do SCREAM ao redor do mundo, um vídeo sobre o trabalho infantil combinando imagens com música do “Concerto da Solidariedade

de Criança para Criança – Um futuro sem Trabalho Infantil”, da Orquestra Suzuki; cartões postais, canções e poemas sobre o trabalho infantil.

Lições aprendidas:

Reconhecendo-as como ferramentas poderosas de auto-expressão, o programa dá ênfase forte ao uso das artes visuais, literárias e de desempenho e fornece apoio aos jovens em seu desenvolvimento pessoal e social.

A arte é um meio poderoso para educar e informar as comunidades sobre a questão do trabalho infantil, as suas causas, implicações e consequências. O processo de aprendizado do SCREAM tem raízes profundas nas artes, seja visual, literária ou de desempenho, tornando-o ferramenta poderosa para se atingir os jovens. Combina diversão e entretenimento como meio para desenvolver confiança, memória, autodisciplina e auto-estima.

Nesta era de comunicação digital global e informação instantânea, o papel da mídia é crucial em qualquer programa educacional ou de mobilização social. Os jovens precisam entender como funciona a mídia em todas as suas formas e como eles, como grupo social importante, interagem com ela. Trabalhar com a mídia se torna uma competência necessária na sociedade contemporânea.

Desafios:

Assegurar o acesso à educação básica e fundamental. Educação primária universal e gratuita é uma das principais maneiras de se quebrar o ciclo vicioso da pobreza. Assim, o programa SCREAM equipa os jovens com conhecimento e informação acoplados a ferramentas, competências e confiança para agir e informar publicamente os membros das suas comunidades sobre o que aprenderam.

Próximos Passos:

Dentro do contexto do programa SCREAM, um número crescente de jovens, estudantes e educadores comprometidos organiza e implanta as atividades do SCREAM. As atividades são muitas vezes endossadas e apoiadas pelos governos locais e nacionais, especialmente os Ministérios da Educação, incluindo programas extensivos de formação de professores e envolvendo grupos artísticos locais.

No contexto do movimento mundial para a eliminação progressiva do trabalho infantil e em conjunção com o programa SCREAM, o IPEC estabeleceu a Iniciativa Parceira de 12 a 12. Esta iniciativa visa aproveitar o comprometimento e a motivação de parceiros diferentes através de uma gama de ações, atividades e programas conjuntos.



Boas Práticas

Combate ao Trabalho Infantil no Mundo



LEGISLAÇÃO NACIONAL E SUA APLICAÇÃO

110 AFRICA

Serra Leoa..... 110

114 AMERICA

Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai..... 114

Mercosul..... 119

Brasil..... 122

Equador..... 130

Uruguai..... 134

139 ÁSIA

Tajiquistão..... 139

Paquistão..... 142

145 OCEANIA

Fiji..... 145

Papua Nova Guiné.. 149



SERRA LEOA

Ratificação das Convenções sobre Trabalho Infantil

Período de implantação: 2010-2011

Onde: Serra Leoa

Foco: Fortalecimento da legislação nacional para lidar com o trabalho infantil num ambiente pós-conflito.

Organização líder: Ministério do Trabalho e Previdência Social

Website: <http://www.statehouse.gov.sl/index.php/presidential-cabinet>

Resultados: desenvolvimento de uma lista de trabalhos perigosos proibidos para crianças menores de 18 anos por meio de oficinas de consultas em regiões diferentes; criação do Comitê Diretivo Técnico Nacional sobre Trabalho Infantil (NTSC) para supervisionar as atividades relacionadas ao trabalho infantil; criação por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social de uma Unidade do Trabalho Infantil (CLU); desenvolvimento de um Plano de Ação Nacional (NAP) para a eliminação do trabalho infantil; realização de um curso de formação sobre fiscalização do trabalho e o monitoramento do trabalho infantil para polícia, funcionários da Inspeção do Trabalho e de Fábrica do Ministério do Trabalho, funcionários de outros ministérios e representantes de organizações de trabalhadores e patronais;

organização de uma oficina sobre os relatórios do sistema de supervisão da OIT sobre a aplicação das Convenções.

Contexto e objetivo:

Com a Serra Leoa saindo de quase onze anos de Guerra civil em 2002, o trabalho infantil foi por muito tempo ofuscado pelas crises mais amplas do conflito e da pobreza. As consequências da Guerra civil sobre a situação do trabalho infantil foram devastadoras, especialmente devido ao número alto de soldados, crianças e órfãos de guerra. Este cenário resultou num aumento dramático de crianças em situação de rua, forçadas a trabalhar em minas, vítimas do tráfico, e engajadas na exploração sexual comercial como meio de sobrevivência.

No início das iniciativas, em 2008, a Serra Leoa tinha ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança (1990) e os tratados regionais adicional sobre o bem estar humano e da criança. A Serra Leoa aprovou também a Lei da Educação (2004), a Lei dos Direitos da Criança (2007) – a qual estabeleceu a idade mínima para emprego aos 15 anos e elevou a idade do ensino compulsório para esta mesma idade – além de outras regulamentações relacionadas que protegem as crianças. Entretanto, de acordo com o relatório MICS de 2010 da UNICEF, 50% das crianças com idade entre 5-14 anos estão envolvidas em trabalho infantil. Portanto, era evidente que a legislação sobre trabalho infantil e educação não eram cumpridas, sobretudo, pela falta de recursos dentro do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Após um processo que se iniciou em 2010, as Convenções nº 138 e 182 foram ratificadas em janeiro de 2011 pelo Parlamento de Serra Leoa. Os instrumentos de Ratificação foram apresentados ao Diretor Geral da OIT pela delegação tripartite de Serra Leoa na Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 2011. A Declaração da Idade Mínima foi incluída também nos instrumentos de ratificação, confirmando a idade mínima de 15 anos para o trabalho.

Deste modo, o governo de Serra Leoa indicava que apreciaria a assistência da OIT e, então, o projeto Combatendo o Trabalho Infantil através da Educação (TACKLE) da OIT tornou-se o primeiro projeto do IPEC em Serra Leoa. A sua meta era o fortalecimento e a criação de mecanismo para implantar a legislação nacional sobre o trabalho infantil.

Metodologia:

O projeto agrupa o engajamento da Unidade do Trabalho Infantil, o Ministério do Emprego, Trabalho e Previdência Social, o Ministério da Educação, Juventude e Esportes, além do Ministério do Bem-Estar, Gênero e Assuntos da Infância. Focaram na construção de capacidade

institucional para assegurar que o governo esteja na posição de continuar os seus esforços para fortalecer ainda mais a estrutura jurídica e os mecanismos de monitoramento e fiscalização para além do prazo de duração do projeto.

Após a assinatura do Acordo de Implantação entre a OIT/IPEC e o Governo de Serra Leoa, foi criado um Comitê Nacional Técnico Diretivo do trabalho infantil (NTSC), composto pelos parceiros e interessados, para supervisionar todas as atividades e discussões relacionadas ao trabalho infantil no país. O projeto TACKLE apoiou o Ministério do Trabalho e Previdência Social no estabelecimento de uma Unidade do Trabalho Infantil (CLU), a qual iniciou o seu funcionamento em abril de 2010. Esta Unidade consiste de dois funcionários designados pelo Ministério para trabalharem nas questões do trabalho infantil. O TACKLE forneceu equipamentos-chave e orientação sobre o *modus operandi* da CLU, bem como assessoria sobre seu escopo de trabalho. O básico para manter a unidade em funcionamento além da duração do projeto (salários do pessoal, assinatura para um modem de internet, etc.) é fornecido pelo Ministério.

Após sua criação, a CLU trabalhou no processo de ratificação das Convenções nº138 e 182, organizando reuniões regulares do NTSC e acompanhando no Parlamento, no Ministério das Relações Exteriores, bem como junto a autoridades-chave no governo. O Ministro do Emprego, Trabalho e Previdência Social elaborou um ofício justificando a ratificação das Convenções. Com o acordo do Ministério da Educação, Juventude e Esportes e o Ministério do Bem-Estar Social, Gênero e Assuntos da Infância, o ofício foi apresentado e aprovado no dia 16 de junho de 2010. O documento foi então encaminhado ao Parlamento para as discussões e ratificação. As Convenções 138 e 182 da OIT foram ratificadas pelo Parlamento de Serra Leoa no dia 20 de janeiro de 2011. Os Instrumentos de Ratificação foram apresentados ao Diretor Geral da OIT pela delegação tripartite de Serra Leoa na Conferência Internacional do Trabalho em junho de 2011. O projeto proveu assistência técnica à CLU para facilitar o processo de ratificação.

Uma minuta do Plano de Ação Nacional (NAP) para a eliminação do trabalho infantil foi elaborado em colaboração com a CLU após uma oficina organizada em agosto de 2012 para auxiliar os parceiros nacionais a alcançar as metas estabelecidas pelo Mapa de Haia para se atingir a eliminação das piores formas de trabalho infantil. Para fortalecer os mecanismos de fiscalização, foi organizado um curso de formação sobre a fiscalização e o monitoramento do trabalho infantil em abril de 2013 para polícia, autoridades do trabalho e inspetores de fábrica do Ministério do Trabalho e para autoridades de outros ministérios, assim como para os representantes das organizações de trabalhadores e empregadores. Uma oficina sobre a

preparação de relatório para o sistema de supervisão da OIT sobre a aplicação das Convenções foi organizada em abril de 2013 para auxiliá-los a entender os requisitos dos relatórios, especialmente aqueles relacionados às Convenções sobre o Trabalho Infantil.

Desafios:

Um desafio crucial do projeto foi apoiar o processo de reconciliação nacional e assegurar a reintegração bem sucedida das crianças engajadas no conflito armado.

Lições aprendidas:

A ratificação e harmonização das Convenções sobre o trabalho infantil na legislação nacional podem ser alcançadas, mesmo nos ambientes políticos e sociais mais desafiadores, dentro de um prazo relativamente curto.

Próximos Passos:

Priorizar o fortalecimento da liderança, apropriação e dominação nacional das instituições nacionais relevantes, especialmente através da criação do NTSC e da CLU, ajudou a prover uma base forte para assegurar sustentabilidade e impacto. A CLU permanecerá em funcionamento dentro do orçamento geral do Ministério e continuará organizando as reuniões do NTSC para além do prazo de duração do projeto. Atualmente, a minuta do NAP está sendo revisada. A CLU precisa de mais apoio para finalizar o NAP e assegurar a sua adoção pelo governo.



BRASIL, PARAGUAI, ARGENTINA, URUGUAI

Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - MERCOSUL

Período de implantação: Desde 1991

Onde: Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai

Foco: Legislação Nacional e Acordos Internacionais sobre Inspeção e Campanhas de Conscientização.

Organização líder: Ministérios do Trabalho dos países do MERCOSUL

Resultados:

- » Revisão e atualização da publicação sobre legislação comparada, de 2007;
- » Foram realizados quatro estudos sobre trabalho infantil na agricultura e trabalho infantil doméstico em zonas de fronteira;

- » Ações conjuntas de sensibilização e conscientização foram realizadas, lançadas no mesmo horário e no mesmo dia, por todos os ministros do trabalho, a fim de chamar a atenção das populações nas zonas de fronteira;
- » A 2ª Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil foi divulgada, reforçando os compromissos assumidos no Roadmap pelos países do bloco;
- » Promoção regular de ações conjuntas de inspeção nas áreas fronteiriças, sendo cada país responsável pelas irregularidades encontradas em seus espaços;
- » Elaboração do Segundo Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Elaboração de recomendações regionais específicas como trabalho infantil no esporte, trabalho infantil artístico e trabalho infantil doméstico.

Contexto e objetivos:

No marco de criação e avanço dos acordos econômicos do MERCOSUL, um conjunto de situações comuns passou a ser incluído nas negociações, entre elas a dimensão sociolaboral do MERCOSUL, que começou a ser abordada com a Declaração de Montevideu, assinada pelos Ministros de Trabalho dos quatro países em nove de maio de 1991. Foi então estabelecido o Subgrupo 10 sobre Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social.

Neste grupo se desenvolvem os debates, propostas e acordos relacionados aos temas de emprego, migração, qualificação, formação profissional, saúde, inspeção do trabalho, seguridade social e trabalho infantil. A partir daí, a matéria do trabalho infantil ganhou relevância técnica e política, desencadeando ações conjuntas, progredindo da ratificação das Convenções da OIT para o planejamento conjunto de campanhas publicitárias de mobilização e informação para a população, notadamente aquela que vive em áreas de fronteira e para a harmonização da legislação.

Assim, as iniciativas têm por objetivo contribuir para a implementação da política regional para prevenção e erradicação do trabalho infantil no bloco dos países do MERCOSUL. Com o Plano Regional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no MERCOSUL, pretende-se contribuir para acelerar o ritmo de cumprimento das metas de eliminação do trabalho infantil na região, previstas para 2016 e 2020.

Busca-se alcançar este objetivo por meio da harmonização da declaração sociolaboral do MERCOSUL no tema do trabalho infantil em consonância com as normas internacionais assumidas pelos Estados Partes do Mercosul. Ademais, pela continua atualização do conhe-

cimento sobre a dimensão, alcance e diversidade da problemática do trabalho infantil na região e pela elaboração e execução dos mecanismos de cooperação entre os países do MERCOSUL no tema da prevenção e eliminação do trabalho infantil. Em sua implementação, os governos dos países do bloco (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) têm levado em consideração a realidade das zonas de fronteira, seja na questão da sensibilização e conscientização, como em políticas públicas de cunho social e/ou de repressão.

Metodologia:

Desde a sua formação, o MERCOSUL contou com a vontade política dos países de fortalecer os vínculos como caminho para o desenvolvimento em nível doméstico e para o enfrentamento dos crescentes desafios que a globalização apresentava em um nível mundial.

Durante a década de 90, os países do MERCOSUL assinaram Memorandos de Entendimento com a OIT sobre o tema do trabalho infantil que, somando-se aos debates em reuniões técnicas entre os órgãos laborais, culminaram com a assinatura em 2002, em Buenos Aires, da 1ª Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil, que listava uma série de políticas para a eliminação do fenômeno.

Seu compromisso orienta que os Estados-Partes fortaleçam os Planos Nacionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, os quais deveriam considerar:

- » A harmonização normativa com relação aos Convênios 138 e 182 da OIT;
- » A articulação e consequente coordenação de ações e esforços de todos os atores sociais;
- » A ativa participação das organizações governamentais em organizações de trabalhadores e empregadores;
- » A educação, a saúde e a proteção integral dos direitos da infância como objetivos essenciais da erradicação do trabalho infantil;
- » A constante atualização de informação, através de pesquisas, levantamentos, mapeamentos, que permitam diagnósticos periódicos e efetivos;
- » A permanente sensibilização e conscientização social;
- » O fortalecimento das redes sociais e a imediata capacidade de resposta às demandas que a erradicação exija em cada caso concreto;
- » O fortalecimento dos sistemas de monitoramento e inspeção do trabalho infantil;

- » A articulação das políticas para a erradicação do trabalho infantil com o sistema educacional, de modo a garantir a inserção escolar de meninas e meninos e sua manutenção;
- » A garantia de que todas as políticas, programas e ações que sejam implementados em matéria de erradicação do trabalho infantil contem com mecanismos de avaliação de impacto e resultados, a fim de possibilitar reformas ou ajustes e aperfeiçoar seus resultados;
- » A incorporação de mecanismos adequados para a obtenção de informação vinculada ao nível de acatamento das normas e disposições em matéria de trabalho infantil, com vistas a contar com os insumos necessários para otimizar a eficácia das políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- » A adoção de mecanismos e instrumentos estatísticos homogêneos de coleta de dados sobre trabalho infantil entre os Estados-Partes, que facilitem a análise comparada desta problemática, com fins de elaboração e implementação de políticas conjuntas.
- » A conveniência de incorporar a temática do trabalho infantil como conteúdo do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL.

A eficácia desta política regional se viu refletida no desenho dos Planos Nacionais em cada um dos quatro países - Argentina (2006), Brasil (2004), Paraguai (2003) e Uruguai (2003). O resultado disto é o avanço nas políticas de erradicação do trabalho infantil por meio da publicação de estatísticas, ações de fiscalização, programas de transferência de renda etc.

Durante a segunda etapa foram identificadas ações conjuntas para os países do bloco e, em março de 2004, foi lançada a campanha comunicativa “Trabalhar é coisa de adulto”, que ainda hoje está ativa nas cidades fronteiriças dos quatro países.

Na terceira etapa do Plano, a partir da preocupação com a inspeção do trabalho nas zonas de fronteira, onde as crianças cresciam em ambientes comuns, mas com realidades e legislações diferentes, foi elaborado em conjunto um guia para a implementação de um sistema de inspeção e monitoramento do trabalho infantil nos países do MERCOSUL e Chile.

As estatísticas também passaram a desempenhar grande importância no balizamento das ações e, em 2007, todo o bloco já dispunha de dados mais detalhados sobre o trabalho infantil. Em 2006, foi elaborado o Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que identificou problemas e ações necessárias frente à sociedade e nos próprios governos.

O Plano Regional ganhou prazos e metas específicas com o realização da Conferência Global sobre o Trabalho Infantil: Rumo a um Mundo sem Trabalho Infantil, que aconteceu em 2010, e com a adoção do Roteiro para Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil (Roadmap).



Desafios:

O maior obstáculo é a comunicação entre os países membros. Para enfrentá-lo, os pontos focais governamentais passaram a se reunir através de videoconferências quinzenalmente, resultando em grandes avanços na execução do primeiro e na elaboração do segundo plano.

Lições aprendidas:

A elaboração de um Plano Regional foi fundamental para dar mais efetividade às relações conjuntas, levando à instalação de uma Unidade Executora, com uma secretaria executiva tripartite com autonomia na execução das políticas propostas.

Segundo o Plano Regional a Unidade Executora deve:

- » Monitorar e avaliar o acompanhamento e cumprimento da Declaração de Presidentes do MERCOSUL;
- » Examinar e avaliar os dados estatísticos em nível regional sobre o trabalho infantil;
- » Formular planos, programas e projetos relativos ao trabalho infantil no âmbito do MERCOSUL;
- » Integrar ao Plano Regional as tarefas relativas ao trabalho infantil que vem realizando a Comissão Temática III do Subgrupo de Trabalho N.º 10;
- » Informar aos organismos sociolaborais do MERCOSUL e ao Grupo Mercado Comum as ações desenvolvidas no marco do Plano Regional;
- » Encaminhar informes e recomendações relativos à prevenção e erradicação do trabalho infantil no âmbito do MERCOSUL aos organismos dos Estados Partes com competência em trabalho infantil.

A realização de encontros presenciais semestrais em conjunto com as reuniões do subgrupo de trabalho de relações de trabalho, emprego e segurança social foi primordial, principalmente no início da aplicação do primeiro plano. E as ações em conjunto, bem como o lançamento de campanhas publicitárias nas cidades fronteiriças, também tiveram um importante papel.

Próximos passos:

A prática e a continuidade de sua existência demonstram que é possível alcançar resultados em áreas onde existam mais de dois Estados Partes envolvidos, onde se fale idiomas diferentes e existam marcos legais diferentes para a idade mínima de ingresso no mundo do trabalho.



MERCOSUL

Estratégias Sindicais para a prevenção e erradicação do trabalho infantil no Cone Sul

Período de implantação: 2002-2006

Onde: Mercosul

Foco: Capacitação para aperfeiçoar a participação das organizações dos trabalhadores a fim de estimular políticas públicas e normas jurídicas contra o trabalho infantil.

Organização líder: Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) / Comissão para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI).

Website: www.ccscs.org

Resultados: coordenação da política sindical sobre o trabalho infantil em cinco países, sustentada no tempo, com incidência de órgãos tripartites; contribuições para a ratificação da Convenção nº 138 da OIT sobre a idade mínima para admissão em emprego e a nº 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e a Convenção sobre os Direitos da Criança em cada um dos cinco países; contribuições para o estabelecimento e fortalecimentos de políticas públicas sobre trabalho decente e proteção dos direitos da criança;

Contexto e objetivo:

A Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) iniciou formalmente, em 1986, seu funcionamento e, em meados da década de 1990, começou a participar dos debates sobre o trabalho infantil na região. Os seus representantes participaram, em outubro de 1998, no Centro de Treinamento Internacional da OIT, do evento “O papel do sindicalismo na luta contra o trabalho infantil”. Este evento apresentou o problema e as ideias de quais seriam as ações futuras da CETI / CCSCS e, neste momento, se iniciou o Plano de Ação para o Cone Sul. Em 1998, durante o Seminário Regional de Educação dos Trabalhadores sobre o Trabalho Infantil, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, os representantes definiram o perfil do Plano de Ação, questões organizacionais e, além disso, possíveis linhas para se obter recursos. Foi criada, em 2000, a Comissão para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul. A sua meta é contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil nos países do Cone Sul através da especialização dos agentes sindicais em todos os níveis organizacionais. Os objetivos específicos são:

- » Institucionalizar, em todos os níveis sindicais, a abordagem de tratamento e monitoramento das questões do trabalho infantil;
- » Apoiar a inserção de agentes sindicais nos instrumentos organizacionais, em todos os níveis, possibilitando uma abordagem ampla e abrangente das questões do trabalho infantil;
- » Participar ativa e efetivamente nos níveis setorial, regional, nacional e local;
- » Contribuir para a participação institucional dos sindicatos na ação direta visando à prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Metodologia:

As iniciativas conduziram a participação regional de representantes sindicais no Subgrupo de Trabalho sobre Relações, Emprego e Previdência Social (Subgrupo de Trabalho 10) do Cone Sul para lidar com e monitorar o trabalho infantil, assim como nas Comissões Nacionais para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em cada país. De 2002 até 2006, foi desenvolvido um projeto de capacitação integrado, denominado “Estratégias Sindicais para a prevenção e erradicação do trabalho infantil”, patrocinado pela OIT/IPEC e pela Agência Espanhola para a Cooperação Internacional (AECI).

A partir de 2007, foi priorizada a ação para promover a aplicação das políticas e ferramentas acordadas, nas reuniões nacionais e regionais. Dessa forma, foi efetuada a revisão da estru-

tura conceitual sobre o tema e do trabalho realizado sobre o trabalho infantil para a participação nos debates internacionais e regionais ocorridos nos órgãos multilaterais do Cone Sul.

A via empregada pelo setor sindical do Cone Sul na busca pela prevenção e erradicação do trabalho infantil poderia ser resumida em: inserção do problema do trabalho infantil na agenda sindical, capacitações para gerentes e técnicos nos diferentes níveis do sindicato, ações de conscientização social, criação de áreas multi setoriais a nível local, contribuição com recursos humanos e técnicos e acompanhamento das ações dos governos e das ONGs.

Desafios:

Alguns desafios foram a falta de recursos específicos em todos os sindicatos, a compreensão limitada da estratégia pelos membros da CETI e o fato de que a inclusão desta ação concorre com outras prioridades no orçamento da Central Sindical.

Lições aprendidas:

A erradicação do trabalho infantil exige um posicionamento político e econômico, portanto, sua solução envolve ações dos estados. A inserção do problema do trabalho infantil na agenda sindical requer um compromisso institucional para facilitar a especialização crescente e o tratamento do problema pelos agentes sindicais.

Próximos Passos:

Para continuar as atividades com os sindicatos sobre o trabalho infantil é necessário uma maior especialização dos interessados, levando em conta: o nível de representação de mais de 25 milhões de trabalhadores, a persistência do problema na região, o potencial dos sindicatos, o grau de integração nos níveis nacionais e regionais e a necessidade de se continuar contribuindo para políticas eficientes.

Para tanto, é importante considerar:

- » O nível do desenvolvimento organizacional, a representação e articulação dos sindicatos e a sua vontade política para lidar com o problema;
- » A necessidade de assegurar estratégias apropriadas para o desenvolvimento de políticas;
- » Os recursos financeiros e humanos para desenvolver o projeto;
- » Os níveis de diálogo social em cada país.



BRASIL

Fiscalização Judicial da implementação das Políticas Públicas de erradicação do trabalho infantil

Período de Implantação: 2012

Onde: Brasil

Foco: Fiscalização.

Organização Líder: Ministério Público do Trabalho

Website: <http://www.prt21.mpt.gov.br/trabalho-infantil.php>

Resultados: Foram investigados 53 municípios e 30 Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) foram firmados, beneficiando: 9.870 crianças, de 10 a 13 anos de idade; 10.965, entre 14 e 15 anos; 21.351, de 16 e 17 anos; e 42.186, na faixa etária de 10 a 17 anos.

Contexto e objetivo:

No Brasil, persiste a incidência do trabalho infantil em atividades informais. Em geral, as crianças e os adolescentes tem a jornadas longas em condições inapropriadas, além de se envolverem em acidentes devido ao manuseio de equipamentos desenvolvidos anatomicamente para adultos.

mente para adultos. Em razão da intensa carga horária não frequentam as escolas. O projeto tem como objetivo garantir o efetivo cumprimento da legislação e de políticas, programas e serviços governamentais tidos como essenciais ao combate do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente contemplando, em síntese, ações de busca ativa, cadastramento e atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho proibido, bem como suas respectivas famílias.

Metodologia:

- » Etapa de planejamento: levantamento e análise dos dados estatísticos e institucionais oficiais com relação às cidades onde existem os piores índices de trabalho infantil a fim de se elaborar um diagnóstico que aponte as 20 piores cidades de cada estado que sofrerão intervenção do projeto. Contempla, ainda, a identificação das parcerias, a elaboração da proposta de atuação concentrada, a elaboração do plano de comunicação, o desenvolvimento do plano de ação e a elaboração da matriz de risco.
- » Etapa de execução: realização de inspeções *in loco*, constatação da problemática e de eventual omissão do Poder Público, no que tange à implementação de políticas de erradicação do Trabalho Infantil. A partir daí, instaura-se inquéritos civis públicos que podem resultar na tomada de medidas extrajudiciais como a celebração de Termos de Compromisso de Conduta ou mesmo judiciais, como ajuizamento de Ações.
- » Etapa de monitoramento/avaliação: reuniões com as unidades do Ministério Público que aderiram ao projeto para verificar os avanços e as dificuldades encontradas na implementação, propondo-se: sugestões e recomendações de mudanças ao plano; inserção de riscos na matriz de riscos não identificados no início do projeto; readequação do cronograma; fiscalização do cumprimento dos Termos de Compromisso e demais procedimentos extrajudiciais instaurados; compilação e análise dos dados alcançados pelo projeto para verificação de sua eficiência e eficácia.

Desafios:

Estabelecer uma comunicação eficiente e eficaz com todos os participantes do projeto e estabelecer parcerias com outras Instituições. Algumas vezes, encontraram-se resistências do Poder Judiciário na conscientização de seu papel de indução de políticas públicas, mediante provimentos judiciais. Muitos gestores públicos não encaravam o trabalho infantil como uma grave violação de direitos, dificultando as ações do Projeto.



Lições aprendidas:

A instituição de parcerias junto aos órgãos de governo local e de organizações não governamentais é fundamental para o sucesso e ampliação da abrangência dos projetos. É necessário que os Órgãos que tenham objetivos semelhantes e articulem suas ações. O projeto demonstrou que o papel do Poder Público, quando assume a erradicação do trabalho infantil como prioridade política, produz frutos bastante eficazes na tarefa de erradicar o trabalho infantil.

Próximos passos:

Esta prática pode ser replicada em todos os Estados da comunidade internacional por meio das instituições encarregadas da fiscalização da lei, conforme organização jurídico-estatal de cada país. É importante a manutenção do nível de engajamento dos participantes e a divulgação e gestão dos resultados positivos conquistados com a prática.

Fiscalização judicial nas atividades de aprendizagem profissional

Período de implantação: 2012

Onde: Brasil

Foco: Fiscalização.

Organização Líder: Ministério Público do Trabalho

Website: <http://www.prt21.mpt.gov.br/trabalho-infantil.php>

Resultados: 7.887 novos aprendizes inseridos em situação de proteção no trabalho.

Contexto e objetivo:

No Brasil, é determinado legalmente que todos os estabelecimentos empresariais com mais de sete empregados podem contratar jovens aprendizes entre 14 e 24 anos com cotas que variam entre 5% e 15% em relação ao número de empregados em funções que demandem formação profissional. Estes aprendizes são empregados especiais com direitos trabalhistas e previdenciários, a jornada de trabalho é composta de uma parte teórica, correspondente à realização de um curso de aprendizagem profissional, e uma parte prática, correspondente ao comparecimento à empresa para exercício de atividade prática. Todavia, a despeito disso, grande parte das empresas não contrata nem forma aprendizes, havendo, pois, campo a responsabilização desses atores. O projeto teve o objetivo de promover cidadania de adolescentes, mediante garantia da oportunidade de profissionalização a adolescentes em âmbito nacional, conforme leis brasileiras.

Metodologia:

- » Etapa de planejamento: levantamento e análise dos dados estatísticos e institucionais oficiais com relação ao cumprimento da cota de aprendizes e ao potencial de contratação pelas empresas; elaboração do diagnóstico da problemática; identificação das parcerias; elaboração da proposta de atuação concentrada; elaboração do plano de comunicação; desenvolvimento do plano de ação e elaboração da matriz de risco. Assim, a Assessoria de Gestão Estratégica da Procuradoria Geral do Trabalho, com base em dados estatísticos existentes, elaborou diagnóstico que aponta em cada Estado da Federação as empresas com maior aptidão legal para contratação de aprendizes. Tais empresas, uma vez elencadas, serão alvo de atuação do Ministério Público, na fase seguinte.

- » Etapa de implementação: Em seguida, o Ministério Público realiza a verificação de cumprimento da cota legal obrigatória de contratação de aprendizes por parte de cada uma das empresas selecionadas no diagnóstico. Uma vez feita essa verificação e não sendo cumprida a cota mínima, abre-se via para a solução extrajudicial da questão, mediante assinatura de Termo de Ajuste de Conduta ou propositura de ação.
- » Etapa de Monitoramento/Avaliação: reuniões com as unidades do Ministério Público que aderiram ao projeto para verificar os avanços e as dificuldades encontradas na implementação, propondo-se recomendações de mudanças ao plano; inserção de riscos na matriz de riscos; readequação do cronograma; fiscalização do cumprimento dos Termos de Compromisso e demais procedimentos extrajudiciais instaurados; bem como compilação e análise dos dados alcançados pelo projeto.

Desafios:

Sensibilizar os membros do Ministério Público para uma atuação orientada para resultados e pautada na utilização de ferramentas de Gestão por Projetos. Estabelecer uma comunicação eficiente e eficaz com todos os participantes do projeto e estabelecer parcerias com outras Instituições. Encontraram-se resistências das entidades de formação profissional para estabelecimento de unidades de profissionalização em cidades do interior do Brasil.

Lições aprendidas:

A construção de parcerias é fundamental para o sucesso da iniciativa. É necessário envolver os representantes dos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho e das demais instituições que atuam com o trabalho infantil em cada município para que atuem de forma coordenada, cobrando o cumprimento de cotas de aprendizagem.

Próximos passos:

Esta prática pode ser replicada em todos os Estados da comunidade internacional por meio das instituições encarregadas da fiscalização da lei, conforme organização jurídico-estatal de cada país. É importante a manutenção do nível de engajamento dos participantes e a divulgação e gestão dos resultados positivos conquistados com a prática.

Atuação da Inspeção do Trabalho no Combate ao Trabalho Infantil no Brasil

Período de Implantação: Permanente

Onde: Brasil

Foco: Fiscalização do trabalho infantil e articulação interinstitucional.

Organização Líder: Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil

Resultados: Desde 2000, a inspeção do trabalho afastou mais de 125 mil crianças e adolescentes da situação de trabalho irregular. Entre 2007 e 2013, foram realizadas 29.289 ações fiscais e 46.803 afastamentos de crianças e adolescentes do trabalho proibido.

Contexto e objetivo:

Com o objetivo de alcançar as metas pactuadas internacionalmente, de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e erradicar o trabalho infantil até 2020, a inspeção do trabalho no Brasil desenvolve um trabalho permanente de combate ao trabalho infantil.

Todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), unidades regionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possuem um projeto específico de combate ao trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, com estipulação de metas de realização de ações fiscais e programação de mobilizações especiais relacionadas ao tema.

Todavia, a realização de ações fiscais não garante a erradicação sustentável do trabalho infantil. É preciso, ainda, combater as causas que levaram a criança ou o adolescente a buscar uma ocupação. Com este intuito, as SRTE também incluem em seu planejamento anual a promoção de ações de articulação e integração com os órgãos e entidades que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Além disso, consciente da importância de um trabalho integrado para erradicar, de fato, o trabalho infantil, o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu, em 2002, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), e desde então assumiu o papel de coordenar os trabalhos dessa Comissão. A CONAETI é composta por representantes do governo, organizações de empregadores, organizações de trabalhadores, sociedade civil e organismos internacionais. Em cumprimento às Convenções n. 138 e n. 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a CONAETI teve como objetivo prioritário a elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, que

foi lançado em 2004 e revisto em 2011. A finalidade do referido Plano é coordenar as ações dos diversos atores sociais que trabalham com o tema. Também coube à CONAETI elaborar a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (conhecida como “Lista TIP”), oficializada pelo Decreto n. 6.481, de 2008. Constatam atualmente da relação 93 atividades prejudiciais à saúde, segurança e moralidade de crianças e adolescentes que as desempenhem.

Metodologia:

Ao constatar uma situação de trabalho proibido, o Auditor-Fiscal do Trabalho, além de determinar o imediato afastamento da criança ou do adolescente da atividade proibida e aplicar ao empregador as penalidades administrativas cabíveis, encaminha os dados da respectiva fiscalização aos órgãos que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente, para que seja conferida àqueles meninos e meninas a atenção devida e suas famílias possam ser incluídas em programas do governo. O objetivo desses encaminhamentos é propiciar a erradicação sustentável do trabalho infantil, buscando combater as causas que resultaram na ocorrência do trabalho irregular.

Além disso, a fim de fortalecer as ações de articulação interinstitucional, as SRTE participam, em nível regional, dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que têm como objetivo o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção e combate ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador. Em nível nacional, o MTE coordena as reuniões da CONAETI, que têm por objetivo principal monitorar a execução do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

Desafios:

Além dos desafios de ordem estrutural enfrentados pela inspeção do trabalho, tais como o reduzido número de Auditores Fiscais do Trabalho e dificuldade de acesso a localidades onde ainda há significativa incidência de trabalho infantil, por vezes surgem dificuldades de estabelecimento de uma efetiva comunicação entre os parceiros da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Lições aprendidas:

A experiência da inspeção do trabalho no implemento de ações fiscais com foco na erradicação do trabalho infantil deixa claro que a determinação do afastamento da criança ou do adolescente do trabalho irregular e a imposição de penalidades administrativas ao empregador

dor, por si só, não são suficientes para erradicar o trabalho infantil. É essencial a permanente articulação interinstitucional para que seja garantida, àqueles que tiveram seus direitos violados e suas famílias, a assistência devida e – principalmente – para que sejam sanadas as causas que levaram à ocorrência do trabalho proibido.

Próximos passos:

Incrementar o trabalho de fiscalizações com foco na erradicação das piores formas do trabalho infantil e fortalecer ainda mais as ações de articulação e integração entre os diversos órgãos e entidades que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente.



EQUADOR

Estratégia para liberar setores de jurisdições municipais do trabalho infantil

Período de implantação: 2002-2011

Onde: Equador

Foco: Inspeção, monitoramento e normatizações legais acerca do trabalho infantil em depósitos de lixo.

Organização líder: Ministerio de Relaciones Laborales

Website: www.relacioneslaborales.gob.ec

Resultados: 2.160 crianças e adolescentes liberados do trabalho em 78 distritos; iniciativas de prevenção ao trabalho infantil desenvolvidas em 143 distritos; visitas domiciliares para acompanhamento a 1.900 famílias; 221 municípios assinaram cartas contendo compromissos destinados a eliminar o trabalho infantil; demonstrações da eficácia da metodologia sobre como avançar na prevenção e erradicação das piores formas de trabalho infantil; coordenação intersetorial eficiente entre diferentes níveis governamentais;

Contexto e objetivo:

Após acordos nacionais desenvolvidos quanto à forma de operacionalizar as políticas de ação de proteção especial para crianças e adolescentes que trabalham em depósitos de lixo, o governo definiu uma meta de erradicação do trabalho infantil em depósitos de lixo municipais. Assim, o Ministério do Trabalho propôs uma parceria com municípios a fim de estabelecer mecanismos de regulação, vigilâncias locais e monitoramentos e ainda garantir serviços públicos locais voltados a meninos e meninas. O governo tem como meta geral implementar uma metodologia a fim de eliminar o trabalho infantil por meio da identificação de áreas críticas de responsabilidade do governo municipal e do estabelecimento de um conjunto de ações que possam ser replicadas em diferentes setores.

Metodologia:

A metodologia coloca ênfase em setores específicos em que se verificou a ocorrência de trabalho infantil. Suas ações primárias são a implementação de políticas, identificação e assistência direta a crianças e suas famílias (educação, saúde, empreendedorismo, atividades produtivas) e inspeções.

O processo iniciou-se com o Instituto Nacional para as Crianças e Famílias (INNFA) e com a OIT, ao desenvolverem, em 2002, uma proposta envolvendo o Município de Santo Domingo de los Tsáchilas e a Fundación Desarrollo y la AutoGestión (DYA) a fim de produzir uma linha base de dados sobre crianças em condições de trabalho em 20 cidades com mais de 20.000 habitantes. Outras iniciativas ocorreram ao mesmo tempo no município de Santo Domingo de los Tsáchilas, relacionadas a investimentos em aperfeiçoamentos tecnológicos para gestão de resíduos, implementação de alternativas produtivas para adultos atuando em reciclagem, proibição da presença de crianças em depósitos de lixo e ações de restituição dos direitos à educação e saúde. Até 2006, a iniciativa foi expandida para outros municípios conjuntamente com outros parceiros (UNICEF e Fundación Telefónica). Em 2007, o Governo Nacional criou uma política de ação visando à proteção de crianças e adolescentes que trabalham em depósitos de lixo, conduzido pelo Conselho Político e Técnico Inter setorial para a Eliminação do Trabalho Infantil. Dessa forma, a diretriz base foi expandida com o objetivo de alcançar mais 100 cidades com mais de 10.000 habitantes e foi fortalecida pela inclusão de atividades de inspeção do Ministério de Relações Trabalhistas. Em 2009, o governo nacional afirmou o objetivo de erradicar o trabalho infantil em aterros e 33 novas cidades foram adicionadas ao programa. Serviços de inspeção para verificar a presença de crianças em aterros sanitários municipais tornaram-se parte do Ministério do Trabalho e do Sistema

de Vigilância em 2010. Em duas semanas, as inspeções cobriram todos os distritos no país e sanções legais foram impostas àqueles que não impediam o acesso das crianças aos aterros de lixo. Na realidade, em 2011, o trabalho de inspeções certificou-se de que não havia mais crianças trabalhando em aterros de lixo e desenvolveu um sistema de prevenção, restauração de direitos e provisão de alimentos para menores afastados dos aterros.

Setores jurisdicionais municipais contra o trabalho infantil demandam um conjunto de ações, a saber:

- » Fortalecimento do papel dos municípios e seus compromissos para a erradicação do trabalho infantil, incluindo o estabelecimento de medidas por meio de decretos administrativos e controle de acesso a locais onde ocorram ocupações de trabalho.
- » Desenvolvimento e implantação de um protocolo de intervenção a fim de estabelecer um sistema eficaz voltado a todas as instituições envolvidas na estratégia de erradicação do trabalho infantil no setor, de acordo com o conhecimento do papel de cada instituição neste tema. O protocolo inclui: uma diretriz base com o resultado do trabalho de inspeção; uma pesquisa da situação socioeconômica das famílias e visitas domiciliares; planejamento familiar aliado a acordos que assegurem as matrículas escolares de crianças e adolescentes; atividades recreativas; atendimentos de saúde e indicações a instituições públicas; acesso aos serviços públicos para a família, tais como subsídio habitacional, capacitação e apoio à produção local familiar.
- » Desenvolvimento de um sistema de monitoramento que permita o acompanhamento preciso de cada caso; implementação de medidas de controle e monitoramento e sanções em caso de descumprimento dos regulamentos, com vistas à prevenção e erradicação do trabalho infantil.
- » Ratificação do compromisso: “Equador sem Trabalho Infantil” em parceria com o governo e as instituições do setor privado.

Desafios:

A ausência de um orçamento público sustentável para garantir o progresso em torno do cumprimento das metas foi um dos desafios enfrentados. Ademais, a expansão de outros cenários relacionados ao tipo de atividade que tenha sido idealizada foram pensados a fim de assegurar que não haja deslocamento da mão-de-obra infantil para outras atividades ou setores comerciais. Além disso, os suprimentos oferecidos pelo estado tende a ser inferior ao que é exigido.

Lições aprendidas:

As iniciativas específicas desenvolvidas foram uma oportunidade de demonstrar que é possível erradicar o trabalho infantil e conscientizar e convencer as autoridades. A prevenção e erradicação do trabalho infantil envolvem vários atores e uma coordenação sólida com a liderança do Estado, que é obrigatória.

Próximas Etapas:

Considerando-se que o programa obteve êxito nas áreas de aterros sanitários, os parceiros têm prosseguido para atingir os matadouros e estão planejando ir às feiras e mercados. Para o futuro, o governo está estabelecendo o objetivo de desenvolver estratégias semelhantes para o trabalho infantil em feiras livres e mercados, para assim garantir que não haja trabalhadores infantis no Equador até 2016.



URUGUAI

Estratégia nacional para a melhoria da situação dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas

Período de implantação: 2005-2013

País: Uruguai

Principal área de atuação: Fiscalização na área de trabalho infantil doméstico

Organização líder: Inspección General del Trabajo y la Seguridad Social (Fiscalização Geral do Trabalho e Segurança Social) do Ministério do Trabalho e Segurança Social do Uruguai

Website: http://www.mtss.gub.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=41

Resultados: aumento de 65% do emprego formal entre trabalhadoras domésticas, de 40.000 em 2004 para 65.000 em 2011; aumento exponencial da fiscalização das atividades domésticas; pela primeira vez no país foram abordados aspectos como saúde, segurança e meio ambiente entre empregados domésticos; maior conscientização sobre os riscos do trabalho doméstico realizado por crianças e adolescentes por parte das próprias meninas trabalhadoras, das suas famílias e dos atores institucionais mais relevantes para a infância

e a adolescência (educação, saúde, desenvolvimento social); detecção e abordagem de meninas e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade; detecção e abordagem de trabalhadoras estrangeiras em situação de extrema vulnerabilidade.

Contexto e objetivo:

O único levantamento específico sobre trabalho infantil realizado no Uruguai foi conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística em 2009, utilizando a metodologia promovida pelo IPEC-OIT. O levantamento revelou que 9,9% das crianças e adolescentes uruguaios entre 5 e 17 anos estavam em situação de Trabalho Infantil (TI). O maior estudo realizado no país identificou aproximadamente 92.000 crianças e adolescentes nessa situação. Cabe destacar que entre as meninas e adolescentes trabalhadoras a atividade de babá é a mais frequente, com 18%, e a atividade de empregada doméstica vem em 5º lugar, com 5,4%. Em termos gerais, as trabalhadoras vêm de grupos populacionais de baixa renda, têm pouca qualificação, realizam um tipo de trabalho socialmente desvalorizado, inclusive pela baixa remuneração, e apresentam alta mobilidade ocupacional. Desde 2005, a situação dos trabalhadores domésticos, incluídas as meninas e as adolescentes, é uma das principais preocupações do governo uruguaio na área do trabalho. Essa situação levou o Uruguai à promulgação da Lei nº 18.065, que equipara os direitos dos trabalhadores domésticos com os demais trabalhadores do país e fixa a idade mínima para o trabalho doméstico em 18 anos.

A criação e implementação dessa lei representou uma contribuição muito significativa para o desenvolvimento da Convenção Internacional de Trabalho nº 189, destacando-se o Uruguai como o primeiro país a ratificá-la. O descumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 18.065 é punido de acordo com as disposições da legislação trabalhista nacional. A *Inspección General del Trabajo y la Seguridad Social* (Fiscalização Geral do Trabalho e Seguridade Social, IGTSS) fiscaliza o cumprimento da lei e tem o poder de fiscalizar residências em caso de suspeita de violação das normas trabalhistas e de seguridade social, com mandado judicial para tanto.

A IGTSS, vinculada ao Ministério do Trabalho e Seguridade Social (MTSS) preside o Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (CETI), cuja secretaria é exercida pelo *Instituto del Niño y el Adolescente del Uruguay* (Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai, INAU). No âmbito do CETI, instância de natureza quadripartite (governo, organizações trabalhistas e patronais e sociedade civil organizada), foram formuladas diversas propostas de ações para lidar com a questão do trabalho infantil e adolescente, que contaram com o compromisso de todas as partes.

.....

Metodologia:

Os principais aspectos da estratégia uruguaia podem ser resumidos da seguinte forma:

- » Legislação adequada, que estabelece para os trabalhadores domésticos os mesmos direitos de que gozam os demais trabalhadores;
- » Legislação adequada em matéria de direitos da infância e adolescência, levando em conta o trabalho infantil e adolescente;
- » Política nacional de proteção do adolescente trabalhador em qualquer ramo de atividade, inclusive o trabalho doméstico;
- » Diálogo social tripartite e quadripartite;
- » Fiscalização sistemática e cada vez mais criteriosa;
- » Construção de uma nova matriz de proteção social para todas as crianças e adolescentes, com ações focalizadas naqueles em situação de maior vulnerabilidade, como as crianças e os adolescentes trabalhadores.

A IGTSS vem realizando operações oficiais de fiscalização desde 2010, cobrindo cerca de 4.500 domicílios por ano nas principais cidades do país. Do total de lares visitados, o órgão identificou e fiscalizou trabalho doméstico em 25% dos lares, tendo encontrado casos de trabalhadoras adolescentes. Em 2012, foi requerido mandado judicial para averiguação em domicílio baseada na presunção de ocorrência de trabalho doméstico estrangeiro informal. Em todas as operações de fiscalização foi realizada uma campanha de informação e sensibilização das trabalhadoras e dos patrões, na qual foi distribuído material informativo sobre a referida lei e sobre as novas obrigações dos patrões.

O INAU conduz fiscalizações na área de trabalho de infantil e adolescente, particularmente na área de trabalho doméstico. Essas fiscalizações são realizadas como parte de um esforço articulado entre o INAU e a IGTSS. O INAU é o departamento responsável pela emissão da Carteira de Trabalho Adolescente, sem a qual é ilegal empregar pessoas com idade entre 15 e 17 anos, inclusive. A expedição da carteira está sujeita à comprovação, por parte do empregador, de que o trabalho não acarretará riscos para o adolescente e que será realizado em horário diurno, com jornada de trabalho reduzida, garantindo que o adolescente continue seus estudos. Exige-se, ainda, um exame médico prévio. Além disso, a carteira de trabalho só pode ser entregue ao adolescente na presença da mãe, do pai ou de tutor.

No âmbito do trabalho realizado com o Órgão Sociolaboral do MERCOSUL, o CETI vem desenvolvendo campanhas informativas e de sensibilização específicas sobre o trabalho doméstico de crianças e adolescentes, alertando para os riscos a que estão expostos e informando sobre a legislação que proíbe o trabalho infantil e protege os adolescentes trabalhadores. As campanhas incluíram oficinas e seminários com atores nacionais e locais, em diversas regiões do país.

Ao mesmo tempo, o CETI vem realizando ações de coordenação permanente entre agentes públicos e atores sociais em resposta a situações específicas identificadas, visando à integração de crianças e adolescentes trabalhadores em serviços e programas adequados à sua idade, com ênfase na educação formal, formação profissional e cuidados à saúde. Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento de uma nova matriz de proteção social para as crianças e os adolescentes uruguaios.

Desafios:

Os principais desafios são:

- » Continuar reduzindo a informalidade do setor;
- » Apoiar e aprofundar as ações de fiscalização da IGTSS e do INAU;
- » Continuar melhorando as condições de trabalho, particularmente no que se refere a saúde e segurança no trabalho;
- » Avançar na identificação e abordagem de casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho doméstico;
- » Aprofundar as ações de sensibilização e informação nas cidades pequenas e em zonas suburbanas e rurais;
- » Aprofundar as ações de orientação social para abordar as situações de trabalho infantil doméstico em residências próprias (não de terceiros);

Lições aprendidas:

As campanhas compreenderam oficinas e seminários com atores nacionais e locais em diversas regiões do país, que foram muito bem recebidos pelos participantes das diversas localidades. Igualmente importante foi o desenvolvimento da nova matriz de proteção social para crianças e adolescentes a partir da elaboração da Estratégia Nacional para a Infância e a

Adolescência 2010-2030 e a construção da Reforma Social, que gerou um aumento sem precedentes em acesso a direitos por parte de menores de 18 anos. O diálogo tripartite e quadripartite permitiu que fossem construídos acordos sociais amplos e específicos. No âmbito do CETI, espaço de natureza quadripartite (governo, organização de trabalhadores, organização patronal, sociedade civil organizada), foram geradas diversas propostas de ações para lidar com a questão do trabalho infantil e adolescente, que contaram com o compromisso de todas as partes.

Próximos Passos:

Trabalhando de forma quadripartite, o CETI vem formulando uma proposta de Plano de Ação para a proteção do adolescente trabalhador, dando particular atenção à situação dos trabalhadores domésticos.



TAJIKISTÃO

Desenvolvendo uma política nacional de combate ao trabalho infantil

Período de implantação: 2011 - 2013

Onde: Tajiquistão

Foco: Elaboração participativa da política nacional de combate ao trabalho infantil.

Organização líder: Ministério do Trabalho e da Proteção Social da População do Governo do Tajiquistão

Website: <http://www.mehnat.tj/index.php/en/>

Resultados: Objetivos comuns de desenvolvimento e objetivos imediatos de eliminar as piores formas de trabalho infantil no Tadjiquistão até 2020 estabelecidos e acordados entre as diferentes partes interessadas; plano de ação nacional apresentado ao público em junho de 2013; capacitação de 35 membros do Grupo de Trabalho Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil e da Comissão dos Direitos da Criança.

Contexto e objetivo:

Apesar de a Convenção da OIT nº 182 ter sido ratificada pelo Tajiquistão em 2005, até 2011 não havia uma política nacional específica para eliminar as piores formas de trabalho infantil. Isso foi identificado pela OIT-IPEC como uma lacuna política que demandava atenção urgente e, conseqüentemente, a formulação do Programa de Ação “Elaboração de um Plano Nacional de Ação para a Prevenção e Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil no Tajiquistão para 2014-2020 com base em amplas consultas com as principais partes interessadas em nível central e local” foi atribuída ao Centro de Pesquisa e Informação “SocService” (uma Organização Não Governamental) no período de junho de 2011 a março de 2013.

Metodologia:

Como parte do Programa de Ação, um grupo de trabalho tripartite (GTT) foi criado sob a administração do Conselho de Coordenação para a Eliminação do Trabalho Infantil, em consulta com o Ministério do Trabalho e Proteção Social da População (MTPS) para elaborar o Plano Nacional (PN) e o Plano de Ação Nacional (PAN). O GTT incluiu 25 representantes dos principais ministérios e agências governamentais: MTPS, Ministério do Interior, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Comitê da Mulher e Assuntos da Família e Agência de Estatísticas, bem como representantes da Câmara Baixa do Parlamento, do Departamento de Emprego e Proteção Social do Escritório Executivo do Presidente e de outros departamentos relevantes identificados no documento de base sobre o trabalho infantil. Outros membros do GTT incluíam as organizações de empregadores e de trabalhadores, bem como organizações não governamentais e internacionais (OIT-IPEC, UNIFEM, UNICEF, UNFPA, PNUD, OIM, e Save the Children). A composição inter setorial e pluri-institucional do grupo permitiu que várias perspectivas setoriais e de gênero fossem representadas.

Como o Tajiquistão tinha uma experiência anterior de elaboração de uma política para erradicar as piores formas de trabalho infantil, um foco especial foi colocado em amplas consultas para informar e melhorar a capacidade dos membros do PAN. Durante a execução do Programa de Ação, o PAN foi revisto três vezes, a fim de identificar as estratégias objetivas e atividades mais concretas e reais para eliminar o trabalho infantil. As consultas nos níveis nacional e local ajudaram na identificação de áreas prioritárias de intervenção para eliminar as piores formas de trabalho infantil no Tajiquistão, tendo em conta a viabilidade das medidas previstas, a disponibilidade de capacidade e recursos e a necessidade de máxima eficiência para eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2020.

Desafios:

Apesar de divergências entre as partes envolvidas, foi possível, através de uma série de consultas, definir uma abordagem unificada para enfrentar o trabalho infantil. Através de um longo processo de consultas, foi possível chegar a um consenso e identificar os objetivos de desenvolvimento e objetivos imediatos para eliminar as piores formas de trabalho infantil no Tadjiquistão até 2020.

Lições aprendidas:

A revisão, elaboração e discussão do PAN durante as consultas facilitou o estabelecimento de um relacionamento próximo com os parceiros. Durante as consultas nacionais e locais, mais autoridade e responsabilidade foi delegada às entidades locais e agências envolvidas, uma vez que elas estão mais familiarizadas com os problemas das crianças que trabalham. Através deste processo, a percepção dos beneficiários diretos do PAN foi considerada e integrada. A fim de alcançar os resultados mencionados através do processo de consultas, foi necessário tempo suficiente para concluir o processo de elaboração do PAN para a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Próximos passos:

O objetivo principal na elaboração do PAN foi abordar os problemas das crianças envolvidas nas piores formas de trabalho infantil e a criação de um marco sustentável para o desenvolvimento de uma política no longo prazo. Com o PAN estabelecido um importante passo foi tomado para a eliminação das piores formas de trabalho infantil em todo o país. Os próximos passos consistem em implementar o marco político estabelecido.



PAQUISTÃO

Legislativo Provincial adota posição rigorosa contra o trabalho infantil perigoso

Período de implantação: desde 2012

Onde: Paquistão

Foco: A legislação nacional sobre o trabalho infantil.

Organização líder: Unidade Provincial do Trabalho Infantil- Punjab, Departamento do Trabalho e Recursos Humanos do Governo de Punjab

Website: www.pclupunjab.org.pk

Resultados: Projeto de lei que aguarda aprovação na Assembleia Provincial e o processo de elaboração do projeto de lei sobre trabalho infantil. Este último influenciou as autoridades provinciais para que reformassem outras leis trabalhistas e previdenciárias.

Contexto e objetivo:

Em 2011, o Governo do Paquistão adotou a Emenda 18 à Constituição do país, delegando a promulgação e aplicação de leis trabalhistas ao nível provincial. Além da liberdade de adotar

uma nova legislação, as novas condições estipulam que cada governo provincial deve adotar as leis trabalhistas federais que optaram por mantê-las, revisá-las ou substituí-las. Isso criou uma oportunidade para alterar a Lei de Emprego de Crianças de 1991, em conformidade com a Convenção da OIT nº 138 sobre a Idade Mínima para o Emprego e a Convenção nº 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. A Lei de Emprego de Crianças não continha disposições penais suficientes para uma regulação adequada, pois não proibia o emprego de crianças menores de 14 anos, exceto em algumas ocupações, e permitia que aquelas com mais de 14 anos trabalhassem em empregos perigosos. Também havia problemas com relação à carga horária mínima e idade permitida para o trabalho. Além disso, não definia claramente o trabalho infantil perigoso. Entre outras reformas em curso, o Governo Federal também alterou a Constituição tornando obrigatória a educação até 16 anos de idade, cabendo ao Estado custeá-la.

Metodologia:

Uma vez transferida aos governos provinciais a responsabilidade da proteção através de legislação trabalhista, a OIT incentivou a reforma da legislação sobre trabalho infantil com uma consulta junto aos representantes de cada governo provincial e organizações patronais e de trabalhadores em fevereiro de 2012 (na segunda fase do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil Abusivo, com financiamento da União Europeia). Em seguida, cada província avançou, em ritmos próprios, tendo alcançados diferentes estágios, em Punjab:

- » A Unidade Provincial do Trabalho Infantil - Punjab contratou um consultor nacional familiarizado com as questões para elaborar uma lei;
- » Foi organizada uma consulta dedicada à legislação sobre trabalho infantil e, em seguida, o tema integrado em várias outras consultas sobre questões da infância para debater as versões preliminares do projeto de lei.
- » Debates ocorreram dentro dos departamentos sobre limites e definições específicas e sobre a esfera de aplicação; alguns itens foram “difíceis”, talvez com exceção do trabalho infantil doméstico, que ainda está sendo debatido em termos de sua aplicação.
- » O projeto de lei foi aprovado primeiramente pelo departamento de trabalho, seguido pelo departamento jurídico, e está aguardando a retomada na Assembleia Provincial para aprovação nos próximos meses. Com a forte vontade política no sentido de educar as crianças e protegê-las da exploração, não se espera que a lei encontre qualquer obstáculo.

Para facilitar as perspectivas para a implementação da lei, consultores foram contratados nas quatro províncias para elaborar as regras para a lei proposta e reformular cada lista provincial de ocupações perigosas (com o apoio do Projeto CACL -II).

Desafios:

Com uma agenda de desenvolvimento densa, o maior desafio foi iniciar o debate. A OIT tornou-se o catalisador, com a abertura da consulta interprovincial e tripartite que foi seguida pela organização por cada governo de discussões dentro de sua jurisdição.

Lições aprendidas:

A maior lição neste processo foi a importância da coordenação interprovincial – ao reunir representantes de todas as províncias, ampliou-se a profundidade de experiências e ideias a considerar na elaboração do projeto de lei; em última análise isso resultou em um projeto de lei melhor. Por exemplo, quando alguns dos inspetores e diretores das outras três províncias falaram de suas próprias experiências com a aplicação da lei, eles apontaram uma fraqueza, que é a ausência de um piso para as multas (na lei federal), o que resultou na desconsideração da cláusula de punição. Essa percepção levou à inclusão de limites mínimos e máximos para as multas e a prisão. A coordenação interprovincial também permitiu uma harmonização das leis nas províncias.

As pessoas afetadas pela lei devem ser incluídas no processo de consulta, especialmente para uma lei que envolve penalidades. Caso contrário, os afetados podem se rebelar. No Paquistão, os empregadores e os trabalhadores foram incluídos no processo e convidados a contribuir com suas preocupações.

Próximas etapas:

A aplicação será a questão principal para sustentar a força da lei. Por ser uma lei provincial, a província tem muito mais interesse e é mais provável que faça cumprir a lei mais agressivamente e organize campanhas simultâneas para apoiá-la. Além disso, por ser uma criação “caseira”, em conjunto com o departamento de educação e outros serviços, a província também tem interesse em levar a iniciativa adiante.

A nova emenda constitucional sobre o ensino obrigatório até aos 16 anos ajudará a fazer cumprir as disposições da lei. Se essa a campanha for bem sucedida, irá abordar o trabalho infantil. A ação paralela dos departamentos de educação, capacitação profissional e de saúde também é necessária.



FIJI

A integração da inspeção, monitoramento e fiscalização do trabalho infantil

Período de implantação: Desde 2011

Onde: Fiji

Foco: Integração da legislação nacional contra o trabalho infantil como um tema transversal no âmbito das políticas públicas.

Organização líder: Ministério do Trabalho, Relações Industriais e Emprego (MOL)

Website: <http://www.labour.gov.fj/>

Resultados: O trabalho infantil está incluído agora no Programa Nacional do Trabalho Decente; a Unidade do Trabalho Infantil (CLU) está incorporada no Plano Corporativo do Ministério do Trabalho; a estrutura de monitoramento criada pela CLU agrupa os setores estatais, não governamentais e privado para lidar com o trabalho infantil.

A Unidade do Trabalho Infantil:

- » Tem funcionários capacitados em legislação e fiscalização do trabalho infantil;

- » Possui comitês interagenciais capacitados em todos os distritos para realizar o monitoramento deste trabalho;
- » Conta com um banco de dados centralizado e um sistema referente ao trabalho infantil para serviços apropriados;
- » Desenvolveu sistemas de fiscalização do trabalho infantil integrado às suas funções de inspetoria.
- » Coordenou os Comitês do Trabalho Infantil que foram endossados como parte da legislação do Comitê Nacional de Coordenação sobre Crianças;
- » Coordenou o desenvolvimento do Plano Nacional de Ação de Fiji para Eliminar o Trabalho Infantil e a Política sobre Trabalho Infantil;
- » Realizou capacitação sobre este trabalho com as partes interessadas, tais como a Polícia de Fiji, o Ministério da Agricultura e o Conselho de Produtores de Cana de Açúcar de Fiji;
- » Apoiou a observância do Setor Açucareiro com relação aos requisitos do Comércio Justo “Livre do Trabalho Infantil”;
- » Removeu crianças do trabalho infantil e preveniu que outras vulneráveis se engajassem em atividades laborais por meio de aconselhamento e retorno das crianças para a escola;
- » Registrou no banco de dados de Centro Nacional de Empregos os jovens com idade mínima legal para trabalhar;
- » Processou um empregador num caso de trabalho infantil perigoso;
- » Organizou eventos do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil e campanhas de conscientização;
- » Realizou, juntamente como Ministério da Educação, uma pesquisa baseada na escola.

Contexto e objetivo:

Fiji ratificou a Convenção N° 138 em 2003 e a Convenção N° 182 em 2002. Em 2009, uma lei nacional revisou o cumprimento por Fiji das Convenções sobre o trabalho infantil, comissionadas pelo programa Combatendo o Trabalho Infantil através da Educação (*TACKLE*) da OIT. A revisão recomendou a ação a ser realizada para alinhar as leis trabalhistas de Fiji com as Convenções sobre o Trabalho Infantil e reconheceu a necessidade de se estabelecer uma Unidade do Trabalho Infantil (CLU) para atuar contra o trabalho infantil. De acordo com o Relatório, embora houvesse provisões para proteção das crianças contra o trabalho infantil

na Promulgação das Relações de Emprego de 2007 e em outras leis relacionadas, havia necessidade de se realizar ações para fortalecer os mecanismos de cumprimento da lei.

Em junho de 2011, o Ministério do Trabalho e as Relações Industriais e Emprego (MLO) criaram uma Unidade do Trabalho Infantil para fortalecer a capacidade institucional das autoridades locais e nacionais na formulação, implantação e fiscalização da legislação e políticas para combater o trabalho infantil em coordenação com os parceiros sociais e a sociedade civil de Fiji.

Metodologia:

A CLU foi, com o apoio do Programa TACKLE, ponta de lança no desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil, do banco de dados centralizado, na capacitação de funcionários e fiscais do trabalho, assim como dos membros dos Comitês interagenciais sobre como identificar as questões do trabalho infantil. A Unidade do Trabalho Infantil também lidera os esforços nacionais para desenvolver o Plano Nacional de Ação para Eliminar o Trabalho Infantil e a Política de Trabalho Infantil, e foi além das suas funções da fase inicial de implantação para diretamente remover as crianças do trabalho perigoso e processar os empregadores envolvidos. A lista de trabalhos infantis perigosos foi anunciada oficialmente em 28 de maio de 2013.

O sistema de monitoramento do trabalho infantil é coordenado por fiscais do trabalho para supervisionar e monitorar as questões do trabalho infantil nos níveis locais e provinciais. Este fortalece a estrutura existente do Comitê interagencial (IAC) estabelecido pelo Departamento de Seguridade Social, sob o Comitê Nacional de Coordenação sobre as Crianças (NCCC), composto por representantes dos órgãos governamentais, sociedade civil e grupos comunitários. A CLU se liga ao NCCC através do Comitê do Trabalho Infantil (CLC) composto por representantes de diferentes ministérios governamentais, organizações de trabalhadores e patronais, além de outras partes interessadas.

Desafios:

É necessária a integração das atividades do trabalho infantil aos programas setoriais em nível nacional, bem como a coordenação nos níveis nacional e local para contribuir com a sustentabilidade das ações da CLU. Isto envolveu trabalhar com o Ministério da Educação, o Departamento de Segurança Social, a Força Policial de Fiji, o Bureau de Estatísticas das Ilhas Fiji, a Unidade de Monitoramento da Pobreza, Planejamento Nacional, Ministério da Juventude

de, Agricultura, Imigração e organizações de trabalhadores e patronais. É necessário integrar as questões do trabalho infantil aos programas e planos relevantes.

Lições aprendidas:

Esta prática demonstra que quando os governos assumem a responsabilidade no nível mais alto, a estrutura de fiscalização e monitoramento pode ser fortalecida efetivamente levando à execução de sanções apropriadas contra aqueles que se utilizam do trabalho infantil. Demonstra também a importância de se agrupar diferentes parceiros que podem e devem atuar na prevenção e eliminação do trabalho infantil.

O monitoramento do trabalho infantil é mais efetivo quando integrado aos mecanismos e estruturas existentes já que isso ajuda a assegurar sua implementação prática e sustentabilidade. Os sistemas de monitoramento do trabalho infantil também podem fortalecer as respostas governamentais para lidar com as causas básicas deste tipo de trabalho. E a realização de consultas a uma ampla gama de parceiros no desenho das intervenções ajuda a assegurar o desenvolvimento de abordagens relevantes e pragmáticas para erradicar o trabalho infantil.

Próximos Passos:

O governo se comprometeu a integrar as questões do trabalho infantil aos programas e políticas nacionais e a alocar recursos para assegurar que o trabalho infantil seja eliminado. A existência da CLU garante que os planos e políticas para lidar com o trabalho infantil sejam implantados e a legislação relevante seja cumprida.



PAPUA NOVA GUINÉ

Lidando com as lacunas na legislação trabalhista

Período de implantação: 2009-2012

Onde: Papua Nova Guiné

Foco: Mecanismos de alinhamento e fiscalização para a aplicação adequada da legislação nacional.

Organização líder: Departamento do Trabalho e das Relações Industriais (DLIR)

Website: <http://www.ned.gov.pg/>

Resultados: Aumento da apropriação nacional sobre a legislação relativa a trabalho infantil; Unidade do Trabalho Infantil dentro do Departamento do Trabalho e das Relações Industriais (DLIR); criação dos Comitês Provinciais do Trabalho Infantil; foi elaborado o Plano Nacional de Ação para a Eliminação do Trabalho Infantil na Papua Nova Guiné; a Fiscalização do Trabalho Infantil e Formulários de Referência foram projetados; foi feita uma lista de trabalho infantil perigoso.

Contexto e objetivo:

Embora a Papua Nova Guiné (PNG) tenha ratificado as Convenções sobre o trabalho infantil em 2000, pouco se fez para aprimorar a legislação e assegurar o cumprimento das Convenções. O projeto Combatendo o Trabalho Infantil através da Educação (TACKLE) da OIT apoiou, em 2009, a primeira revisão legislativa nacional sobre as políticas e leis relativas ao trabalho infantil. Como resultado, o Departamento do Trabalho e das Relações Industriais (DLIR) concordou em revisar a Lei do Emprego de 1978 para alinhá-la às Convenções e desenvolver uma lista de trabalho infantil perigoso através de um processo tripartite. A Papua Nova Guiné é um país que não se beneficiou do apoio do IPEC antes do TACKLE. A revisão da legislação levou a uma necessidade identificada e proveu o arcabouço jurídico necessário através do qual o país pode lidar com a questão do trabalho infantil. O governo organizou também um fórum nacional sobre trabalho infantil e mostras itinerantes em seis províncias sobre este tipo de trabalho, o que resultou na recomendação da OIT de que se estabelecessem os Comitês Provinciais do Trabalho Infantil.

Antes de iniciar o projeto, a Papua Nova Guiné ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (1993) e as Convenções sobre o Trabalho Infantil da OIT (2000). Uma vez que um Estado membro ratifique uma Convenção da OIT, ele se encontra na obrigação de assegurar que a legislação nacional se alinhe com as provisões daquela Convenção. Embora haja uma série de leis diferentes relacionadas ao trabalho infantil na Papua Nova Guiné, incluindo a Lei do Emprego (1978), a Lei Lukautim Pikinini, a Lei do Aprendizado e Teste Comercial, a Lei da Idade Mínima (Sea), a Lei de Defesa, o Código Penal (Crimes Sexuais e Ofensas contra Crianças) (2002), essas ferramentas eram vistas no conjunto como inadequadas e inconsistentes, em muitos aspectos, com as Convenções Nos. 138 e 182.

A “Revisão das políticas e arcabouço jurídico relacionado ao trabalho infantil na Papua Nova Guiné”, além de verificar a inadequação e inconsistência com as Convenções, concluiu também que não havia mecanismos efetivos para a fiscalização das leis, identificando isto como uma área importante que requeria atenção imediata. Com relação às políticas para lidar com a questão, a revisão concluiu que, embora não houvesse políticas específicas sobre o trabalho infantil, existia uma série de políticas educacionais, incluindo o Plano Nacional de Educação (2005-2014) e o Plano do Ensino Básico Universal (2010). Contudo, sob estas políticas, o ensino fundamental não é compulsório e, embora o ensino básico (que inclui crianças de 6-8 anos de idade) seja gratuito, o ensino fundamental (que inclui crianças de 9-14 anos de idade) não o é. A revisão estabeleceu uma série de recomendações para alinhar as leis com as Convenções da OIT sobre trabalho infantil.

Metodologia:

Após a revisão da legislação, foi realizado em julho de 2011 um Fórum Nacional sobre Trabalho Infantil. Como resultado, ações prioritárias foram identificadas como parte do Plano de Ação Nacional para Eliminar as Piores Formas de Trabalho Infantil, incluindo: (i) lidar com as lacunas na Lei do Emprego relacionadas ao trabalho infantil; (ii) Determinação de uma lista de trabalho infantil perigoso para a PNG; (iii) Integração dos estudos sobre o trabalho infantil nas funções do DLIR; e, (iv) Desenvolvimento de um sistema para a Fiscalização e o Monitoramento do Trabalho Infantil.

Consultas tripartites foram realizadas para a revisão da Lei do Emprego. Uma análise preliminar da Lei do Emprego de 1978 da PNG foi realizada em 2011 e as lacunas foram realçadas. Por exemplo, observou-se que a Lei do Emprego não define nem proíbe adequadamente as piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial e o tráfico de crianças. Uma oficina tripartite, em 2012, levou à elaboração de minuta das provisões da Reforma da Lei do Emprego proposta para lidar com as lacunas, por exemplo, proibindo agora o trabalho perigoso para meninos e meninas e elevando a idade mínima de 16 para 18 anos de idade.

Para fortalecer os mecanismos de fiscalização, foi realizada uma oficina de capacitação para os fiscais do trabalho que de início ao processo de estabelecimento de uma Unidade do Trabalho Infantil no DLIR, esboçando a lista de trabalho infantil perigoso e desenvolvendo formas de monitoramento e fiscalização do trabalho infantil. O Conjunto Trabalho Infantil/Mostra Itinerante da Lei Comum, em 2013, treinou mais de 200 participantes tripartites que acordaram que a forma de prosseguir seria estabelecer os Comitês Provinciais do Trabalho Infantil (PCLC) para liderar a ação contra o trabalho infantil em nível provincial, comunitário e de governo local. O DLIR informou também aos participantes sobre as ações realizadas para estabelecer a Unidade do Trabalho Infantil e os novos Formulários de Fiscalização e Referência do Trabalho Infantil.

Acompanhamento:

Contribuições adicionais para aumentar a apropriação nacional e a sustentabilidade dos processos foram feitas pela inclusão dos Comitês Provinciais do Trabalho Infantil na nova Lei do Emprego, assim como com o endosso do Plano Nacional de Ação para a Eliminação do Trabalho Infantil na PNG, a Fiscalização do Trabalho Infantil e os Formulários de Referência, além da elaboração da minuta de uma lista de trabalho infantil perigoso. As iniciativas de-

monstraram que, embora a reforma da legislação e da política exija tempo e seja lenta, o trabalho de base para a reforma efetiva, estabelecendo uma fundação sólida para o processo e assegurando a apropriação, se inicia com as revisões da legislação e, inclusive, com consultas multi setoriais em todos os níveis.

Lições aprendidas:

Somente com a revisão da Lei do Emprego foi possível prover a estrutura jurídica básica sobre o trabalho infantil, baseado no qual os mecanismos de monitoramento e fiscalização são fortalecidos para assegurar que a lei seja fiscalizada e os infratores levados à Justiça. As consultas extensas realizadas pelo DLIR e pelo projeto TACKLE levaram ao reconhecimento pelas partes interessadas da necessidade urgente de se lidar com as questões do trabalho infantil.

Próximos Passos:

O processo do aprimoramento da legislação nacional sobre o trabalho infantil é lento já que requer tanto compromisso do governo como recursos para a reforma. Na PNG, tempo e esforços consideráveis foram colocados na conscientização sobre o conceito de trabalho infantil como um passo anterior necessário para a construção de um acordo sobre a reforma da lei trabalhista.



Boas Práticas

Combate ao Trabalho Infantil no Mundo

PROTEÇÃO SOCIAL

154

Africa

Gabão.....	154
Marrocos.....	157
Mali.....	160
Sudão do Sul.....	164
Senegal e África Ocidental.....	167
Zâmbia.....	170

173

Américas

EUA.....	173
Brasil.....	178
Jamaica.....	190
Colômbia.....	194
Bolívia.....	200
Perú.....	204
Paraguai.....	207

Municípios de Puerto Iguazú
(Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil)
e Ciudad del Este (Paraguai).....210

214

Ásia

Vietnã.....	214
Filipinas.....	218
Nepal.....	222
Sri Lanka.....	237
Paquistão.....	243
China.....	248
Jordânia.....	252

259

Europa

Ucrânia	259

263

Global



GABÃO

Os direitos da criança vítima de tráfico

Período de implantação: Desde 2000

Onde: Gabão

Foco: Proteção social das crianças vítimas de tráfico.

Organização líder: Ministério da Economia do Emprego e do Desenvolvimento Sustentável/ Ministério da Família e de Relações Sociais

site: <http://www.economie.gouv.ga/>

<http://www.affaires-sociales.gouv.ga/291-menu-bas/293-mentions-legales/#.UmPnuvnryy8>

Resultados: Um dos resultados ligados à prevenção foi a redução do número de crianças ligadas ao comércio de rua.

Contexto e objetivo:

O governo do Gabão ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, visando assegurar o respeito aos principais interesses, em termos de atenção psicossocial, da criança vítima de tráfico para fins de exploração laboral. Todas as ações relativas a crianças

vítimas de tráfico têm por fundamento os princípios de proteção e de respeito aos direitos humanos, conforme descrito na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e na Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança. Nos usos e costumes do povo gabonês a criança sempre representou o futuro do clã e da família, o futuro de uma nação.

Metodologia:

A criança removida do circuito do tráfico é colocada em um centro de acolhimento, aonde permanece em segurança e é assistida, tratada e acompanhada por assistentes sociais, médicos, psicólogos e pelo juiz encarregado da proteção de menores. A criança é acompanhada à Embaixada de seu país de origem para verificação de sua verdadeira filiação, dando às autoridades competentes do país de origem as informações necessárias para a busca de sua família de origem e a entrega de documentos consulares necessários ao repatriamento. Os supostos traficantes são presos e interrogados pela Polícia, que faz um registro de ocorrência a ser transmitido ao Procurador da República que, por sua vez, dá continuidade ao processo contra os traficantes, incitadores e cúmplices, aplicando as disposições do Código Penal e da Lei da n.º 009/2004, de 22 de setembro de 2004, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de crianças na República do Gabão. As forças de segurança, defesa e as autoridades judiciais tomam todas as medidas necessárias para defender os direitos e interesses das crianças durante todas as fases do processo. Duas semanas antes da criança vítima de tráfico partir para seu país de origem, o serviço de assistência social e o chefe do UNICEF do país de origem são informados de sua chegada, para que possam hospedá-lo. Na volta ao seu país de origem, a criança tem como benefícios o transporte aéreo e um fundo de reinserção e provisão de necessidades pessoais. É acompanhada até o aeroporto por uma assistente social, que a conduz até o interior da aeronave. Algumas horas após a chegada da criança, o comitê de acompanhamento e combate ao tráfico de crianças busca informações junto ao UNICEF do país de origem para saber se a criança chegou bem.

Desafios:

- » Elaboração de um plano de ação nacional contra o trabalho infantil;
- » Eliminação do fenômeno do tráfico e do trabalho infantil até 2025;
- » Criar uma estrutura integrada entre o combate ao trabalho infantil e o tráfico de pessoas.

Lições Aprendidas:

A eliminação do trabalho infantil é progressiva, mas o objetivo ainda não foi alcançado.

Próximas etapas:

Esta prática pode ser reproduzida no combate ao trabalho infantil de forma geral.



MARROCOS

Trabalho Infantil Doméstico

Período de implantação: Desde 2005

Onde: Marrocos

Foco: Proteção social no trabalho infantil e doméstico.

Organização líder: INSAF (*Institute Nationale de Solidarité avec les Femmes en Détresse*)
[Instituto Nacional de Solidariedade com as Mulheres em Situação de Perigo]

website: <http://fr.insaf.ma/>

Resultados: Mais de 300 meninas foram retiradas do trabalho doméstico e reintegradas às suas famílias e à escola; quatro delas frequentam a universidade; em 19 municípios, as famílias não “alugam” mais as suas filhas;

Contexto e objetivos:

No Marrocos, dezenas de milhares de meninas menores de 15 anos de idade e chamadas de “empregadinhas” são exploradas no trabalho doméstico. Elas são particularmente de áreas rurais e das periferias urbanas do país. Dentro deste grupo, 38% têm idade entre 8 e 12

anos, 49% abandonaram a escola e 30% nunca foram à escola. As causas principais para a ocorrência destes números são a pobreza, o analfabetismo, ideias pré-concebidas dos pais, condição precária das mulheres, ausência ou escolas distantes, falha legislativa e forte demanda urbana, particularmente das famílias ricas e bem educadas. As “empregadinhas” são carentes da afeição dos pais, longe dos centros de ensino e de capacitação elas estão sujeitas à exploração e abuso, podendo até sofrer risco de vida. O Código Trabalhista existente não é suficiente para satisfazer as características específicas do trabalho infantil doméstico. Os auditores do trabalho, por exemplo, não podem acessar as residências particulares para identificar os trabalhadores infantis domésticos e as crianças não estão cientes de todos os serviços que são oferecidos pelos órgãos do governo. Intermediários mal intencionados continuam atraindo as crianças para o trabalho doméstico com falsas promessas falsas.

O INSAF contribui para a erradicação deste tipo de trabalho fornecendo apoio direto para a retirada do trabalho das crianças envolvidas, para a sua proteção e reintegração às suas famílias e escolas nas áreas rurais. O INSAF defende a criação de legislação e políticas para proteger as crianças contra o trabalho doméstico juntamente às autoridades locais, serviços sociais, Academia Regional de Ensino e as escolas, associações locais, pais, Ministério do Emprego, Departamento do Desenvolvimento Social e doadores internacionais.

Metodologia:

O programa do INSAF está organizado nos seguintes passos estruturados e articulados:

1. Diagnóstico preliminar das áreas rurais alvo: dados socioeconômicos quantitativos e qualitativos da região, províncias e municípios a fim de identificar áreas de estudo;
2. Pesquisas de campo para consolidar os dados, identificar e encontrar os agentes (educação, associações de desenvolvimento regional, oficiais eleitos, etc.);
3. Encontrar as associações de pais (escola e/ou vila);
4. Plano de Ação de Desenvolvimento: alvos comuns, atores alvo, atividades a serem desenvolvidas, recursos humanos e logísticos exatos, cronograma das ações e orçamento;
5. Resposta de campo: identificação das meninas, acordo com os pais, remoção do trabalho, reintegração à família e à escola, apoio social para as meninas, aulas particulares e melhoria acadêmica;
6. Compartilhamento das experiências de conscientização local e regional com as crianças e associações locais;

7. Mobilização das associações locais para a sustentabilidade.

O monitoramento e a avaliação são realizados pelo chefe da divisão e pela direção da associação, já a avaliação independente é feita pelos provedores da Associação. Nas áreas onde as famílias “alugam” as suas filhas para o trabalho doméstico, o grupo do INSAF identifica as meninas que estão em idade escolar e que não estão matriculadas, determina quais trabalham como domésticas e conversa com as famílias sobre os riscos. Caso os pais queiram trazer a menina, o INSAF assina um acordo com a família para fornecer uma ajuda mensal enquanto ela continuar a frequentar a escola.

Desafios:

Em longo prazo, o desafio maior é a erradicação do trabalho infantil doméstico. No médio e curto prazo, os desafios são o programa de transferência nas áreas rurais e das periferias urbanas e o estabelecimento de uma legislação especial para erradicação das crianças no trabalho doméstico para remoção, proteção e reparação dos direitos das crianças.

Lições aprendidas:

O programa de transferência requer: condições locais precisas relativas às áreas socioeconômicas e culturais, instalações de ensino e a existência de alternativas para os pais e para as meninas, estabelecimento de estruturas no local da intervenção, o desenho de um programa plurianual (tempo de educação das meninas), a mobilização do público e das associações locais e a harmonização do programa entre o apoio fornecido e a conscientização.

Próximos Passos:

O INSAF assinou diversos acordos com as associações locais para a sustentabilidade da iniciativa e criou mais de 34 associações para a ação coletiva. Além disso, um projeto de lei foi aprovado pelo Parlamento que inclui a proteção dos direitos das meninas nestas situações de trabalho, ademais, mobilizou doadores e atores locais para replicarem o programa em outras regiões do país.





MALI

Eliminando o trabalho infantil na mineração artesanal de ouro

Período de implantação: 2009-2011

Onde: Mali

Foco: Proteção social para as crianças trabalhando no ambiente da mineração.

Organização líder: Réseau d'appui et de conseils [Rede de apoio e de Conselhos] (RAC)

Resultados: 1.360 crianças que trabalhavam ou estavam sob risco de trabalho na mineração foram removidas e matriculadas em escolas; a frequência escolar melhorou significativamente, além do funcionamento e aceitação comunitária das escolas; 45 famílias iniciaram atividades geradoras de renda.

Contexto e objetivo:

Entre 20.000 e 40.000 crianças trabalham no setor da mineração artesanal de ouro em Mali, muitas das quais começaram a trabalhar aos seis anos de idade. Elas cavam poços e traba-

lham no subterrâneo, puxam, carregam e quebram o minério e o bateiam pelo ouro. Muitas crianças sofrem sérias dores de cabeça, pescoço, braço ou costas e estão em risco de lesão da coluna vertebral em longo prazo ao transportar grandes cargas e por realizar movimentos repetitivos. Elas têm lesões permanentes por causa da queda de rochas e das ferramentas afiadas, caem nos poços que, algumas vezes, desabam. Os mineradores infantis também misturam o ouro com mercúrio e queimam o amalgama para retirar o ouro. O mercúrio ataca o sistema nervoso central e é especialmente danoso para as crianças.

Os trabalhadores infantis vivem e trabalham juntos com os seus pais que são mineradores artesanais de ouro e recebem pouco pelo ouro que encontram. Entretanto, algumas crianças também vivem ou trabalham com parentes, conhecidos ou estranhos e são explorados economicamente por eles. Uma proporção significativa é de migrantes, oriundos de regiões diferentes do Mali ou de Burkina Faso e Guiné e algumas delas são vítimas do tráfico. As meninas adolescentes nas áreas de mineração artesanal também são, algumas vezes, vítimas da exploração e abuso sexual.

As taxas escolares, a falta de infraestrutura e a baixa qualidade do ensino desencorajam os pais nas áreas de mineração a enviar seus filhos para a escola. A taxa líquida de matrículas permanece baixa em 60,6%. O governo do Mali proibiu o trabalho infantil perigoso nas minas artesanais e, em junho de 2011, adotou o Plano de Ação Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil no Mali. A ONG *malesa Réseau d'Appui et de Conseils* [Rede de Apoio e de Conselhos] (RAC) implantou uma iniciativa para reduzir o trabalho infantil na mineração e para aumentar a frequência no ensino básico em várias vilas no Mali Ocidental (Kéniéba).

Metodologia:

A ONG removeu, com o apoio da OIT /IPEC e de outros doadores, mais de 1.300 crianças do trabalho. Em três vilas, no círculo Kéniéba, a RAC reformou prédios escolares velhos ou construiu novos prédios, construiu creches e contratou funcionários, forneceu mobiliário e material educativo, contratou professores para as creches e estabeleceu alimentação grátis nas escolas. A RAC auxiliou na criação de ambiente mais apoiador para a escola, elevando a conscientização sobre o trabalho infantil na comunidade através de amplas reuniões e anúncios nas rádios e, além disso, fortaleceu os comitês gestores das escolas encarregadas com seu funcionamento local. A RAC trabalhou também para assegurar que os líderes comunitários em cada vila apoiassem a escola da vila e assinassem um compromisso de que enviariam seus filhos para a escola. O projeto apoiou também a emissão de certidões de nascimento pela administração local e encorajou as autoridades a apoiar as escolas comunitárias na área,



fazendo assim a transição da comunidade para a escola pública. Mais ainda, o projeto iniciou algumas atividades geradoras de renda para prover as famílias com uma fonte alternativa de renda quando matriculassem seus filhos na escola e parassem de enviá-los para trabalhar na mineração.

Desafios:

O principal desafio está na pobreza dos pais e na falta de informação sobre os perigos relativos ao trabalho infantil. As iniciativas existentes tendem a ser isoladas de alguma maneira, com poucos funcionários, e se beneficiariam de maior sinergia com outras organizações e órgãos governamentais.

Como os trabalhadores infantis, incluindo aqueles nas áreas de mineração artesanal, com frequência tendem a estarem fora das políticas públicas de saúde e educação, tais políticas precisam ser mais direcionadas para esta população específica, com foco em suas necessidades (tais como problemas de saúde relacionados ao uso do mercúrio ou outras condições relacionadas à mineração) e integradas às políticas existentes.

Durante o processo do trabalho, as crianças inalam gases altamente tóxicos e entram em contato físico direto com o mercúrio (sem máscara de gás). Um desafio crucial está no entendimento tradicional local de que o mercúrio possui poderes místicos que atrai o ouro. Além disso, mesmo que as comunidades saibam que o mercúrio é perigoso e tóxico, a água contaminada é atirada no meio ambiente onde as pessoas vivem rotineiramente. Já que o mercúrio não é biodegradável, ele destruirá eventualmente as águas de superfície nestas áreas. Deste modo, as crianças permanecerão expostas caso nada seja feito num futuro próximo.

Lições aprendidas:

O envolvimento das autoridades locais e das comunidades alvo gerou entusiasmo e comprometimento na participação em todas as atividades, em apoio às autoridades políticas (municípios e Kéniéba Sitakili), administrativas (prefeito) e escolares (CAP). Além disso, a infraestrutura de ensino melhorada contribuiu enormemente para aumentar as matrículas nas comunidades alvo.

A chave é assegurar que as ações que sustentam a erradicação do trabalho infantil sejam sustentáveis. Nós observamos que uma das causas do desenvolvimento do trabalho infantil precoce se deve à extrema pobreza dos pais, mas também e especialmente a falta de informação sobre os perigos do trabalho infantil danoso.

Para combater efetivamente o trabalho infantil, não é suficiente construir a infraestrutura e elevar a conscientização nas comunidades e educá-las. É necessário criar também atividades economicamente rentáveis em benefício das comunidades e, uma vez que estas condições sejam satisfeitas, elas aderem aos esforços de prevenção e remoção das crianças do trabalho infantil através de acordos da comunidade e das famílias para enviar suas crianças para a escola. Assim, a escola é e deveria ser a única alternativa ao trabalho infantil.

Próximos Passos:

As ações-chave incluirão campanhas informativas, capacitação e conscientização sobre os perigos do mercúrio. É necessário que haja apoio sólido da comunidade, assim como do governo, além de adotar uma abordagem participativa, envolvendo comunidades e autoridades locais em todas as etapas do processo para assegurar apropriação e sustentabilidade locais.



SUDÃO DO SUL

Uma abordagem inovadora para a elaboração da lista de trabalho perigoso para crianças

Período de implantação: 2008-2012

Onde: Sudão do Sul

Foco: Abordagem participativa para elaborar a lista de trabalho perigoso para crianças.

Organização líder: Ministério do Trabalho e Serviço Público

Website: <http://www.goss-online.org/magnoliaPublic/en/ministries/Labour.html>

Resultados: foi elaborada a lista de trabalho perigoso para crianças com a participação de 30 representantes das organizações de empregadores e trabalhadores, diversos ministérios técnicos encarregados dos setores econômicos onde a crianças são empregadas, além de representantes de um total de 10 estados.

Contexto e objetivo:

O Sudão do Sul é um membro novo da OIT e ratificou as Convenções nº 138 e 182 sobre o trabalho infantil em 2012. Embora o Projeto da Lei do Trabalho esteja em suas etapas finais

de discussão pelo Conselho de Ministros, ainda há uma necessidade urgente de um aparato legislativo que apoie as intervenções sobre o trabalho infantil. Através do Comitê Diretivo Nacional sobre o trabalho infantil (NSC), governo e parceiros priorizaram a elaboração de uma lista de trabalho perigoso para crianças no Sudão do Sul como parte das atividades do projeto Combatendo o Trabalho Infantil através da Educação (TACKLE) da OIT. A abordagem foi inovadora, no Sudão do Sul, porque envolveu a participação efetiva da comunidade e do governo, além de um processo flexível de decretar/emendar a lista.

Metodologia:

O processo de elaboração da lista de trabalho perigoso para crianças se iniciou em novembro de 2012 com a criação do Comitê Diretivo Nacional sobre o trabalho infantil (NSC) para alavancar o processo. É composto por 15 membros oriundos dos Ministérios do Trabalho, Educação, Gênero e Crianças, Juventude, Petróleo e Minas, Agricultura, Pesca, da Ong Instituto Africano de Estudos sobre Crianças, da Ong Crianças Confiantes fora do Conflito e das Ong internacionais BRAC e Save the Children. O comitê teve o apoio dos funcionários do Ministério do Trabalho - autoridade da Saúde e Segurança Ocupacional, coordenador da Unidade do Trabalho Infantil, dois auditores do trabalho e do assessor Jurídico no Ministério do Trabalho - bem como do ponto focal no Ministério da Educação e um funcionário da OIT. Os membros do comitê técnico foram capacitados sobre o trabalho infantil e sobre o processo de elaboração da lista de trabalho perigoso para crianças.

Foi realizada uma reunião de consulta às partes interessada, em 2013, para 30 representantes oriundos das organizações de trabalhadores e patronal, diversos ministérios técnicos encarregados dos setores econômicos onde as crianças provavelmente sejam empregadas. No total, 10 estados participaram do exercício. Na sequência, se prevê uma oficina nacional de validação como parte dos eventos do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Para acelerar o processo, o NSC deve enviar a lista através de uma reunião do Conselho de Ministros para deliberação, emendas e decreto. No futuro, a lista será atualizada por meio da aprovação dos membros do NSC de um ajuste recomendado e encaminhando-a ao Ministro do Trabalho e ao Conselho de Ministros.

Desafios:

Um dos desafios foi a elaboração da lista de trabalho perigoso para crianças, através de um processo consultivo apropriado com os parceiros tripartite da OIT, num ambiente em que havia uma necessidade urgente de estrutura legislativa para apoiar as intervenções sobre o

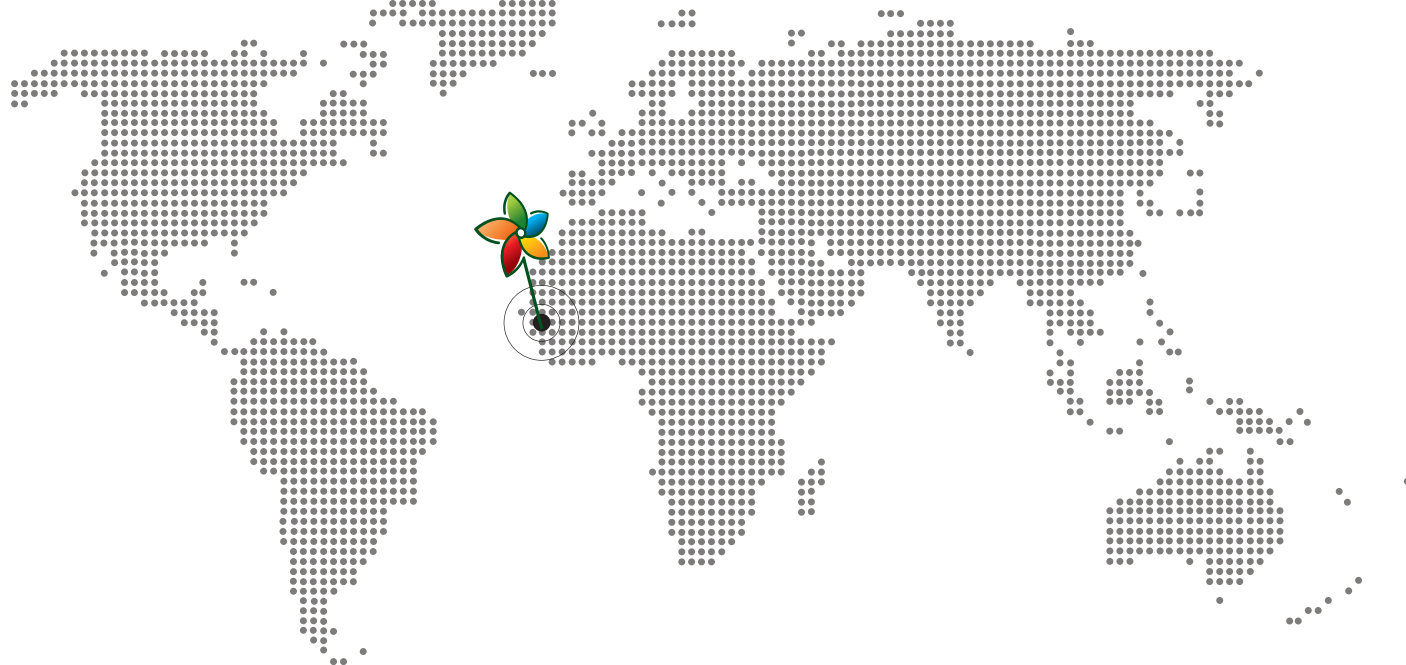
trabalho infantil, particularmente ao se considerar que o Sudão do Sul é um membro novo da OIT e ratificou as suas Convenções em 2012. O Sudão do Sul conseguiu realizá-la numa abordagem inovadora através da participação efetiva de comunidade e governos.

Lições aprendidas:

Consultas abertas com as partes interessadas em nível nacional e estadual são essenciais para a ampla aceitação da lista de trabalho perigoso para crianças e outras leis e políticas relacionadas. Evitar o difícil processo parlamentar permite também maior flexibilidade para atualizar a lista no futuro.

Próximos Passos:

A lista final de Trabalho Perigoso para Crianças será o documento de trabalho que possibilitará fiscais do trabalho e outras autoridades a proteger as crianças do trabalho perigoso. A lista também é um documento de trabalho vivo, significando que pode ser atualizada na medida em que os membros do NSC podem aprovar um ajuste recomendado e encaminhá-lo ao Ministro do Trabalho e ao Conselho de Ministro – portanto, de maneira eficiente e sustentável em termos de tempo e recursos.



SENEGAL E ÁFRICA OCIDENTAL

Assistência a crianças vítimas de tráfico

Período de implantação: 2006-2010

Onde: Senegal e África Ocidental

Foco: Proteção social e conscientização pública sobre o tráfico de crianças.

Organização líder: Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Resultados: 556 crianças atendidas entre 2006-2010; 116 crianças vítimas de tráfico assistidas para retornarem às suas famílias, com prestação de assistência médica, localização da família no país de origem, kits de viagem, documentos de viagem e escolta quando necessária; constante coordenação e encaminhamento com parceiros governamentais e não estatais; 88 das 116 crianças vítimas de tráfico assistidas também se beneficiaram de projetos de reintegração em seus países de origem; produção de dois gibis com roteiro baseado em tráfico, com 1.000 exemplares impressos e distribuídos para ONGs parceiras, abrigos e ao público em geral durante dois grandes eventos organizados pela OIM (Dia da Criança Africana, em 16 de junho de 2010 e o dia da apresentação do resultado do Programa de Assistência às Vítimas de Tráfico em 30 setembro de 2010 no Centro Cultural Francês);

Contexto e objetivo:

Muitas das crianças migrantes separadas de suas famílias na África Ocidental são consideradas “Crianças Desacompanhadas”, pois foram separadas de ambos os pais e outros parentes e não estão recebendo cuidados de um adulto que, por lei ou costume, seja responsável pela criança. As pressões para o acesso ao emprego e aos serviços sociais básicos, como saúde e educação, estão em constante crescimento e influenciam os movimentos migratórios, especialmente dos jovens, dentro da região, bem como os movimentos para o Norte da África e a Europa. No entanto, em geral, os movimentos migratórios, incluindo os das crianças, permanecem em grande parte inter-regionais. Em 2007 e 2008, a OCDE estimou que na África Ocidental 86% dos movimentos migratórios foram intra-regionais. As crianças migram internamente de áreas rurais para áreas urbanas em países como Níger, Senegal e Burkina Faso. Há também movimentos migratórios transnacionais na região para os centros econômicos, como por exemplo, a Costa do Marfim, Gana ou Nigéria, envolvendo crianças provenientes de países vizinhos. Esses movimentos incluem crianças que são traficadas e/ou exploradas em plantações, na servidão doméstica e outras formas de trabalho infantil nos países do Golfo da Guiné. Em menor grau, as crianças migram para a Líbia e a Europa, passando pelo Níger. Os objetivos deste programa regional foram de fortalecer a capacidade das agências de Governo, da CEDEAO e da sociedade civil para proteger crianças vítimas de tráfico de uma forma abrangente e coordenada, melhorar a capacidade das agências governamentais e ONGs para identificar as vítimas, oferecer apoio adequado às crianças, prestar assistência direta e medidas de proteção às crianças traficadas e fortalecer a cooperação e o diálogo entre as partes interessadas no que diz respeito ao retorno voluntário, a reintegração e o processo de proteção. Os parceiros em países-alvo desta iniciativa são os Ministérios da Família, Ministérios da Justiça, UNICEF, abrigos e ONGs, Service Social International (SSI) e sua rede de ONGs parceiras (AMIC, Sabou Guinée, Keeogo, Enda JA, Empire des Enfants, Samu Social, Centre GINDDI, BICE, EPAD Niger, COSAED, Casa d’ Ibrahima).

Metodologia:

O projeto foi desenvolvido de forma participativa em suas diferentes dimensões, tais como:

- » Planejamento: envolvimento de todos os parceiros do projeto - atores locais estatais e não estatais, bem como ONGs internacionais - que se reuniram para planejar as modalidades de identificação e assistência a crianças vítimas de tráfico na região;

- » Implementação: encaminhamentos de crianças para atendimento orientados pela OIM em Dakar, no Senegal e definidos com cada instituição de referência; formas de assistência também foram coordenadas para cada caso, de acordo com as necessidades e os serviços disponíveis; cada criança foi assistida e monitorada por um período de 6 a 12 meses;
- » Outras atividades de sensibilização também foram planejadas e implementadas com atores-chave, com o objetivo de envolver as crianças e suas famílias.

A OIM tem aumentado a capacidade dos parceiros através de programas de treinamento específicos para identificar vítimas, oferecer apoio adequado às crianças e prestar assistência direta com medidas de proteção a estas. O programa também oferece a possibilidade de fortalecer a cooperação e o diálogo entre as principais partes interessadas no que diz respeito ao retorno voluntário, a reintegração e ao processo de proteção.

Desafios:

A maioria das ONGs parceiras locais não têm recursos suficientes (financeiros, logísticos e humanos) para garantir uma boa qualidade dos serviços oferecidos às vítimas de tráfico. Apesar do treinamento que receberam, muitas delas expressaram a incapacidade de garantir um acompanhamento adequado dos casos sob sua responsabilidade, devido à enorme área geográfica e dos recursos limitados.

Lições aprendidas:

A importância do envolvimento das famílias em todas as fases do programa de assistência; o fato de que o apoio psicossocial é um componente essencial da assistência infantil e que as opções de cuidados alternativos devem ser cuidadosamente avaliadas e ser incluídas como parte deste programa (há poucas opções na região); a necessidade de as autoridades locais estarem cientes de cada etapa do processo; a importância de se considerar as necessidades e os melhores interesses da criança como base para cada decisão sobre a forma de assistência.

Próximos passos:

O programa deve ser adaptado às capacidades e opções de cuidados em cada contexto específico (atores estatais e não estatais). Legislação anti-tráfico em cada contexto específico deve ser levada em consideração para a adaptação do programa.





ZÂMBIA

Comunidades e setor privado unidos contra o trabalho infantil

Período de implantação: 2009-2010

Onde: Zâmbia

Foco: Proteção Social e Parceria com o Setor Privado.

Organização líder: Livingstone Anglican Children's Project

Website: <http://www.anglicanalliance.org/projects/project/73>

E-mail: lacpzambia@gmail.com

Resultados: Tanto as estruturas criadas quanto as fortalecidas promoveram a participação comunitária no programa e, através delas, a mensagem da importância da educação infantil está sendo disseminada na comunidade; 300 crianças foram retiradas do trabalho infantil e estão sendo integradas nas escolas públicas; as comunidades locais abrangidas participam ativamente das atividades do programa, como na identificação dos beneficiários, nos programas de conscientização comunitária e participando nas reuniões informativas sobre o programa em andamento; um componente financeiro específico foi desenvolvido para

os beneficiários-alvo, como acordos com bancos para abertura de contas poupança sem a cobrança de tarifas, em especial para as contas abertas através do projeto LACP.

Contexto e objetivo:

O Distrito de Livingstone, localizado no sul da Zâmbia, tem uma das mais altas taxas de prevalência de HIV no país (estimada em 31,5%). As crianças são as mais afetadas pelo HIV/AIDS. Muitas crianças, devido à morte de seus pais, por AIDS, ficam desamparadas. A principal consequência disso é que as crianças são obrigadas a trabalhar e, conseqüentemente, não frequentam a escola. Também foi observado que as famílias maiores podem ficar sobrecarregadas pelo grande número de órfãos que precisam ser acolhidos. Todos esses fatores aumentam os níveis gerais de pobreza na comunidade, tornando difícil quebrar o ciclo de pobreza e do HIV/AIDS.

Com o objetivo de contribuir para a eliminação do trabalho infantil causado pelo HIV/AIDS em Zâmbia, o Livingstone Anglican Children's Project (LACP), através de seu programa de trabalho infantil (lançado em 2009) iniciou o fortalecimento das estruturas distritais, das comunidades e um projeto para combater o trabalho infantil. O LACP também lançou iniciativas inovadoras para apoiar os cuidadores através de parcerias público-privadas, bem como da criação de condições de desenvolvimento como um novo espaço para a capacitação das crianças retiradas do trabalho infantil.

O programa de trabalho infantil do projeto LACP é parte do programa global *Tackling Child Labour Through Education* - TACKLE (Combatendo o Trabalho Infantil Através da Educação), lançado em 2008, após a assinatura de um Protocolo de Parceria entre o Governo da Zâmbia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Europeia (CE).

Metodologia:

Entendendo que nenhum programa comunitário pode ter sucesso sem o envolvimento dos membros da comunidade, o LACP reforçou sua própria estrutura e criou e incentivou o desenvolvimento de comitês de trabalho infantil na comunidade. Depois da implantação da estrutura, foi oferecida capacitação para apoiar os membros da comunidade em seu papel.

Durante as sessões de capacitação, ocorreram discussões entre os participantes sobre a melhor forma de economizar recursos, a fim de sustentar o programa. Os beneficiários concordaram com a ideia de fazer depósitos bancários regulares e, para tanto, concordaram em caminhar de volta para casa ao final da sessão de capacitação a fim de usar o subsídio de transporte para abrir as contas bancárias.

O LACP entrou em contato com um banco local para disponibilizar contas bancárias de poupança especiais para os beneficiários adultos do programa. Também foi enviada uma carta ao banco, informando sobre o objetivo do grupo e explicando que os serviços financeiros oferecidos pelo banco não eram acessíveis para os pequenos empreendimentos. Através da discussão sobre responsabilidade social empresarial e por meio de uma negociação bem sucedida, foi feito um acordo para um plano de poupança para os beneficiários do programa de geração de renda. A criação de contas-poupança com um banco local tornou-se, assim, uma medida inovadora para apoiar a subsistência das famílias e da comunidade.

Desafios:

Um desafio fundamental é obter o apoio de atores do setor privado para iniciativas como esta. Dois fatores que têm demonstrado ser cruciais para o sucesso da estratégia são uma boa capacidade de negociação e mensagens claras em termos dos benefícios que o engajamento trará para as empresas, ao mesmo tempo em que se atende às necessidades da comunidade.

Lições aprendidas:

O envolvimento significativo das comunidades é sempre importante, e não deve estar restrito aos eventos especiais de um programa, pois isso permitirá que as próprias comunidades integrem o programa e facilitará a continuidade da iniciativa após o encerramento do apoio externo. No processo de intervenção, são especialmente úteis os comitês de trabalho infantil no nível distrital e comunitário, liderados por membros da comunidade.

Próximos passos:

Com base no envolvimento das comunidades e autoridades locais, há uma apropriação clara do processo e um interesse nos benefícios de longo prazo por parte dos beneficiários. A oportunidade que tem sido explorada junto ao setor privado (ou seja, o banco) no sentido de apoiar indiretamente a educação e o bem-estar das crianças é louvável, sendo uma importante intervenção para a prevenção e retirada das crianças do trabalho infantil, além de ser um bom exemplo de trabalho com instituições locais para apoiar programas contra o trabalho infantil. Considerando-se o desafio de manter o apoio à educação das crianças sem ajuda externa, o regime de poupança foi uma iniciativa valiosa que seguirá contribuindo para a sustentabilidade do projeto e apoiando a educação das crianças após a conclusão do programa de ação.



EUA

Proteger a Saúde e o Bem Estar de Jovens Trabalhadores Agrícolas

Período de implantação: Desde 2009

Onde: EUA

Foco: Proteção dos jovens trabalhadores.

Organização líder: Divisão de Salários e Carga Horária (WHD) do Departamento do Trabalho, EUA

Webite: <http://www.dol.gov/whd/>

Resultado: Mais de 300 novos fiscais foram contratados, elevando o total da Agência a mais de 1.000 fiscais; 14 novos escritórios abertos e outros 18 atualizados em todo o país, tornando os serviços mais acessíveis à força de trabalho do país e comunidades regulamentadas; cerca de 700 funcionários do WHD falando um idioma diferente do inglês (mais de 500 empregados do WHD falam espanhol; funcionários multilíngues do WHD falam cerca de 50 línguas, incluindo chinês, crioulo, português, russo, espanhol, tagalo, tailandês, taiwanês e vietnamita; fiscais multilíngues estão presentes durante as investigações e ajudam a entrevistar os empregados que têm proficiência limitada em inglês); WHD tem feito investimentos significativos na

criação de orientação multilíngue extensa para informar empregados e empregadores sobre seus direitos e responsabilidades contidos nas leis federais sobre salários e carga horária; mais de 200 publicações foram traduzidas para onze línguas para divulgação através do site - 15 informativos, guias, anúncios de serviço público sobre trabalho infantil e outros materiais estão disponíveis em espanhol; muitos destes materiais sobre trabalho infantil também estão disponíveis em idiomas asiáticos e do Pacífico, como vietnamita, coreano, chinês e tailandês.

Contexto e objetivo:

O trabalho agrícola continua a ser um dos trabalhos mais difíceis e perigosos realizados nos Estados Unidos, e os trabalhadores agrícolas infantis estão entre os mais vulneráveis. As disposições relativas ao trabalho infantil na Lei de Normas Trabalhistas Justas (FLSA) ajudam a garantir a segurança e a saúde das crianças para que elas possam desfrutar de experiências de trabalho significativas em sua juventude. A FLSA também contém restrições à contratação de crianças e adolescentes com menos de 16 anos de idade na agricultura. Uma das maiores prioridades do WHD tem sido e continua a ser a prevenção de morte e lesões em adolescentes decorrentes do emprego em ocupações perigosas. O WHD emprega uma variedade de mecanismos e estratégias - que consistem em uma combinação de fiscalização, assistência aos empregadores para garantir o cumprimento das normas, assistência aos trabalhadores e parcerias - para aumentar a consciência dos direitos e responsabilidades trabalhistas no nível nacional e proteger os adolescentes que trabalham nos EUA.

Metodologia:

Ao longo dos últimos anos, o WHD tem sistematicamente reforçado suas atividades de fiscalização, incluindo o aumento do número de fiscais, aumentando o seu programa de fiscalização direcionada, e utilizando todos os instrumentos de fiscalização previstos na FLSA, em um esforço para fortalecer o cumprimento da legislação trabalhista no setor agrícola e para manter os adolescentes seguros no trabalho.

- » Como uma agência de aplicação da lei, o WHD leva a sério suas responsabilidades de assegurar o cumprimento da mesma. Os fiscais da agência se esforçam para reunir provas precisas e suficientes do nível de conformidade do empregador com todas as leis aplicáveis, em todas as investigações nos locais de trabalho, e procuram por violações de disposições relativas ao trabalho infantil contidas na FLSA.
- » Quando violações são encontradas, o WHD usa todas as ferramentas de fiscalização e conformidade disponíveis sob a lei. Através da realização de investigações eficazes e uso

de mecanismos (como sanções civis monetárias, indenizações, liminares, etc.), o WHD é capaz de garantir o cumprimento da legislação por parte dos empregadores e impedir futuras violações da lei, garantindo assim a saúde e o bem-estar de adolescentes e outros trabalhadores agrícolas.

- » No ano fiscal de 2012, o WHD concluiu 749 processos no setor agrícola onde foram detectadas violações de trabalho infantil e foram aplicados mais de \$ 2 milhões em multas.
- » A cada ano, os escritórios do WHD em todo o país realizam iniciativas de fiscalização em indústrias estratégicas do país, como a agricultura, onde a agência tem observado violações históricas e persistentes da legislação federal sobre salários e carga horária. Estas iniciativas incluem investigações específicas, que visam identificar e sanar as violações mais comuns e fazer com que toda a indústria cumpra a legislação sobre trabalho infantil da nossa nação, bem como outras leis cujo cumprimento é fiscalizado pelo WHD. Essas iniciativas também incluem avaliações de conformidade que informam o WHD sobre a gravidade e as prováveis causas de violações, e ajudam a apontar para estratégias de assistência à fiscalização e ao cumprimento para resolver os problemas específicos da indústria. Por exemplo, há dois anos o WHD implementou um dos programas de fiscalização do trabalho agrícola mais eficazes, criativos e visíveis na história da Agência, com foco nos setores agrícolas na Carolina do Norte e outros estados durante as temporadas anuais de colheita de mirtilo. As investigações realizadas durante a temporada de colheita de 2009 revelaram violações trabalhistas significativas entre os produtores de mirtilo e Contratantes de Mão de Obra Agrícola (FLCs) - incluindo o trabalho infantil em várias propriedades. Foram recuperados mais de \$53.000 em salários atrasados para os trabalhadores afetados e mais de \$100.000 em multas foram aplicadas.
- » No início de 2010, antes do início da colheita do mirtilo, o pessoal da Agência tomou medidas proativas para assegurar a conformidade dos empregadores com as leis fiscalizadas pelo WHD, particularmente no que diz respeito ao trabalho infantil, através da realização de sensibilização e educação (em inglês, espanhol e crioulo haitiano) para informar os empregadores de suas responsabilidades legais e lembrar os trabalhadores agrícolas de seus direitos. O WHD também se reuniu com fazendeiros, FLCs e associações do setor, como o Conselho do Mirtilo da Carolina do Norte, para falar com eles sobre os esforços de fiscalização da Agência e para oferecer-lhes assistência para manter a conformidade. Quando começou a colheita de 2010, os investigadores do WHD estavam nos campos, nos dias de semana e fins de semana, para realizar investigações aprofundadas e entrevistas com os trabalhadores enquanto os colhedores de mirtilo viajavam de um estado para o outro. Como resultado da fiscalização do WHD e

esforços de assistência para a conformidade, os empregadores tomaram medidas observáveis e importantes para impedir o trabalho infantil nos campos. Nenhuma violação da legislação sobre trabalho infantil foi encontrada nas fazendas investigadas na Carolina do Norte.

Desafios:

A agricultura é um setor no qual a Divisão de Salário e Carga Horária (WHD) do Departamento de Trabalho dos EUA vem historicamente encontrando violações trabalhistas significativas. O WHD fiscaliza o cumprimento de muitas leis que fornecem proteção para os trabalhadores agrícolas, incluindo a Lei de Normas Trabalhistas Justas (FLSA), uma lei federal que estabelece restrições ao emprego de trabalhadores infantis.

Lições aprendidas:

- » O aumento do pessoal e do número de escritórios permitiu ao WHD aproximar-se dos trabalhadores, fortalecer as parcerias com atores locais e proporcionar maior assistência ao cumprimento da legislação trabalhista por parte dos empregadores e associações de empregadores em todo o país.
- » O WHD também aumentou seus esforços de sensibilização para aumentar a conscientização entre os jovens trabalhadores, empregadores, pais e educadores sobre as disposições relativas ao trabalho infantil. Através esforços robustos de divulgação e educação, a Agência também está envolvendo os interessados no diálogo sobre questões de conformidade e cumprimento da legislação e incentivando sua participação na promoção do destas medidas trabalhistas e sobre o trabalho infantil no setor como um todo.
- » O WHD continua a explorar estratégias inovadoras para alcançar essas comunidades. Por exemplo, o WHD recentemente lançou uma série de vídeos educativos “Conheça Seus Direitos” para servir de recurso para os empregados e informar os trabalhadores sobre os seus direitos. Os vídeos fornecem informações valiosas sobre a legislação salarial e de carga horária, incluindo o trabalho infantil e proteção na agricultura, e abordam questões comuns sobre o local de trabalho e fornecem informações sobre como registrar uma denúncia junto ao WHD. Os DVDs “Conheça os seus direitos” são distribuídos aos centros de direitos dos trabalhadores, consulados, centros de carreira e outros interessados para utilização como material educacional e de assistência para a conformidade. Os vídeos estão disponíveis em Inglês e espanhol no site do WHD.

Próximos passos:

Para conseguir uma presença mais permanente nas comunidades com trabalhadores vulneráveis, a Agência contratou novos Especialistas em extensão Comunitária e Planejamento de Recursos para trabalhar em mais de 20 escritórios distritais do WHD. O objetivo é promover o cumprimento sustentado das leis entre as comunidades locais de empregadores e incorporar e utilizar uma forma mais eficaz de apoio das partes interessadas nos esforços de fiscalização do Departamento. Estes funcionários estabelecem e mantêm linhas de comunicação em nível local; envolvem parceiros no diálogo sobre as práticas da indústria local e questões trabalhistas; oferecem formação e recursos para defensores e outras partes interessadas sobre a legislação salarial e de carga horária; e fazem recomendações ao WHD sobre a forma de melhor atender trabalhadores e suas comunidades.



BRASIL

Campanha É da Nossa Conta! Sem Trabalho Infantil e pelo Trabalho Adolescente Protegido

Período de implantação: Desde 2012 (campanha anual)

Onde: Brasil

Foco: Mobilização social contra o trabalho infantil e pela proteção ao adolescente trabalhador.

Organização líder: Fundação Telefônica Brasil

Website: www.promenino.org.br

<http://www.promenino.org.br/CampanhaEdaNossaConta/Acampanha/tabid/339/Default.aspx>

Resultados: 1.050.000 pessoas alcançadas em todo o Brasil, presencial e virtualmente, sendo 65 mil colaboradores da Telefônica; mais de 25 milhões de pessoas sensibilizadas nas redes sociais; 91% dos entrevistados no processo de avaliação afirmaram que a campanha É da nossa conta! contribuiu para uma melhor compreensão do problema trabalho infantil; 75,4% afirmaram que a partir da campanha passaram a identificar situações de trabalho infantil ao seu redor; e 82,1% consideraram que a campanha foi efetiva no alerta à sociedade sobre o trabalho infantil.

Contexto e objetivos:

Nas duas últimas décadas, o Brasil avançou muito no enfrentamento ao trabalho infantil. Esse avanço se deve a políticas nacionais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e, mais recentemente, o programa Bolsa Família, e ao trabalho inestimável de milhares de organizações brasileiras que diariamente defendem e garantem os direitos de crianças e adolescentes. Entretanto, o trabalho infantil que persiste é mais difícil de ser erradicado: o trabalho infantil no campo, nas propriedades rurais, o trabalho infantil doméstico, o trabalho infantil nas redes de tráfico e exploração sexual comercial, o trabalho informal e suas variações. Novas formas de enfrentamento são necessárias.

Isso se deve, em parte, ao fato de o trabalho infantil ser visto como um valor, ou seja, ser culturalmente aceito e desejado como uma forma de afastar o ócio e a criminalidade, especialmente de crianças e adolescentes pobres.

Para combater de maneira eficaz o trabalho infantil, torna-se necessário lidar com esse imaginário favorável da opinião pública. Assim, nasceu a campanha colaborativa *É da nossa conta! Sem Trabalho Infantil e pelo Trabalho Adolescente Protegido*, em co-realização entre OIT e UNICEF. O objetivo geral da campanha é promover a visibilidade ao tema do trabalho infantil e adolescente, pautando a agenda das redes sociais e mídias locais e envolvendo novos atores, adolescentes e jovens.

Metodologia:

Para o processo de criação da campanha foi organizado o workshop “Como Mobilizar a Sociedade Contra o Trabalho Infantil”, em 2012, com a participação de 60 pessoas. Em seguida, foi organizada uma reunião de planejamento da campanha, com a participação de 30 pessoas. Assim nasceu a campanha *É da Nossa Conta!*, composta das seguintes estratégias: ação interna (com colaboradores do Grupo Telefônica – Vivo), ação web (redes sociais, blogs, Rede Pró-Menino), ação externa (outros meios e divulgação presencial). A estratégia da campanha contou com quatro passos para estimular o engajamento público:

- i. Reconheça: situações de trabalho infantil a sua volta;
- ii. Questione: o contexto em que acontece trabalho infantil;
- iii. Descubra: as ações cotidianas que estão ao seu alcance para ajudar a erradicar o trabalho infantil;
- iv. Compartilhe: atitudes, pensamentos e informações para expandir a campanha.

As peças de comunicação utilizadas foram: cartazes, cartilhas, adesivos, encarte Viração, fitinha do Senhor do Bonfim com mensagem da Campanha, vídeos e edição especial do gibi da Turma da Mônica.

Desafios:

A ampliação do conhecimento e a mudança de opinião sobre o tema por parte do público alvo da Campanha.

Lições Aprendidas:

No processo de criação da Campanha, pessoas e organizações que conhecem o problema e pessoas que não conhecem devem estar presentes, pois assim aumentam a compreensão que possuem sobre o problema e a forma como ele é percebido pelos mais diversos segmentos da sociedade. O produto resultante tem maior potencial de impacto.

Próximos passos:

A metodologia de criação adotada para a construção da Campanha pode ser reproduzida para solução de qualquer outra questão complexa. Outro ponto importante é a ampliação do uso da força das mídias sociais (como facebook e twitter) como ferramenta de mobilização da opinião pública para as causas sociais.

Unidos no Combate ao Trabalho Infantil em Parintins (Amazonas)

Período de implantação: Desde 2012

Onde: Brasil

Foco: Mobilização social e conscientização pública.

Organização líder: Ministério do Trabalho e Emprego do governo do Brasil; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE/AM).

Website: <http://portal.mte.gov.br/imprensa/fiscalizacao-inova-no-amazonas/palavrachave/fiscalizacao-trabalho-infantil-parintins.htm>

Resultados: A própria criação do Fórum Municipal de Parintins e a elaboração do Plano já representam um resultado positivo, pois essa iniciativa permitiu que as instituições conhecessem melhor o que cada uma está desenvolvendo e, a partir disso, elaborassem conjuntamente ações durante todo o ano. O papel da SRTE/AM é, inicialmente, capacitar/fortalecer os atores sociais para uma boa execução do plano e, de forma remota (considerando que não há AFT lotados em Parintins), monitorar a sua implementação e realizar ações de fiscalização específicas em setores específicos, apontados a partir do diagnóstico a ser feito pelos próprios membros do Fórum. Igualmente, a realização da caminhada que trouxe às ruas os membros do Fórum e as agremiação da maior atividade cultural da região, que é a Festa do Boi Bumbá, envolvendo as participantes e torcidas rivais, a do Boi Garantido e a do Boi Caprichoso, demonstra que já existe uma disposição de todos para a realização de atividades conjuntas para o combate ao trabalho infantil na região.

Contexto e objetivo:

Parintins, além de ser a segunda maior cidade do estado do Amazonas, na Amazônia Brasileira, é conhecida regional e nacionalmente pelo seu Festival Folclórico, quando acontecem as apresentações das agremiações Bois Bumbás: o Garantido e o Caprichoso. A ideia de elaborar um Plano de Ação Municipal de Combate ao Trabalho Infantil e criar um Fórum Municipal de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil surgiu da SRTE/AM. Os principais atores sociais de Parintins apoiaram a ideia e participaram ativamente. Confirmou-se a existência, na região, de grande número de meninos e meninas em situação de trabalho infantil, em especial durante o Festival Folclórico, o que prejudicava, inclusive, a imagem da cidade. Essa foi uma oportunidade de aproximar os gestores dos demais atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com o trabalho infantil: professores e diretores das escolas municipais

e estaduais e agremiações folclóricas Boi Bumbá Garantido e Caprichoso para elaborarem, juntos, um plano de ação de combate ao trabalho infantil.

Por meio da organização de atividades de sensibilização/prevenção/informação durante todo o ano, e não apenas em datas festivas, o objetivo é alterar os padrões culturais que veem com naturalidade o trabalho infantil. O objetivo principal foi fortalecer a rede de proteção à criança e ao adolescente de Parintins, para que fossem organizadas ações continuadas de prevenção e combate ao trabalho infantil na região. Para tanto, buscou-se o compromisso dos gestores locais com a realização de ações de prevenção e combate ao trabalho infantil na cidade não apenas em datas festivas, mas durante todo o ano, e com o engajamento e o apoio dos demais atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a temática, inclusive as agremiações folclóricas Boi Bumbá Garantido e Boi Bumbá Caprichoso, que possuem grande visibilidade e respeito de toda a comunidade local.

Metodologia:

Após um processo de articulação com representantes dos órgãos envolvidos, com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Amazonas, foi elaborado o 1º Plano de Ação Municipal de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil do Amazonas. Esse plano, elaborado pelos próprios atores locais, possui três eixos principais: a) elaboração de um diagnóstico da situação do trabalho infantil em Parintins; b) capacitação dos atores envolvidos e promoção de ações de sensibilização/conscientização da sociedade; c) atenção às vítimas. Pensando na sua sustentabilidade, foi proposta a criação do 1º Fórum Municipal do Amazonas, a exemplo do Fórum Nacional e do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, como uma instância de articulação e mobilização, com a missão de monitorar a implementação do Plano e definir novas estratégias de ação. E para chamar a atenção da comunidade e de toda a região para a necessidade da união de todos no combate ao trabalho infantil, durante a semana do Festival Folclórico de Parintins, foi organizada uma caminhada com o slogan: “UNIDOS no Combate ao Trabalho Infantil”, que colocou lado a lado os rivais Boi Garantido e Boi Caprichoso. Para a execução das ações em Parintins, foram parceiros: Agremiações Folclóricas Boi Bumbá Garantido e Boi Bumbá Caprichoso, Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Comissariado de Menores, Polícia Militar, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania. Para o planejamento das ações, participaram o Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, mais especificamente do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil no Mato Grosso.

Desafios:

O primeiro obstáculo apontado pelos atores sociais locais foi a escassez de recursos, já que os gestores públicos teriam dificuldades financeiras de organizar atividades de combate ao trabalho infantil durante todo o ano. Mas, concluiu-se que muitas das ações não demandariam recursos financeiros, mas principalmente recursos humanos e que, feitas em conjunto, se reduziriam os recursos humanos e financeiros necessários por parte de cada órgão/instituição.

As agremiações folclóricas Boi Bumbá Garantido e Boi Bumbá Caprichoso também mostraram dificuldade em participar, juntas, de uma caminhada para a sensibilização da comunidade, ainda que fosse em prol do combate ao trabalho infantil, devido à tradicional rivalidade existente entre as duas agremiações. Contudo, concluiu-se que um órgão sozinho dificilmente conseguiria erradicar o trabalho infantil e que a união de todos seria fundamental para alcançar resultados. Uma campanha que unisse dois grandes rivais, sem dúvida, chamaria a atenção de todos e mostraria a importância de deixar de lado “bandeiras”/rivalidades em prol de um bem comum.

Lições aprendidas:

A elaboração do 1º Plano Municipal de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil do Amazonas, seguido da criação do 1º Fórum Municipal são marcos no combate ao trabalho infantil no interior do Estado. Vale registrar que o Plano foi elaborado pelos próprios atores sociais, tendo sido, com isso, respeitada a experiência local e empoderados os atores envolvidos. Ao organizar uma caminhada com representantes das agremiações Boi Garantido e Boi Caprichoso, o projeto aproveitou a grande paixão do amazonense pelos dois bois e a rivalidade existente entre eles para mostrar a importância de que todos, sem exceção, devem se unir pela erradicação do trabalho infantil na região.

Próximos passos:

O Plano de Ação tem a previsão de execução de diversas ações, com respectivos indicadores e metas, e haverá reuniões periódicas do Fórum Municipal para o seu monitoramento/avaliação. O diagnóstico a ser elaborado pelo Fórum ajudará a identificar os setores onde há maior índice de trabalho infantil, o que facilitará o planejamento de futuras ações fiscais na região, assim como a prestação de assistência técnica para a implementação do Plano, especialmente no que diz respeito à capacitação dos multiplicadores sobre a legislação trabalhista. No futuro, deve-se realizar uma campanha estadual com a imagem dos dois bois, com a distribuição de materiais informativos pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e demais gerências/agências regionais, além de escolas e postos de saúde de todos os municípios do Estado.

Caravana Nacional

Período de implantação: Desde 2004

Onde: Brasil

Foco: Mobilização social.

Organização Líder: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Website: <http://www.fnpeti.org.br/>

Resultados: Duas Caravanas regionais foram realizadas nas regiões Nordeste e Norte (2012/2013) em decorrência da Caravana Nacional; houve o fortalecimento do tema na agenda política dos Estados, maior visibilidade do problema, ampliação das parcerias locais, mobilização da mídia e disseminação de informações sobre o trabalho infantil para a população; participaram 23 mil crianças e adolescentes, 27 Fóruns Estaduais, 27 governadores e o Presidente da República, 600 entidades representativas de empregadores e trabalhadores, ONGs e instâncias governamentais.

Contexto e objetivo:

No marco dos 10 anos do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, de junho a dezembro de 2004, foi realizada uma experiência inédita de grande mobilização nacional no Brasil contra o trabalho infantil. O Fórum Nacional, em parceria com os 26 Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Fórum do Distrito Federal, realizou a Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil. Em cada unidade da Federação, crianças e adolescentes que já foram trabalhadores elaboraram propostas para erradicar o trabalho infantil. As propostas foram entregues aos governadores durante audiências públicas. Cada governador assinou um documento com o compromisso de implementar, em seu estado, políticas para eliminação do trabalho infantil.

O Termo de Compromisso foi levado a cada unidade da federação por crianças que viajaram para entregá-lo às crianças do estado vizinho. Este termo assinado pelos 27 governadores e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em audiência no Palácio do Planalto, no dia 13 de dezembro de 2004, que contou com a participação de 162 crianças e adolescentes das cinco regiões brasileiras. Nesta solenidade, o Presidente se comprometeu a priorizar a erradicação do trabalho infantil no país. A Caravana Nacional tornou-se um fato político e simbólico, ao mesmo tempo em que comprometeu publicamente os dirigentes do país a empreender ações governamentais contra essa forma de violação de direitos e consolidou o cata-vento como um ícone que representa a luta contra o trabalho infantil. O seu objetivo principal foi

articular, mobilizar e sensibilizar os atores institucionais governamentais e da sociedade para fortalecer as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil nos estados e municípios e comprometer as autoridades públicas a priorizar o enfrentamento ao trabalho infantil.

Metodologia:

A Caravana Nacional constitui-se na realização de encontros em todos os estados brasileiros entre grupos de adolescentes de estados limítrofes ou próximos. Foi realizada, em audiência pública com o governador local, a entrega de uma carta aberta e a assinatura de um termo de compromisso para a erradicação do trabalho infantil, com início em Santa Catarina e término em Brasília, Distrito Federal.

A Caravana adotou como ícone o cata-vento, símbolo mundial da erradicação do trabalho infantil, que representa o lado lúdico que se busca proteger para garantir o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. Os encontros entre os grupos para a transferência do cata-vento foram realizados em audiência pública com cada governador, nos estados dos grupos receptores. O grupo que recebeu o cata-vento ficou responsável pela sua transferência ao próximo estado, seguindo a rota estabelecida para a Caravana.

Oficinas lúdicas e pedagógicas foram realizadas com crianças e adolescentes para discutir o trabalho infantil, a participação política e a elaboração da carta de propostas entregues às autoridades nas audiências públicas. Nestas audiências as crianças e adolescentes foram os interlocutores com as autoridades e os responsáveis também por colher a assinatura dos governadores e do presidente da República do Termo pela Erradicação do Trabalho Infantil. Essa mesma metodologia de mobilização das autoridades foi empregadas em Caravanas estaduais e regionais realizadas em 2012 e 2013 nas regiões Norte e Nordeste.

Desafios:

O maior desafio foi marcar as audiências com a participação das autoridades públicas. O desafio foi superado pela incidência política de parceiros estratégicos.

Lições aprendidas:

A partir de uma ampla mobilização se comprovou que é possível estabelecer uma interlocução com autoridades públicas com o objetivo de pactuar metas para a erradicação do trabalho infantil.



Próximos passos:

O comprometimento dos parceiros estaduais e locais e o apoio a integrantes da rede nacional contra o trabalho infantil é a garantia de continuidade desta iniciativa e seu esforço mobilizador.

Programa Atenção Redobrada

Período de implantação: Desde 2011

Onde: Brasil

Foco: Mobilização social e proteção para crianças e adolescentes trabalhadores durante grandes eventos.

Organização líder: Secretaria da Criança e da Juventude de Pernambuco (SCJ)

Website: www.scj.pe.gov.br

Resultados: Mais de 1500 crianças e adolescentes atendidos, mais de 1 milhão de kits educativos distribuídos e cerca de 400 profissionais sensibilizados para o tema.

Contexto e objetivos:

Com um aumento de 4,5% de seu produto interno bruto (PIB), em 2011, e uma consagrada tradição na promoção de grandes eventos culturais em regiões distintas no interior do estado, Pernambuco é um dos estados brasileiros que assiste ao paradoxo entre o aumento do emprego, da renda e dos bens materiais em contraposição com o aumento do trabalho infantil. Com a criação da Secretaria Estadual da Criança e da Juventude de Pernambuco -jSCJ, em 2011 (Lei nº 14.264 de 06/01/2011) – o Governo de Pernambuco estabeleceu a missão de defender e promover a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e dos jovens pernambucanos, especificamente, cuidando da faixa etária que é compreendida entre 0 a 29 anos.

Assim foi iniciada uma programação sistemática e focada em eventos de grande concentração de pessoas, intitulada Programa Atenção Redobrada, cujo principal objetivo é contribuir para o fortalecimento e integração do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de ações de Informação/Capacitação/Formação, Mobilização e Enfrentamento às violações dos Direitos de crianças e adolescentes. Nas festividades juninas de São João de Caruaru, em 2011, se inaugurou o programa, em um evento com público superior a 1,5 milhão de pessoas, que movimenta R\$ 180 milhões e gera 10 mil empregos temporários.

Metodologia:

O Programa Atenção Redobrada atua através da sensibilização e desenvolvimento de Espaços de Proteção, bem como da articulação e do fortalecimento do Sistema de Ga-

rantia de Direitos da Criança e do Adolescente, de forma continuada e sistemática. O Governo do Estado de Pernambuco oferece apoio técnico e financeiro aos municípios, contribuindo com o monitoramento do processo desenvolvido e na mobilização e articulação dos atores locais. Os municípios são responsáveis pela execução direta do Programa, desde a mobilização inicial, articulação e participação em reuniões, até a construção da proposta de atuação em conjunto com a Secretaria da Criança e da Juventude do Estado, seleção de educadores, mapeamento de parceiros e montagem dos espaços de proteção.

Na ocasião de grandes eventos, são realizadas ações de sensibilização junto ao público em geral e aos comerciantes locais, com distribuição de material informativo (banners, cartazes, cartilhas, adesivos) e implantação de um espaço de proteção, para onde são encaminhadas as crianças e adolescentes encontrados junto aos pais e mães e que estavam trabalhando no evento e/ou em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, em situação de rua. Neste espaço, crianças e adolescentes participam de oficinas de percussão, pintura de rosto, contação de histórias etc. Ao fim dos trabalhos nos eventos, os parceiros avaliam os resultados e planejam futuras ações. Um relatório geral é produzido e entregue ao Governo do Estado/Secretaria da Criança e da Juventude-SCJ, ao final de cada ano.

Desafios:

É necessário mais tempo para definir a localização do espaço de proteção que, algumas vezes, foi montado ao lado do ponto de apoio de outros serviços. Falta sensibilização da população quanto aos direitos da criança e do adolescente e falta compromisso de pais e mães com seus filhos e filhas. A coleta de dados é prejudicada pelo fornecimento de dados imprecisos ou até mesmo inexistentes, pois muitas pessoas negam-se a contribuir com os sensibilizadores. A inexistência de uma estrutura permanente para o encaminhamento das crianças foi sentida e cobrada por alguns usuários.

Lições Aprendidas:

Houve fortalecimento na integração das políticas públicas e da rede de proteção à criança e do adolescente no que se refere à exploração sexual e do trabalho infantil, embora ainda seja necessário maior fortalecimento e apoio do Sistema de Garantia de Direitos. A ampla divulgação junto à sociedade sobre as ações preventivas e protetivas dirigidas à criança e ao adolescente gerou boa receptividade das ações do programa por parte da população e comerciantes.

Próximos Passos:

Antes restrita às feiras semanais, o Programa Atenção Redobrada passou a ser realizado em grandes eventos e, agora, desdobra-se para as áreas com maior incidência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, como aquelas expostas a situações de exploração sexual ou de trabalho infantil.



JAMAICA

Técnicos de esportes se tornam mentores para crianças vivenciando ou sob o risco de ingressar no trabalho infantil

Período de implantação: Desde 2010

Onde: Jamaica

Foco: Engajar líderes esportivos para abordar o tema do trabalho infantil e influenciar os pais e as comunidades.

Organização líder: Ministério da Educação

Website: <http://www.moe.gov.jm/>

Resultados: 290 crianças frequentaram cursos da liga de futebol durante três meses; cerca de 80 crianças enfrentando ou em risco de enfrentarem o trabalho infantil foram encaminhadas para as autoridades apropriadas para acompanhamento; cerca de 30 conselheiros, professores e técnicos foram capacitados para usar o SCREAM para a conscientização sobre trabalho infantil nas escolas e nas suas comunidades; cerca de 10.000 pessoas na comunidade Maverly foram sensibilizadas sobre a questão do trabalho infantil e

os membros da comunidade começaram a relatar os casos de trabalho infantil para a Agência de Desenvolvimento da Criança do governo; os cursos de futebol apareceram na televisão em nível nacional em dezembro de 2011, ajudando a elevar a conscientização sobre o trabalho infantil e a estratégia dos cursos de futebol para lidar com o problema;

Contexto e objetivo:

Na Jamaica, de acordo com o relatório MICS de 2005 da UNICEF MICS, 6,1% das crianças da faixa etária de 5-14 anos se encontram submetidas ao trabalho infantil. O trabalho infantil na Jamaica tem as suas raízes na pobreza, mas também nas práticas e atitudes culturais e sociais. O Ministério do Trabalho e Previdência Social desenvolveram uma Política Nacional de Trabalho Infantil, a qual será concluída durante o ano de 2013. Além disso, criou-se, dentro do Ministério, uma Unidade de Combate ao Trabalho Infantil. Há uma minuta de um Plano de Ação Nacional contra o Trabalho Infantil desde 2004 e foi elaborada uma minuta da lista de trabalhos infantis perigosos em 2011. O trabalho infantil está incluído na Lei da Atenção e Proteção da Criança e está sendo elaborado o projeto de lei sobre Segurança Ocupacional e Saúde. Em 2010, a OIT, por meio do projeto Combatendo o Trabalho Infantil através da Educação (TACKLE), apoiou o Ministério da Educação na revisão da Política Nacional de Educação resultando na adição de uma cláusula relativa ao trabalho infantil.

O Ministério da Educação, os Sindicatos dos Professores da Jamaica, a Federação de Futebol da Jamaica e a ONG Caribbean Sports Reach, em 2010, juntamente com o apoio do projeto Combatendo o Trabalho Infantil através da Educação (TACKLE) da OIT, lançaram uma iniciativa na comunidade de Maverley, formando e orientando conselheiros, professores e técnicos esportivos sobre o trabalho infantil e sobre como responder a este desafio.

Metodologia:

Esta iniciativa foi concebida para usar o futebol como meio de conscientização sobre o trabalho infantil e de promoção de mudança de atitudes para se conseguir mudar o comportamento. São muitas as vantagens de se usar o futebol na luta contra o trabalho infantil. O futebol não somente traz alegria para a vida das crianças, mas também é um esporte que pode auxiliá-las adquirir competências para a vida e maior autoestima. Para aquelas crianças que tiveram sua saúde mental ou física prejudicada pelo trabalho infantil, o futebol pode apoiar o processo de cura e prover as crianças com um ambiente seguro e amigável no qual podem se desenvolver totalmente. O futebol também é uma atividade que favorece a inclusão e a não discriminação, atingindo deste modo todas as crianças independentemente de raça, gênero, religião ou nível de habilidade.

Esta iniciativa foi organizada em conjunção ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil em 2010. A ONG *Caribbean Sports Reach*, trabalhando junto com a Federação de Futebol da Jamaica, o Ministério da Educação, KSADA, *Insports* e os Sindicatos dos Professores da Jamaica identificaram escolas na comunidade com níveis altos de pobreza e criminalidade e estrutura física e social em deterioração.

Orientadores e professores de educação física de vinte e três escolas, bem como técnicos de futebol das comunidades vizinhas, participaram, em junho de 2010, de uma oficina durante dois dias sobre trabalho infantil. A oficina proveu conscientização e difusão de conhecimento sobre o trabalho infantil e introduziu os participantes ao programa de mentores assim como às ferramentas relevantes, incluindo a metodologia do programa Apoio aos Direitos das Crianças através da Educação, Artes e Mídia (SCREAM) da IPEC/OIT e o Kit Informativo para os professores, educadores e suas organizações. A mídia foi convidada a um evento para marcar a conclusão das oficinas e o lançamento dos cursos e para também observar e noticiar a ação.. Cerca de 2.000 folhetos foram produzidos e distribuídos nas escolas e comunidades anunciando os cursos e enfatizando as questões do trabalho infantil.

Após a capacitação, os instrutores identificaram as crianças submetidas ou em risco de serem submetidas ao trabalho infantil. As crianças foram matriculadas nos clubes comunitários de futebol operados pela Associação de Futebol *Kingston e St Andrew*. As oficinas eram realizadas duas vezes por semana durante um período de três meses, às quartas-feiras após as aulas e nas manhãs de sábado, momentos em que as crianças normalmente estariam trabalhando nas ruas vendendo produtos e serviços. 290 crianças com idade entre 10-16 anos frequentaram os cursos da liga de futebol. Durante os cursos, os técnicos usaram a metodologia do SCREAM para a conscientização sobre os perigos do trabalho infantil, bem como para transmitir competências para a vida com o objetivo de provocar mudanças no comportamento, destacando os princípios do respeito, resolução de conflitos, estabelecimento de metas e a importância da permanência na escola. Baseado nas necessidades das crianças, elas eram encaminhadas aos orientadores e a outros serviços sociais, mas isto foi feito em base ad-hoc já que não havia processo formal de referência para as crianças submetidas ou em risco de serem submetidas ao trabalho infantil. Diversas reuniões comunitárias foram realizadas nas quais os pais eram informados sobre o trabalho infantil e sobre os direitos das crianças. Um mês após o programa ter sido finalizado, os orientadores acompanharam os pais/guardiões das crianças para avaliar as mudanças de atitudes e de comportamento em relação ao trabalho infantil.

Desafios:

As raízes do trabalho infantil na Jamaica estão associadas a práticas e atitudes culturais e sociais, o que explica o sucesso da iniciativa em engajar líderes sociais, esportivos e culturais para influenciar os pais.

Lições aprendidas:

Esta boa prática demonstra a importância de se engajar os membros da comunidade que tenham acesso às crianças submetidas ou em risco de serem submetidas ao trabalho infantil e que estão na posição de influenciar positivamente. Um aprendizado significativo é a maior compreensão do potencial que os técnicos de esportes têm para influenciar normas e valores em comunidades urbanas coesas e como isto pode ser aproveitado. Os membros da comunidade respondem aos técnicos de modo bem diferente do que fazem com os orientadores ou trabalhadores sociais. O técnico e os eventos de apoio envolvidos são capazes de atrair a atenção e o interesse de pais ou guardiões que, de outro modo, poderiam não ser mobilizados facilmente. Os pais que não frequentam reuniões da associação de pais e mestres muito provavelmente irão a um jogo no qual os seus filhos joguem. Assim, os técnicos gozam de uma ampla esfera de influência e, de alguma maneira, tendem a não ser vistos como parte do estabelecimento escolar. Eles gozam do respeito da comunidade e quando os técnicos trazem alguma questão os membros da comunidade param para ouvi-los.

Próximos Passos:

Do mesmo modo que os mentores comunitários capacitados sobre as questões do trabalho infantil, os técnicos de futebol são capazes de influenciar normas, valores e comportamentos em comunidades de alto risco não somente pelo período limitado da duração dos cursos, mas também além deles, integrando aquilo que aprenderam em seus trabalhos diários. Os orientadores, professores e técnicos podem identificar, responder e referir os casos de trabalho infantil. Foi dada oportunidade às crianças de permanecer nos clubes comunitários de futebol em contato com os mentores. Os técnicos de futebol continuaram usando a metodologia SCREAM para conscientizar e transmitir competências para a vida às crianças durante programas esportivos futuros.



COLÔMBIA

Fortalecendo os projetos familiares para melhorar as condições de vida das comunidades nas áreas de mineração de esmeraldas

Período de implantação: 2009 -2011

Onde: Colômbia

Foco: Proteção Social.

Organização líder: Organização Internacional para Migrações (OIM)

Website: <http://www.oim.org.co/>

Resultados: Identificação e encaminhamento de 300 famílias do setor da mineração para atenção psicológica; seleção de 147 famílias para apoiar as ações com impacto direto em 338 crianças e adolescentes; aprimoramento da qualidade dos serviços educacionais, incluindo formação de professores e conscientização de crianças e adolescentes em 14 centros educacionais e 13 casas comunitárias.

Contexto e objetivo:

Boyacá está no topo da lista dos Departamentos colombianos com as taxas mais altas de trabalho infantil. A situação é especialmente crítica em relação a crianças e adolescentes envolvidos na mineração, que é reconhecida como um das piores formas de trabalho infantil de acordo com a Convenção nº 182 da OIT, ratificada pela Colômbia através da Lei 704 de 2001. Uma das principais fontes de renda na região de Boyacá vem da extração de esmeraldas, atividade realizada em grande parte por crianças e adolescente. A população alvo deste projeto é crianças e adolescentes vivendo nos municípios de Muzo e San Pablo de Borbur que trabalham na indústria mineira artesanal e aquelas em risco de se envolver nas piores formas de trabalho infantil, bem como suas famílias. O objetivo geral deste projeto é fortalecer e apoiar estas famílias para restaurar seus direitos e melhorar suas condições de vida.

Metodologia:

O projeto foi implantado através de três linhas estratégicas de ação:

- » Atenção psicológica, a qual incluiu a identificação e a inclusão das famílias vulneráveis e seus filhos na rede de atenção psicológica, seguindo as diretrizes de inclusão e atenção concebidas pelo Instituto Colombiano do Bem Estar Familiar (ICBF). Oficinas psicossociais foram realizadas com as famílias beneficiárias sobre questões como fortalecimento dos vínculos afetivos, crianças vítimas de abuso, prevenção do uso de drogas, violência doméstica, ambiente de trabalho, exploração sexual, fortalecimento de valores e competências para a vida. Além disso, atividades recreativas foram realizadas com crianças e adolescentes.
- » Iniciativas de produção familiar, através das quais foram identificadas, juntamente com a comunidade, novas atividades de geração de renda, que não a mineração. Através desta iniciativa, planos de negócio e investimentos foram talhados de acordo com as necessidades e os interesses de 147 famílias. Estes esforços foram complementados com oficinas sobre geração de renda, serviços ao cliente, trabalho em equipe, associações e cooperativas, motivação e contabilidade básica (entre outros tópicos).
- » A melhoria da qualidade dos serviços educacionais em 14 centros educacionais e 13 casas comunitárias da área incluiu duas oficinas com os professores para discutir as causas e consequências do trabalho infantil e fornecer ferramentas e técnicas para sua prevenção. As oficinas também foram realizadas tanto com estudantes de diferentes séries para discutir questões sobre as implicações do trabalho infantil quanto com seus pais para enfatizar e conscientizar sobre a importância de seu papel como pais.

Desafios:

O desafio principal está na mudança dos padrões culturais. O trabalho infantil é aceito amplamente por uma grande parte da comunidade como parte do processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes muito mais do que uma violação dos seus direitos. As oficinas, palestras, visitas, atividades recreativas e outras intervenções com as famílias foram fundamentais para os esforços de transformar tais padrões culturais.

Lições aprendidas:

O projeto demonstra que as parcerias entre as instituições privadas, públicas e organizações internacionais aprimoram o progresso social ao gerar projetos para as comunidades. É evidente que uma forte gestão local e a mobilização social são aspectos chave que ajudam a fortalecer a estratégia e dão um sentimento de apropriação.

Próximos Passos:

Houve um aumento no comprometimento, capacidade e conscientização entre as autoridades locais e outros agentes (incluindo as famílias e as crianças), o que promove um impacto em longo prazo com uma mudança sucessiva dos padrões socioculturais.

Estratégia Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil na Colômbia

Período de implantação: 2010

Onde: Colômbia

Foco: Estratégias de proteção social, educação e mobilização social para apoio às crianças que trabalham e suas famílias.

Organização líder: Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Resultados: Em Santa Rosa del Sur, Bolívia, 355 crianças foram identificadas e assistidas pelo projeto; em San Martin e Barranco de Loba, 71 crianças e adolescentes receberam apoio psicossocial, também oferecido a 130 famílias; 240 famílias foram beneficiadas em Nariño; fortalecimento da Estratégia Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil em Tolima e apoio a 300 famílias de crianças trabalhadoras; 201 servidores públicos pertencentes a 25 entidades governamentais regionais participaram do treinamento a distância.

Contexto e objetivo:

O Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar (ICBF) e a OIM uniram recursos técnicos e financeiros a fim de gerar novas estratégias de atendimento para crianças e adolescentes envolvidos nas piores formas de trabalho infantil. Foram desenvolvidas atividades de fortalecimento institucional, atenção a crianças e adolescentes, desenvolvimento de novas metodologias e a descentralização da estratégia nacional para a erradicação das piores formas de trabalho infantil nas regiões onde o problema é mais grave, como Tolima, Nariño e Bolívar. Nessas áreas, a evasão escolar chegou a 20,6 %, e há crianças trabalhando em atividades agrícolas, comércio, indústria e mineração. O objetivo das iniciativas é fortalecer e apoiar as famílias das crianças trabalhadoras em situação de risco, para o restabelecimento de seus direitos e melhora de suas condições de vida.

Metodologia:

Com a parceria do Instituto Colombiano do Bem-Estar Familiar (ICBF), da empresa privada Telefônica e da Federação Colombiana de Municípios, a OIM desenvolveu uma abordagem integrada com as seguintes dimensões e iniciativas:

1. Identificar crianças trabalhadoras e suas famílias, estabelecer uma linha de base juntamente com o desenvolvimento de comitês técnicos, promover a ativação dos Comitês para a Eliminação do Trabalho Infantil (ETI) nos municípios;

2. Intervir para transformar os padrões culturais que legitimam as piores formas de trabalho infantil, especialmente a exploração do trabalho na mineração artesanal;
3. Realizar ações de sensibilização e outros compromissos;
4. Promover com as famílias o monitoramento e a elaboração do PLANTINFA, que estabeleceu a promoção de níveis adequados de desenvolvimento das áreas de habitação, saúde, nutrição, lazer, comunicação e educação;
5. Prestar apoio e cuidados às famílias, incluindo-as em programas do ICBF;
6. Fortalecer as famílias como núcleos, restaurando processos parentais de proteção, comunicação e resolução de conflitos com base no afeto, no respeito mútuo e na justiça;
7. Acompanhar as famílias, vinculando-as aos espaços e programas disponíveis na região realizados pelo programa RED JUNTOS;
8. Acompanhar as famílias atendidas por serviços ou programas para o restabelecimento de seus direitos, especialmente nas áreas de educação, saúde, nutrição, uso criativo do tempo livre, oferecendo aos pais de crianças trabalhadoras oportunidades de contratos formais de trabalho, formação profissional para jovens e adultos, cursos de formação para as famílias sobre comércio, alfabetização e apoio para que terminem a escola primária e secundária;
9. Oferecer às crianças modelos educacionais flexíveis, como círculos de aprendizagem e processos de aprendizagem acelerada e articulação com o Ministério da Educação e Secretarias de Educação para buscar mecanismos para estimular a permanência e o retorno das crianças à escola;
10. Recomendar e orientar sobre metodologias inovadoras em consonância com os interesses e necessidades das crianças e adolescentes e suas famílias;
11. Fornecer suporte técnico para os tutores, monitores e participantes de treinamentos virtuais, juntamente com o reforço da capacidade de gestão institucional relacionada à estratégia de eliminação do trabalho infantil.

Desafios:

O principal desafio está na mudança de padrões culturais, uma vez que a população entende o trabalho infantil como um mecanismo de formação de valores para crianças e adolescentes, e não como uma violação dos seus direitos. Para superar esse desafio, foram realizadas oficinas, palestras, visitas, atividades recreativas, intervenções com as famílias, que ajudaram

a transformar os padrões culturais em famílias e comunidades que antes legitimavam as piores formas de trabalho infantil.

Lições aprendidas:

A chave para o projeto é a articulação conjunta entre a cooperação pública, privada e internacional, garantindo um impacto positivo direto sobre a população-alvo, com resultados de longo prazo.

Próximos passos:

Esforços serão empreendidos para construir compromissos e consciência política regional para: disponibilizar recursos financeiros; recrutar profissionais em campo comprometidos com o serviço comunitário, garantindo relacionamentos de longo prazo; treinar e continuar a acompanhar a iniciativa; promover o diálogo e engajamento da comunidade na mudança dos padrões culturais para erradicar o problema.



BOLÍVIA

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador

Período de implantação: Desde 2003

Onde: Bolívia

Foco: Proteção social e educação para as crianças que trabalham na colheita de cana-de-açúcar com participação do setor privado.

Organização líder: Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz de la Sierra

Website: <http://www.santacruz.gob.bo/>

Resultados: Graças ao *Proyecto de las Escuelas Móviles* (Projeto das Escolas Móveis), 360 das 955 crianças identificadas em idade escolar dos acampamentos de trabalhadores de cana-de-açúcar foram reinseridas no sistema educacional; clínica móvel com equipe técnica de assistência médica, odontológica e de enfermagem realizando ações de promoção, prevenção e assistência a doentes no seu local de trabalho, com atendimento em quatro províncias (12 municípios), nas quais se encontram os acampamentos de trabalhadores de cana-de-açúcar e suas famílias; construção de escolas e casas para professores, fornecimento de material

escolar, bibliotecas e instalação de redes de água potável; convênios com os empresários do setor canavieiro para assumir o transporte das crianças dos acampamentos até as unidades de ensino mais próximas, envolvendo cerca de 200 empresários no processo; campanhas de expedição de certidão de nascimento, beneficiando mais de 3.500 crianças menores de 12 anos; melhoria na moradia, serviços básicos disponíveis, atendimento personalizado em educação, atendimento de saúde e concessão do benefício dos seguros materno-infantil, binômio mãe-criança.

Contexto e objetivo:

A Bolívia ratificou a Convenção nº 138 sobre a idade mínima e a Convenção nº 182 sobre as piores formas de trabalho infantil respectivamente, em 1997 e 2003, e participou da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990; além disso, consagrou a erradicação do TI na Constituição Política do Estado. A região de Santa Cruz concentra 11 municípios produtores de cana-de-açúcar dos 56 municípios nos quais esta cultura está presente. Muitas famílias se mudam para essas áreas, na época da colheita, em busca de sustento. Em condições adversas, migram temporariamente para oferecer sua mão-de-obra, mas em vista da remuneração insuficiente decidem levar os familiares para trabalhar na condição de “ajudantes”, para assim aumentar a renda. Essa mudança faz com que crianças e adolescentes vivam em condições sociais e ambientais inadequadas, sem ter garantidos seus direitos fundamentais, o que as leva a abandonar a escola para se incorporar ao trabalho da colheita, como principal consequência.

O Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz, a Direção Departamental do Trabalho, o UNICEF, o Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE), a *Asociación para Erradicación a la Pobreza* (Associação para a Erradicação da Pobreza, APEP), a *Fundación Infancia Digna* (Fundação Infância Digna, INDI), os municípios canavieiros de Saavedra, Montero, Fernández Alonzo, Minero, Portachuelo e Okinawa, e empresas produtoras de açúcar como UNAGRO, Guabirá e Santa Cecilia criaram, em 2010, a rede interinstitucional “*Hagamos Equipo*” para proteger os direitos das crianças e dos adolescentes e erradicar o trabalho infantil nas regiões canavieiras de Santa Cruz. Isso, por meio do compromisso das empresas para com a responsabilidade social empresarial, do fortalecimento das instituições de proteção dos direitos e das redes interinstitucionais e da implementação do *TRIPLE SELLO* (SELO TRIPLO): livre de trabalho escravo, livre de trabalho discriminatório, livre de trabalho infantil. A campanha de certificação dos produtores canavieiros livres de trabalho infantil foi lançada em outubro do 2011, e através dela 383 produtores e 480 propriedades foram certificadas.



Metodologia:

Em 1º de julho de 2003, foi criada na região de Santa Cruz a Subcomissão Interinstitucional de Erradicação Progressiva do TI (SCIEPTI), com dois objetivos:

- » Erradicar progressivamente o trabalho infantil no setor canavieiro;
- » Impulsionar políticas públicas em nível nacional para resolver a questão da pobreza dentro do núcleo familiar de trabalhadores da colheita da cana.

Durante 2003 e 2004, a *Jefatura Departamental de Trabajo* (Delegacia Departamental do Trabalho) e a SCIEPTI, junto com o CODAPE, realizaram uma campanha de divulgação do plano nas capitais regionais e executaram o PENEPTI. O Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz, através do Serviço de Políticas Sociais (SEDEPOS - Santa Cruz), integra a Subcomissão Departamental de Erradicação do Trabalho Infantil desde sua criação, em julho de 2003, concentrando-se em seu mandato e suas competências institucionais e trabalhando com o objetivo de erradicar uma das piores formas de trabalho infantil, a colheita da cana-de-açúcar. Com a participação do Ministério do Trabalho e dos Municípios de Montero, Minero, Saavedra, as ONGs COPADE, PASOC, PRONANFA, elaboram um POA interinstitucional para a erradicação progressiva do trabalho infantil no setor.

Em 2005, após realizar a Avaliação de Meio Termo do PNEPTI, o Ministério do Trabalho, o UNICEF, a OIT, a Delegacia Departamental e a SCIEPTI elaboraram o plano trienal nacional de erradicação progressiva do trabalho infantil 2006-2008. O plano trienal nacional de erradicação progressiva do Trabalho Infantil foi executado pelo Ministério do Trabalho, UNICEF e SCIEPTI.

Em 2007, o UNICEF e a SCIEPTI encarregaram a *Fundación Hombres Nuevos* de fortalecer a educação nos municípios canavieiros da região de Santa Cruz.

De 2008 a 2010, por meio de um acordo entre o Governo Departamental de Santa Cruz e o UNICEF, foi incluído o componente de erradicação progressiva do trabalho infantil na Programação Operacional Anual realizado com SEDEGES, UNICEF, SCIEPTI e o Serviço Departamental de Políticas Sociais (SEDEPOS). Em parceria estratégica com a APEP, a INDI e a *Asociación Española para la Enseñanza de Ciencias de la Tierra* (Associação Espanhola para o Ensino de Ciências da Terra, AEPECT), foi implementado um Plano para a Erradicação do Trabalho Infantil baseado na proteção integral dos direitos e no fortalecimento das entidades de proteção.

As normas do Selo Triplo foram estabelecidas pelo Conselho Diretor de Normalização: livre de trabalho infantil (27 de novembro de 2008), livre de discriminação (18 de dezembro de 2008) e livre de trabalho escravo (23 de julho de 2009). Em 2011, mais de 480 canavieiros foram certificados com o Selo Triplo “livre de trabalho infantil”. Sob o lema “Todas as crianças com todos os seus direitos garantidos até 2025” do Acordo Social pelos Direitos da Infância e Adolescência da região de Santa Cruz, foi assinado o Convênio de Cooperação Interinstitucional para o Cumprimento dos Direitos da Infância e da Adolescência (13 de abril de 2012).

Desafios:

O sistema de informação é insuficiente, da mesma forma que a infraestrutura, os equipamentos e materiais para desenvolver os programas. No decorrer desta experiência, o ambiente de trabalho em nível de decisões políticas, principalmente nos municípios, enfrenta mudanças permanentes tanto de autoridades como de técnicos, o que afeta o andamento do plano.

Lições aprendidas:

É necessário trabalhar intersetorialmente para melhorar os serviços básicos nos acampamentos dos trabalhadores da cana-de-açúcar. Ainda é preciso fazer muito na área de educação, devendo-se buscar a colaboração intersetorial para superar muitos obstáculos, como as péssimas vias de acesso aos campos de cana-de-açúcar e o número insuficiente de médicos, professores e outros profissionais.

Em alguns locais, a abordagem de gênero foi levada em conta e as mulheres passaram a receber o mesmo salário que os homens pelo mesmo trabalho. Contudo, ainda há muitos lugares onde as mulheres não são aceitas para certos trabalhos, ou quando o são não recebem igual remuneração.

Próximos passos:

A inter-relação de todos e cada um dos atores institucionais e pessoais permite objetivamente alcançar a sustentabilidade da experiência, através do diálogo por um mesmo objetivo: o bem-estar das crianças em condições dignas, humanas e livres.





PERU

Protegendo as crianças trabalhadoras domésticas do abuso e da exploração

Período de implantação: 2008-2012

Onde: Peru

Foco: Mobilização da sociedade pelos adolescentes envolvidos em trabalho infantil doméstico (TID).

Organização líder: Asociación Grupo de Trabajo Redes (Parceria Grupo de Trabalho Redes, AGTR)

Website: <http://www.gruporedes.org/http://www.gruporedes.org/userfiles/file/Publicaciones%20AGTR/AGTR2010%20-%20TID%20Percepciones%20de%20ni%C3%B1as,%20ni%C3%B1os%20y%20adolescentes.pdf>

Resultados: Adolescentes com maior identificação e compreensão de seus direitos; aumento no rendimento escolar e melhoria nas relações familiares; famílias apoiando a melhora do rendimento escolar dos filhos, comprometidas a melhorar a comunicação e o trato com os filhos e início de ações para tirar suas filhas do trabalho ou para melhorar suas condições de trabalho; criação de grupos fortalecidos para proteger as meninas em situação de TID, contando com o respaldo e o reconhecimento das comunidades.

Contexto e objetivo:

O Peru vem apresentando um crescimento econômico sustentado há uma década, embora com uma desigualdade social desatendida. A informalidade reina em boa parte da atividade econômica. Uma das piores situações é a do trabalho infantil, notadamente o trabalho infantil doméstico (TID). De acordo com a OIT e com o Instituto Nacional de Estatística (INEI), em 2001 foram registrados 110 mil crianças e adolescentes envolvidos nessa atividade, sendo 79% deles do sexo feminino. O trabalho infantil no Peru tem como causa não apenas a situação de pobreza, mas também o fato de o trabalho infantil ser considerado uma etapa de formação e, no caso do trabalho doméstico, ser visto para as meninas como um processo de aprendizagem sobre os papéis dos gêneros. Muitas vezes pais, empregadores e meninas/os não reconhecem que o que fazem é um trabalho, de forma que este se torna “invisível”. Além disso, no caso de meninas e meninos em situação de TID, cujo trabalho é realizado em zonas urbanas de baixa renda, seus empregadores costumam ser vizinhos e/ou parentes menos pobres.

A Parceria Grupo de Trabalho Redes (AGTR) concentra seu trabalho no TID, contando com uma equipe de trabalho integrada por trabalhadoras e ex- trabalhadoras domésticas, bem como profissionais, estudantes e voluntários. Seus objetivos são: 1) conscientizar sobre as consequências psicossociais do TID, divulgando os resultados de uma pesquisa sobre o tema; 2) desenvolver capacidades de organização e gerenciamento de projetos em grupos de adolescentes em situação de TID e ex-TID em Lima, Cajamarca e Cusco; 3) promover boas práticas de atenção, oferecidas por adolescentes em situação de TID e ex-TID a mais de 500 meninas e meninos em TID: reforço escolar e atividades recreativas; e 4) criar espaços para discutir as políticas de prevenção e proteção de crianças em situação de TID, com organismos públicos e da sociedade civil.

Metodologia:

A iniciativa se desenvolveu nas seguintes dimensões:

1. Parceria multinacional coordenada e assessorada pela organização *Anti-Slavery International* (Reino Unido), da qual participam seis países: Filipinas, Togo, Tanzânia, Índia, Costa Rica e Peru;
2. Pesquisa sobre as consequências psicossociais do TID baseada em entrevistas em profundidade com 404 mulheres e homens, de 12 a 17 anos de idade, em 2009;

3. Criação e formação permanente de um Comitê Assessor para o projeto, do qual participam adolescentes TID e ex-TID, para que atuem em suas comunidades visando ao desenvolvimento de capacidades de organização entre outros adolescentes;
4. Miniprojeto por meio de pequenos subsídios a grupos de adolescentes em TID e ex-TID para que ofereçam boas práticas de atenção a crianças em situação de TID (biblioteca infantil, brinquedoteca, jornadas dominicais de reforço escolar, atividades de integração e lazer, oficinas para conhecer seus deveres e direitos, bem como visitas a famílias e empregadores para promover a comunicação e um bom tratamento).
5. Atividades de incidência para aprimorar as normas legais e melhorar sua implementação, bem como para promover a proteção de meninas e meninos em situação de TID através de programas de rádio, reuniões com autoridades e líderes comunitários e da participação em espaços de discussão sobre o TID.

Desafios:

Empreender ações com os empregadores das meninas e das adolescentes em situação de TID.

Lições aprendidas:

É importante planejar as atividades com tempo, principalmente quando tais atividades envolvem organizações parceiras, uma vez que todos têm que seguir as mesmas orientações e critérios ao desenvolver as atividades planejadas. Outra lição aprendida, relacionada com o Comitê Assessor, se refere à necessidade de serem cuidadosos nos critérios de seleção e no perfil dos membros do comitê. Uma triagem mais apurada assegurará a permanência dos adolescentes e jovens no projeto por mais tempo.

Próximos passos:

A abordagem do projeto considerou o envolvimento da comunidade, autoridades, líderes locais e das próprias meninas, adolescentes e jovens em situação de TID ou ex-TID como forma de garantir a sustentabilidade dos resultados e a continuidade das atividades. Por um lado, as meninas e as adolescentes e jovens em TID ou ex-TID envolvidas afirmam que se consideraram as vozes da população beneficiária. As comunidades envolvidas, com suas autoridades e líderes, asseguram o compromisso de atender e apoiar as ações em benefício das meninas e adolescentes em TID. Por último, o Governo se envolveu para garantir a continuidade do aprimoramento do marco normativo e dos planos nacionais de atenção a meninas e adolescentes em situação de TID, sobretudo nas regiões que ficaram de fora desta experiência.



PARAGUAI

Programa Abrazo: Programa nacional para a redução e erradicação do trabalho infantil.

Período de implantação: Desde 2005

Onde: Paraguai

Foco: Proteção social integral de crianças trabalhadoras.

Organização líder: Secretaria Nacional da Infância e Adolescência do Governo do Paraguai

Website: <https://www.facebook.com/paraguaysnna>

Resultados: Número de famílias no Programa: 3.304; Número de crianças beneficiárias: 6.061 (meta superada); famílias beneficiadas pelo “Bono” (auxílio) Solidário: 1.912; famílias beneficiadas com Cestas Solidárias: 1.193; do total de 6.061 crianças beneficiárias, 5.262 estavam em situação de trabalho infantil na rua ou em espaços públicos. Dessas crianças, 4.958 não registraram mais passagem pela rua, ou 94 % do total. As 799 crianças restantes estavam em outras formas de trabalho infantil. Delas, 464, ou 58%, já não realizam trabalho infantil.

Contexto e objetivo:

O *Programa Abraço* nasceu de um pedido feito ao Estado Paraguaio, de uma necessidade reconhecida pela sociedade civil, destacada pela mídia e pela cooperação internacional. O Estado paraguaio atendeu a essa demanda implantando o Programa para a diminuição progressiva do trabalho infantil nas ruas de forma ágil, articulando esforços e conhecimentos paulatinamente incorporados pelo poder público. Iniciado em abril de 2005 e operando ininterruptamente até hoje, o Programa atravessou diferentes governos como uma resposta efetiva diante de uma situação de grande complexidade e de possíveis soluções em longo prazo. Com o tempo, *Abraço* foi ganhando importância para o Estado, tornando-se um dos programas de maior destaque da proposta de política pública, recebeu o apoio das autoridades, que se traduziu no aumento de seu orçamento, na expansão para outros setores do país com a mesma problemática e na ampliação de sua intervenção para outras formas de trabalho infantis consideradas perigosas. *Abraço* nasce como uma resposta do Estado a uma demanda social que precisava ser atendida.

Metodologia:

No momento de implantação do Programa foram organizados os três primeiros componentes: trabalho na rua, centros abertos, trabalho com as famílias. Posteriormente, e em diferentes momentos, o programa passou por revisões e reformulações técnicas, buscando-se, sobretudo, aperfeiçoar o sistema de apoio às famílias por meio do acréscimo de outros componentes, como o das redes de proteção e adolescentes. O mesmo ocorreu com os centros, que se diversificaram em centros abertos, de proteção e comunitários, de acordo com a faixa etária das crianças e a estratégia técnica de intervenção. Os benefícios concedidos pelo programa se centram na proteção integral das crianças: as famílias recebem cestas básicas e o *bono solidario* (auxílio em dinheiro) de acordo com seu índice de qualidade de vida, após assinarem um termo de corresponsabilidade.

Desafios:

- » Consolidação de *Abraço* como política de Estado;
- » Descentralização para sua implementação;
- » Maior apoio às famílias para a geração de renda;
- » Articulação com outras instituições para atingir os mínimos sociais estabelecidos;

- » Expansão da experiência de atendimento a adolescentes;
- » Extensão de programa a outras formas de trabalho infantil;
- » Maior ênfase em prevenção;
- » Fortalecimento do *Abrazo* comunitário;
- » A superação da aceitação cultural do trabalho infantil na sociedade, onde este é muitas vezes visto como um meio para a formação e o aprendizado das crianças.

Lições aprendidas:

A gradual extensão do programa a outras formas de trabalho infantil, começando com a implementação de programas-piloto que contaram com o apoio da OIT. Entre essas intervenções se destaca o programa de ação no aterro sanitário de Encarnación, que foi declarado livre de trabalho infantil graças ao trabalho conjunto da sociedade civil, do setor privado e do governo local. Da mesma forma que a intervenção em olarias realizada na cidade de Tobati, em que o componente comunitário e de empoderamento foi vital para a instalação de um centro comunitário e o desenvolvimento de atividades comunitárias voltadas para a prevenção do trabalho infantil em olarias.

Próximos passos:

O fator indiscutível para assegurar o futuro do programa é sua descentralização para os governos locais, bem como o fortalecimento da abordagem comunitária de empoderamento.





ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI

Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai (ESCI)

Período de implantação: 2001 - 2005.

Onde: Municípios de Puerto Iguazú (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)

Foco: Proteção social, educação e treinamento, legislação e fiscalização contra a exploração sexual comercial em regiões de fronteiras transnacionais.

Organização líder: Ministérios do Trabalho e Desenvolvimento Social dos governos do Brasil, Argentina e Paraguai.

Website: <http://www.oit.org.br/node/338>

Resultados: Ampliação da oferta de cursos de profissionalização, reinserção escolar, assistência médica e legal e encaminhamento ao mercado de trabalho, beneficiando centenas de famílias; maior busca de apoio dos Centros de Referência para a recuperação das crianças vítimas de exploração sexual comercial, e dos próprios agressores em busca de tratamento e apoio especializado; desmantelamento de redes criminosas associadas à exploração comercial e sexual de crianças; investigação criminal de políticos, empresários e policiais suspeitos de envolvimento com essas atividades ilícitas; celebração de termo de compromisso entre proprietários de hotéis e Superintendência Regional do Trabalho para combater a exploração sexual de menores; ratificação pelo Paraguai da convenção 138 da OIT sobre a idade mínima para trabalho.

Contexto e objetivos:

A região da tríplice fronteira é marcada pela presença do crime organizado e do tráfico internacional de drogas, armas e seres humanos; observa-se, também, a tendência de criminalização das migrações, em geral, e da região da tríplice fronteira, em particular.

Os direitos das crianças na região fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai são muitas vezes violados. Além da exploração sexual comercial, há o tráfico de crianças e adolescentes para fins de trabalho escravo e tráfico de órgãos bem como seu uso para transporte de armas, drogas e mercadorias contrabandeadas.

O Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai (ESCI) surgiu nesse cenário com os objetivos de: identificar lacunas legais e propor harmonizações entre os três países; contribuir na obtenção e análise de informações confiáveis e relevantes sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; fortalecer as instituições públicas e privadas na formulação e implementação de ações para eliminar o problema; proporcionar atenção nas áreas de saúde, educação, apoio psicossocial e jurídico a crianças e adolescentes sexualmente exploradas; e contribuir na formulação de políticas e mecanismos de prevenção.

Metodologia:

A OIT buscou estimular o diálogo entre os três países para possíveis soluções, dando especial atenção a ações preventivas, principalmente com irmãos e irmãs dos meninos e meninas explorados sexualmente.



Além disso, a OIT e os seus parceiros trabalharam diretamente com governantes locais e com a sociedade civil organizada, de forma a estabelecer processos mútuos de conhecimento, trocas de experiências e ações conjuntas.

Em linhas gerais, o Programa criou uma rede interinstitucional para identificar, afastar e oferecer atenção integral às crianças e adolescentes nesta situação. O programa também contou com processos de esclarecimento social, responsabilização e punição dos autores, reinserção social das crianças e adolescentes marginalizados e instalação de uma cultura de prevenção e de vigilância social.

Desafios:

Inexistência de leis nacionais específicas contra a exploração humana e maneiras eficientes de punir os envolvidos com essa prática, principalmente aliciadores e “clientes”; empecilhos para a investigação dos crimes e a punição dos seus responsáveis, dada a falta de promotores e juizes especializados; ausência de estatísticas precisas relacionadas ao problema, o que dificultou sua mensuração e combate; dificuldades relacionadas ao controle de fronteiras, visto o enorme número de pessoas que as atravessam todos os dias; silêncio por parte das vítimas de exploração sexual, que muitas vezes não denunciavam os abusos sofridos para as autoridades, seja por medo da reação dos exploradores ou por vergonha.

Lições Aprendidas:

Conscientização de que é possível deslocar o Estado de sua centralidade para que a sociedade possa atuar considerando os recursos disponíveis, atuais e potenciais; conclusão de que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma atividade amplamente atrelada ao crime transnacional organizado e à pobreza, sendo necessária, portanto, uma maior cooperação entre Brasil, Paraguai e Argentina para encontrar soluções e meios de prevenção conjuntos e para combater as causas desse crime; importância da criação e da atuação de redes de proteção que envolvam governos, sociedade civil e organismos internacionais para mudar a realidade e oferecer proteção a todos os menores da Tríplice Fronteira.

Próximos passos:

Embora o projeto tenha se realizado de 2001 a 2005 como tal, consolidou-se deste então em uma política pública implementada pelos países da região. A Tríplice Fronteira, em Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina) tem hoje um marco de

humanidade, solidariedade e desenvolvimento na direção de um futuro melhor, mais justo e harmônico para estas e para as futuras gerações de crianças e adolescentes. Além disso, vale mencionar a proposta da OIT para facilitar a atuação na área da punição, que consiste na assinatura de um acordo trilateral entre Brasil, Argentina e Paraguai. Além da assistência jurídica mútua em matéria penal, o acordo permitiria a coordenação de políticas públicas nas áreas de assistência social, saúde, educação e direitos humanos.



VIETNÃ

Prevenção, Retirada e Reabilitação do trabalho infantil nos serviços de turismo e outros setores perigosos

Período de implantação: 2011-2013

Onde: Vietnã

Foco: Proteção social, educação e legislação contra o trabalho infantil nos mercados e nas ruas em áreas turísticas.

Organização líder: Departamento Provincial do Trabalho, Inválidos e Questões Sociais de Lao Cai

Resultados: 600 meninos e meninas (pelo menos 50% são meninas) menores de 18 anos receberam serviços de proteção social necessários. Foram protegidos/retirados do trabalho perigoso e receberam educação geral e qualificação profissionalizante, além de outros apoios alternativos apropriados para os jovens e/ou as suas famílias. Acomodação e alimentação foram fornecidas para 200 jovens na escola através de aulas comunitárias, o que resultou numa significativa redução da taxa de evasão. Além disso, 80% dos alunos capacitados encontraram empregos adequados e 300 famílias pobres tiveram acesso a crédito e capacitação para gestão de empréstimos e foram colocadas em contato com empresas para comercializar

os seus produtos. Ao menos 80% dos serviços locais de turismo foram capacitados sobre a legislação nacional sobre o trabalho infantil - foram capacitados 250 oficiais/funcionários que trabalham nos órgãos governamentais locais e outros parceiros.

Contexto e objetivo:

O programa é de iniciativa governamental, pertencendo ao Departamento Provincial do Trabalho, Inválidos e Questões Sociais de Lao Cai para a proteção social, educação, formação, legislação e fiscalização da comunidade com o objetivo de contribuir para a prevenção e redução progressiva do trabalho infantil entre crianças e adolescentes no setor do turismo e outros setores identificados como perigosos. Foi iniciada em maio de 2011 e encerrada em setembro de 2013, cobrindo o distrito de Sapa, uma região turística bem desenvolvida. Nessa região, o número crescente de turistas trouxe benefícios econômicos com novos empregos e empresas, mas também trouxe impactos sobre a população multiétnica, tais como trabalho infantil resultante da evasão escolar. A iniciativa reuniu, como parceiros, o Comitê Popular Provincial de Lao Cai (PPC), o Departamento do Trabalho, Inválidos e Questões Sociais (DO-LISA) da província de Lao Cai, o órgão estatal de gestão para a educação e a capacitação local, o Ministério da Cultura, Esportes e Turismo, a escola Hoa Sua de Formação Profissionalizante em Turismo, a ONG Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Indústrias Rurais do Vietnã (ViRi), os órgãos de estado gestores da informação, os Comitês Populares distrital e comunitário, a Unidade de Formação Profissionalizante, o setor da Indústria e Comércio, o Sindicato das Mulheres, o Banco para Política e Questões Sociais, o Sindicato do Comércio, o setor da Agricultura e Desenvolvimento Rural e as Associações de Agricultores.

De acordo com a Pesquisa de Referência sobre Beneficiários realizada pelo Instituto de Ciências Trabalhistas e Questões Sociais (ILSSA), existiam 538 crianças trabalhando como vendedores de rua, servidores em restaurantes, hotéis, karaokês, carregadores de bagagem de turistas, carregadores de lenha e, além disso, em atividades na fabricação de esteiras, pecuária e lavoura. A maior parte das crianças pertencia à faixa etária de 5-14 anos, frequentemente seguindo um irmão ou um dos pais, os quais estavam subempregados ou inativos economicamente. Deste total, 67.66% ou nunca frequentaram escola ou tinham abandonado a escola. A média de horas de trabalho das crianças era de 7,43 horas por dia durante a alta temporada da produção.

Metodologia:

A estrutura conceitual do programa englobou a relevância das características sociais, econômicas, políticas e culturais e o contexto das áreas de turismo. O engajamento multidimensio-

nal dos comitês populares, dos setores trabalhistas, da educação e formação profissional, da cultura e do turismo, do sindicato de mulheres, da grande mídia, de ONG e outros, esteve presente em todas as atividades do projeto, desde a pesquisa de referência sobre o trabalho infantil, o desenvolvimento do programa de ações, até a implantação do projeto e a supervisão e monitoramento de suas atividades. Abarcou também a integração das questões do trabalho infantil na agenda do desenvolvimento socioeconômico local, redução da pobreza, educação, cultura e agricultura para mobilizar recursos para o projeto.

O projeto foi desenvolvido através das seguintes etapas:

1. Cursos de capacitação sobre trabalho infantil e de desenho, monitoramento e avaliação do programa de trabalho infantil foram oferecidos para as organizações locais. Os participantes entenderam melhor o conceito de trabalho infantil, suas causas e consequências, legislação nacional e internacional, suas piores formas, como combatê-las e como desenvolver um programa de ações usando o *log-frame* (metodologia de planejamento de projetos por objetivos).
2. Uma pesquisa de referência sobre trabalho infantil foi realizada e apresentada com a participação do quadro local de funcionários. A intenção era reunir contribuições e insumos para a formulação do programa de ação e para os propósitos da formulação da política de conscientização.
3. Uma oficina participativa foi realizada para formular o programa de ação com as autoridades locais, representantes das áreas do trabalho, de educação, de saúde, de turismo, de comércio e da indústria, de ONGs, de bancos, da grande mídia etc. Os participantes identificaram a situação e as causas do trabalho infantil em suas localidades, os grupos alvo, como e quem apoiaria o projeto, além do mecanismo de gestão e monitoramento.
4. A minuta do programa de ação foi apresentada em uma reunião local para reunir mais insumos sobre as diferentes partes interessadas, bem como o seu compromisso com a execução do projeto.
5. Uma oficina foi realizada com a participação das agências executoras para traçar as atividades específicas, o cronograma de cada uma, o orçamento, os beneficiários etc.
6. Os funcionários das agências executoras e os colaboradores comunitários foram capacitados sobre como identificar as crianças alvo e usar o sistema de elaboração de relatórios e monitoramento dos beneficiários diretos do projeto. O sistema utiliza um aplicativo de computador para traçar o perfil e atualizar os dados, bem como o progresso do impacto do projeto nas crianças e em suas famílias, além de todas as atividades relacionadas realizadas nos locais do projeto dentro do escopo do programa.

7. A informação sobre o perfil das crianças trabalhadoras e de suas famílias foi inserida no sistema de monitoramento de acordo com a sua situação de trabalho, escolaridade e suas necessidades de assistência.
8. Consultas foram feitas com as crianças e os seus pais para descobrir seus problemas e como apoiá-los na educação e/ou formação profissionalizante e na economia doméstica. As autoridades locais, as outras agências executoras, fornecedores de serviços na instituição profissionalizante, empregadores locais, banqueiros, extensão agrícola, sindicato das mulheres e associação de agricultores participaram também das reuniões comprometendo-se em prover o apoio exigido. Reuniões separadas, para dar seguimento às consultas, foram realizadas com os principais provedores de serviços locais.
9. Foram feitos acordos separadamente com cada provedor de serviço de acordo com o plano de ação especificado, incluindo suas atividades, grupo alvo, número de beneficiários, orçamento e plano de monitoramento.

Desafios:

O programa de ensino bilíngue enfrentou desafios relativos às configurações institucionais e à capacitação dos funcionários, tais como falta de materiais de formação em línguas diferentes; alto nível de pobreza entre a população étnica minoritária; casamento precoce como tradição cultural, particularmente entre adolescentes - a maioria arranjada pelos pais contra a vontade das meninas e meninos.

Lições aprendidas:

O programa foi desenvolvido e implementado de modo a promover a apropriação e liderança sólida por parte do governo na prevenção do trabalho infantil e na proteção da criança via configurações institucionais e estabelecimento de uma rede de instituições parceiras. Foram dadas respostas às necessidades locais reais para assegurar que as partes interessadas contribuíssem com recursos para as iniciativas e, ademais, priorizou-se a integração das iniciativas nas atividades e prioridades existentes nas localidades.

Próximos Passos:

As iniciativas foram integradas às políticas, prioridades e iniciativas do governo, tais como educação, redução da pobreza e formação profissionalizante. Estas atividades foram construídas sobre o papel da liderança do governo local e com a estreita colaboração de outras instituições. Além disso, o modelo incorporou as iniciativas para incluir as minorias étnicas e para lidar com os desafios de geração de renda das famílias.



FILIPINAS

Direitos das crianças trabalhadoras domésticas: defesa, apoio e mobilização social

Período de implantação: Desde 1995

Onde: Filipinas

Foco: Mobilização e defesa dos direitos das crianças trabalhadoras domésticas.

Organização líder: Samahan at Ugnayan ng mga Manggagawang Pantahanan sa Pilipinas (Associação e articulação dos trabalhadores domésticos nas Filipinas)

Website: <http://www.oncan.org/SUMAPI/SUMAPI.htm>

Contato: <https://www.facebook.com/SUMAPI>

Resultados: Contribuição para a adoção da Convenção e, posteriormente, a promulgação de uma legislação nacional que proíba o trabalho infantil nas Filipinas; promulgação da Carta Magna para Trabalhadores Domésticos; melhoria do acesso das crianças trabalhadoras domésticas à educação, oferta de assistência educacional na educação formal e na não formal; 20.000 trabalhadores domésticos alcançados em parques, escolas, igrejas e aldeias; 8.000 membros em todo o país com mais de 40 núcleos em sete áreas (Cebu, Bacolod, Iloilo, Dumaguete, Batangas, Davao, e a Região da Capital Nacional).

Contexto e objetivo:

As Filipinas ainda continuam a ser uma das principais fontes de trabalhadores domésticos no mundo. Todos os anos, 2,2 milhões de Filipinos saem do país para trabalhar no exterior. Um grande percentual de filipinos que trabalham no exterior são trabalhadores domésticos. Em 2010, 28% de trabalhadores filipinos recém-contratados eram trabalhadores domésticos. Uma pesquisa realizada em 2011 pelo Escritório Nacional de Estatística (NSO) sobre crianças nas Filipinas constatou que dos 29 milhões de crianças Filipinas (de 5 a 17 anos de idade), cerca de 5,5 milhões estavam trabalhando - pelo menos uma em cada cinco. Destas, quase três milhões estavam em situação de trabalho infantil perigoso como em minas, fábricas e nas ruas. O Samahan at Ugnayan ng mga Manggagawang Pantahanan sa Pilipinas ou SUMAPI é uma associação de articulação nacional de trabalhadores domésticos nas Filipinas. Organizado em 1995, através do apoio da Visayan Forum Foundation Inc., a SUMAPI começou como uma rede de apoio aos trabalhadores domésticos vítimas de abusos encontrados durante atividades de sensibilização. As Filipinas avançaram na causa dos trabalhadores domésticos, as políticas protegem de forma eficaz os diversos direitos dos trabalhadores domésticos. O foco da SUMAPI está na extensão e na organização de suas ações, primeiramente apresentando-se como um grupo de apoio de pares. A SUMAPI passou a lançar campanhas de sensibilização que geraram interesse em sua agenda e focou na capacitação dos seus membros para entender e promover a questão.

Metodologia:

A SUMAPI serve principalmente como voz dos trabalhadores domésticos em iniciativas locais, nacionais e internacionais de advocacy. Ao longo de sua existência, a SUMAPI foi pioneira na adoção de abordagens criativas para chegar aos trabalhadores domésticos em todo o país e disponibilizar programas e serviços a esse segmento. Ela também ajudou a proteger seus membros contra abusos e facilitou ações para removê-los de condições de exploração, mais especialmente os trabalhadores domésticos infantis. Mais importante ainda, a organização conseguiu a promulgação da Carta Magna para o setor.

Como a mobilidade e invisibilidade do setor é um grande desafio, já que os trabalhadores domésticos permanecem dentro de casa (com oportunidades mínimas de exposição a informações sobre seus direitos e serviços sociais disponíveis e passíveis de ajuda externa em situações de abuso e exploração), a SUMAPI desenvolveu estratégias e abordagens para a organização do setor.

Uma das estratégias ativadas é uma chamada coletiva para “encontrar seus companheiros.” Esta estratégia envolveu o uso de uma abordagem amigável para ganhar a confiança dos tra-

balhadores domésticos e convencê-los de que os organizadores são sérios e podem ajudá-los. Assim, atividades de divulgação foram realizadas em lugares onde os trabalhadores domésticos se sentem confortáveis e normalmente amistosos - como parques, igrejas, shoppings e aldeias e, geralmente, nos dias em que os trabalhadores domésticos estão de folga do serviço.

A SUMAPI acredita firmemente que os próprios trabalhadores domésticos devem se envolver em todas as ações da organização. Eles devem ser autorizados e incentivados a falar e compartilhar seus pensamentos, visões e opiniões. Assim, a SUMAPI promove atividades altamente participativas e utiliza mecanismos de consulta.

A SUMAPI adota como política o desenvolvimento e melhoria das relações sustentáveis entre empregadores e trabalhadores domésticos, promovendo um melhor tratamento da equipe. É muito importante que os empregadores permitam que seus trabalhadores domésticos participem das atividades realizadas pela SUMAPI e seus parceiros. Isso facilita a formação educacional para tornar os funcionários conscientes dos seus direitos, reconhecendo o seu próprio valor e o seu significativo papel na sociedade. Isto os prepara para identificar seus problemas, expressar suas preocupações e exigir seus direitos.

A SUMAPI teve uma participação ativa em campanhas locais e internacionais para a formulação de políticas, como a Convenção 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, a adoção da Convenção 189 da OIT sobre Trabalho Decente para as/os Trabalhadoras/es Domésticas/os, e elaboração e promoção da Carta Magna para Trabalhadores Domésticos, nas Filipinas. Foi o único grupo de trabalhadores domésticos, nas Filipinas, envolvido nas consultas realizadas para a elaboração da resposta filipina à pesquisa sobre legislação e prática da OIT. A SUMAPI é um membro ativo do Grupo Técnico de Trabalho sobre a Campanha Filipina de Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos (a TWG) e, como tal, organizou e participou de várias consultas nacionais, regionais e locais em todo o país. A SUMAPI liderou a campanha, tanto no nível nacional quanto internacional.

Além disso, a SUMAPI tem tido êxito na prestação de serviços diretos para trabalhadores domésticos especialmente aqueles destinados a proteger e promover o bem-estar dos trabalhadores. A associação facilita oportunidades de emprego mais lucrativo e assistência educacional, especialmente para crianças trabalhadoras domésticas. Ela também oferece um programa de resgate e reabilitação com base em um disque-denúncia e encaminhamento para trabalhadores domésticos em dificuldades. Ela criou e ativou um modelo de central de serviços, onde os trabalhadores domésticos podem acessar serviços básicos e programas de várias instituições, denominado Balcão Kasambahay (Empregado Doméstico). O balcão prevê todos os serviços programáticos e intervenções. É operado através da mobilização de

parceiros e um protocolo de encaminhamento. Este modelo tem sido fortemente defendido e foi incluído nas normas e regulamentos de execução da Carta Magna para os Trabalhadores Domésticos, como um mandato do governo local.

Desafios:

Assim como outras organizações, a SUMAPI sofre de dificuldades para angariar recursos. A organização continua a crescer e está colhendo resultados dos esforços feitos ao longo de décadas, com a aprovação da Carta Magna. No entanto, a SUMAPI não tem recursos suficientes para sustentar seu crescimento.

A Lei (Batas Kasambahay) é um sucesso em si, mas a experiência das Filipinas na aplicação de leis é uma ameaça para a medida. O desafio de garantir a aplicação rigorosa da lei é evidente. Mesmo durante a elaboração das regras e regulamentos de implementação da lei, foi expressa a preocupação com relação a medidas contraditórias, financiamento e opções de sustentabilidade, além de interpretações divergentes.

A característica pessoal e sensível da questão se apresenta como um grande desafio para envolver os empregadores. Houve um grande bloqueio no avanço da causa, especialmente no âmbito legislativo. É necessário o engajamento de parceiros não tradicionais, especialmente aqueles que têm o poder de exercer influência. Por isso, várias igrejas e instituições acadêmicas foram convocadas para a campanha e para o programa.

Lições aprendidas:

A combinação da organização dos trabalhadores domésticos com o apoio de parceiros multi setoriais, a forte organização local da SUMAPI e o acompanhamento na área legislativa é uma boa prática comprovada que mudou o panorama do setor do trabalho doméstico nas Filipinas.

Próximos passos:

Para o futuro, seria importante documentar a experiência da SUMAPI na organização de trabalhadores domésticos, envolver parceiros e promover políticas, utilizar o currículo de formação como modelo para prestadores de serviços e outros interessados, institucionalizar os programas e serviços em estruturas de governo, fortalecer o apoio internacional e desenvolver um programa para compartilhamento e aprendizado entre os países sobre a sua experiência de campo.



NEPAL

Crianças Trabalhadoras - CWIN: abordagem integrada para enfrentar o trabalho infantil

Período de implantação: Desde 2011

Onde: Nepal

Foco: Abordagem integrada, mobilização social e proteção social para enfrentar o trabalho infantil nos serviços relacionados ao turismo.

Organização líder: Child Workers in Nepal (CWIN - Nepal)

Website: <http://www.cwin.org.np/>

Resultados: Unidade permanente de monitoramento do trabalho infantil estabelecida e funcionando dentro dos três municípios do Vale do Kathmandu, com equipe designada para monitorar e reportar casos de crianças trabalhando em restaurantes/hotéis; maioria das crianças que trabalham em restaurantes no Vale do Kathmandu informadas sobre sua segurança e proteção por meio de educadores; crianças trabalhadoras, encorajadas a buscar apoio e os serviços disponíveis, pelo Disque Criança 1098; pelo menos 500 crianças que trabalhavam em restaurantes recebendo apoio para a sua reintegração social, como apoio de emergência,

resgate através do Disque Criança 1098; retorno à família; serviços de saúde e aconselhamento; 150 adolescentes trabalhadores em restaurantes empoderados e capazes de buscar oportunidades de autossuficiência e reintegração social ou iniciar microempresas após afastamento da exploração pelo trabalho; pelo menos 150 crianças trabalhadoras em restaurantes com idade inferior a 14 anos retornaram a suas respectivas famílias; recursos alocados pelos três municípios para o monitoramento contínuo e apoio às crianças trabalhadoras.

Contexto e objetivo:

De acordo com estatísticas da OIT/IPEC (pesquisa por IREWOC -2010), existem cerca de 2,6 milhões de crianças trabalhadoras no Nepal, das quais 60% têm entre 6 e 14 anos. 1,7 milhões de crianças nepalesas trabalham em áreas economicamente ativas, ao passo que 900.000 trabalham sem qualquer remuneração. Embora o Governo do Nepal tenha ratificado 18 convenções internacionais e diversas convenções regionais para ajudar a proteger os direitos das crianças (incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e as Convenções da OIT) e promulgado a Lei da Criança de 1992 e seus estatutos em 1994, violações dos direitos das crianças continuam a ocorrer em todo o país.

Crianças trabalhando em restaurantes às margens de estradas ou em casas de chá são comuns no Nepal. A pobreza afeta profundamente as famílias, obrigando essas crianças a sair de suas aldeias para cidades próximas em busca de trabalho para sustentar suas famílias. Os pais dessas crianças enfrentam dificuldades nas aldeias e não conseguem atender suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, abrigo ou saúde. Eles não priorizam a educação de seus filhos porque acreditam que esta não traz resultados imediatos. Em vez disso, as crianças são frequentemente incentivadas a assumir responsabilidades de adultos e contribuir para a renda familiar.

Inicialmente, as crianças costumavam ir das aldeias para as cidades vizinhas. No entanto, a situação atual está se tornando cada vez mais complexa, com o perfil diversificado das crianças trabalhadoras em termos de casta e etnia, incluindo filhos de migrantes de regiões próximas da Índia.

De acordo com uma pesquisa realizada em dezenove municípios de cinco regiões de desenvolvimento do Nepal, estima-se que existem 71.767 crianças trabalhando em 20.505 casas de chá e restaurantes em todo o país. A pesquisa também constatou que, embora o número médio de crianças trabalhadoras por distrito seja 770, somente o distrito de Kathmandu tem 14.787 crianças trabalhadoras. Muitas crianças e empregadores não estão cientes dos direitos

das crianças e das leis trabalhistas. Como resultado, as crianças se tornam vítimas de exploração física, mental e econômica, bem como sujeitas a extensas jornadas de trabalho sem pausas, muitas vezes sem educação ou apoio à saúde.

O projeto foi elaborado para ser executado em estreita colaboração com os municípios, fortalecendo as Comissões Municipais de Proteção da Criança para que promovam ações adequadas de modo a garantir que as regras, regulamentações, políticas governamentais e leis sejam implementadas conforme necessário. As autoridades responsáveis por aplicar essas políticas e leis na área do trabalho infantil, como no caso de crianças que trabalham em restaurantes, são o Conselho Central para o Bem-Estar Infantil (CCWB), o Conselho Distrital para o Bem-Estar Infantil (DCWB) e o Comitê Municipal de Proteção à Criança (MCPC). A organização Child Workers in Nepal (CWIN) é membro integrante do CCWB e do DCWB, e fornece apoio contínuo para o desenvolvimento das respectivas estratégias de ambos os conselhos. Os MCPCs servem como órgão do governo para monitoramento das questões do trabalho infantil; no entanto, até agora, foram estabelecidas MCPCs em poucos municípios. O objetivo geral do trabalho da CWIN é contribuir para a erradicação do trabalho infantil no vale de Kathmandu. Um primeiro passo importante para essa meta será implantar MCPCs Municipais nos municípios desta região e montar uma unidade de monitoramento do trabalho infantil com foco em crianças que trabalham em restaurantes e casas de chá.

Metodologia:

A iniciativa é realizada de forma integrada, envolvendo todas as partes interessadas (ou seja, partidos políticos, sindicatos, sociedade civil, crianças e órgãos locais, como conselhos tutelares dentro dos Municípios) que foram treinadas nas áreas de proteção à criança, direitos da criança e questões do trabalho infantil.

Antes do início do monitoramento, uma ampla campanha de sensibilização foi organizada, alcançando crianças e adolescentes trabalhadores, seus empregadores e clientes nos restaurantes e casas de chá. Após esta campanha, um maior número de chamadas foi recebido no Disque Criança para o resgate e apoio a crianças e adolescentes trabalhadores, e todas as denúncias foram atendidas.

A implantação das unidades de monitoramento foi sucedida pelos esforços complementares e coordenados que incluíram: visitas de monitoramento, remoção de crianças de situações de exploração e ações de apoio para a reintegração social sustentável por meio do sistema do Disque Criança.

A abordagem geral é dividida em três fases, a saber:

1. *Advocacy* e resposta a emergências, incluindo:
 - a. Defesa dos interesses junto à Kathmandu Metropolitan City (KMC) e municípios em torno da questão das crianças que trabalham em restaurantes, em favor de uma unidade específica para tratar da questão, bem como da inclusão de medidas de proteção claras na política nacional de proteção à criança e no novo projeto de lei sobre os direitos da criança;
 - b. Reuniões periódicas com o CCWB e ministérios relacionados (Ministério do Trabalho, Ministério da Mulher e Ministério da Previdência Social);
 - c. Formação de um grupo de trabalho composto por diversos interessados, incluindo partidos políticos, sindicatos, comunidade empresarial, sociedade civil e municípios;
 - d. Implementação conjunta do Disque Criança 1098 pelo CWIN e o Governo nepalês;
 - e. Mobilização dos trabalhadores sociais em torno das questões de monitoramento e supervisão das crianças e adolescentes que trabalham em restaurantes.
2. Visitas de acompanhamento e empoderamento das crianças, incluindo:
 - a. Treinamento de pessoal municipal e da KMC em monitoramento de campo e como encaminhar os casos aos serviços/organizações responsáveis;
 - b. Provisão de recursos e equipamentos necessários para os municípios, incluindo computadores, móveis e remuneração pelo trabalho de campo e relatórios;
 - c. Treinamento de 100 crianças e adolescentes que trabalham em restaurantes (durante o período de um ano) nos temas de habilidades cotidianas, exploração do trabalho infantil, HIV/AIDS e abuso sexual, utilizando métodos como pintura, dança, teatro;
 - d. Encaminhamento para centros colaboradores para educação e treinamento profissionalizante, bem como para reintegração social e retorno à família;
 - e. Coordenação com clubes infantis ou de jovens, onde as crianças e adolescentes podem exercer o seu direito de participar.
3. Compromisso municipal de alocar recursos para a proteção da criança e reuniões periódicas do MCPC.

Desafios:

Na ausência dos prefeitos eleitos e membros dos conselhos tutelares, o arranjo temporário para a tomada de decisão política consiste em um comitê conjunto de representantes de todos os partidos políticos. Assim, para estabelecer o Comitê Municipal de Proteção à Criança e para configurar a unidade de monitoramento, todos os partidos políticos têm de concordar e aprovar a iniciativa proposta. Para superar esses desafios, e para promover um consenso entre todas as partes, a CWIN ofereceu aos membros dos partidos políticos o desenvolvimento de capacidades e ações de sensibilização relacionadas aos direitos e proteção da criança, com foco no trabalho infantil e nas situações específicas das crianças e adolescentes trabalhadores em pequenos hotéis e restaurantes. Isto resultou em uma aceitação gradual e aprovação da iniciativa.

Lições aprendidas:

A criação de um grupo de trabalho composto por múltiplos interessados, com representantes de sindicatos, hotéis e restaurantes, funcionários municipais e ONGs que atuam na área de trabalho infantil foi importante, tendo gerado um sentimento de pertencimento entre os diferentes atores. A evidência desta iniciativa mostra a importância de envolver as crianças e os próprios adolescentes nestes tipos de intervenções, através da construção de relações de confiança entre as crianças e adolescentes trabalhadores e agentes de apoio (como os assistentes sociais). Quando recebem informação adequada, essas crianças têm a possibilidade de acessar serviços e ferramentas que as permitem escolher alternativas e, assim, escapar da situação de trabalho infantil e/ou outras formas de exploração.

Próximos passos:

No que diz respeito aos resultados de longo prazo desta iniciativa e os próximos passos, a iniciativa promoveu o engajamento e participação de autoridades e outras partes interessadas, incluindo as autoridades policiais. Além disso, todos os municípios abrangidos por esta iniciativa alocaram recursos para sua continuidade, o que será fundamental para o encadeamento sustentável e contínuo da iniciativa.

Liberdade de associação: sindicalização de trabalhadores forçados libertos

Período de implantação: 2008 - 2010

Onde: Nepal

Foco: Organização dos trabalhadores para proteger as crianças da exploração.

Organização líder: Federação Geral de Sindicatos do Nepal e Congresso Sindical Independente do Nepal

Website: <http://www.gefont.org/>

Resultados: 3.000 pessoas das antigas Kamaiya e 2.000 pessoas de Haruwa ou Charuwa aderiram a um sindicato nacional - nunca tendo pertencido anteriormente a qualquer sindicato, o que garantiu para os grupos minoritários novos aliados locais e nacionais para defender as suas necessidades. Um total de 43 Comitês de Vigilância foram estabelecidos, com cerca de 300 membros; devido aos treinamentos e campanhas de conscientização sobre o salário mínimo, direitos e legislação trabalhista do Nepal, o salário mínimo para muitos trabalhadores agrícolas e outros trabalhadores da economia informal aumentou; 11 Comitês de Vigilância foram criados em três distritos do leste, ao passo que 27 comitês foram estabelecidos em outros cinco distritos.

Contexto e objetivo:

Um decreto-lei de julho de 2000 aboliu o trabalho forçado no Nepal, seguido por uma lei para a implementação do decreto-lei em 2001 (Lei de Proibição e Regulação do Trabalho Kamaiya, aprovada no Parlamento com ampla maioria). O decreto-lei proibiu todas as formas de trabalho forçado, principalmente o sistema Kamaiya, encontrado nos distritos de Terai ocidental e os sistemas Haruwa e Charuwa (também trabalho forçado) nos distritos de Terai oriental. No sistema Kamaiya, os proprietários de terra ou agiotas oferecem empréstimos às famílias, normalmente em troca de uma criança que é enviada para pagar a dívida trabalhando como serva doméstica. Nos sistemas Haruwa e Charuwa, o proprietário de terra dá a uma família pobre um lote pequeno em troca de serviços. Nesse arranjo, esposas ou outros membros da família (incluindo crianças) são enviados para o proprietário para realizarem trabalho agrícola (trabalho braçal), que às vezes é remunerado, embora de forma insuficiente. Estes acordos não escritos são interpretados como um contrato entre um proprietário e os trabalhadores, mesmo não contemplando qualquer limite de tempo. Assim, a obrigação de prestar serviço muitas vezes é passada para a geração seguinte devido à alegada incapacidade da

família de pagar sua dívida de empréstimo ou de lote, que fica sujeita à vontade do proprietário de libertá-los da obrigação. Apesar da legislação inovadora e do “pacote de reabilitação” do Governo (que sofreu atrasos consideráveis), a prática do trabalho forçado continuou. Isto foi atribuído em parte à falta de alternativas para as famílias obterem empréstimos ou gerar renda. Para auxiliar o Nepal na eliminação do trabalho forçado, a OIT, com financiamento do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, iniciou o Projeto para a Eliminação Sustentável do Trabalho Forçado Infantil (SECBL) em dezembro de 2001.

A primeira fase do Projeto SECBL envolveu uma série de atividades socioeconômicas com foco em cinco distritos na região de Terai ocidental: Dang, Banke, Bardia, Kailali e Kanchanpur, onde o sistema Kamaiya era extensamente praticado. Terminando em agosto de 2005, o Projeto SECBL-I foi avaliado como bem sucedido na promoção de uma mudança real e na remoção de crianças dessa prática. Esse sucesso levou ao desenvolvimento de um programa para abordar os sistemas de trabalho forçado Haruwa e Charuwa em três distritos de Terai Oriental (Dhanusha, Siraha e Saptari) que haviam sido ignorados pelo Governo quando se decidiu, pela primeira vez, libertar os trabalhadores forçados. Um amplo pacote similar de atividades socioeconômicas foi lançado no início de 2008 até junho de 2010 nos três distritos orientais; o Projeto SECBL-II também reforçou as ações que estavam sendo realizadas nos cinco distritos da primeira fase, visando especificamente às lacunas e incluindo os trabalhadores sob o regime Kamaiya.

Metodologia:

Ambas as fases do Projeto SECBL visavam à remoção de todas as crianças trabalhadoras. Nestas fases também foi selecionado um membro adulto da família para um treinamento específico e a criação de uma microempresa como forma de gerar renda, uma alternativa ao trabalho infantil. O projeto contou com 13 parceiros de implementação, desde agências governamentais, organizações não governamentais, instituições de ensino técnico e sindicatos.

Trabalhadores do setor informal, incluindo os trabalhadores agrícolas, compõem a maioria da força de trabalho na região de Terai do Nepal, uma área de planícies ao longo da parte inferior do país e conhecida como “celeiro de grãos”, porque a maioria das lavouras é cultivada lá entre as pastagens, savanas e florestas. Os trabalhadores há muito tempo têm sido submetidos a diversas formas de exploração pelos proprietários de terras (incluindo a entrega de seus filhos como servos), por agiotas locais e até mesmo pelas autoridades governamentais. Até 2003, não existia entre os trabalhadores uma tradição de auto-organização ou de enfrentamento dos proprietários de terras, nem qualquer estrutura organizada que falasse em nome deles.

As famílias extremamente pobres da região de Terai muitas vezes tornam-se dependentes de proprietários, em grande parte devido a falta de instrução educacional e financeira e sua falta de habilidades para aumentar sua renda. A maioria das famílias da região está envolvida na agricultura, mas arca com o custo de sementes, fertilizantes, plantio, capina, colheita e debulha e então, no final, entrega a parte do proprietário na casa dele. Para cobrir essas despesas, as famílias precisam de ajuda do proprietário da terra, que impõe o sistema de trabalho escravo em troca. O salário diário pago aos membros das famílias geralmente é menor do que o salário mínimo nacional, e as mulheres recebem menos do que os homens.

Além disso, a maioria não entende os perigos do trabalho infantil. Para proteger e educar as crianças, os pais precisam melhorar sua capacidade de geração de renda. Isto requer acesso a um canal que os ajude a mudar sua situação socioeconômica. O Projeto da OIT para a Eliminação Sustentável do Trabalho Escravo Infantil aproveitou a relação entre o empoderamento coletivo e individual e ajudou as famílias extremamente pobres a entender a disparidade entre o salário nacional e as estruturas salariais locais e os benefícios de se filiarem a um sindicato, incluindo a melhoria do seu nível salarial.

Para sindicalizar os trabalhadores da agricultura e promover mudanças nos salários pagos, o Projeto SECBL OIT envolveu o seguinte:

- » Para capacitar os formadores para realizar seminários, tanto com os proprietários quanto com os trabalhadores, os sindicatos NTUC-I e GEFONT atuaram com formadores líderes em seus escritórios distritais, com a ajuda de funcionários da OIT Nepal. Alguns dos formadores também foram enviados para o Centro Internacional de Formação da OIT em Turim, na Itália, para um curso sobre a promoção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, com foco particular na Declaração da OIT (1998) que abrange todas as Convenções Fundamentais da OIT.
- » Os formadores então trabalharam com os parceiros de implementação (ONGs) que organizaram reuniões para sensibilizar e, finalmente, organizar os trabalhadores agrícolas e outros trabalhadores na economia informal. As reuniões ocorreram dentro de cada aldeia alvo com 20 a 25 pessoas por vez; as discussões foram voltadas para as normas nacionais de trabalho, a legislação trabalhista do Nepal e os direitos dos trabalhadores (incluindo o direito ao salário mínimo decente) conforme dispostos na constituição. Também discutiram os direitos das crianças (particularmente à educação) e os efeitos negativos do trabalho infantil. Para alcançar os trabalhadores, os sindicatos e ONGs contataram grupos de ex-trabalhadores forçados, como o Fórum Haruwa - Charuwa eda Sociedade Kamaiya.

O Projeto SEBL trabalhou com ONGs para estabelecer esses grupos e, posteriormente, os sindicatos intervieram para garantir os direitos dos trabalhadores.

- » Os formadores sindicais, em seguida, trabalharam com os Comitês de Desenvolvimento Distritais e Locais e nas áreas do projeto para criar um subcomitê para monitorar o pagamento do salário mínimo, bem como a incidência de trabalho forçado. Em seguida, os 38 membros do subcomitê participaram de uma capacitação de dois dias sobre seus papéis e responsabilidades pelo monitoramento, inclusive a elaboração de relatos mensais para os escritórios sindicais distritais e o trabalho com as ONGs locais (parceiros na implementação do projeto), com foco no trabalho forçado.
- » Os formadores sindicais então formaram um Comitê de Vigilância em cada assentamento (conjunto de mais de 300 famílias de ex-trabalhadores forçados) composto por trabalhadores agrícolas, ativistas sociais (membros dos sindicatos filiados a ONGs baseadas na agricultura), o secretário do Comitê de Desenvolvimento da Aldeia e representantes de grupos de mulheres e jovens. O objetivo era envolvê-los como uma espécie de aldeia de vigilância para monitorar o valor dos salários pagos e fazer a mediação entre empregadores e trabalhadores, em casos de litígios. O Comitê de Vigilância se reporta ao sindicato e a autoridade distrital responsável pelas normas trabalhistas. Cada Comitê de Vigilância agora monitora ou realiza campanhas de sensibilização sobre: i) proteção dos direitos da criança e proteção contra o trabalho infantil (crianças menores de 16 anos não devem ser empregados); ii) isonomia salarial; iii) combate à violência doméstica; iv) os diversos mecanismos de proteção à criança agora existentes.
- » Os formadores sindicais organizaram reuniões mensais nos distritos, aldeias e povoados para discutir salários e situações de trabalho infantil. As reuniões distritais incluem autoridades governamentais e funcionários de ONGs; as reuniões na aldeia envolvem o Comitê de Desenvolvimento da Aldeia e o Comitê de Vigilância; e nos assentamentos, o treinador sindical reúne-se com membros da comunidade em geral (mães e proprietários de terras especificamente), bem como pessoal de ONGs. O objetivo é promover um diálogo regular sobre a situação de trabalho tanto para tratar de problemas quanto para convencer moradores e autoridades que estas questões são de importância contínua; são questões que incluem a comunidade para sustentar os “sistemas” de proteção comunitários.

Durante o período do projeto, os formadores sindicais também organizaram reuniões de coordenação com os parceiros de implementação e outros membros de organizações relevantes para mantê-los atualizados sobre os pagamentos de salários e situações nas aldeias para

que eles pudessem dar respostas imediatas aos problemas, o que serviu para tranquilizar as comunidades com relação ao compromisso do projeto de melhorar as condições locais.

Desafios:

O Projeto SECBL atuou em um ambiente político instável, com problemas de segurança surgindo periodicamente, para alcançar o que foram consideradas notáveis realizações. A instabilidade política e os conflitos foram administrados por meio de uma abordagem de “nenhum dano” adotada por todas as agências da ONU. Apesar de ter sido difícil alcançar os trabalhadores forçados, por eles estarem trabalhando a maior parte do tempo, discussões com eles foram realizadas à noite, depois de terem saído do trabalho.

Lições aprendidas:

Diálogo social é fundamental para convencer os proprietários de terras a pagar um salário mínimo e valores iguais para trabalhadores do sexo feminino e masculino. O diálogo social foi usado como uma ferramenta para analisar as questões de salários e de produção. Os trabalhadores organizados têm agora mais poder de barganha. Devido à capacitação dos trabalhadores através dos sindicatos, tornou-se factível promover a agenda junto aos proprietários de terras.

Próximos passos:

A sustentabilidade depende de uma instituição competente e desenvolvida através de esforços conjuntos. O Projeto SECBL foi bem sucedido na criação de uma instituição de trabalhadores (organizações de ex-trabalhadores forçados, como o Fórum Haruwa-Charuwa e a Sociedade Kamaiya), na capacitação dos membros da instituição e na articulação com organizações governamentais e não governamentais.

.....

Proteger as crianças de comunidades rurais através de um sistema de apoio

Período de implantação: 2008-2010

Onde: Nepal

Foco: Proteção social e geração de renda para as famílias em situação de trabalho forçado.

Organização líder: United Youth Community Nepal

Website: <http://www.unycnepal.org.np/>

Resultados: Os grupos foram formados principalmente por mães de família unidas em um esquema de crédito rotativo para atender necessidades de emergência ou para iniciar microempresas; um total de 196 de grupos de autoajuda (coletivos) compostos de mais de 3.000 mulheres de famílias Kamaiya, Haruwa e Charuwa foram formados; um total de 61 comitês de monitoramento do Trabalho Infantil foram formados nos oito distritos do projeto SECBL-II; no final do projeto eram cerca de 200 grupos de mulheres; o nível de conscientização sobre AIDS, direitos das mulheres e tráfico de seres humanos também aumentou; as mulheres descobriram que a solidariedade do grupo é uma ferramenta eficaz para controlar ou prevenir muitos vícios sociais (alcoolismo, jogo, violência doméstica e casamento precoce).

Contexto e objetivo:

Um decreto-lei de julho de 2000 aboliu o trabalho forçado no Nepal, seguido por uma lei para a implementação do decreto-lei em 2001 (Lei de Proibição e Regulação do Trabalho Kamaiya, aprovada pelo Parlamento com ampla maioria). O decreto-lei proibiu todas as formas de trabalho forçado, mas, principalmente, o sistema Kamaiya, encontrado principalmente nos distritos de Terai ocidental e os sistemas Haruwa e Charuwa nos distritos de Terai oriental. No sistema Kamaiya, os proprietários de terra ou agiotas oferecem empréstimos às famílias, normalmente em troca de uma criança da família que é enviada para “pagar” a dívida trabalhando como “serva” doméstica. Nos sistemas Haruwa e Charuwa, o proprietário de terra dá a uma família pobre um lote pequeno em troca de serviços. Nesse arranjo, esposas ou outros membros da família (incluindo crianças) são enviados para o proprietário para realizarem trabalho agrícola, que às vezes é remunerado, embora de forma insuficiente, ou as crianças fazem trabalhos braçais na casa do proprietário. Estes acordos não escritos são interpretados como um contrato entre um proprietário e os trabalhadores, embora eles não contemplem qualquer limite de tempo. Assim, a obrigação de prestar serviço muitas vezes é passada para a geração seguinte, devido à alegada incapacidade da família de pagar sua

dívida de empréstimo ou o lote, que fica sujeita à vontade do proprietário de libertá-los da obrigação. Apesar da legislação inovadora e do “pacote de reabilitação” do Governo (que sofreu atrasos consideráveis), a prática do trabalho forçado continuou. Isto foi atribuído em parte à falta de alternativas para as famílias obterem empréstimos ou gerar renda. Para auxiliar o Nepal na eliminação do trabalho forçado, a OIT, com financiamento do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, iniciou o Projeto para a Eliminação Sustentável do Trabalho Forçado Infantil (SECBL) em dezembro de 2001.

O sucesso da primeira fase de do Projeto SECBL levou ao desenvolvimento de um programa para abordar o tema do trabalho forçado em outros distritos e, então, o Projeto SECBL-II foi lançado. Ambas as fases do Projeto SECBL tinham por objetivo a remoção de todas as crianças do trabalho. Um membro adulto da família também foi selecionado para uma capacitação específica e a criação de uma microempresa como forma de gerar renda e garantir uma alternativa ao trabalho infantil. O projeto trabalhou com 13 parceiros de implementação, que vão desde agências governamentais, organizações não governamentais, instituições de ensino técnico e sindicatos.

Os líderes locais não tinham noções sobre como prevenir o uso de crianças como trabalhadores forçados ou até mesmo sobre sua contribuição para a renda familiar, ao mesmo tempo em que não estavam em posição de lidar com as implicações socioeconômicas e políticas de mudanças. Dentro das comunidades, não havia a percepção de que as crianças seriam mais produtivas e ganhariam mais se fossem educadas primeiro. E não havia nenhuma tradição de proteção à criança ou de trabalho conjunto da comunidade para proteger as crianças.

Os pais endividados, os proprietários de terra, o próprio sistema social hierárquico das comunidades, os Comitês de Gestão Escolar, os Comitês de Usuários da Floresta e órgãos governamentais locais seriam todos afetados pela remoção, prevenção, reabilitação e integração na escola de crianças trabalhadoras forçadas. Em suma, nenhum desses atores estava preparado para lidar com a mudança proposta pelo projeto, nem para prestar o apoio a cooperação e a ação conjunta necessária.

Metodologia:

A seguinte estratégia foi iniciada durante a segunda fase do Projeto SECBL:

- » Antes do lançamento das atividades do SECBL dentro das comunidades, a equipe do projeto trabalhou com “The Friends of Dhanusha” (um dos parceiros de implementação) para adaptar o treinamento da OIT “Inicie e Melhore o seu Negócio (SIYB)” ao contexto



do Nepal, através da tradução, mas também com linguagem apropriada e alterações em vários exemplos.

- » Em seguida, os parceiros de implementação realizaram uma pesquisa domiciliar para determinar a situação socioeconômica das famílias com crianças em situação de trabalho forçado.
- » Apesar da resistência dos líderes tradicionais e grupos em assumir responsabilidade, que diziam que essa não era sua função, os parceiros de implementação convenceram os chefes comunitários tradicionais e outras lideranças dos perigos e das implicações em termos de violação de leis e de direitos das crianças em situação de trabalho forçado; foram particularmente enfatizadas a legislação nacional e as penalidades (multa e prisão). A informação mudou a atitude entre os chefes e líderes, o que provocou mudanças nas percepções de outras pessoas e levou à aceitação e participação em novas estruturas sociais, como os Comitês de Monitoramento do Trabalho Infantil e empreendimentos coletivos iniciados por mulheres, e maior apoio dos mecanismos existentes, como os Fóruns de Proteção dos Direitos da Criança, clubes de jovens e clubes infantis, Comitês de Gestão Escolar, Grupos de Usuários da Floresta ou Comitês de Desenvolvimento da Aldeia.
- » Em seguida, os parceiros de implementação do projeto realizaram diálogos com membros da comunidade para explicar o projeto, sua finalidade e a necessidade de remover as crianças do trabalho. Grupos locais foram mobilizados para ajudar os parceiros de implementação a convencer as famílias a matricular as crianças na escola.
- » Os cursos de PLA foram organizados, envolvendo até 30 membros por grupo, em sua maioria mães, para aquisição de competências para a vida. Ao final do curso, os participantes geralmente se organizavam em grupos de autoajuda, também conhecidos como coletivos. Eles também montaram um esquema de poupança e sistema de crédito rotativo, no qual os membros e outras pessoas da comunidade que não participaram do curso podiam obter recursos para desenvolver empresas de subsistência individuais, como a produção de hortaliças ou a criação de suínos, caprinos ou aves. Esses grupos criaram vários tipos de empresas (fabricação de pratos, salgadinhos de lentilha, velas, temperos ou móveis ou atividades agrícolas em terras arrendadas pelo projeto).
- » Foi a qualificação, as atividades e as discussões ocorridas durante o curso PLA que fortaleceram os princípios de solidariedade e confiança mútua entre os membros do grupo. Os cursos SIYB introduziram o empreendedorismo e as habilidades de gestão empresarial. Tudo isso, por sua vez, ajudou a influenciar a mentalidade das pessoas em nível local em termos de suas responsabilidades sociais para com as crianças.

- » Simultaneamente ao início dos cursos de PLA, os parceiros de implementação trabalharam com dois sindicatos (Sindicato Nepalês Congresso-Independente e Federação Geral de Sindicatos Nepaleses) para promover os princípios e direitos trabalhistas fundamentais, incluindo informar os trabalhadores sobre salários mínimos e salários iguais para homens e mulheres pelo mesmo trabalho.
- » Quinze meses depois do início do projeto e logo após a conclusão dos primeiros cursos de PLA, os parceiros de implementação trabalharam com cada aldeia alvo para a criação de um Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil. As comunidades já estavam sensibilizadas sobre os direitos das crianças e sua proteção, e um sentimento de inclusão entre as pessoas tradicionalmente excluídas da coesão da comunidade havia sido estabelecido.
- » Cada Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil consistia de 7 a 11 membros, incluindo o líder da comunidade, outros líderes influentes, um ex trabalhador infantil, um professor, um ativista social, alunos do PLA e membros das iniciativas coletivas recém-formadas. Os membros foram escolhidos através de uma reunião da comunidade.
- » Uma vez formado o Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil, os membros passaram por uma atividade de capacitação de três dias seguida de um seminário de reciclagem de dois dias (cerca de três meses mais tarde) para saber mais sobre as questões do trabalho infantil, bem como seus deveres, responsabilidades e procedimentos de trabalho. A capacitação também incluiu a mobilização de grupo, questões de gênero, violência contra a mulher e a criança e identificação de recursos. Termos de referência foram elaborados para o Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil.
- » Uma comissão de monitoramento composta por três membros do Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil foi designada para acompanhar a situação do trabalho infantil nas comunidades. A comissão de monitoramento produz um relatório de monitoramento trimestral e submete-o ao Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil com recomendações para a prevenção, a remoção ou o encaminhamento de crianças trabalhadoras.

A equipe do projeto, em seguida, trabalhou com o Fórum de Proteção dos Direitos das Crianças (nos distritos de Haruwa e Charuwa) para fortalecer sua capacidade de lidar com as questões dos direitos infantis. O Fórum ajudou a implementar as decisões tomadas pelo Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil dentro de aldeias. Os membros do Fórum também receberam treinamento em mobilização de grupos, questões de gênero, violência contra a mulher e a criança e identificação de recursos para apoiar as iniciativas do Comitê de Monitoramento do Trabalho Infantil nas aldeias.

Desafios:

O grande desafio durante a implementação foi ganhar o apoio das estruturas tradicionais, o que só aconteceu através de uma série de reuniões com cada grupo e seus líderes e discussão do seu papel para mudar a vida das pessoas que vivem com eles na mesma comunidade.

Lições aprendidas:

As mudanças sociais que o projeto pretende promover durante seu período de execução podem ser alcançadas mais rapidamente, através da mobilização de capital social, como grupos tradicionais e instituições já existentes na comunidade.

Próximos passos:

Os fatores essenciais para garantir a sustentabilidade incluem a percepção da comunidade local de que a ação do projeto pertence a ela, o desenvolvimento institucional, relações com organizações governamentais e capacitação da instituição para que possa operar de forma independente.



SRI LANKA

Integrar o trabalho infantil na agenda de proteção à criança

Período de implantação: 2011 - 2013

Onde: Sri Lanka

Foco: Integração do trabalho infantil na proteção social integrada das crianças.

Organização líder: Secretaria Distrital de Ratnapura, Departamento do Trabalho e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Website: <http://www.labour.gov.lk/>

Resultados: O Distrito de Ratnapura elaborou um Plano de Desenvolvimento Infantil com 15 normas (além de estratégias e atividades) para se tornar um distrito livre de trabalho infantil até 2016; por ocasião do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, o chefe do distrito declarou a meta de tornar o distrito uma zona livre de trabalho infantil até 2015, com uma revisão e refinamento da estratégia no período de 2015-2016 para garantir sua sustentabilidade; as intervenções estão em linha com o compromisso nacional de alcançar a tolerância zero em 2016 e são refletidas no primeiro passo do Governo em direção a essa meta por meio da ampliação

da idade escolar obrigatória de 14 anos para 16 anos a partir de junho de 2013. No Distrito de Ratnapura, já se alcançou uma ampla conscientização e as capacidades locais melhoradas: no período de dois meses, 575 administradores de aldeias foram capacitados (conscientizados); 500 parteiras de saúde pública (trabalhadoras de saúde da família) foram qualificadas, o consultor nacional da OIT falou para mais de 100 funcionários gerentes de plantações sobre a redução do trabalho infantil; foi realizada uma atividade de formação mais longa com a equipe distrital de administração e de combate ao trabalho infantil que será a força motriz para alcançar a meta até 2016 e garantir sua sustentabilidade.

Contexto e objetivo:

Em 2006, o Sri Lanka assumiu o compromisso de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016. Em 2010, com apoio técnico e financeiro da OIT, o Ministério das Relações Trabalhistas e de Promoção da Produtividade elaborou o Roteiro 2016 do Sri Lanka para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, em consulta com o Comitê Gestor Nacional sobre o Trabalho Infantil, que é composto pelos ministérios afetos, organizações de empregadores, organizações de trabalhadores e organizações da sociedade civil. Na Conferência sobre o Trabalho Infantil em Haia, em 2010, o Governo do Sri Lanka, representado pelo ministro das Relações Trabalhistas e de Promoção da Produtividade, apresentou o conceito para o país do Roteiro para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil até 2016, e comprometeu-se a usar parte (30%) do orçamento nacional do ministério para a implementação da Política Nacional de Trabalho Decente e do Plano de Ação para atingir a meta de 2016.

O Roteiro do Sri Lanka destacou a “estratégia de integração”, reconhecendo (de acordo com as Convenções n. 182 e n. 138 da OIT) que a responsabilidade pela prevenção e eliminação das piores formas de trabalho infantil se estende além do Ministério do Trabalho e seus departamentos para outras organizações que atuem com temas como: desenvolvimento da criança, empoderamento das mulheres, reformas judiciais e legislativas, turismo, desenvolvimento da agricultura e de serviços agrários, juventude, segurança e autoridades penitenciárias, como a Autoridade Nacional de Proteção à Criança. Ele também reconheceu que as organizações de nível provincial, distrital e nacional devem oferecer apoio relacionado à educação, formação e emprego, proteção social às famílias e outros serviços sociais.

Metodologia:

Os dados provinciais e nacionais sobre crianças ocupadas, trabalho infantil e trabalho perigoso estavam disponíveis no Sri Lanka como resultado do levantamento sobre trabalho

infantil realizado em 2008-2009, com o apoio do Programa de Informação Estatística e Monitoramento sobre o Trabalho Infantil da OIT/IPEC (SIMPOC). Este levantamento especial coletou dados sobre vários aspectos do trabalho infantil, de seus tipos e das formas perigosas. O relatório não incluiu estatísticas distritais, o que representou um desafio para a realização da defesa e promoção da ação em nível distrital.

Sem financiamento externo ou mesmo financiamento nacional suficiente para suportar uma abordagem nacional para a redução do trabalho infantil, o Ministério do Trabalho e Relações Laborais decidiu se concentrar em uma área com um grande número de crianças trabalhadoras para testar a estratégia de integração recomendada pela OIT. Uma consultora nacional foi contratada para planejar e executar a abordagem (e, eventualmente, aconselhar os atores distritais). Para primeiramente identificar o distrito e, em seguida, convencer seus funcionários administrativos a adotar a estratégia - e até mesmo empregar recursos distritais - a OIT contratou um estatístico que desagregou por distritos os dados provinciais existentes. Vários distritos foram identificados com alta incidência de trabalho infantil, entre eles Ratnapura (particularmente nas fazendas de chá e seringais). Além disso, Ratnapura também tinha uma história recente de uma relação bem sucedida com o Ministério do Trabalho e a OIT em um programa de emprego para jovens (portanto, já havia um relacionamento dinâmico). Os dados indicaram que havia 4.000 crianças trabalhadoras e que 15% da população estavam vulneráveis à exploração do trabalho infantil - um problema administrável com enorme impacto positivo. Uma vez que as ações para o desenvolvimento e a proteção social foram destacadas, o Secretário Distrital então adotou a estratégia, com recursos do orçamento nacional destinados a respostas de proteção à criança.

Uma vez alcançado um acordo para pilotar a estratégia de integração da OIT, o primeiro passo foi orientar todos os funcionários administrativos distritais (gestores de planejamento, administradores distritais e membros do comitê) e os parceiros sociais para as muitas facetas do problema do trabalho infantil, a solução e a necessidade urgente de colocá-la em prática, a base legal e o que significa a estratégia de integração em termos operacionais.

Em seguida, a pedido do Secretário Distrital, os funcionários dos departamentos setoriais elaboraram planos de ação integrando, conforme o Roteiro nacional. No entanto, foi evidenciada a sobreposição de esforços e um foco dobrado, até triplicado (ou mais) para as mesmas crianças atendidas, com planos que não pareciam eficientes e que deveriam ser melhor integrados. Foi feita, então, uma elaboração conjunta pelos representantes setoriais de um plano distrital transversal e harmonizado para combater o trabalho infantil, que contou com o apoio técnico da OIT no fortalecimento do Plano de Desenvolvimento da Criança.



Os parceiros envolvidos examinaram o Plano de Desenvolvimento da Criança do distrito linha por linha, no intuito de integrar as diversas atividades de combate ao trabalho infantil, do plano de redução do trabalho infantil com as estruturas e estratégias existentes de proteção da criança. O plano de desenvolvimento passou a ter um foco em 15 “linhas de ação” ao invés de resultados, com esforços redobrados de proteção à criança. Cada linha de ação foi combinada com estratégias e atividades para alcançá-las. Para fins de monitoramento e avaliação, indicadores foram incluídos em cada resultado e uma matriz comum de monitoramento e avaliação foi concebida.

Para promover *advocacy* pelas crianças e para as crianças, o projeto Ratnapura trabalhou com as Escoteiras para sensibilizá-las, tendo promovido um concurso para criar um logotipo do combate ao trabalho infantil. A redução do trabalho infantil foi incluída no âmbito das ações de proteção à criança (pesquisas estatísticas, sobre sua natureza e tipos, com elaboração de relatórios, exposições e diálogos com autoridades etc.) Além disso, um dos pilares da Assembleia Geral das Escoteiras foi a eliminação do trabalho infantil.

Os administradores distritais de Ratnapura pediram aos empregadores que assinassem um compromisso de não utilização do trabalho infantil. Com a ajuda técnica da OIT, a Unidade de Planejamento da Secretaria Distrital está elaborando um banco de dados com definições de responsáveis, formas de obtenção, armazenamento, sintetização de dados e os sistemas de informação em diferentes níveis. A equipe da unidade está consultando as comunidades, sobre suas vulnerabilidades, a fim de construir um conjunto de indicadores para identificar as crianças vulneráveis.

Desafios:

- » O reconhecimento de que o trabalho infantil é uma violação de direitos: Em um ambiente sobrecarregado de agendas e demandas, incluir o trabalho infantil não é fácil, mesmo com o Roteiro de Haia e o compromisso no nível nacional. Muitas autoridades e funcionários não reconheciam o trabalho infantil como abuso, o que foi em parte superado pelas capacitações e por atividades constantes de *advocacy*, utilizando exemplos dos impactos negativos e estudos de casos das investigações de denúncias conduzidas pelo Ministério do Trabalho.
- » Problema de recursos: Quando nenhum financiamento de doadores foi disponibilizado para implementar o Roteiro nacional, o Ministério do Trabalho e Relações Trabalhistas e a OIT decidiram começar com um distrito e incentivá-lo a usar seu orçamento de forma a in-

cluír um novo Plano de Desenvolvimento da Criança . Esses recursos, no entanto, são insuficientes para fornecer o apoio necessário nos cinco anos seguintes e para levar a estratégia para todo o distrito e para outros distritos. Há também serviços específicos que as crianças e suas famílias necessitam para sustentar o impacto para além da intervenção inicial de integração. Entre estes estão mensalidades especiais e apoio psicossocial para manutenção das crianças na escola; apoio à formação e vínculo de emprego para adolescentes, que podem melhorar a renda das famílias; apoio aos empregadores para programas de melhoria no trabalho; apoio e treinamento para uma aplicação mais rigorosa da lei.

- » Manter o interesse vivo: É necessário lembrar a todos os atores envolvidos que a eliminação do trabalho infantil e a redução do abuso infantil são factíveis e que dependem de um fluxo constante de boas ideias, bem como de um acompanhamento contínuo. Essa motivação e apoio são importantes para manter todos focados no objetivo, particularmente diante de processos burocráticos que podem se tornar frustrantes.

Lições aprendidas:

O maior benefício da estratégia é que todos os tipos de abuso infantil e aspectos de proteção à criança podem ser trabalhados conjuntamente no processo de redução do trabalho infantil.

É fundamental deter a técnica para a obtenção de dados confiáveis, pois há uma dificuldade para identificação de crianças trabalhadoras, especialmente por entrevistadores sem formação nessa área. A pesquisa realizada em Ratnapura, por equipes distritais de Desenvolvimento da Criança e de Assuntos da Mulher sobre crianças vulneráveis (que incluía perguntas sobre a situação do trabalho infantil) não resultaram em muitas informações, uma vez que os entrevistadores não foram adequadamente treinados. A investigação sobre crianças trabalhadoras e vítimas de abuso deve ser estratégica e sensível, dispondo de alternativas para chegar aos casos ocultos.

Internalizar a prática de integração depende de capacitação e revisão de seus princípios básicos (Qual é a natureza da empresa que pode empregar trabalho infantil? Como direcionar a proteção social de forma sistêmica? Como resgatar crianças trabalhadoras de forma sistêmica e reabilitá-las de forma eficaz?). O trabalho colaborativo entre departamentos pode ser um desafio. Deve haver apoio institucional e estrutural, incluindo treinamentos para que esse trabalho seja eficaz e rotineiro. Problemas de governança e ineficiências podem criar gargalos para mudanças sistêmicas, que devem ser avaliadas e abordadas oportunamente.

A coleta de dados confiáveis para subsídio dos indicadores deve dispor de uma matriz de avaliação que permita a clareza necessária sobre causas, características e consequências, devendo ser aplicada regularmente com o apoio dos gestores, muitas vezes não familiarizados a esse tipo de prática.

Embora algumas estratégias para a integração, como a sensibilização e a capacitação, sejam gerais e aplicáveis a todos os setores, outras são mais específicas para setores e contextos. Dentro de um plano harmonizado ou integrado, estratégias específicas para um setor contexto ou tipo de vulnerabilidade (criança de rua, com deficiência física etc.) são cruciais e apoiam a visão unificada.

A integração é mais eficaz quando a questão é internalizada em valores e cultura organizacional, passando a ser vista como um valor agregado ao mandato, ao trabalho e às conquistas de cada agência ou organização, e não apenas uma intervenção pontual.

Próximos passos:

O Roteiro de Sri Lanka para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil até 2016 é tratado como parte integrante da Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Governo, o que lhe confere a natureza de “mandatório”. A liderança do Ministério do Trabalho e do Comitê Gestor Nacional sobre o Trabalho Infantil e sua ação robusta para a integração do trabalho infantil em programas de desenvolvimento existentes e já financiados poderiam alavancar uma grande parte dos recursos provenientes dos orçamentos das agências para alcançar a meta de 2016. Isso permitirá que as questões e preocupações relacionadas ao trabalho infantil sejam identificadas e tratadas em conjunto com as outras questões de desenvolvimento (redução da pobreza, educação, assistência social, trabalho decente, emprego para os jovens, mídia de serviço público), através de vários processos. Esta abordagem integrada garantirá ações sustentáveis e de impacto.

O apoio contínuo da OIT ajudará crianças e famílias mais difíceis de serem alcançadas a serem beneficiadas e apoiará a criação de estratégias e serviços que ajudarão os adolescentes a se integrarem aos sistemas formais. O apoio da OIT, através das intervenções piloto, contribui para a formação de elos com as questões e programas de trabalho decente, para garantia de um impacto sustentável e para tornar a prevenção e eliminação do trabalho infantil parte do ciclo de emprego, já que o trabalho infantil raramente leva a uma força de trabalho qualificada ou ao trabalho decente adulto.



PAQUISTÃO

Jovens lideram campanha de mídia contra o trabalho infantil

Período de implantação: 2012 -2013

Onde: Paquistão

Foco: Mobilização social e conscientização.

Organização líder: Projeto OIT-IPEC de Combate ao Trabalho Infantil Abusivo (CACL -II)
Website: http://www.ilo.org/islamabad/info/public/pr/WCMS_191085/lang--en/index.htm

Resultados: Base de conhecimento estabelecida nas universidades sobre o tema do trabalho infantil; 21 produtos visuais (documentários, curtas-metragens e filmes de animação) foram produzidos, a maioria para uso e distribuição pela OIT; um grande evento de visibilidade foi organizado em Islamabad em 1º de Julho de 2013, com a premiação dos alunos que produziram as melhores mídias, contando com a presença de: o embaixador da Delegação da União Europeia ao Paquistão, o Secretário Federal para Paquistaneses no Exterior e Desenvolvimento de Recursos Humanos, o Coordenador Residente e Coordenador Humanitário das Nações Unidas, o presidente da Federação de Empregadores do Paquistão e o Secretário-

Geral da Federação de Trabalhadores do Paquistão, Chefes de agências da ONU, diplomatas estrangeiros, membros da sociedade civil, pessoal da mídia e estudantes universitários.

Contexto e objetivo:

Com foco em dois distritos (Sahiwal e Sukkur) nas províncias de Punjab e Sindh no Paquistão, o Projeto CACL-II da OIT/IPEC organizou uma ampla gama de intervenções, que incluiu a elaboração de um plano distrital de educação, estabelecimento de um sistema de monitoramento do trabalho infantil e a articulação com redes de segurança social. Intervenções diretas incluíram a educação não formal para crianças de 5 a 14 anos e alfabetização e formação profissional para adolescentes de 15 a 17 anos. As famílias das crianças trabalhadoras foram encaminhadas a instituições de microcrédito e receberam o treinamento necessário para iniciar seus próprios pequenos negócios ou outras atividades geradoras de renda. O modelo distrital também incluiu intensa mobilização social com o objetivo geral de sensibilizar a futura geração de profissionais da mídia sobre seu papel na definição da agenda de mudança social em geral e no movimento contra o trabalho infantil. Foram oferecidas oportunidades para alunos de cursos de mídia de massa de conduzir pesquisas e produção de mídias visuais (vídeo-documentários, curtas-metragens, desenhos animados, gráficos multimídia) sobre o trabalho infantil. Os produtos abordaram os fatores que levam ao trabalho infantil, suas consequências e impactos sobre questões de desenvolvimento, como a pobreza, a educação, a aplicação da lei, o desenvolvimento socioeconômico, as barreiras culturais e normas sociais. Os resultados serão usados como forma de mobilizar o país para atingir a meta de acabar com as piores formas de trabalho infantil até 2016 e desenvolver produtos de mídia de qualidade sobre o trabalho infantil e ações de combate ao trabalho infantil para registro e divulgação posterior.

Metodologia:

A equipe do Projeto CACL-II enviou cartas ao chefe do departamento de comunicação de massa nas universidades do Paquistão (Universidade Bahauddin Zakariya, Multan; Universidade para Mulheres Fatima Jinnah, Rawalpindi; Universidade Greenwich Karachi; Universidade Internacional Islâmica, Islamabad; Universidade para Mulheres Lahore; Universidade de Peshawar, e Universidade de Sindh, Jamshoro), apresentando o projeto global e seu componente de base de conhecimento e o plano de apoio ao desenvolvimento de produtos visuais pelos alunos. Sete universidades concordaram formalmente em participar.

- » Uma vez que os departamentos de comunicação concordaram em assumir o projeto de colaboração, o corpo docente selecionou três grupos de alunos, cada um com 5 a 7 alunos, para um total de 21 alunos por universidade participante.

- » A sessão de orientação sobre questões de trabalho infantil, com duração de meio dia, foi realizada com os membros do corpo docente e os alunos das universidades selecionadas. A sessão de informação para os estudantes foi realizada em consulta e coordenação com os professores de mídia de cada instituto. A equipe do projeto CACL -II forneceu vários materiais de referência, incluindo publicações e links para sites/bancos de dados da OIT e os professores organizaram a oficina de orientação. O briefing incluiu sessões de trabalho para o desenvolvimento de conceitos para a produção de produtos de mídia de curta duração (6-10 minutos) sobre vários aspectos do trabalho infantil.
- » Os alunos podiam trabalhar em uma de três categorias: 1. Documentário em vídeo 2. Curtas-metragens ou docudrama 3. Desenho animado ou filme de animação. Eles seriam julgados por profissionais da mídia local e os melhores em cada categoria receberiam certificado e troféu. Os alunos também foram orientados sobre a ética a seguir: crianças abusadas sexualmente não deveriam ser identificadas como tal, identidades faciais tinham que ser protegidas, e a permissão dos pais era necessária para incluir qualquer criança no filme. Eles teriam dois a três meses para produzir o produto visual.
- » Cada grupo escolheu três temas e fez um resumo da história, que foi apresentado ao corpo docente para aprovação. Em seguida, o chefe do departamento de comunicação de massa, um professor de mídia e da equipe CACL-II analisou e escolheu um tema por grupo.
- » Os alunos começaram sua pesquisa e elaboração de um roteiro, que foi revisado pela equipe CACL -II para garantir o foco no tema do trabalho infantil e que esse fosse apropriado para o público-alvo desejado (público em geral, comunidades, empregadores, trabalhadores ou crianças). Uma vez aprovado, os alunos começaram a filmar com o apoio financeiro do Projeto CACL-II e orientação do corpo docente.
- » Após a finalização dos produtos eles foram julgados por um painel de três membros de profissionais da mídia local e os melhores em cada categoria foram selecionados.
- » Destaques promocionais desses três produtos foram apresentados durante um evento público em Islamabad em julho de 2013, com a participação do Embaixador da União Europeia ao Paquistão, o Coordenador Residente das Nações Unidas, representantes de agências da ONU, altos funcionários de ministérios, membros do corpo docente da universidade, alunos, mídia e público em geral.
- » Os direitos autorais dos produtos pertencem conjuntamente à equipe de produção e à OIT. Um pacote de mídia foi criado contendo todos os 21 produtos visuais desenvolvidos pelos alunos universitários.

Desafios:

Inicialmente, houve dificuldades processuais para envolver as universidades. Cada uma delas tinha diferentes políticas de colaboração com organizações internacionais. Alguns departamentos de comunicação queriam participar do projeto, mas a política da universidade não permitia que colaborassem com uma organização externa. Para todas as universidades, o trabalho infantil era um assunto novo, que não fazia parte dos currículos, por isso o projeto incluiu uma orientação sobre o assunto, com duração de meio dia.

O conflito com os calendários acadêmicos exigiu flexibilidade; o cronograma inicial de dois a três meses para a produção foi estendido para até oito meses.

A maioria dos grupos escolheu um tema difícil, que exigia envolvimento em situações de campo novas, desafiadoras e às vezes perigosas. Um grupo foi perseguido pela máfia local. Um grupo só de mulheres optou por trabalhar em um distrito de prostituição, o que exigiu que fossem lá à noite. Alguns alunos tiveram conflitos com os empregadores. Embora os alunos inicialmente não tivessem experiência neste tipo de trabalho, o projeto prestou apoio técnico e, no final, a experiência os amadureceu como profissionais de mídia.

Manter alguns alunos no tema do trabalho infantil exigiu o monitoramento constante do processo. Em alguns casos, o grupo começou com o trabalho infantil, mas acabou com um roteiro sobre abuso de drogas, tabagismo ou alcoolismo. A revisão programada do trabalho realizado ajudou a trazer o roteiro de volta para o foco no trabalho infantil.

Lições aprendidas:

- » O cronograma do projeto conflitou com exames marcados e períodos de estudo, e foi necessário estender o prazo de produção. Uma análise cuidadosa dos calendários universitários ajuda a planejar o cronograma de produção.
- » Os alunos podem criar com um orçamento pequeno, neste caso, \$ 1.500.
- » O compromisso do corpo docente da Universidade é importante para o sucesso das normas.
- » Os melhores produtos finais foram produzidos nas instituições com o maior compromisso do corpo docente. As universidades públicas demonstraram valorizar o apoio financeiro e a oportunidade oferecida aos alunos.
- » Vários outros departamentos participaram do projeto, embora não tenham orientado seus alunos.

- » Para iniciar o projeto, o assessor técnico do Projeto CACL-II apresentou a proposta apenas para os chefes dos departamentos de comunicação, tendo percebido que a colaboração do vice-reitor provavelmente fortaleceria o compromisso. A colaboração nesse nível provavelmente garantiria que o projeto se tornasse um produto da universidade e maior atenção seria dada aos resultados.
- » Em longo prazo, o trabalho infantil não será combatido apenas com a criação de centros de educação não formal ou de formação profissional e a remoção das crianças da exploração. Estratégias multifacetadas são necessárias e uma delas é o apoio a grupos ativistas “não tradicionais”, como os professores do ensino fundamental, por meio da conscientização sobre o trabalho infantil; em 20 anos, milhares de crianças provavelmente irão se beneficiar.

Próximos passos:

Um compromisso financeiro relativamente modesto e o interesse em desenvolver a consciência de justiça social entre a futura geração de profissionais de mídia bastam para sustentar esta abordagem. Agora, os departamentos de comunicação parceiros sabem como organizar uma experiência de aprendizagem valiosa e podem se aproximar de outras organizações e parceiros de desenvolvimento, bem como a OIT (como grupos orientados para a saúde e os direitos humanos), para ajudá-los a atingir um grupo populacional maior em questões específicas. Esses projetos ajudam a apoiar a experiência de sala de aula e exposição dos alunos a questões de importância social.



CHINA

Campanha de sensibilização - Promoção da migração segura

Período de implantação: Desde 2011

Onde: China

Foco principal: A conscientização pública sobre tráfico de seres humanos.

Organização líder: Federação das Mulheres Chinesas (ACWF) Website:<http://www.womenofchina.cn/>
<http://www.preventtraffickingchina.org/page/>

Resultados: Recursos de IEC de qualidade foram criados com mensagens claras e relevantes de combate ao tráfico, voltadas para as situações locais específicas das mulheres jovens. Os materiais distribuídos incluíam calendários de mesa, calendários de parede, bolsas para celular, notebooks e livros Xiao Wei, que ilustram as escolhas que os jovens enfrentam ao decidir migrar. Além disso, vários vídeos e mensagens de rádio foram criados, com foco na autoproteção e conscientização para os jovens sobre os riscos de viagens e tráfico. Uma pesquisa realizada com 4947 questionários entregues, revelou que 10% dos entrevistados não tinham conhecimento das formas de tráfico, como trabalhadores forçados a fazer horas extras ou a trabalhar em condições

adversas; 33% não tinham conhecimento de novas medidas de combate ao tráfico, como o banco de dados nacional de DNA, e mais de 60% não sabiam que podiam denunciar o abuso sofrido ao departamento de trabalho. Cada campanha atingiu mais beneficiários do que o número previsto no documento de proposta de projeto: no total, mais de 1,1 milhões de pessoas.

Contexto e Objetivo:

A cada ano, dezenas de milhões de trabalhadores migrantes percorrem toda a China em busca de trabalho. Com o amadurecimento da atual geração de jovens, esse número tende a aumentar. No entanto, a migração traz riscos, e migrantes jovens, mulheres e meninas em particular, ficam vulneráveis à exploração. Jovens migrantes são vulneráveis ao tráfico e exploração no trabalho devido a vários fatores. Em primeiro lugar, muitos potenciais jovens migrantes são filhos deixados para trás, isto é, seus pais migraram para trabalhar e eles foram deixados sob os cuidados dos avós ou outros familiares. Além das oportunidades econômicas limitadas nas áreas rurais, muitos jovens veem a migração como uma fuga, não valorizam a educação continuada e não possuem um ambiente familiar estruturado para detê-los. Em segundo lugar, muitos jovens recorrem a redes informais para informações e contatos de trabalho, raramente se aproximando dos canais oficiais de informação e, por último, muitos migrantes jovens ignoram seus direitos trabalhistas, os canais através dos quais eles podem buscar reparação e não possuem as habilidades para a vida e a consciência para distinguir entre oportunidades legítimas e ilegítimas.

Campanhas de publicidade, *advocacy* e conscientização realizadas pelo projeto CP-TING procuram abordar estas questões, educando os pais migrantes e jovens migrantes potenciais, tanto nas províncias de origem quanto de destino antes da migração. Ao capacitar e dar aos jovens migrantes habilidades para a vida e conscientização sobre seus direitos, os canais oficiais tornam-se mais acessíveis, como oferecer informações sobre tráfico e onde encontrar ajuda. Assim, reduz-se significativamente a probabilidade dos jovens caírem em armadilhas de exploração do trabalho de migrantes.

Metodologia:

Durante o curso do projeto CP-TING II, três grandes campanhas de sensibilização foram realizadas, tanto nas províncias de origem quanto de destino, visando diminuir o déficit considerável de conhecimento entre as mulheres e crianças migrantes. As campanhas foram: Campanha “Chuva da Primavera” de 2011, a Campanha de Verão “Prevenção ao Tráfico, Migração Segura e a Segurança no Emprego”, de 2011 também, e a Campanha “Festival da Primavera”, de 2012. O período destas campanhas é relativamente longo. As campanhas Chuva da Primavera e Festival da Primavera, realizadas entre janeiro e fevereiro (2011 e 2012 respec-



tivamente), correlacionaram-se com períodos de pico de retorno para os trabalhadores migrantes, quando retornam para suas famílias para o Festival da Primavera. Da mesma forma, a Campanha de Verão de Prevenção ao Tráfico, Migração Segura e Segurança no Emprego foi realizada em agosto, período de pico de viagens durante o verão, em que muitos recém-graduados de escolas de ensino médio migram pela primeira vez em suas vidas.

Durante os períodos de pico, a maioria dos migrantes viaja longas distâncias de ônibus ou por transporte ferroviário e, quando em casa, passam o tempo em áreas públicas, como parques e praças da cidade. Devido a isso, as campanhas de sensibilização foram realizadas nos trens, nas estações rodoviárias e ferroviárias e nas praças das cidades. Da mesma forma, campanhas de sensibilização também foram realizadas nas escolas durante o período de matrícula, isso garantiu o acesso aos pais migrantes e aos jovens propensos a migrar.

Com um forte foco em mulheres jovens e meninas, essas campanhas foram realizadas em parceria com as Federações de Mulheres em nível nacional, local e provincial. As Federações de Mulheres são parceiras ativas e entusiastas, proporcionando o conhecimento local e mobilização de voluntários para atividades de *advocacy*. Além disso, foram estabelecidas parcerias com o Ministério Ferroviário e com as equipes das estações rodoviárias e ferroviárias, fornecendo uma base forte e positiva para a colaboração futura.

Atividades de campanha foram realizadas com apoio de parceiros locais e voluntários. Os voluntários foram recrutados dentre federações de mulheres locais, funcionários de estações rodoviárias e ferroviárias e foram treinados em *advocacy*. Isso ajudou a desenvolver a capacidade local, aproveitado o conhecimento e apresentando os canais oficiais de forma mais acessível e familiar.

Durante a campanha Chuva da Primavera, campanhas de conscientização pública foram conduzidas em estações rodoviárias e ferroviárias em Fujian, por voluntários das Federações de Mulheres que distribuíram materiais informativos, educativos e de comunicação para jovens migrantes e responderam perguntas e tiraram dúvidas. Algumas voluntárias tinham sido vítimas de tráfico, o que acrescentou maior credibilidade aos seus conselhos. Atividades com questionário e enquetes foram realizadas em trens, em áreas de espera e em bancas específicas. Isso ajudou na conscientização e permitiu ao projeto adquirir uma melhor compreensão dos pontos de vista locais em relação às questões do tráfico.

A mensagem foi ainda comunicada através de faixas, cartazes e anúncios de rádio. Atividades semelhantes foram realizadas durante a campanha Festival da Primavera em vários locais em Hunan. Esta campanha se estendeu para além dos centros de transporte alcançou as praças da cidade, com a criação de quiosques de consulta e distribuição de material, bem como a utilização de telas de televisão públicas para transmitir propagandas de combate ao tráfico.

A campanha Chuva da Primavera também incluiu consultas jurídicas públicas com advogados voluntários locais, e foram feitos encaminhamentos para agências de emprego legítimas em quiosques DE rua durante o período da campanha. Esta estratégia foi replicada em Henan durante a Campanha de Verão de Prevenção ao Tráfico. Quiosques de distribuição de materiais informativos, educativos e de comunicação funcionaram durante o período de matrícula em várias escolas, alcançando tanto os pais quanto os filhos.

No final da maioria das campanhas, um encontro foi realizado para compartilhamento de experiências e lições aprendidas. Nestes encontros, os interessados de todos os níveis foram convidados a compartilhar os seus pensamentos. Esta forma de encontro consolida os ganhos do projeto e oferece uma oportunidade para os atores de modo a influenciarem a política em geral.

Desafios:

No caso de crianças deixadas para trás, o período da campanha é uma das únicas janelas válidas para ganhar a atenção de ambas as partes. As campanhas foram direcionadas a jovens propensos a migrar para trabalhar, especialmente jovens deixados para trás, pais migrantes e jovens trabalhadores migrantes. Dado o seu fator de risco mais elevado, foram priorizadas as mulheres jovens e meninas. Campanhas conscientizaram pais e filhos sobre os riscos do tráfico de pessoas, seus direitos e como e onde podem procurar ajuda.

Lições aprendidas:

O sucesso da campanha do Festival da Primavera pode ser atribuído a sua efetiva mobilização de recursos locais. Dependendo da atividade de conscientização conduzida, voluntários da instituição parceira eram selecionados e treinados de acordo.

Todos os projetos enfatizaram a interação de base presencial. Tornar os canais oficiais de informação mais acessíveis e humanizados foi um componente essencial para o sucesso das campanhas de sensibilização, para quebrar barreiras e incentivar a comunicação.

Próximos passos:

A maioria dos modelos utilizados nestas campanhas é replicável dentro e fora da China. Aproveitando o conhecimento local, a capacitação das instituições locais, parcerias e realização de atividades de sensibilização com esses interessados é um modelo simples, mas bastante eficiente.

.....



JORDÂNIA

Desafio do Trabalho de Crianças Refugiadas Sírias

Período de implantação: desde 2012

Onde: Jordânia

Foco: Proteção integrada de crianças deslocadas e refugiadas de um ambiente de conflito.

Organização líder: Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (OIT - IPEC)
Website: <http://www.ilo.org/ipecc/Regionsandcountries/arab-states/jordan/Resources/lang-en/index.htm>

Resultados: Conscientização e divulgação da Norma 12 sobre o Trabalho Infantil das Normas Mínimas para Proteção à Criança em Ação Humanitária entre os atores nacionais e organizações internacionais envolvidas na ação humanitária de proteção à criança; conscientização sobre políticas e legislações nacionais relevantes para a eliminação do trabalho infantil gerada entre atores nacionais internacionais; melhoria da coordenação e colaboração entre os atores nacionais e internacionais que tratam do trabalho infantil entre refugiados sírios e populações jordanianas vulneráveis e vínculos institucional estabelecidos; questão do trabalho infantil - de crianças sírias e jordanianas - em destaque na mídia e entre o público em geral, bem como entre doadores e comunidades internacionais para futura mobilização de recursos e programas;

questão do trabalho infantil reforçada no Plano de Resposta Regional das Nações Unidas sobre a Síria; recursos direcionados para o levantamento de dados e estudos complementares, particularmente em termos do perfil das crianças refugiadas sírias que trabalham, para subsídio de futuras intervenções; identificação das necessidades e expectativas dos refugiados sírios e do impacto insuficiente de intervenções tradicionais de combate ao trabalho infantil, associada à necessidade de desenvolver intervenções mais inovadoras e criativas e apoiar a atuação, junto às comunidades de acolhimento na Jordânia, para assegurar que essas não sejam negativamente impactadas; gestão de conhecimento sobre ações humanitárias de proteção à criança, com direcionamento limitado em crises anteriores, e demandam melhor preparação para problemas futuros; estabelecimento da Jordânia como país-piloto para testar 9 das Normas Mínimas para Proteção à Criança em Ação Humanitária, incluindo a Norma 12 sobre o Trabalho Infantil e contextualizar essas normas no impacto da crise síria no país.

Contexto e objetivo:

Desde o início de 2012, aumentou a gravidade da crise síria, desestabilizando as estruturas centrais da governança e segurança dentro do país. A crise também teve um impacto considerável sobre os países vizinhos que acolhem refugiados. Dos cerca de dois milhões de pessoas que fugiram da Síria, mais de meio milhão buscou refúgio na Jordânia, número que continua a crescer. Uma característica particular da população de refugiados sírios é a sua vulnerabilidade, pois há muitas crianças, mulheres e idosos. A maioria dos sírios se instalou em áreas urbanas e rurais fora dos campos de refugiados, e esse fenômeno tem levado a crescentes tensões entre as comunidades de acolhimento e as comunidades de refugiados, destacando a necessidade de estratégias de longo prazo para a provisão de serviços e de opções de meios de subsistência para as comunidades locais vulneráveis.

Questões socioeconômicas que surgiram entre as comunidades sírias e as comunidades de acolhimento, incluindo a crescente incidência do trabalho infantil, não foram devidamente abordadas. Estimativas do Ministério do Trabalho situam o número de crianças trabalhadoras sírias na Jordânia em mais de 30.000. Evidências indicam que essa é uma estimativa conservadora - mas ainda significa que a população geral de trabalhadores infantis na Jordânia (estimada em 33 mil em 2007) mais do que duplicou em menos de 18 meses. As crianças trabalham em vários setores, particularmente na agricultura e em atividades do setor informal urbano, incluindo construção, serviços, venda ambulante, mendicância, carregadores, etc. Mais recentemente, surgiram evidências de meninas sírias refugiadas empregadas como trabalhadoras domésticas. Na agricultura, famílias inteiras trabalham em fazendas, muitas vezes para garantir sua segurança alimentar.

Entre os fatores que contribuem para o trabalho infantil entre crianças sírias refugiadas estão os altos níveis de pobreza, falta de segurança alimentar, altos níveis de alojamento inaceitável e altos aluguéis. Algumas famílias optaram por não enviar seus filhos à escola devido aos custos indiretos associados à educação, salas de aula superlotadas, diferenças entre os currículos na Síria e na Jordânia, disponibilidade limitada de professores sírios, intimidação e discriminação. Além disso, a interrupção da educação na Síria devido à violência impediu algumas crianças de frequentar a escola por até dois anos. Algumas famílias de refugiados também esperam poder retornar ao seu país em breve e, portanto, não veem motivo para matricular seus filhos em escolas na Jordânia. Um número significativo de jovens em idade de trabalhar também não tem acesso à formação profissional formal, estágios ou trabalho.

Para abordar o trabalho infantil entre crianças sírias refugiadas é necessário:

- » Melhorar a coordenação e colaboração entre os parceiros nacionais envolvidos nos esforços institucionais para lidar com o trabalho infantil e as instituições humanitárias responsáveis pelo desenvolvimento e fornecimento de programas de apoio aos refugiados sírios;
- » Desenvolver intervenções de prevenção adequadas, particularmente através de *advocacy* e sensibilização;
- » Assegurar a não discriminação de qualquer tipo na implementação de políticas e programas específicos para crianças vulneráveis dentro das fronteiras nacionais;
- » Fortalecer o monitoramento e acompanhamento dos sistemas de proteção da criança tanto nas comunidades de refugiados quanto nas comunidades de acolhimento.

Metodologia:

Neste caso, na Jordânia, não havia metodologia clara nem planejamento, muitos elementos dessa prática simplesmente surgiram a partir da necessidade, impulsionados pelo projeto da OIT-IPEC, na Jordânia, que reconheceu a necessidade de abordar este problema crescente em uma fase muito inicial. A nova norma inclui ações-chave, sob as rubricas de “Preparação”, “Resposta” e “Medição” (indicadores e metas, acompanhamento e avaliação), bem como notas de orientação para os técnicos. As notas se destinam a ajudar os agentes nacionais e internacionais no planejamento de respostas de proteção à criança em situações de emergência e devem ser adaptadas a diferentes cenários, situações, ambientes, etc.

A existência de um projeto OIT-IPEC de apoio a intervenções no nível de política e o piloto do novo Marco Nacional de Combate ao Trabalho Infantil garantiram a presença de conhecimentos

técnicos para apoiar os atores nacionais e humanitários, e também uma plataforma de *advocacy* e sensibilização. No entanto, este não será sempre o caso, e é por isso que será tão importante documentar a experiência na Jordânia, particularmente durante o piloto da Norma 12.

A fim de tentar construir conhecimento, consenso, coordenação e compartilhamento de conhecimentos em torno do tema, e com o forte apoio do Grupo de Trabalho de Emergência para a Proteção da Criança, a OIT-IPEC organizou três consultas (abril, maio e julho de 2012) junto a atores nacionais e humanitários sobre o problema emergente do trabalho infantil entre crianças sírias refugiadas. Embora algumas recomendações importantes tenham surgido a partir dessas discussões, na ausência um plano estratégico de ação, recursos e uma liderança clara, as recomendações não foram cumpridas. Posteriormente, esta abordagem foi validada pelas diretrizes contidas na Norma 12. Por sugestão da OIT-IPEC, o Comitê Nacional sobre Trabalho Infantil também convidou representantes das principais agências humanitárias - ACNUR e UNICEF - para apresentar atividades de proteção à criança para refugiados sírios e os desafios enfrentados por um número crescente de crianças sírias refugiadas que trabalham.

Outra iniciativa da OIT-IPEC na Jordânia é digna de menção nessa boa prática, uma vez que foi novamente validada pela nova Norma 12 e reforçou a participação significativa de atores nacionais. Em 26 de agosto de 2013, uma consulta foi organizada entre os atores nacionais envolvidos na implementação do Marco Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e os principais atores humanitários nacionais e internacionais que atuam na proteção das crianças para discutir a articulação entre mecanismos de encaminhamento nacionais e humanitários. O objetivo seria garantir que os atores nacionais sejam informados sobre a forma de encaminhar para os serviços humanitários as crianças sírias refugiadas encontradas trabalhando e que os agentes humanitários forneçam informações sobre os empregadores de crianças sírias refugiadas e encaminhem as crianças jordanianas para o sistema nacional.

A fim de acompanhar e fortalecer esses mecanismos de coordenação e intercâmbio de informações, o Ministério do Trabalho criou um Subcomitê Técnico sobre o Trabalho Infantil de crianças Sírias, sob os auspícios do Comitê Nacional sobre o Trabalho Infantil.

Desafios:

- » Compreensão limitada dos esforços nacionais existentes para enfrentar o trabalho infantil e a articulação com os mecanismos nacionais de monitoramento e encaminhamento (a política nacional de combate ao trabalho infantil foi estabelecida recentemente na Jordânia, em agosto de 2011, e ainda não está em plena operação em todo o país;

- » Compartilhamento limitado de conhecimento e capacidade entre os atores nacionais e internacionais, em termos de mecanismos de encaminhamento para as crianças sírias refugiadas e a prestação de serviços disponíveis;
- » Atitudes das famílias sírias refugiadas em relação à educação para os seus filhos na Jordânia;
- » Os níveis de pobreza entre as famílias sírias refugiadas foram agravados por não terem o direito de trabalhar e manter uma renda familiar para sobreviver;
- » Diferenças de atitudes, tolerância cultural, políticas e legislação sobre o trabalho infantil entre a Síria e a Jordânia;
- » Aumento significativo da carga de trabalho para os inspetores de trabalho, professores, assistentes sociais, etc. diretamente relacionado com o fluxo de sírios refugiados;
- » Falta de respostas humanitárias e nacionais para o trabalho infantil entre sírios refugiados, especialmente devido a limitações no financiamento humanitário;
- » Crise econômica e do mercado de trabalho pré-existente na Jordânia, com impacto negativo causado pelo alto número de refugiados que entram no país;
- » Necessidade de coordenação e colaboração mais eficaz e eficiente entre os próprios atores humanitários e entre estes e os atores nacionais;
- » Necessidade de líderes e projetos dedicados ao assunto da eliminação do trabalho infantil entre os refugiados sírios e de incluir esta atividade como um tema transversal nas intervenções de proteção à criança, reforçando os esforços de integração;
- » Necessidade de um marco estratégico e plano de ação para melhorar a coordenação das atividades e o direcionamento das atividades para abordar o trabalho infantil entre refugiados sírios.

Lições aprendidas:

Este processo tem sido uma experiência única de aprendizagem para todos os envolvidos: atores nacionais e humanitários. Além disso, como as Normas Mínimas para Proteção à Criança em Ação Humanitária não foram publicadas e divulgadas até de Maio de 2013 - mais de 12 meses depois que a crise síria começou a ter impacto sobre os países vizinhos - não tinha sido possível implementar algumas das ações de preparação que poderiam ter evitado alguns dos desafios que surgiram posteriormente. Portanto, as principais lições aprendidas incluem:

- » Garantir a revisão e aplicação das Normas Mínimas para Proteção à Criança em Ação Humanitária, particularmente a Norma 12 sobre o Trabalho Infantil, referindo-se a ações fundamentais para a preparação em particular;
- » Priorizar o trabalho infantil no grupo de trabalho de emergência para proteção da criança que será estabelecido em situações de crise;
- » Garantir que qualquer ação emergencial tenha vínculo direto com os mecanismos, programas, sistemas e estruturas existentes de proteção à criança - não importa quão recente ou não testado - e que parceiros nacionais responsáveis pelas políticas, pela legislação e pelos programas de combate ao trabalho infantil sejam totalmente integrados na resposta humanitária, particularmente os ministérios do Trabalho (inspeção do trabalho), Educação e Desenvolvimento Social;
- » Garantir um apoio significativo para os parceiros nacionais em torno da ação humanitária e fornecer capacitação adequada para o seu envolvimento e participação plena e significativa (reuniões realizadas no idioma nacional e documentos relevantes traduzidos);
- » Realizar análises abrangentes de iniciativas já existentes em nível distrital, regional e nacional que seriam relevantes para enfrentar o trabalho infantil, evitando a sobreposição de esforços e recursos e fortalecendo a adesão e o apoio e, portanto, a sustentabilidade e o desenvolvimento de sistemas e estruturas existentes, incluindo gestão de dados e de conhecimento, como bancos de dados de proteção à criança e à família;
- » O mais cedo possível, mapear as necessidades críticas e expectativas das populações de refugiados, e também o perfil regional da migração. Por exemplo, na Jordânia e na Síria as famílias têm atravessado as fronteiras há gerações, por várias razões socioeconômicas e culturais, incluindo o comércio e emprego. Portanto, nem todos os sírios na Jordânia são refugiados, e nem todos compartilham as mesmas necessidades e expectativas, o que também varia dependendo se a população está dentro ou fora do campo de refugiados;
- » Reconhecer que o acesso ao financiamento e, possivelmente, atividades geradoras de renda podem ser fundamentais para a sobrevivência das famílias e, nesse caso, construir uma plataforma de política em torno do acesso a tais atividades para reduzir o impacto do ciclo de pobreza e, portanto, a dependência na renda das crianças;
- » Avaliar a sensibilidade socioeconômica, cultural e política no país de acolhimento e garantir que esforços sejam feitos para levar isso em conta e trabalhar por meio da diplomacia e *advocacy*, particularmente com os ministérios responsáveis pela resposta humanitária;

- » Integrar a eliminação do trabalho infantil o mais cedo possível em planos de resposta humanitária, garantindo a alocação de recursos e o desenvolvimento de um plano de ação, incluindo papéis e responsabilidades, que seja articulado com qualquer plano de ação nacional existente.
- » Desenvolver um plano de resposta de emergência dentro das organizações que têm a missão de combater o trabalho infantil, incluindo, mas não somente, a OIT. Isto deve incluir recursos flexíveis e rápidos (humanos e financeiros) de resposta para garantir que as normas mínimas sejam atendidas o mais rápido possível e apoio adequado e estruturas e sistemas criados para sustentar a resposta humanitária global de assistência. Após a implantação dessas estruturas de emergência, haverá mais tempo para avaliar a situação no local com mais detalhe - causas e consequências, em particular - e desenvolver um plano de resposta de longo prazo apropriado. A falta de uma resposta imediata na Jordânia permitiu que o problema se enraizasse mais profundamente, sendo muito mais difícil e mais caro de resolver após o início dos programas.
- » Tenha em mente uma lógica importante: Comunicação, Coerência, Coordenação e Capacidade!

Próximos passos:

Para o futuro, é necessário articular as ações, sistemas e estruturas humanitárias. Também sistemas e estruturas nacionais existentes sempre que relevante e possível, bem como com o compromisso político e o apoio a nível nacional e internacional, a construção ou fortalecimento de ambiente propício para abordar o trabalho infantil no país de acolhimento, para ter acesso aos recursos - humanos e financeiros - dentro do plano de resposta humanitária.



UCRÂNIA

Programa de ampla reintegração para crianças vítimas de tráfico

Período de implantação: 2009-2011

Onde: Ucrânia

Foco: Reintegração de crianças vítimas de tráfico.

Organização líder: Organização Internacional de Migrações (OIM - International Organization for Migration) / Parceiro de implantação: ONG “Suchasnyk”.

Resultados: 227 menores Vítimas de Tráfico (VoTs) identificados e assistidos com reintegração, possibilitando melhores condições de saúde, educação, competências sociais, perspectivas de futuro e prevenção contra reincidência de tráficos e exploração; capacidades otimizadas de equipes de pessoal de ONGS especializadas, abrigos estaduais e internatos, assim como famílias com potenciais otimizados em suas capacidades de trabalhar com as crianças mais vulneráveis.

Contexto e objetivo:

Apesar de esforços significantes executados na Ucrânia a fim de combater o tráfico humano na década anterior, o fenômeno permanece um desafio sério para o país. A despeito da existência de uma fundamentação legislativa e institucional, os mecanismos para identificação, encaminhamento e assistência de vítimas infantis de tráfico (VoTs) requerem maior elaboração e a reintegração de VoTs infantis permanece um desafio devido a sua natureza complexa e de longo prazo. Números crescentes de crianças estão sendo identificados pelos provedores dos serviços e, com isto, a necessidade de fortalecer os mecanismos de encaminhamento e assistência, assim como a necessidade de capacitar a maior parte dos provedores dos serviços tornam-se questões prementes.

As crianças são comumente traficadas para prostituição e outros tipos de exploração sexual, trabalho forçado e outros tipos de exploração econômica assim como participação em atividades criminosas, mendicância e até mesmo remoção de órgãos. A maior parte dos menores está sujeita a exploração sexual até mesmo quando são traficados para outros propósitos.

As consequências do tráfico de crianças são particularmente severas (incluindo um vasto escopo de fatores médicos, psicológicos e sociais), exigindo ações de longo prazo de reabilitação e reintegração, assim como monitoramento cuidadoso de suas situações ao fim do curso de reintegração.

Em resposta a esses desafios e em apoio aos esforços existentes no governo da Ucrânia e outros, o OIM implantou um projeto que objetivou fortalecer o mecanismo existente de identificação, encaminhamento e assistência a crianças VoTs na Ucrânia, através de capacitações e estabelecimento de redes provedoras de serviços, enquanto manteve o escopo e a qualidade dos serviços existentes de assistência direta para crianças VoTs. A ênfase geral do projeto insere-se dentro das áreas 3P: proteção e reintegração, instauração de processos e criminalização e prevenção, mobilização e formação.

Metodologia:

A abordagem 3P é uma abordagem multidisciplinar que visa responder à natureza complexa do tráfico de crianças e concentra-se em torno das seguintes atividades: assistência de reintegração a crianças VoTs; assistência médica abrangente; capacitações para provedores de serviços imediatos; formação/capacitação e estabelecimento de redes para agências voltadas aos cumprimentos legais relevantes, na esfera do combate ao tráfico de crianças; institucionalização de melhores práticas relativas a entrevista de crianças VoTs dentro do sistema

processual para o crime de tráfico; monitoramento de instalações estatais de jovens; ativação de mecanismos existentes para a proteção e encaminhamento a crianças VoTs; visão geral e análise de legislação pertinente à assistência a crianças VoTs; desenvolvimento e implementação de conferências sobre casos/"situações de casos"; e monitoramento e avaliação.

O projeto alvejou todo o sistema de identificação e encaminhamento de crianças VoTs na Ucrânia com o objetivo de fortalecer os mecanismos existentes e abordar brechas existentes. Cinco regiões da Ucrânia foram selecionadas como pilotos. Os direitos e interesses das crianças são os princípios norteadores de qualquer trabalho dentro deste projeto.

A provisão de todos os serviços de assistência direta foi realizada gratuitamente sob os princípios da confidencialidade, consentimento anuído e sensibilidade de gêneros. O pacote de assistência oferecido a VoTs é holístico e customizado ao mesmo tempo. Em consulta com seus guardiães legais, o plano de reintegração é desenvolvido para cada criança e acompanhado com a orientação dos supervisores de cada caso (equipe das ONG). O pacote inclui o retorno voluntário à Ucrânia; recepção no aeroporto no ato de retorno à Ucrânia; cuidados médicos, gerais e especializados fornecidos no Centro de Reabilitação da OIM em Kyiv, como também nas regiões da Ucrânia; acompanhamento e assistência de viagem até o destino final dentro da Ucrânia; pernoites durante o deslocamento; assistência legal com questões civis; consultoria/representação legal para vítimas testemunhas em processos criminais; recuperação de documentação perdida, tais como passaportes e documentos de identificação; bolsas de reintegração destinadas às vítimas pelo período de três meses após o retorno; bolsas de geração de renda e consultoria empregatícia conforme apropriado, bolsas voltadas à capacitação vocacional e também outros tipos de assistência individualizada.

O progresso foi monitorado e avaliado de forma contínua a fim de garantir que esforços e fundos fossem destinados às áreas mais vulneráveis. Isso foi conduzido através de trocas de informações com parceiros do projeto e associados, assim como com outros acionistas importantes; monitoramento da mídia após eventos relevantes; acompanhamento adequado de participantes quanto à eficácia das capacitações e ações consideráveis realizadas por eles (as), incluindo análises de pesquisas anteriores e posteriores aos eventos, entrevistas em profundidade, acompanhamento trimestral e outras atividades; monitoramento e análises de informações estatísticas disponíveis, particularmente acerca de identificações e encaminhamentos de crianças VoTs; e monitoramento de crianças VoTs assistidas conduzidas como parte do programa de reintegração. Inúmeras medidas de monitoramento foram lançadas para verificar a influência do projeto, tais como monitoramento do cumprimento das leis envolvendo casos de crianças VoTs e monitoramento de instalações juvenis. Cinco amplas

.....

visitas de acompanhamento foram conduzidas com os parceiros implementadores em cooperação com as agências estaduais relevantes nas regiões da Ucrânia, no intuito de visualizar as condições gerais do combate ao tráfico infantil, por todos os acionistas envolvidos e no intuito de avaliar o progresso e impacto do projeto.

Desafios:

A reforma administrativa lançada na Ucrânia em dezembro de 2010 trouxe à tona inúmeros desafios ao projeto, visto que o trabalho dos parceiros governamentais foi interrompido, resultando ocasionalmente na perda de equipe sensibilizada e capacitada. A fim de superar esse desafio, o OIM reestabeleceu relações com novos departamentos e nomeou representantes oficiais em ministérios-chave para dar continuidade à cooperação na esfera do combate do tráfico de crianças. Além disso, para evitar o risco de sobreposições/duplicações e assegurar sinergias exímias, “fecundação cruzada” e eficácia de custos, uma abordagem participativa foi adotada com comunicação e coordenação contínuas com outros acionistas relevantes e projetos vigentes.

Lições aprendidas:

O projeto aplicou uma abordagem mista de intervenções de cima para baixo (de escala maior/geral para a específica) e de baixo para cima. As lições aprendidas mostram que enquanto a abordagem de cima para baixo garante melhor coordenação e participação em atividades de parceiros no nível local, a abordagem de baixo para cima encoraja a apropriação local dos resultados do projeto, bem como o ajuste de esforços relevantes de acordo com as especificidades e necessidades locais. Ainda, em seguida à implantação deste projeto, a importância da mobilização e diálogo de políticas com o Governo tornou-se evidente para adquirir apoio político para o projeto. Portanto, é necessário e benéfico ter uma estratégia de negociação bem desenvolvida e consultorias permanentes (formais e informais).

Próximos passos:

Os mecanismos de cooperação entre organizações do estado e não estaduais desenvolvidos dentro deste projeto continuam funcionando após o encerramento da iniciativa. Em particular, o mecanismo de conferências sobre casos individuais, destinado à provisão de assistência a crianças VoTs tem sido adotado como uma prática regular no nível local e não requer quaisquer financiamentos adicionais para sua aplicação contínua. Ademais, os parceiros de projeto continuam a disseminar as melhores práticas desenvolvidas através do projeto a nível nacional e estão atualmente planejando expandir as atividades deste projeto a outras regiões da Ucrânia.



GLOBAL

Mobilização da sociedade civil contra a exploração sexual comercial de crianças: a experiência da ECPAT de ação

Período de implantação: Desde 1990

Onde: Globalmente

Foco: Mobilização social, acordos internacionais e monitoramento de políticas para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Organização líder: ECPAT Internacional

Website: <http://www.ecpat.net/>

Resultados: Uma rede global da sociedade civil para a prevenção e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESC) que monitora as ações governamentais de combate à ESC; práticas baseadas em pesquisas e evidências que contribuam para melhorar a prevenção e a resposta de programas e políticas contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; crianças e adolescentes engajados na luta contra a exploração sexual de crianças; governos comprometidos a tomar medidas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e demonstrar os progressos sistematicamente em relatórios de mo-

nitoramento; atores tradicionais e novos atores, como o setor privado (Indústria do Turismo, Indústria de Tecnologia de Comunicação de Informação-TIC, etc), estabelecem mecanismos de cooperação para enfrentar as diversas formas de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Contexto e objetivo:

A prevalência e a tolerância da exploração sexual comercial de crianças começou a atrair a atenção do público em meados dos anos 1980, quando alguns casos de grande repercussão divulgados por ONGs locais chamou a atenção internacional para a negociação do sexo com crianças asiáticas por adultos, uma exploração descrita como uma forma moderna de escravidão. Em 1988, a Coalizão Ecumênica sobre o Turismo no Terceiro Mundo (ECTWT) lançou um projeto para pesquisar fatos relativos à exploração sexual de crianças e adolescentes em três países asiáticos: Sri Lanka, Filipinas e Tailândia. O objetivo era descobrir e documentar as relações entre o turismo e o aumento da prostituição infantil, para que os dados pudessem servir de base para ações de enfrentamento dessa realidade. Os resultados dos estudos foram apresentados em uma consulta sobre prostituição infantil e turismo, realizada em Chiang Mai, Tailândia, em maio de 1990. A consulta resultou na determinação para a ação, e a rede ECPAT foi criada. Inicialmente, como uma campanha para por “Fim à Prostituição Infantil no Turismo na Ásia”, com o intuito final no aspecto “comercial” da exploração sexual de crianças e adolescentes, a campanha da ECPAT ganhou apoio e atenção sem precedentes mesmo fora da Ásia. A ampla gama de organizações, acadêmicos, grupos religiosos, ONU e ativistas do governo e outros atores sociais participaram neste processo inicialmente liderado pela sociedade civil.

Em 1996, o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo, na Suécia, foi organizado pela ECPAT, em parceria com o UNICEF e o Grupo de ONGs pelos Direitos da Criança (agora conhecido como Child Rights Connect) e com o apoio de parceiros-chave, como a OIT. Por meio destas parcerias e com o apoio dos governos da Suécia, do Japão e do Brasil como anfitriões, foram realizados três Congressos Mundiais contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Um elemento central desse esforço é a contínua participação da sociedade civil no monitoramento de ações no nível nacional, de modo a facilitar a revisão periódica das ações realizadas por governos para a implementação dos compromissos globais e da conformidade com as normas internacionais de direitos humanos para proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual (CRC, OPSC, os mandatos relevantes do Conselho de Direitos Humanos e aplicação da Agenda de Ação de Estocolmo e das Declarações do Rio) que orientam sobre as ações

necessárias contra a exploração sexual infantil. O apoio ativo do movimento da sociedade civil contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e seu envolvimento no acompanhamento dos compromissos de Estocolmo (1996), Yokohama, Japão (2001), Rio de Janeiro, Brasil (2008) levou a um aumento das ações e apoio estatal e não estatal no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes mundialmente.

Metodologia:

A mobilização social contínua de organizações da sociedade civil na liderança de ações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes exigiu várias estratégias e atividades, tais como:

- » Desenvolvimento de redes da sociedade civil, no nível nacional: O desenvolvimento de redes foi iniciado com o mapeamento dos atores nacionais que trabalham com questões das crianças para identificar aqueles que atuam na área de combate à exploração sexual e para estabelecer a natureza e escopo de seu trabalho. Consultas estabeleceram o interesse e a capacidade de diferentes organizações de trabalhar contra a exploração sexual comercial de crianças.
- » Reforço das capacidades de pesquisa, educação e *advocacy* contra a exploração sexual comercial de crianças: As organizações da sociedade civil realizaram análises situacionais no nível nacional para entender e evidenciar melhor o problema. Estas análises nos países examinaram o contexto socioeconômico, fatores desencadeantes, prevalência e diversas manifestações da exploração sexual de crianças, o marco legal existente de proteção contra a exploração sexual infantil, o papel da sociedade civil, do governo, a aplicação da lei e a resposta do setor privado. Com base na análise dos avanços e desafios, foram feitas recomendações concretas para a programação e a reforma das políticas nacionais. Estes relatórios foram amplamente utilizados para sensibilizar a opinião pública e para influenciar os governos a desenvolverem Políticas e Planos Nacionais de Combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças.
- » Desenho e implementação de ações de enfrentamento adequadas às diferentes formas e tipos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: Na análise por país, os processos regionais e globais foram fundamentais para destacar a extensão do problema da exploração sexual comercial de crianças e suas diversas manifestações, incluindo questões emergentes. Estes processos e eventos de alto nível orientaram o marco da resposta global contra a exploração sexual comercial de crianças. As estratégias deram ênfase na coordenação inter setorial integrada e na cooperação, prevenção, proteção, recuperação e reinserção das vítimas. Alianças foram formadas entre os setores, incluín-

do operadores do direito, a indústria de turismo, a indústria de TIC, grupos religiosos, universidades, agências da ONU e órgãos do governo, para reforçar a abordagem multi setorial para proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual em todas as suas formas.

- » Apoio à participação das crianças em maior risco e aquelas afetadas pela exploração sexual: A participação segura e significativa das crianças na elaboração e execução dos programas e políticas que as afetam foi promovida por ONGs locais com acesso direto a crianças vítimas de exploração sexual comercial.
- » Aumento da capacidade de profissionais multi setoriais para enfrentar a exploração sexual comercial de crianças, como assistentes sociais, ONGs, professores, profissionais de saúde, operadores do direito, judiciário, setor privado (viagens e turismo, TIC): Realização de capacitação, com fornecimento de kits de recursos de formação sobre proteção de crianças contra a exploração sexual no turismo, guia de treinamento sobre o combate ao tráfico de crianças para fins sexuais, guia de treinamento de instrutores, guia de treinamento para a reabilitação psicossocial de crianças que foram exploradas para fins de sexo comercial.
- » Fortalecimento do papel das organizações da sociedade civil para monitorar o progresso em relação aos compromissos internacionais e locais de proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual: No nível nacional, as organizações locais produzem relatórios de monitoramento dos países para identificar e analisar o progresso e o compromisso do país com o combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças. Contribuição para Revisões Universais Periódicas destacando a questão da exploração sexual e solicitando recomendações específicas para os Estados.

Desafios:

A metodologia da ECPAT foi projetada em resposta a alguns dos seguintes desafios identificados por organizações da sociedade civil, atores governamentais, agências da ONU, entre outros, na área de exploração sexual comercial de crianças:

- » Coordenação e Cooperação: troca de informações entre partes interessadas internas e no âmbito internacional limitado, falta de Planos Nacionais de Ação para proteção de direitos de crianças e adolescentes, em geral ou específicos, contra a Exploração Sexual Comercial e falta de sistemas eficazes de coleta de dados;
- » Prevenção: altos níveis de pobreza e outros fatores de pressão que aumentam a vulnerabilidade das crianças à exploração sexual, tolerância social e impunidade em relação aos

casos de exploração sexual comercial de crianças, recursos limitados disponíveis/alocados às questões da infância ou para proteção das crianças e falta de informação para as comunidades sobre os potenciais perigos da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes;

- » Proteção: falta de harmonização da legislação com as normas internacionais, implementação limitada da lei e poucos processos/condenações de criminosos e falta de procedimentos adequados para proteção das crianças e adolescentes;
- » Recuperação e Reintegração: falta de coordenação entre programas de recuperação para crianças, lacunas na assistência e reintegração e falta de serviços de reabilitação e tratamento;
- » Participação de Crianças e Jovens: falta de recursos e de sustentabilidade da participação de crianças nos programas e acesso limitado das crianças às autoridades com poder de decisão, particularmente no caso de crianças mais vulneráveis e em situação de risco para a exploração sexual comercial.

Lições aprendidas:

Uma das principais estratégias da campanha para enfrentar a exploração sexual infantil foi a colaboração e as parcerias entre a sociedade civil local e outros setores preocupados com as questões das crianças, consolidando um movimento social global de proteção das crianças contra a exploração sexual.

À medida que cresceu o número de entidades envolvidas e sua participação em todo o mundo e aumentou o conhecimento sobre a natureza e o propósito da exploração sexual de crianças e adolescentes, a garantia da participação ativa dos governos para enfrentar essas violações contra as crianças tornou-se uma prioridade da campanha global. Entidades nacionais de todos os setores passaram a buscar apoio entre as agências governamentais, exigindo iniciativas para a solução do problema.

A necessidade de estabelecer orientações para a melhor compreensão da exploração sexual de crianças e o planejamento e execução de ações preventivas e de apoio às crianças vítimas para sua recuperação e reintegração tornou-se mais evidente à medida que o movimento crescia.

Os diferentes fóruns dos quais a ECPAT participa são um canal vital e uma base para o envolvimento e a participação da comunidade global em um processo sustentado de intercâmbio, análise e planejamento sistemático de iniciativas de combate à exploração sexual de crianças em todo o mundo.

Próximos passos:

A continuação do sucesso das estratégias da ECPAT também depende de iniciativas como Youth Partnership Project – YPP (Projeto de Parceria com os Jovens) da ECPAT, que visa assegurar o direito de participação de crianças e adolescentes de forma ativa e significa na mudança social e nas iniciativas contra a exploração sexual comercial, como atores sociais legítimos, parceiros e detentores de direitos. Estas iniciativas incentivam o empoderamento de adolescentes em risco ou afetados pela exploração sexual comercial, para que promovam campanhas, influenciem governos e sensibilizem a sociedade para o enfrentamento da exploração sexual comercial. Além disso, Assembleias Internacionais da ECPAT, convocadas a cada três anos, constituem uma plataforma para a análise sistemática da implementação pela rede global das estratégias para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.



Boas Práticas
Combate ao Trabalho Infantil no Mundo



POLÍTICA PARA O MERCADO DE TRABALHO

270

AMERICA

Brasil..... 270

El Salvador..... 274

Chile..... 277

Equador..... 280

283

ÁSIA

Paquistão 283

297

GLOBAL



BRASIL

Programa Crescer Legal

Período de Implantação: Desde 1998

Onde: Brasil

Foco: Engajamento do setor privado para eliminar trabalho infantil na produção de Tabaco.

Organização Líder: Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - SindiTabaco

Website: <http://www.sindifumo.com.br/>

Resultados: O principal resultado obtido com a ação efetiva do Programa Crescer Legal foi a redução de 58% do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, segundo dados do Censo 2010, quando comparado ao Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); atualmente, são mantidas 20 bolsas de estudos para jovens, filhos de produtores de tabaco, na Escola Família Agrícola, que tem como principal diferencial o emprego da Pedagogia da Alternância.

Contexto e objetivo:

A produção do tabaco na região Sul do Brasil está presente em 656 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O tabaco é cultivado em 327 mil hectares, por 165 mil produtores integrados e com um envolvimento de 626 mil pessoas no meio rural. Em 1998 houve a assinatura do pacto pela erradicação da mão de obra infantil, um compromisso que envolveu todas as empresas associadas ao Sindicato. Com essa iniciativa foi lançado o Programa *O Futuro é Agora!* com o objetivo de combater o trabalho de crianças e adolescentes na cultura do tabaco e incentivar a educação dos filhos dos produtores. Em 2008, o Programa *O Futuro é Agora!* foi ampliado com a criação de uma Rede Social composta por agentes públicos e privados e representantes da indústria do tabaco, para debater e fortalecer ações de prevenção e combate ao trabalho de crianças e adolescentes. Considerando os resultados alcançados pelo Programa, a nova legislação vigente e o amadurecimento do tema junto a produtores, demais agentes do setor e da sociedade, foi elaborado um planejamento estratégico que ampliou horizontes em relação ao Programa, com objetivos mais amplos, atingindo de forma mais consistente o adolescente e os jovens de áreas rurais, além de manter ações voltadas às crianças. Todo este crescimento e amadurecimento deu origem ao *Programa Crescer Legal*.

Metodologia: O *Programa Crescer Legal* se tornou uma ação conjunta e sistemática para prevenir e combater o trabalho de crianças e adolescentes na cultura do tabaco, por meio da conscientização dos produtores integrados e da sociedade, bem como de projetos sociais promovidos pelas empresas associadas, com a aprovação e a participação de organizações públicas e privadas, de caráter nacional e internacional. O projeto se desenvolve através de:

- » Articulação Política, para fortalecer parcerias e alianças estratégicas com entidades públicas e privadas.
- » Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional, para promover atividades para as equipes de campo das empresas associadas, tornando-as facilitadoras e multiplicadoras.
- » Comunicação, para:
 - Adotar medidas de esclarecimento e conscientização dos produtores integrados.
 - Divulgar o programa.
 - Produzir conhecimento sobre temas relacionados aos direitos da criança e do adolescente, através de instrumentos analítico-teóricos de avaliação socioeconômica.

- ▶ Estabelecer políticas e estratégias integradas de comunicação entre o programa e as empresas.
- » Desenvolvimento Educacional e Social, para:
 - ▶ Desenvolver, através de parcerias, ações de formação educacional, complementares à educação formal, voltado ao empreendedorismo do jovem rural.
 - ▶ Desenvolver atividades educacionais, culturais e sociais, em turno escolar extra, voltados aos filhos dos produtores integrados, proporcionando o pleno desenvolvimento de suas competências, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, em sintonia com a escola, a família e a comunidade.
 - ▶ Mobilizar recursos técnicos e financeiros, capazes de alavancar e fortalecer projetos educacionais, realizados por escolas públicas e organizações sociais.
 - ▶ Promover medidas de fortalecimento e acompanhamento da qualidade do processo pedagógico e da participação dos filhos dos produtores integrados, visando à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- » Investimento Social Privado, para alinhar e integrar os projetos educacionais e sociais das empresas associadas à missão e objetivos do *Programa Crescer Legal*.
- » Articulação Política, para a busca de apoio, principalmente das prefeituras municipais, e a formalização de parcerias.
- » Conscientização dos Produtores Integrados de Tabaco, quanto ao valor do incentivo à educação.
- » Apoio a Programas e Projetos Educacionais, incentivando programas e projetos sociais que tenham como missão a erradicação do trabalho infanto-juvenil.

Desafios:

Manter a conscientização dos produtores integrados de tabaco sobre o impacto negativo do trabalho infantil no desenvolvimento físico, psíquico e social de crianças e adolescentes e sobre a importância da educação para o futuro de seus filhos.

Lições Aprendidas:

O bom resultado de um programa social depende da articulação e da mobilização de parceiros. O *Programa Crescer Legal* tem obtido bons resultados, pois conseguiu aproximar de

suas ações algumas entidades que, por muito tempo, apenas atuavam no campo de fiscalização. Hoje, através da parceria com estes agentes, tem sido possível promover atividades mais consistentes de conscientização e de redução sistemática do trabalho de adolescentes menores de 18 anos nas lavouras de tabaco.

Próximos passos:

Esta é uma prática de responsabilidade social promovida por um setor econômico brasileiro e, portanto, pode ser aplicado em outros setores que enfrentem o problema do trabalho de crianças e adolescentes no meio rural. O programa se manterá por meios de ações de conscientização, dadas principalmente pela capacidade de sinergia entre a entidade promotora do programa e as demais entidades parceiras.



EL SALVADOR

Experiência para prevenir e eliminar o trabalho infantil no setor açucareiro em El Salvador

Período de implantação: Desde 2002

Onde: El Salvador

Foco: Ações do setor privado para prevenir e eliminar o trabalho infantil no setor açucareiro.

Organização líder: Fundazúcar

Website: www.fundazucar.org

Resultados: Diminuição em 85% das crianças envolvidas com o trabalho infantil nas lavouras de cana de açúcar; cumprimento das responsabilidades da maioria dos proprietários na prevenção e erradicação do trabalho infantil nas lavouras canavieiras; as parcerias do setor público permitiram que as empresas privadas tivessem o suporte da política pública e, por sua vez, contribuíram para sua implantação; engajamento de engenheiros agrônomos, capatazes, comunidades, escolas, crianças, adolescentes e famílias no plano de conscientização; padronização na estrutura das atividades de monitoramento; flexibilização dos procedimentos de fiscalização, permitindo que a lista de atividades proibidas fosse considerada no processo

durante o período de colheita da cana; criação da política de tolerância zero relacionada ao trabalho infantil.

Contexto e objetivo:

Foi assinado, em 2002, um Convênio entre a Associação dos Produtores de Açúcar, o governo de El Salvador e a OIT estabelecendo compromissos específicos das partes para intervir no setor canavieiro e desenvolver um programa estabelecido para demonstrar a viabilidade de se erradicar o trabalho infantil nas lavouras de cana de açúcar. Após uma reclamação feita por uma ONG internacional, em 2004, sobre a presença de trabalho infantil na indústria canavieira, tornou-se clara a importância de colocá-lo como um dos temas principais na agenda do setor. O setor canavieiro desenvolveu, então, a iniciativa para prevenir e erradicar o trabalho infantil por meio de uma parceria da Fundazúcar, OIT, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e o Conselho Nacional da Infância e Adolescência (CONA).

Metodologia:

A iniciativa foi desenvolvida com ações de conscientização sobre o problema, tendo medidas de controle sobre a sua presença na cadeia de valor, parcerias com o setor público para fiscalizar e supervisionar o local de trabalho e provisão de educação e alternativas produtivas para as crianças, adolescentes e suas famílias. Isto se tornou visível para os diferentes atores nas zonas açucareiras (empresas, comunidades alvo, líderes comunitários, professores e instituições). O envolvimento com o trabalho infantil na cadeia produtiva da produção canavieira cria condições que afetam as vidas das crianças e adolescentes, ignorando as regulamentações relacionadas à segurança e proteção de seus direitos, expondo, assim, os produtores a penalidades financeiras e jurídicas.

As parcerias entre os setores público e privado, principalmente entre a FUNDAZUCAR, o Ministérios do Trabalho e da Educação, coordenaram os esforços e asseguraram que as responsabilidades de cada agente fossem alavancadas e apoiadas. Foi criado, também, o Código de Conduta da Associação Açucareira de El Salvador, que formaliza os compromissos pra prevenção e eliminação do trabalho infantil, permitindo uma compreensão ampla sobre o que se espera das empresas. Foi estabelecida a Política de Tolerância Zero com o Trabalho Infantil nos contratos de compra, com uma cláusula referente à presença de crianças nos locais de corte de cana. Foram desenvolvidos programas de monitoramento para os períodos da colheita da cana de açúcar para identificar a incidência e a recorrência do trabalho infantil nas atividades perigosas, com a participação de membros da comunidade e do Ministério do Trabalho e da Previdência Social de El Salvador.



Desafios:

As raízes culturais do trabalho infantil nas comunidades que foram construídas com base na produção canavieira.

Lições aprendidas:

A capacidade do Ministério do Trabalho de realizar as suas funções no setor canavieiro favoreceu tanto a relevância do seu trabalho como também a parceria com o setor açucareiro.

O reconhecimento da presença do trabalho infantil no setor formal e na sua cadeia de valores permite que as empresas assumam responsabilidades específicas relacionadas à sua prevenção e erradicação.

Próximos Passos:

Tornar a prevenção e a erradicação do trabalho infantil uma decisão da liderança empresarial favorece a premissa de um compromisso em longo prazo que requer investimento, respeito às políticas acordadas e o estabelecimento de parcerias estratégicas com o setor público. Isto significa que a ação vai além da atenção direta para as crianças identificadas no trabalho infantil.

Para alcançar a meta de nenhuma criança e adolescente trabalhando no setor açucareiro é necessário ainda um plano de conscientização e um esforço permanente para avançar progressivamente na transformação dos padrões culturais que legitimam o trabalho infantil, realizando auditorias de campo a cada dois anos e encontrando alternativas reais de geração de renda para a juventude.

Para replicar esta prática, também é importante iniciar com a convicção de que é possível prevenir e eliminar o trabalho infantil no setor e intimar todas as usinas no país, criar parcerias com o poder público, pelo menos com os portfólios de trabalho e educação, realizar diagnóstico sobre a situação do trabalho infantil para a compreensão do problema e definir quais ações devem ser realizadas e quais atores precisam estar envolvidos.



CHILE

Crescendo protegido: Um Manual para a Proteção de Trabalhadores Infantis

Período de implantação: Desde 2010

Onde: Chile

Foco: Mobilização e educação do setor privado para a prevenção de acidentes entre adolescente trabalhadores.

Organização líder: Associação Chilena de Segurança (ACHS)

Website: www.achs.cl

Resultados: 40.000 empresas afiliadas à ACHS, 8.000 instituições de ensino e 10.000 adolescentes beneficiados pela divulgação do conhecimento através do manual; sensibilização e desenvolvimento entre um número significativo de empresários em uma cultura de prevenção e redução dos acidentes com adolescentes entre 15 e 17 anos, com a compreensão melhor dos seus direitos e deveres em relação ao emprego.

Contexto e objetivo:

Desenvolvida pela Associação Chilena de Segurança (ACHS), a empresa privada gestora do seguro social contra o risco de lesão, acidente e doença ocupacional propõe uma iniciativa que busca: promover o cumprimento por parte dos empregadores das condições de trabalho legais dos adolescentes entre 15 e 17 anos, prevenir acidentes e doenças que possam ocorrer com os adolescentes trabalhadores e conscientizar sobre a proteção dos direitos e responsabilidades deste público no Chile. A iniciativa Crescendo Protegido produziu e divulgou informações através de um Manual e de um portal na Internet para mobilizar os líderes empresariais de diferentes setores da economia chilena.

O projeto foi resultado de dois acordos nacionais: o de 2008, priorizando o trabalho infantil que foi assinado pelo Presidente do Chile, líderes empresariais chilenos, liderança sindical, Ministro do Trabalho e OIT; e a declaração conjunta da Confederação da Produção e Comércio (CPC) e o Ministério do Trabalho para promover as parcerias público-privadas na busca da erradicação do trabalho infantil. Após a assinatura de um acordo pela ACHS, em 2010, foi desenvolvido um Manual sobre a proteção de trabalhadores jovens, baseado na evidência de um número significativo de acidentes registrados nos Centros de Saúde e em parceria com Agência Innovacom (conteúdo e desenho), Confederação da Produção e Comércio (CPC), Acordo Global do Chile, Responsabilidade Social Corporativa Ação CSR, o Serviço Nacional da Juventude (SENAME) Escolas Técnicas da Sociedade Agrícola Nacional (SNA) e o Liceu de Técnicos da Sociedade de Fomento Industrial (SOFOFA).

Metodologia:

O Manual para a Proteção dos Adolescentes Trabalhadores tem 40.000 cópias disponíveis para os afiliados e o seu conteúdo apresenta o histórico do trabalho de adolescentes no Chile, as suas condições laborais, o contexto social, a estrutura legislativa para erradicar o trabalho infantil e criar as condições para a proteção dos adolescentes trabalhadores, o testemunho de 12 interessados sociais e da sociedade civil no Chile, indicações para os empregadores assegurarem boas condições de trabalho para os adolescentes, materiais de referência, além da lista de trabalhos considerados perigosos. A iniciativa distribuiu o manual impresso e no formato eletrônico e realiza reuniões de conscientização com os líderes empresariais. No portal on-line (<http://manualcrecerprotegido.achs.cl>) há explicações sobre como acessar e usar o manual, exemplos de como proteger os adolescentes trabalhadores, ações sugeridas e declarações de diversos interessados sobre a questão. Além disso, a ACHS desenvolveu uma estratégia para analisar os relatórios de acidentes apresentados pelos Centros de Saú-

de e que são enviados anualmente aos empregadores durante o dia internacional contra o trabalho infantil.

Para divulgar a informação e promover o acesso ao portal, um contato direto é feito com os adolescentes nas instituições de ensino (incluindo as escolas técnicas das associações empresariais). Pelo menos cinco escolas foram contatadas através de “transmissões em tempo real” permitindo uma interação e participação maior dos adolescentes em todo o país. Para reforçar a estratégia da promoção dos direitos e responsabilidades, a cada ano, no dia 12 de junho, durante o dia internacional contra o trabalho infantil, são enviadas às escolas mensagens educativas enfatizando os direitos e responsabilidades dos adolescentes e empregadores.

Desafios:

O número real de adolescentes trabalhadores relatados pelas empresas associadas à ACHS não batem com os dados fornecidos pelos escritórios da Fiscalização do Trabalho; não se desenvolveu ainda uma estratégia para caracterizar os adolescentes trabalhadores e a única informação disponível sobre eles consiste nos relatórios de acidentes feitos pelos Centros de Saúde da ACHS; limitação dos recursos técnicos e financeiros.

Lições aprendidas:

Os relatórios de análise e acompanhamento de acidentes entre adolescentes trabalhadores feitos pelos centros de saúde da ACHS tornaram visível a dimensão do problema e a urgência de se tomar as medidas para cuidar da questão; a comunicação direta entre empresários e adolescentes trabalhadores impulsiona a criação de uma cultura de proteção em relação ao emprego.

Próximos Passos:

Os principais fatores para continuar a iniciativa são a força institucional da ACHS, o seu elo estreito com a indústria, a decisão de manter uma estratégia de conscientização para reduzir os acidentes entre adolescentes trabalhadores e os objetivos dos planos estratégicos da ACHS. Foi fornecida, também, assistência técnica ao Paraguai para a adaptação e o desenvolvimento do Manual Crescendo Protegido naquele país. Para o futuro e para replicá-lo, é crucial ter informação sobre o perfil dos adolescentes trabalhadores, fortalecer a coordenação interagencial e inter-setorial e continuar a formação sobre prevenção e proteção.





EQUADOR

Rede de Empresas por um Equador Livre de Trabalho Infantil

Período de implantação: Desde 2012

Onde: Equador

Foco: Participação do setor privado.

Organização líder: Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil do Ministério de Relações Trabalhistas (MRL)

Website: <https://www.inductionone.com/redempresas/>
<http://trabajoinfantil.mrl.gob.ec:8081/infantil/>
http://www.unicef.org/ecuador/policy_rights_24886.htm

Resultados: Quinze empresas, dentre as 500 maiores do país, provenientes de diferentes setores produtivos que, com o apoio do Consórcio Equatoriano de Responsabilidade Social, CERES e da Rede do Pacto Global; 85% das empresas adotam políticas de Tolerância Zero ao trabalho infantil; 90% das empresas mapearam, junto aos seus principais colaboradores e fornecedores, estratégias para prevenir e erradicar o trabalho infantil; mais de 6.000

colaboradores, inclusive distribuidores e fornecedores, certificados em conhecimento da legislação e sensibilizados sobre os prejuízos do trabalho infantil.

Contexto e objetivo:

Em julho de 2012, com o apoio do UNICEF, o Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil do Ministério de Relações Trabalhistas (MRL) criou a Rede de Empresas por um Equador Livre de Trabalho Infantil, uma parceria público-privada em que as empresas participantes trabalham para incluir a erradicação do trabalho infantil entre seus objetivos e, principalmente, para levar essa abordagem para sua cadeia produtiva. Dessa maneira, conseguiram ter impacto em fornecedores, colaboradores, clientes e distribuidores sob um mesmo objetivo. As empresas parceiras da Rede se comprometem a dedicar esforços pontuais para o cumprimento de indicadores de gestão relacionados à prevenção e erradicação do trabalho infantil em suas cadeias e subcadeias produtivas. Dentre elas: desenvolver políticas corporativas e sistemas de gerenciamento que assegurem o cumprimento da legislação relacionada ao trabalho infantil e adolescente; conscientizar todos seus colaboradores e grupos de interesse a respeito de sua corresponsabilidade no tema; desenvolver ações de responsabilidade social dentro de seus territórios de influência que promovam a inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola; oferecer condições de trabalho decente a seus trabalhadores adultos, para melhorar as condições de vida de suas famílias e assim prevenir o trabalho infantil; elaborar relatórios de transparência sobre sua gestão que promovam boas práticas semelhantes em outras empresas.

Metodologia:

O modelo operacional da Rede de Empresas permite que se obtenham resultados quantificáveis por meio do efetivo cumprimento de indicadores que foram projetados de maneira participativa entre os parceiros da Rede. O objetivo é alcançar a prevenção e erradicação do trabalho infantil não apenas entre as empresas, mas principalmente em suas cadeias produtivas, o que possibilita que o impacto e o alcance da iniciativa seja muito maior. As empresas desenvolveram estratégias de responsabilidade social e várias aderem de forma voluntária ao Pacto Global das Nações Unidas. Esses elementos as motivam a promover “boas práticas” em termos de erradicação do trabalho infantil que não se restrinjam ao ambiente interno da empresa, mas que sejam transferidas ao longo da cadeia produtiva, tanto para trás, aos fornecedores, como para adiante, aos distribuidores, segundo o caso. Para o adequado funcionamento da Rede de Empresas, foram estabelecidos vários compromissos e indicadores, assim como o impacto esperado.

.....

O UNICEF e o MRL desempenham um papel de facilitadores na execução do modelo operacional. O UNICEF ofereceu assistência financeira e técnica, para a qual foi contratada uma consultora especializada em responsabilidade social que acompanha as empresas e oferece: apoio técnico para facilitar o cumprimento dos indicadores formulados e acompanhamento e monitoramento. Além disso, essas instituições desenham ferramentas de apoio para sensibilização sobre o tema e comunicação, de maneira a facilitar os processos de capacitação e sensibilização nas cadeias produtivas das empresas parceiras.

Todos os meses são realizadas oficinas da Rede de Empresas para informação sobre os avanços e articulação de estratégias. Nesse sentido, são desenvolvidas e compartilhadas com os parceiros da Rede iniciativas de remediação, a fim de trocar boas práticas associadas à erradicação do trabalho infantil.

Desafios:

A responsabilidade, compartilhada com Empresas e Estado no combate ao trabalho infantil no Equador, demanda esforços proporcionais, para o qual é fundamental estar permanentemente capacitado. Isso levou à criação de uma ferramenta de capacitação on-line, que permite às empresas obter sua certificação.

Lições aprendidas:

Numa articulação entre as empresas parceiras, foram geradas boas práticas e são desenvolvidas iniciativas de articulação entre os parceiros da Rede visando compartilhar essas boas práticas associadas à prevenção e a erradicação do trabalho infantil, bem como à remediação dos casos identificados.

Próximos passos:

Espera-se incorporação e o comprometimento de pelo menos 30 outras empresas com esse objetivo comum até 2014.



PAQUISTÃO

Códigos de conduta: Empregadores organizam a eliminação do trabalho infantil no setor informal

Período de implantação: 2010 - 2012

Onde: Paquistão

Foco: Engajamento do setor privado.

Organização líder: Federação de Empregadores do Paquistão

Website: www.efp.org.pk

Resultados: 15 associações distritais de empregadores nas províncias de Punjab e Sindh, em nove setores, assumiram o compromisso de acabar com o trabalho infantil no setor informal; as associações assinaram um código de conduta, desenvolvido por eles, cuja aplicação está sendo monitorada pela Federação de Empregadores do Paquistão, pelo governo distrital e pelas Unidades Provinciais do Trabalho Infantil; um trabalhador agora pode denunciar um caso ou a população pode fazer uma reclamação; os códigos de conduta oferecem ao governo distrital um mecanismo para responsabilizar os empregadores; a disseminação dos códigos pela mídia ajudou a envolver o público em geral no monitoramento; a Federação de Empregadores do Paquistão imprime e distribui os códigos de conduta para os empregadores

em outros bairros, com a meta de distribuí-los em todos os 104 distritos do país. Outros governos distritais e associações de empregadores já os utilizam.

Contexto e objetivo:

As crianças que trabalham nos setores informais do Paquistão, incluindo a agricultura, são normalmente muito maltratadas, muitas vezes submetidas a trabalho perigoso e forçadas a trabalhar em condições precárias a terríveis, ao mesmo tempo privadas de oportunidades, de educação e de treinamento. Essa realidade é um costume e, em muitos aspectos, um modo de vida aceito. Em um país como o Paquistão, onde grande parte dos empregadores nos setores informais tem baixa escolaridade, é provável que exista pouca consciência das leis que protegem as crianças. Além disso, em tal ambiente, muitos empregadores acreditam que empregar crianças é uma forma de proteção que as impede de passar fome e que, portanto, eles estão realmente ajudando. Foi devido a essa maneira de pensar, bem como a situação das crianças que trabalham, que foi criado o Projeto de Combate ao Trabalho Infantil Abusivo (CACL -II) da OIT (com financiamento da União Europeia de 2008 a 2013) em um distrito nas Províncias de Punjab e Sindh no Paquistão. Incluindo a criação de Unidades Provinciais do Trabalho Infantil, centros de educação não formal e avaliações rápidas no nível distrital, entre outras, o projeto focou em grupos de empregadores para mudar suas mentalidades.

Metodologia:

Trabalhando no Distrito de Sahiwal na Província de Punjab e no Distrito de Sukkur na Província de Sindh, o Projeto CACL-II adotou os resultados das avaliações rápidas realizadas nesses distritos para apontar os setores informais onde o trabalho infantil era proeminente, como em oficinas mecânicas, olarias e até fazendas.

- » A equipe do projeto e representantes da Federação organizaram reuniões de orientação grupal com os empregadores do setor informal. Estes foram encontros casuais com cerca de 30-50 membros por vez, em seus respectivos centros de negócios;
- » Empregadores-chave foram identificados por sua capacidade de influenciar outros empregadores depois de participar das oficinas de treinamento que foram organizadas em seguida;
- » Um representante da associação foi convidado a assinar um Memorando de Entendimento determinando que os empregadores cumpram as Convenções da OIT nº 138 e nº 182 e não empreguem qualquer criança menor de 14 anos em qualquer trabalho e

menores de 18 anos em trabalhos perigosos. Este foi considerado o primeiro passo para a colaboração. Nove memorandos de entendimento foram assinados entre uma associação privada e a Federação, com a assinatura de representantes do governo distrital e da OIT como testemunhas (que serviram como observadores do processo e da responsabilidade assumida);

- » Os principais empregadores, cujas associações assinaram o Memorando de Entendimento, foram incluídos em uma série de breves oficinas formais, realizadas à noite, com palestras técnicas sobre a legislação trabalhista, as Convenções da OIT, a Convenção sobre os Direitos da Criança e como melhorar as condições de segurança e saúde ocupacional no local de trabalho, riscos específicos, estresses psicológicos e o impacto de longo prazo sobre a saúde e bem-estar das crianças. As oficinas envolveram entre 40 e 50 empregadores por grupo. Funcionários do governo distrital também compareceram.
- » Um total de 30 empregadores, em especial uma aldeia produtora de algodão, ofereceram-se para transformar seu local de trabalho em um modelo, para demonstrar aos outros empregadores como cumprir com as leis e como tratar melhor as crianças (o processo está em curso, com apenas 15 concluídos até agora). Os empregadores que participaram das oficinas receberam um folheto simplificado para distribuição aos outros empregadores.
- » Cada empregador arcou com as despesas de renovação de seu local de trabalho. Especialistas em segurança e saúde ocupacional do Centro para a Melhoria das Condições e Ambiente de Trabalho (CIWCE) inspecionaram as 30 instalações e sugeriram melhorias de infraestrutura, como reparos na fiação elétrica ou no sistema de drenagem, acréscimo de ventilação ou janelas e mais iluminação, limpeza ou pintura das paredes. Os trabalhadores receberam equipamentos de proteção e segurança, e cartazes com diagramas explicativos foram colados nas paredes para referência rápida. No modelo da aldeia produtora de algodão, toda a comunidade, incluindo mulheres e crianças, foi orientada a utilizar métodos seguros em suas atividades agrícolas regulares. Durante a capacitação pós-intervenção, várias técnicas de avaliação rápida participativa, incluindo a dramatização, foram usadas para educar as comunidades de agricultores analfabetos sobre aspectos técnicos específicos, tais como lidar com fertilizantes, pesticidas e equipamento de proteção moderno.
- » O workshop final focou no desenvolvimento de um código de conduta para cada um dos nove setores escolhidos devido à prevalência do trabalho infantil. Durante as oficinas, o conteúdo foi detalhado, enquanto o grupo comentou e ofereceu contribuições. Nove consultas foram realizadas com os representantes dos trabalhadores de cada grupo para

finalizar o projeto e adaptá-lo ao seu setor. Os códigos finais foram então assinados pela respectiva associação de empregadores e pela Federação de Empregadores do Paquistão, com as autoridades do governo distrital e representantes da OIT como testemunhas.

- » Cada código contém fatos e terminologia básica, uma breve explicação de cada lei relevante e definições de trabalho infantil no Paquistão e, em seguida, uma descrição dos riscos para as crianças e jovens trabalhadores naquele setor em particular.
- » Em seguida, uma matriz apresenta uma descrição de cada tarefa normalmente realizada no local de trabalho em um determinado setor, os principais riscos envolvidos e diretrizes para o emprego de crianças e jovens trabalhadores para essa tarefa. O código termina com uma lista de verificação de medidas para avaliar se um local de trabalho está em conformidade com os requisitos legais e se está adaptado para crianças e jovens. Os empregadores são incentivados a permitir que os jovens trabalhadores preencham a lista.
- » A conformidade individual é verificada por cada associação e a Federação de Empregadores do Paquistão monitora a conformidade. O governo distrital está ciente dos compromissos e atua como monitor também. Se um empregador individual violar o código, cada associação tem seu próprio sistema de penalização.

Desafios:

O plano inicial para os códigos de conduta pretendia incluir um sistema de penalização dentro da associação. As associações, no entanto, estavam relutantes em concordar com esta abordagem. Foi feita uma mudança, e cada associação poderá decidir como lidar com as violações. Algumas escolheram contar com um sistema de alerta ao empregador, expulsando-o após três violações. Alguns optaram por uma punição em dinheiro, que seria usado para atividades previdenciárias da associação.

O público em geral e os empregadores do setor informal não estavam familiarizados com as leis trabalhistas do país. Foi um desafio conscientizá-los de suas obrigações legais. Os empregadores-chave, que depois alcançam outros empregadores e o público em geral, e a organização de encontros casuais, inicialmente à noite, ajudaram a superar esse desafio e aproximaram os empregadores do projeto, mudando suas atitudes.

Lições aprendidas:

É muito difícil mobilizar os empregadores do setor informal em um país com uma taxa de alfabetização menor que 50%. A maioria dos empregadores do setor informal não tem cons-

ciência das leis trabalhistas e dos compromissos internacionais. Mobilizá-los requer recursos, tempo e dinheiro.

A maioria, se não todos, os empregadores do setor informal precisam trabalhar todos os dias. Para alcançá-los com um projeto ou com a capacitação é preciso flexibilidade e disposição para realizar atividades em horários mais convenientes para eles, inclusive à noite.

Contar com empregadores influentes e alfabetizados ajuda a alcançar outros empregadores de forma mais célere e eficiente.

A resposta do público é fundamental, pois são os indivíduos que irão denunciar as violações. Quando há uma resposta pública, os sistemas são criados e utilizados. Há uma variedade de sistemas existentes, mas falta-lhes um público sensível e, portanto, essencialmente, estão inoperantes.

Próximas etapas:

O sucesso depende do compromisso das associações locais de empregadores e sua compreensão dos princípios de responsabilidade social corporativa. Durante a elaboração dos códigos de conduta, fez diferença envolver todos os parceiros, principalmente a Federação de Empregadores do Paquistão e as autoridades governamentais do distrito. Eles já estão conscientes dos compromissos que cada associação assumiu e se tornaram a espinha dorsal de um sistema de controle social. Além disso, o público tem que ser informado através do envolvimento da mídia. Quando as comunidades estiverem cientes de compromissos com a mudança, elas exercerão pressão para o cumprimento dos compromissos e assim se juntarão ao sistema de controle social.



Desenvolvimento de um Tear ergonômico apenas para adultos

Período de implantação: 2003-2006

Onde: Paquistão

Foco: Melhorar as condições de trabalho dos adultos para eliminar a exploração de crianças.

Organização líder: Centro para a Melhoria das Condições e do Ambiente de Trabalho (CIWCE), Departamento do Trabalho e Recursos Humanos, Governo de Punjab

Website: www.ciwce.org.pk www.clrc.org.pk

Resultados: O novo modelo de tear impede que crianças o consigam utilizar; o trabalho infantil foi reduzido nos domicílios dos 30 centros de trabalho modelo; todas as famílias que receberam o tear estão enviando seus filhos menores de 15 anos a um centro de educação não formal; cerca de 26.000 crianças trabalhadoras e seus irmãos foram matriculados em um centro de educação não formal; aumento de 30 a 50% da produtividade e dos rendimentos das famílias que participam nos 30 centros de trabalho modelo; os resultados dos 30 centros de trabalho modelo indicaram uma redução acentuada dos problemas de saúde dos adultos; os jovens com idade superior a 15 anos estão agora aprendendo o ofício em um ambiente de trabalho seguro e saudável; empresários que comercializam tapetes e organizações internacionais aprovaram o novo tear e estão explorando as possibilidades de propagação do modelo não só no Paquistão, mas em outros países onde a tecelagem de tapetes é realizada; mais de 700 centros de educação não formais foram criados em dez distritos de Punjab; o sucesso do projeto do tear ergonômico deu impulso para o combate ao trabalho infantil perigoso em outros setores, melhorando as condições de trabalho dos adultos e melhorando sua produtividade e saúde, como no caso da máquina altamente perigosa de corte de forragem; o CIWCE, que concebeu a ideia, recebeu o Prêmio de Tecnologia para Inovação Beneficiando a Humanidade, bem como o Grande Prêmio do Tech Museum of Innovation, em San Jose, Califórnia, EUA em 2005 (selecionado dentre 80 países e mais de 560 inovações), e há dois anos ganhou o Prêmio Presidencial, de 50.000 rúpias, por reconhecimento do seu trabalho.

Contexto e objetivo:

A confecção de tapetes à mão é um ofício antigo que atualmente garante a subsistência de milhões de pessoas em todo o Sul da Ásia e Ásia Central. No Paquistão, grande produtor destes tapetes, essa é uma fonte comum de renda para as famílias rurais. Há cerca de 300 mil teares no Paquistão - um terço deles na província de Punjab. Esses teares, no entanto, pouco

mudaram desde o século XVI, quando foram introduzidos no Sul da Ásia. Apesar de produzir belos tapetes, os teares de madeira são perigosos: os tecelões precisam se agachar ou sentar na ponta dos pés por longas horas, as tábuas de madeira onde ficam apoiados tendem a dobrar devido à umidade, tornando a postura dos tecelões ainda mais desconfortável. As hastes de madeira e um tubo de metal utilizado para mudar os fios da urdidura muitas vezes atingem o tecelão na cabeça ao entrar ou sair do tear. Durante o enrolamento do tapete acabado no rolete, a corrente de metal pesada que fixa o tapete por vezes arrebenta e atinge o tecelão na cabeça, dentes e rosto. Também, os teares normalmente são instalados em salas com pouca iluminação e ventilação. Depois de anos trabalhando nesta condição, muitos adultos sofrem problemas de saúde debilitantes e baixa produtividade. Como não conseguem permanecer muito tempo no tear, eles colocam seus filhos para trabalhar (tirando-os da escola ou nunca os matriculando) para que possam concluir as encomendas contratadas.

O envolvimento da OIT no setor de tapetes paquistanês remonta a 1995, no início do programa IPEC no país, que veio a pedido da então Associação de Fabricantes de Tapetes do Paquistão para responder à pressão dos consumidores internacionais com relação ao uso do trabalho infantil na confecção dos tapetes. O programa de ação resultante para combater o trabalho infantil na indústria de tapetes estabeleceu uma parceria público-privada multilateral exitosa, bem como a experimentação de estratégias de resposta multifacetadas, que desde então se tornaram uma prática comum. Atores-chave desta parceria incluíram o Departamento do Trabalho e Desenvolvimento de Recursos Humanos de Punjab, a Associação de Fabricantes e Exportadores de Tapetes do Paquistão, a ONG Bunyad (BLCC) e ILO- IPEC. A ação piloto na época foi baseada em resultados de avaliações rápidas e consultas. Em 2001, o Centro para a Melhoria das Condições de Trabalho e Meio Ambiente do Departamento do Trabalho e Recursos Humanos de Punjab (com financiamento da União Europeia através da OIT/IPEC) pesquisou as famílias tecelãs e descobriu que 80% da força de trabalho eram do sexo feminino e 60% (em 100.000) eram crianças. Enquanto 78% dos pais eram analfabetos, apenas 8% das crianças estavam matriculadas na escola. Outro estudo sobre as condições de saúde e segurança também realizado pelo CIWCE (com financiamento do Projeto Tapete da OIT/IPEC) constatou que os tecelões estavam sofrendo de problemas de saúde frequentes relacionadas a dores nos ossos e articulações, bem como doenças respiratórias devido à postura de trabalho ruim, longas horas de trabalho e um ambiente de trabalho prejudicial. A síndrome do túnel do carpo era generalizada entre os tecelões, e algumas crianças sofriam de deformidades ósseas devido à péssima postura de trabalho. Muitas das famílias tecelãs tinham dívidas. Com base em ambos os estudos, ficou claro que o formato do tear era a principal causa dos problemas

de saúde, da baixa produtividade e, portanto, um fator decisivo para que as crianças iniciassem o trabalho com a tecelagem ou frequentassem a escola.

Metodologia:

Como beneficiário de apoio técnico e subsídios da OIT/IPEC ao longo do período do projeto de cinco anos, o Centro para a Melhoria das Condições e do Ambiente de Trabalho focou ou na eliminação do trabalho infantil ou nas condições perigosas de certos locais de trabalho. Junto com a nova concepção inovadora de máquinas perigosas, o CIWCE criou postos de trabalho modelo em vários setores para melhorar as condições de segurança e proporcionar aos trabalhadores com idades entre 15 e 17 um ambiente seguro no qual possam aprender competências profissionais. Com base nas conclusões de alguns estudos sobre as famílias tecelãs, bem como nas condições de saúde e segurança, a equipe do CIWCE identificou o tear como parte central do problema, agravado por ser uma estrutura fixa em um ambiente familiar típico (empoeirado e escuro), e tratou de tornar o tear mais propício ao trabalho adulto:

- » O CIWCE desenvolveu uma proposta de financiamento para a OIT/IPEC para o desenvolvimento de um tear ergonômico, e um engenheiro foi contratado para trabalhar com a equipe técnica de segurança e saúde.
- » A equipe procurou os fabricantes de aço nos mercados locais e consultou os produtores no intuito de incentivá-los a apresentar uma proposta para fabricar o tear para o centro do governo e para incentivar a produção de longo prazo dos teares livremente no mercado como um novo negócio.
- » A equipe consultou tecelões, tanto em domicílios quanto em grandes fábricas, e começou a experimentar com modelos, testando e modificando-os repetidamente. O tear foi extensamente testado para verificar sua aceitabilidade por parte das famílias pobres e analfabetas.
- » Esta nova tecnologia substituiu o tear de madeira por um tear portátil com estrutura em tubos de aço, no qual os tecelões não tem que sentar-se no chão; em vez disso, eles se sentam em uma cadeira e podem até mesmo tecer em pé. Na verdade, a altura foi definida para o corpo de um adulto, o que dificulta o trabalho para as crianças. Descansos de pé e braço foram adicionados para que os tecelões possam esticar as costas enquanto trabalham. O tear é portátil e pode ser instalado em outros cômodos da casa para atender o conforto do tecelão. A haste de madeira para alterar o lado da urdidura foi substituída por uma engrenagem de bloqueio, eliminando a causa de lesões na cabeça. O

enrolamento com corrente para o tapete acabado foi substituído por um mecanismo de enrolamento que elimina a chance de lesões faciais durante a operação.

- » Depois de testes repetidos, 30 teares foram encomendados e testados em centros de trabalho modelo (tanto em casas quanto em fábricas) em três distritos. As famílias escolhidas foram recomendadas pelas comunidades e eram aqueles com crianças envolvidas na tecelagem, mas com os pais abertos a enviá-los para a escola.
- » Depois de instalar teares em 30 centros de trabalho (principalmente casas), a equipe do CIWCE informou os tecelões adultos e contratantes sobre as medidas de saúde e segurança necessárias, como melhorias na iluminação, ventilação natural e caiação das paredes para aumentar a iluminação. Eles foram apresentados ao novo tear e aos métodos práticos para reduzir os perigos. As famílias receberam máscaras contra poeira e capachos (que podem ser facilmente limpos com um pano úmido) e kits de primeiros socorros.
- » O Projeto Tapete da OIT/IPEC forneceu os teares, transferindo a posse pela primeira vez aos tecelões. Uma campanha informativa destinada às famílias tecelãs, contratantes e líderes comunitários foi realizada para conscientizá-los sobre os riscos de saúde e segurança para as crianças.
- » Uma ONG monitorou os locais de trabalho e a frequência escolar das crianças. Muitas das crianças, principalmente as meninas, nunca haviam frequentado a escola e foram matriculadas em um centro de educação não formal.
- » Um ano depois, a equipe do CIWCS realizou uma pesquisa de acompanhamento, contratando um médico para realizar o exame físico e análise dos incômodos e dores.
- » Encontros comunitários sobre o trabalho infantil perigoso foram organizados em áreas onde a tecelagem de tapetes é mais comum, durante os quais foram apresentados depoimentos em vídeo que ilustraram de forma tocante os impactos negativos sobre a saúde das crianças. Muitos pais tiraram seus filhos do trabalho de tecelagem após ouvir esses relatos dos impactos sobre a saúde.

Desafios:

A tecelagem de tapetes é em grande parte uma indústria familiar, e a introdução de uma nova máquina exige demonstrações e ações de sensibilização; as pessoas precisam ser convencidas de sua produtividade. No Paquistão, os postos de trabalho modelo demonstraram ao longo do tempo os impactos sobre a saúde e a melhoria da produtividade dos adultos; os

depoimentos dos tecelões sobre o aumento dos seus rendimentos e a redução dos problemas de saúde tiveram o maior impacto.

Muitos empregadores não entenderam a utilidade do novo tear e não estavam preocupados com problemas de saúde, ou melhor, preferiam acreditar que seus trabalhadores eram saudáveis. Os contratantes especialmente estavam ambivalentes sobre a questão das crianças tecelãs, dizendo que não era da sua responsabilidade que as famílias tivessem envolvido seus filhos na produção de tapetes. Eles não empregavam crianças, diziam eles. Eles acharam que o novo tear era uma sofisticação desnecessária. Os primeiros a adotar o novo tear na fabricação de tapetes foram aqueles com trabalhadores muito qualificados. Uma vez que o tear era instalado em uma aldeia, os vizinhos vinham assistir e conversar com os tecelões e ao ouvir sobre as melhorias no conforto e o aumento da renda, eles se convenciam. Eles começaram a fazer lobby por novos teares junto a seus contratantes. Depoimentos e vídeos de pessoas que usam o tear ajudaram a convencer os empregadores - eles foram convencidos inicialmente pelas melhorias na qualidade do produto final e, em seguida, pelas melhorias na saúde. Mas foi preciso demonstrar as melhorias - eles tinham que ver para acreditar.

Lições aprendidas:

É possível e oportuno modernizar projetos antigos, tecnologias antigas, tradições antigas. E isso pode ser feito sem muito investimento, aumentando a saúde e a produtividade dos tecelões.

No Paquistão altamente conservador (e em áreas de alto índice de analfabetismo), muitas pessoas preferem as velhas ideias, mesmo que elas sejam perigosas. A introdução de novidades exige uma mudança de mentalidade, o que foi alcançado demonstrando o benefício econômico: a taxa de produção superior (as melhorias de segurança não foram impressionantes o suficiente para muitos usuários). No fim das contas, o fator dinheiro superou o fator segurança. O fator dinheiro - o aumento da produtividade e da renda - deve ser enfatizado. Este continua a ser um desafio para muitos avanços tecnológicos.

A inclusão de produtores do mercado local nas fases de consultoria e pilotagem da iniciativa ajudou a gerar o sentimento de posse da mudança tecnológica no mercado local e incentivou a produção de longo prazo de inovações no mercado.

Existem muitos tipos de trabalho perigoso envolvendo adolescentes. No entanto, se os riscos puderem ser removidos com pequenas modificações, o trabalho pode facilmente tornar-se seguro, qualificado e legalmente aceitável e produtivo para aqueles com a idade legal para

trabalhar. Não há necessidade de fechar empresas - basta mudar de maneira organizada a forma como elas gerenciam o negócio, desestimular o emprego de crianças pequenas e incentivar os jovens a aprender habilidades tradicionais.

Próximos Passos:

O governo da província de Punjab está considerando alocar recursos de seu orçamento de desenvolvimento para estabelecer centros de trabalho modelo em cinco distritos para promover o tear entre os tecelões de tapetes e seus empregadores. Os principais beneficiários serão as mulheres tecelãs de famílias rurais pobres. O objetivo do projeto será avaliar o impacto econômico sobre a renda familiar e a produtividade e explorar a possibilidade de adoção em larga escala em cidades onde seria promovida a expansão da indústria de tapetes. A ideia permanece na prancheta porque se esperava que as famílias tecelãs ou contratantes ou exportadores contribuíssem 30% do custo do tear e, por enquanto, ninguém assumiu esse compromisso. Parte da dificuldade é que os exportadores não querem ser identificados como empregadores (potencialmente de crianças trabalhadoras), o que tecnicamente aconteceria se contribuíssem com os 30%. O maior problema é a situação do mercado; se isso melhorar, há muito potencial com o novo tear dentro e fora do Paquistão. Há muito interesse proveniente do Afeganistão, por exemplo.

Melhoria na produção de forragem e a proteção de milhões de jovens que trabalham na pecuária

Período de implantação: 2012 - 2013

Onde: Paquistão

Foco: Melhorar as condições de trabalho para os adultos para eliminar a exploração de crianças.

Organização líder: Centro para a Melhoria das Condições e do Ambiente de Trabalho (CIWCE), Departamento do Trabalho e Recursos Humanos, Governo de Punjab

Website: www.ciwce.org.pk www.clrc.org.pk

Resultados: Os agricultores facilmente enxergam o valor e demandam o novo modelo; uma variedade de associações têm promovido o seu uso entre os seus membros; a inovação tecnológica eliminou um grave risco enfrentado diariamente ao preparar o alimento para o gado; o Governo considera proibir a venda de qualquer máquina de corte de forragem sem proteção de segurança; o Governo apresentará um projeto de lei assim que a máquina toka esteja disponível no mercado nos próximos dois anos

Contexto e objetivo:

A recente investigação da OIT/IPEC sobre o efeito do trabalho sobre a saúde das crianças no Paquistão revelou que o emprego de crianças trabalhadoras em ocupações relacionadas com a agricultura (agricultura de culturas, produção de algodão, produção de palma e pecuária) em alguns aspectos parece mais seguro do que outras ocupações estudadas, mas não é, especialmente considerando seus dois riscos graves: envenenamento por pesticidas e ferimentos nos pés e mãos causados por máquinas. De acordo com o relatório da investigação em 10 setores de atividade, é particularmente preocupante o número de acidentes causados pela máquina de corte de forragem *toka*, resultando em um grande número de amputações. Apesar do corte de forragem ser uma atividade comum das famílias rurais e muitas crianças trabalharem com a máquina como parte de suas tarefas familiares, é uma prática típica de criadores comerciais (com mais de 10 búfalos) empregarem os rapazes e encarregá-los de preparar a forragem. Muitos casos foram documentados de crianças trabalhadoras que sofreram amputações relacionadas a máquinas de cortar forragem. Embora a legislação paquistanesa sobre o trabalho infantil proíba o emprego de crianças na *toka*, a fiscalização é fraca, de forma que crianças e adolescentes (meninos e meninas) operam regularmente essas máquinas, principalmente para ajudar nas tarefas familiares.

Metodologia:

Como beneficiário de apoio técnico e doações da OIT/IPEC nos últimos cinco anos, o Centro para a Melhoria das Condições e Ambiente de Trabalho concentra-se em eliminar o trabalho infantil, e para aqueles com idade legal para trabalhar, o foco é eliminar as condições perigosas dos locais de trabalho. Além da mudança inovadora no desenho de máquinas perigosas, o Centro criou centros de trabalho modelo em vários setores para melhorar as condições de segurança e proporcionar aos trabalhadores com idades entre 15 e 17 anos um ambiente seguro no qual possam aprender competências profissionais. Ciente dos perigos inerentes ao uso da máquina *toka*, em 2012, a equipe do CIWCE decidiu torná-la segura:

- » A equipe contratou um estudante de engenharia interessado em trabalhar voluntariamente com o CIWCE e que propôs componentes de segurança para modificar uma máquina existente;
- » A equipe então instalou cinco máquinas em centros de trabalho modelo, beneficiando cerca de 50 trabalhadores. As novas condições de segurança incluíram uma cerca de arame ao redor da máquina para impedir a aproximação excessiva enquanto a máquina estivesse em operação;
- » A máquina foi apresentada ao governo provincial, com pedidos de financiamento para promovê-la junto ao público. Considerando que a maioria dos funcionários do governo veio de áreas rurais, foi fácil para eles entenderem a necessidade. As máquinas serão distribuídas para as fazendas-modelo criadas através do departamento de agricultura para ensinar técnicas de diversificação de cultivos e outras inovações e, além disso, que funcionam como um local de treinamento para alcançar o maior número possível de pessoas.
- » A equipe do CIWCE continua a organizar seminários para os empregadores e proprietários de máquinas para demonstrar a tecnologia segura e incentivar a substituição das máquinas perigosas, que um dia serão ilegais. A equipe também promove a tecnologia, através de jornais, televisão, folhetos e campanhas locais, usando imagens de jovens trabalhadores com o braço ou a mão amputada.
- » Para incentivar os maiores fabricantes de máquinas tradicionais a produzir o modelo mais seguro, o CIWCE ofereceu divulgar a participação dos fabricantes e orientar os consumidores para o produto (ainda em fase de discussão). O CIWCE realizou pelo menos dez seminários de SST nos dois distritos do projeto com as associações de empregadores, que assinaram os códigos de conduta na agricultura, assumindo o compromisso de não usar o trabalho infantil. O CIWCE também realizou uma campanha de

sensibilização sobre estas máquinas e outros perigos, com a participação dos meios de comunicação locais.

Desafios:

O principal desafio foi manter a modificação de segurança simples, mas completamente segura; havia uma tendência a torná-la sofisticada, quando tal nível de complexidade não era necessário ou não seria prático. Os desenhistas mantiveram um padrão de simplicidade e continuaram a trabalhar com os usuários até que todos estavam certos de ter chegado a uma solução simples e segura.

A maioria dos agricultores quer evitar o perigo representado pela máquina antiga, então convencê-los do valor do novo modelo foi fácil. Nos bolsões onde os agricultores são analfabetos, o desafio maior foi alcançá-los com informações para efetuar a mudança de mentalidade. Além disso, oferecer a opção alternativa dos componentes de segurança, em vez de exigir que os agricultores comprem uma máquina mais cara, ajudou a efetuar a mudança. Uma vez que a primeira onda de alterações estiver concluída, é provável que outros sejam persuadidos.

Lições aprendidas:

A remoção de riscos que afetam crianças e adolescentes, e até adultos, dos locais de trabalho pode ser simples e até barato. Tornar os locais de trabalho seguros pode eliminar os riscos sem a necessidade de remover os adolescentes em idade legal de trabalhar do emprego, o que lhes proporciona a oportunidade de aprender habilidades profissionais como aprendizes.

Próximos passos:

A lei que proíbe a venda da máquina de corte de forragem sem elementos de segurança seria uma medida legal positiva, mas a fiscalização precisa ser robusta para garantir a adoção generalizada da nova máquina, bem como, provavelmente, a substituição ou a modificação das máquinas perigosas.

A demanda dos consumidores certamente irá sustentar a produção e compra de máquinas mais seguras, mas isso exige informar os consumidores de que existem opções baratas. Muitas pessoas não sabem que têm opções.



GLOBAL

Plataforma de trabalho infantil - Pacto Global

Período de implantação: Desde 2010

Onde: Global

Foco: Mobilização do setor privado.

Organização líder: Pacto Global da ONU

Website: <http://www.unglobalcompact.org/>

Resultados: Cerca de 30 empresas dos setores de cacau, algodão/vestuário, mineração e turismo participaram do grupo de trabalho da Plataforma de Trabalho Infantil; nove boas práticas foram identificadas e descritas; elaborada uma publicação abrangente com práticas empresariais e principais lições aprendidas no âmbito da Plataforma de Trabalho Infantil em seu primeiro ano - inspirada pelos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas; recomendações para aquisições públicas desenvolvidas em estreita colaboração com CSR Netherlands e Stop Child Labour Campaign (Campanha pelo Fim do Trabalho Infantil).

Contexto e objetivo:

A Plataforma de Trabalho Infantil foi criada em 2010, após a Conferência Global sobre o Trabalho Infantil de maio de 2010, em Haia, como resultado do compromisso assumido pelo governo holandês de facilitar o compartilhamento de boas práticas e o uso das experiências combinadas de empresas de vários setores que foram declarados no Roteiro Global para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil até 2016, como componentes-chave para o progresso acelerado rumo aos objetivos estabelecidos.

A Plataforma é um fórum multi-setorial e de múltiplos atores para o compartilhamento de experiências e lições aprendidas na eliminação do trabalho infantil, especialmente na cadeia de fornecimento. Ela oferece treinamento e capacitação, ligação com iniciativas locais e globais contra o trabalho infantil e promoção de ações práticas que podem fazer a diferença nas comunidades afetadas.

Por solicitação do governo holandês, a Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH) coordenou a criação e o primeiro ano da Plataforma de Trabalho Infantil. Como uma iniciativa do Grupo de Trabalho sobre o Trabalho do Pacto Global das Nações Unidas, a plataforma foi presidida conjuntamente pela Confederação Sindical Internacional (CSI), Organização Internacional de Empregadores (OIE) e coordenado pela OIT e pelo Escritório do Pacto Global.

Em outubro de 2010, o Comitê Gestor da Plataforma de Trabalho Infantil formulou os quatro objetivos gerais para a Plataforma, a saber:

1. Identificar 10 boas práticas para a redução e eliminação do trabalho infantil (em princípio, duas em cada um dos cinco setores de foco) e torná-las disponíveis para a comunidade em geral através do site do Pacto Global das Nações Unidas.
2. Colher experiências e aprender com a implementação de boas práticas por 50 empresas participantes em cinco setores.
3. Formular, por setor, diretrizes práticas para negócios, investimentos e contratos sociais com base nas boas práticas identificadas e na experiência combinada das partes interessadas, dentro e fora da plataforma de trabalho infantil.
4. Estimular a implementação dessas diretrizes nas compras governamentais e pelo setor financeiro.

Metodologia:

Para orientar as atividades dos Grupos de Trabalho da Plataforma, a IDH desenvolveu uma abordagem de quatro etapas, começando com uma análise rápida das práticas dos partici-

pantes, aprendizagem entre pares em oficinas dos Grupos de Trabalho, desenvolvimento de boas práticas, e uma publicação final. Uma boa prática foi identificada em relação a cada um dos nove elementos dos 'UN Guiding Principles for Business and Human Rights' (Princípios Orientadores das Nações Unidas para Empresas e Direitos Humanos), de John Ruggie, o que permitiu que as boas práticas fossem aplicáveis em diversos setores (representados dentro e fora da Plataforma de Trabalho Infantil). As seguintes boas práticas foram desenvolvidas:

1. Política contra o trabalho infantil apoiada por diretrizes operacionais.
2. Treinamento sob medida para funcionários-chave.
3. Construção de relacionamentos com fornecedores de primeiro nível: apoio aos fornecedores e estratégias de relacionamento com os fornecedores.
4. Acompanhamento do desempenho dos fornecedores: envolvimento das partes interessadas internas e externas.
5. Ação colaborativa para abordar os níveis mais baixos na cadeia de fornecimento.
6. Combinação de canais não judiciais e judiciais para abordar os casos de trabalho infantil.
7. Quando o trabalho infantil é encontrado: uma abordagem de enfrentamento com base no engajamento de fornecedores, agentes locais e pessoas afetadas.
8. Criação de parcerias para abordar as causas fundamentais do trabalho infantil.
9. Comunicação sobre os avanços e desafios.

As nove boas práticas foram desenvolvidas com o auxílio de dois especialistas em direitos humanos. Foi feita uma pesquisa rápida com 17 empresas, 12 empresas participantes foram entrevistadas e várias oficinas sobre o conteúdo das boas práticas realizadas.

Foram desenvolvidas orientações práticas para negócios, investimentos e contratos públicos com base nas lições aprendidas na plataforma e fora dela. Além disso, os principais pontos de interesse e principais lições aprendidas com as discussões na Plataforma de Trabalho Infantil foram consolidados em uma Cartilha. Com base nas boas práticas e na cartilha, diretrizes práticas para contratos sociais foram desenvolvidas em cooperação com a campanha Stop Child Labour, da Hivos.

Para estimular a implementação das lições aprendidas no primeiro ano da Plataforma de Trabalho Infantil, a Cartilha e outros documentos da Plataforma de Trabalho Infantil foram divulgados para um grande público, inclusive através de uma série de fóruns da iniciativa IDH, como o Con-

gresso Internacional de Gestão de Fornecimento em Amsterdam, em 16 de dezembro de 2011; a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas em Berlin, em nove de março de 2012; e a Conferência do Pacto Global na Holanda e Alemanha em Arnhem, em 25 de abril de 2012.

Além disso, outros parceiros também passaram a usar a cartilha e outros documentos da Plataforma de Trabalho Infantil em sua comunicação. A campanha Stop Child Labour, por exemplo, irá usar a cartilha e as diretrizes práticas para licitações públicas no âmbito de sua rede e em oficinas e seminários organizados para seus parceiros e potenciais novos parceiros. A empresa de fundos de pensões APG irá usar na sua rede o estudo de interpretação da cartilha em um contexto financeiro, como um documento de discussão, estimulando a reflexão e discussão sobre o tema.

Desafios: A Plataforma de Trabalho Infantil foi originalmente criada como uma plataforma de negócios com elementos de múltiplas partes interessadas. Nos estágios iniciais da Plataforma de Trabalho Infantil, foi muito importante obter o compromisso e criar um ambiente “seguro” para as empresas para que pudessem discutir o sensível tema do trabalho infantil. Depois de duas reuniões iniciais, outras partes interessadas (ONGs, sindicatos, peritos) foram convidadas a participar também.

Lições aprendidas: A condição mais importante para o sucesso foi o apoio ativo de parceiros de negócios e outros interessados na plataforma e suas contribuições com experiências e boas práticas no combate ao trabalho infantil, tornando esta informação disponível e acessível a outras empresas. Além disso, o grupo de trabalho precisou ser capaz de engajar autoridade e confiança entre as partes interessadas para que assumam um compromisso com a prevenção e eliminação do trabalho infantil.

Próximos passos: Em abril de 2012, a Plataforma de Trabalho Infantil (CLP) foi transferida para a Organização Internacional de Empregadores (OIE) e a Confederação Sindical Internacional (CSI). A expectativa para o futuro próximo é que a Plataforma ofereça treinamento e ferramentas para as empresas associadas para ajudá-las a enfrentar e prevenir o trabalho infantil, de acordo com suas respectivas obrigações e responsabilidades sociais corporativas. A Plataforma também oferecerá oportunidades para que as empresas trabalhem em conjunto e em colaboração com a OIT e o Pacto Global das Nações Unidas em diversos países e comunidades para abordar a questão do trabalho infantil, com foco explícito na educação de qualidade, para promover uma transição escola-trabalho adequada e produtiva e em prol do desenvolvimento da comunidade. A Plataforma também irá identificar obstáculos que as empresas enfrentam na implementação do Princípio 5 do Pacto Global: as empresas devem apoiar a abolição efetiva do trabalho infantil. Isto com base nos princípios das Convenções da OIT sobre o trabalho infantil, gerando soluções práticas e, se for o caso, conjuntas.



Boas Práticas
Combate ao Trabalho Infantil no Mundo



POLÍTICAS PÚBLICAS

302

AFRICA

Tanzânia..... 302

Zimbábue..... 305

Malawi..... 309

312

AMÉRICAS

República Dominicana..... 312

Argentina..... 315

México..... 319

325

ÁSIA

Quirguistão..... 325



TANZÂNIA

Sistema de monitoramento do trabalho infantil

Período de implantação: 2004

Onde: Tanzânia

Foco: Fortalecimento e descentralização das políticas e do sistema de monitoramento do trabalho infantil.

Organização líder: Ministério do Trabalho e Emprego

Website: www.kazi.go.tz

E-mail: ps@kazi.go.tz

Resultados: Plano de Ação Nacional (National Action Plan - NAP) e Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil (Child Labour Monitoring System-CLMS) para a eliminação das piores formas de trabalho infantil; alocação do orçamento público iniciada no distrito de Urambo para promover o acesso de crianças vulneráveis às escolas secundárias e centros de formação profissional.

Contexto e objetivo:

Antes do início do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), no distrito de Urambo na região de Tabora, na Tanzânia, não havia um sistema de monitoramento do trabalho infantil (CLMS). Como parte das atividades iniciais do projeto, o CLMS foi implantado em 2004 com o propósito de identificar crianças e adolescentes envolvidas com o trabalho infantil e oferecer a elas serviços educacionais. O Projeto IPEC, em colaboração com os parceiros tripartites, criou uma estrutura para o monitoramento do trabalho infantil, formando o primeiro Comitê Local de Trabalho Infantil (Village Child Labour Committee- VCLC), Subcomitê Distrital de Trabalho Infantil (District Child Labour Sub-Committee - DCLSC), Coordenador Distrital de Trabalho Infantil, Coordenador Nacional de Trabalho Infantil (National Child Labour Coordinator - NCLC) e o Comitê Nacional de Coordenação Inter-Setorial (National Inter-setorial Coordination Committee - NISCC), com representação de diversos atores-chave de diferentes ministérios.

Metodologia:

As ações foram conduzidas tanto no nível local, quanto nacional. Em nível local, os atores-chave nos distritos do governo foram informados a respeito do CLMS, pesquisadores foram treinados e outros indicadores foram identificados para que integrassem o CLMS no banco de dados do governo local. Membros do VCLC no distrito de Urambo participaram da observação trimestral das fazendas de tabaco, com o objetivo de identificar crianças envolvidas em trabalho infantil. Após a identificação, as crianças foram retiradas do trabalho pelo VCLC, em colaboração com agências executoras e com o conselho distrital, e encaminhadas para os centros de formação profissional no distrito de Urambo e região de Tabora para inserção educacional apropriada. Cópias das informações sobre as crianças trabalhadoras também foram submetidas ao escritório do Coordenador Distrital de Trabalho Infantil para documentação e análise.

Desafios:

Vários componentes do NAP ainda precisam ser integrados, em nível distrital ou nacional, às políticas de outros ministérios, além do Ministério do Trabalho. É preciso garantir a alocação de recursos de outros ministérios, como o Ministério da Educação, o Ministério da Administração Local e o Ministério da Fazenda.

Lições aprendidas:

Percebeu-se que alguns membros dos Comitês Locais de Trabalho Infantil (VCLCs) não eram muito eficazes no monitoramento das atividades de trabalho infantil em suas respectivas áreas. Além disso, foi observado que havia uma grande demanda por incentivos por parte de alguns dos VCLCs, o que foi um fator determinante para a participação dos VCLCs no sistema de monitoramento do trabalho infantil (CLMS) do programa. Estes fatores, portanto, precisam ser levados em consideração em futuras iniciativas e é preciso explorar formas alternativas de oferta de capacitação, treinamento, habilidades, ferramentas e equipamentos de coleta de dados para a integração e ampliação do CLMS.

As lições aprendidas também demonstram a importância de assegurar uma articulação forte e regular entre os níveis distrital e nacional de governo para promover uma coordenação, monitoramento e acompanhamento adequados em diferentes níveis de governo.

Próximos passos:

Em termos da implementação do Plano de Ação Nacional (NAP), alguns elementos da integração do NAP estão em curso através de várias intervenções de trabalho infantil em 16 dos 128 distritos. Esses elementos incluem a alocação de recursos para as intervenções contra o trabalho infantil nesses distritos, a criação de sistemas distritais de banco de dados sobre vulnerabilidades de modo a incorporar o CLMS nos planos de desenvolvimento locais, a adoção de estatuto social abrangendo a eliminação do trabalho infantil e o estabelecimento de DCLCs e sua representação nas Equipes de Gestão dos Conselhos Distritais. Existe um potencial para integrar rapidamente o CLMS em instituições locais de governança, como resultado do esforço do governo para acelerar o processo de descentralização, através da capacitação institucional para operações do governo local.

Na Tanzânia, a eliminação do trabalho infantil é atualmente a terceira prioridade do Programa Nacional de Trabalho Decente (Decent Work Country Programme - DWCP) e também é destaque tanto na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento e Redução da Pobreza (MKUKUTA) quanto na Estratégia para a Redução da Pobreza (MKUZA). Qualquer iniciativa nacional futura será incluída no âmbito do Eixo III e funcionará dentro das estruturas e ações governamentais existentes. O apoio técnico será oferecido pelo Escritório da OIT em Dar es Salaam. A principal contrapartida para o Projeto serão as unidades de trabalho infantil no Ministério do Trabalho no continente e no Ministério do Trabalho em Zanzibar. Os avanços do Projeto serão reportados ao Comitê Nacional de Coordenação Intersectorial (NISCC), que é o órgão de coordenação do governo nacional para o trabalho infantil.



ZIMBÁBUE

Coalizão contra o trabalho infantil no Zimbábue (CACLAZ)

Período de implantação: Desde 2005

Onde: Zimbábue

Foco: Mobilização social e educação contra o trabalho infantil.

Organização líder: Coalition Against Child Labour in Zimbabwe - CACLAZ (Coalizão Contra o Trabalho Infantil no Zimbábue)

Website: http://www.kubatana.net/html/setors/coaOO2.asp?setor=LAB&year=2008&range_start=1

E-mail: caclaz@yahoo.com

Resultados: Aumento da conscientização e sentimento de posse na comunidade; 350 crianças reintegradas na escola.

Contexto e objetivo:

De acordo com um relatório da UNICEF de 2010, 13% das crianças do Zimbábue estão envolvidas com trabalho infantil, definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como atividades mentalmente, fisicamente, socialmente ou moralmente prejudiciais para as crian-

ças e que prejudicam sua escolarização. A Lei do Trabalho do Zimbábue proíbe a contratação de pessoas menores de 18 anos para realização de trabalhos perigosos e a Lei da Criança criminaliza a exploração de crianças no trabalho. No entanto, um estudo sobre o trabalho infantil no Zimbábue realizado pelo Ministério do Trabalho em conjunto com parceiros locais e internacionais, incluindo a OIT e a UNICEF, lançado em junho de 2011, concluiu que “a incidência das piores formas de trabalho infantil está em ascensão e é motivo de preocupação.” O relatório identificou a pobreza como o principal fator para a exploração de crianças, juntamente com “a ruptura da unidade familiar devido ao HIV e AIDS, bem como a inadequação do sistema de prestação de serviços sociais.”

De acordo com a UNICEF, dos 1,3 milhão de órfãos no Zimbábue, cerca de 100.000 vivem por conta própria em famílias chefiadas por crianças. Muitas dessas crianças são forçadas a deixar a escola e encontrar trabalho como vendedores de rua ou trabalhar em fazendas de tabaco, plantações de chá e açúcar e em minas a fim de sustentar os irmãos mais novos. As condições para as crianças que trabalham em fazendas são “particularmente difíceis”, de acordo com o relatório, as crianças são muitas vezes expostas a intempéries, produtos químicos perigosos e o uso de máquinas pesadas. O costume do casamento precoce também resulta em taxas elevadas de abandono escolar entre as meninas, muitas vezes como efeito do trabalho que passa a exercer na casa do marido. A Coalizão contra o Trabalho Infantil no Zimbábue (CACLAZ) foi criada em 2005 por sindicatos e uma organização de direitos da criança para iniciar uma abordagem coordenada para lidar com os problemas do trabalho infantil e da baixa frequência escolar.

Metodologia:

A CACLAZ foi formada para apoiar politicamente e promover a conscientização das questões do trabalho infantil na agenda nacional do Zimbábue. O Zimbábue, através da CACLAZ, está trabalhando para a eliminação do trabalho infantil através do conceito de Zona Livre do Trabalho Infantil. Desde 2007, a CACLAZ vem combatendo o trabalho infantil nas comunidades selecionadas para as Zonas Livres do Trabalho Infantil (Child Labour Free Zones - CLFZ). Em 2010, a CACLAZ fez parte de uma missão internacional de organizações de diferentes países africanos para a Índia, que incluiu Zimbábue, Uganda, Quênia, Gana, Etiópia e Marrocos, na qual estas organizações tiveram a oportunidade de ver e aprender com exemplos concretos da implementação exitosa da abordagem territorial contra o trabalho infantil.

Os elementos-chave do conceito de CLFZ no Zimbabwe se concentram em torno do seguinte:

- » Centros de Incubação: como campos de transição ou campos de curto prazo (6-18 meses). Ex-trabalhadores infantis, que ficaram fora do sistema escolar formal por períodos prolongados, recebem apoio antes de serem reintegrados ao sistema de educação formal.
- » Desenvolvimento da infraestrutura escolar: a comunidade é mobilizada para a construção de salas de aula para substituir as salas precárias, consequentemente melhorando o ambiente escolar.
- » Assistência para o pagamento de mensalidades e uniforme escolar: parcerias estratégicas com organizações que apoiam crianças de famílias pobres, especialmente os órfãos do HIV/AIDS, a pagar as mensalidades escolares e comprar uniformes, bem como mobilizar a comunidade para liberar recursos para apoiar as crianças.
- » Investimento em capital social: conscientizar a comunidade através de Comitês de Desenvolvimento Escolar, Comitês Tutelares de Proteção à Criança, Comitês Escolares de Proteção à Criança e Clubes Escolares de Aconselhamento.
- » Campanha contra o casamento precoce: parceria com a Unidade Policial de Apoio às Vítimas para fazer cumprir a proibição legal do casamento precoce (e exploração infantil) e incentivo às escolas para que monitorem a presença de crianças em risco e denunciem os casos de casamento precoce à polícia.
- » Acesso a documentação: assistência às crianças na CLFZ que ainda não possuem documentos de certidão de nascimento para obtê-los.

Desafios:

A infraestrutura limitada das escolas é um desincentivo para que os pais reintegrem seus filhos na escola e para que bons professores venham para o distrito. Na tentativa de superar esse desafio, a CACLAZ mobilizou a comunidade para construir melhores salas de aula. A comunidade, por sua vez, assumiu a causa e forneceu coletivamente os materiais de construção e a mão de obra necessária para a construção das salas.

Lições aprendidas:

A estrutura da coalizão tem sido um dos fatores-chave para o sucesso e a força da CLFZ. Os membros complementam os esforços uns dos outros, e o arranjo tripartite do Sindicato dos Professores Progressistas do Zimbábue (Progressive Teachers' Union of Zimbabwe - PTUZ), do Sindicato Geral dos Trabalhadores Agrícolas e de Plantações do Zimbábue (General Agricultural Plantation Workers Union of Zimbabwe (GAPWUZ) e da Rede Africana para a

Prevenção e Proteção contra o Abuso e Negligência de Crianças (African Network for the Prevention and Protection against Child Abuse and Neglect - ANPPCAN) tem garantido o desempenho da coalizão e o impacto do programa.

Próximos passos:

Dando prosseguimento à fase piloto do programa, a CACLAZ pretende expandir as atividades, com o objetivo de reintegrar 1.000 crianças na escola até o final de 2014.



MALAWI

Boas Práticas Emergentes do Projeto IPEC - SNAP no Malawi

Período de implantação: Desde 2012

Onde: Malawi

Foco: Mobilização social, apoio estrutural para fortalecer políticas públicas integradas.

Organização líder: Governo do Malawi

Website: <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/features/malawi/lang--en/index.htm>

Resultados: Boas práticas e lições aprendidas identificadas em nove áreas estratégicas do Projeto da OIT - IPEC de Apoio ao Plano de Ação Nacional de Combate ao Trabalho Infantil em Malawi (SNAP), incluindo o Plano de Ação Nacional para o Malawi; abordagem territorial integrada para eliminar o trabalho infantil; fortalecimento de ações locais dos sistemas comunitários de monitoramento do trabalho infantil (CLMS) e programas de infraestrutura comunitária (PIC 's); regulamentação comunitária e prestação de serviços nas intervenções; foco no setor informal através de organizações de trabalhadores e estruturas de mercado; e visitas de intercâmbio.

Contexto e objetivo:

Os esforços do Programa Internacional da OIT, para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), para resolver questões de trabalho infantil no Malawi começaram em 2000. Incluíram apoio para a retirada e reabilitação de crianças da agricultura comercial (2000-2005) e o desenvolvimento de um Plano Nacional de Ação para combater o trabalho infantil (2005-2008). O Plano visava integrar o combate ao trabalho infantil em todos os setores e implantar projetos de ação direta no nível distrital e comunitário para testar modelos de prevenção e retirada das crianças do trabalho infantil por meio da capacitação institucional, treinamento profissionalizante, integração escolar e reforço da segurança alimentar das famílias. A implementação do SNAP Malawi (2009-2012) tentou consolidar e expandir esses esforços anteriores. O objetivo geral de desenvolvimento do projeto foi contribuir para a eliminação das piores formas de trabalho infantil no Malawi e consistentemente ajudar o país a atingir a meta global do IPEC de erradicação do trabalho infantil através do desenvolvimento e implementação de Planos de Ação Nacionais (PAN) de combate ao trabalho infantil. Além disso, o Projeto SNAP Malawi procurou melhorar a base de conhecimento sobre o trabalho infantil no país, institucionalizar modelos de intervenção que rendessem boas práticas no nível nacional e deslocar o foco dos setores-alvo do trabalho infantil para uma abordagem territorial mais integrada (ATI).

Em linha com o foco estratégico do projeto SNAP no Malawi, o objetivo geral da documentação das boas práticas emergentes do Projeto SNAP Malawi foi: 1) compartilhar o conhecimento gerado a partir de lições aprendidas e boas práticas e usá-lo como base para a elaboração de novos projetos ou na próxima fase de um projeto; 2) melhorar a base de conhecimento sobre trabalho infantil no Malawi e criar modelos de boas práticas para estabelecer as bases e os custos para criação de zonas livres de trabalho infantil que possam ser replicadas e ampliadas em todo o país.

Metodologia:

A metodologia e escopo na documentação das boas práticas emergentes envolveu análise de documentos relevantes, consultas com a Equipe de Gerenciamento de Projetos e Parceiros de Implementação, visitas de campo a Parceiros de Implementação selecionados, consultas durante as principais reuniões e apresentação de boas práticas para as partes interessadas. Vários elementos independentes, incluindo: (i) justificativa e/ou tema para a boa prática; (ii) antecedentes do projeto no qual a boa prática surgiu; (iii) realizações e resultados das boas práticas; (iv) lições a serem tiradas da implementação das boas práticas formaram a base para a identificação e apresentação das boas práticas emergentes.

Desafios:

A configuração dos sistemas de monitoramento e a organização das comunidades e do setor informal através do CLMS é um avanço promissor em termos de aumentar o acesso a crianças trabalhadoras que de outra forma ficariam ocultas, e melhorar o ambiente para as crianças empregadas no setor informal. No entanto, o desenvolvimento de um sistema de monitoramento no setor informal como parte do CLMS nacional requer incentivos duradouros além de programas de duração limitada, executados por organizações de trabalhadores e empregadores.

Lições aprendidas:

Intervenções na área do trabalho infantil não ocorrem a partir do nada e se tornam mais eficazes quando constituídas sobre bases já existentes para melhoria e aprendizado contínuos.

Para criar um marco de mecanismos adequados de coordenação, leis e políticas que produzam uma mudança positiva na percepção do público sobre as necessidades e direitos das crianças, Planos de Ação Nacionais (PAN) devem ser integrados nas políticas nacionais de desenvolvimento e elaborados através de processos consultivos, com abordagens participativas, multidisciplinares e transparentes, envolvendo as principais partes interessadas em todos os níveis de governo (ou seja, níveis municipal/distrital, estadual e nacional).

O trabalho infantil é consequência de um quadro mais amplo e que exige abordagens holísticas no nível nacional, internacional, bem como no nível das famílias e comunidades para criar e garantir uma mudança sustentável que atenda os melhores interesses das crianças.

Com relação aos Sistemas de Monitoramento do Trabalho Infantil (CLMS), o estudo demonstra que as funções de inspeção para garantir a conformidade com a lei devem ser separadas do monitoramento das funções de planejamento, para que a Unidade de Planejamento do Ministério responsável tenha espaço adequado para promover os CLMS.

O estudo também mostra que as visitas de intercâmbio foram positivas em termos das operações das estruturas distritais e comunitárias e dos parceiros para tratar das questões de desenvolvimento, incluindo a sustentabilidade das estruturas, através de planos distritais e comitês e o envolvimento das comunidades e seus líderes.

Próximos passos:

A expectativa é que, além do Projeto SNAP Malawi, futuros programas e atores na área de combate ao trabalho infantil em Malawi se beneficiem destas práticas.



REPÚBLICA DOMINICANA

Comitês Locais, Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em nível municipal e provincial: Uma Junta Local

Período de implantação: Desde 2005

Onde: República Dominicana

Foco: Fortalecimento das estruturas de gestão pública para integrar a luta contra o trabalho infantil nas políticas públicas em nível local.

Organização líder: Ministério do Trabalho

Website: www.set.gov.do

Resultados: criação de 43 Comitês Locais, Provinciais e de gestão Municipal que reportam ao Comitê Diretivo Nacional para Combater o Trabalho Infantil para coordenar políticas públicas e acelerar as ações de prevenção e eliminação do trabalho infantil e suas piores formas; proteção dos trabalhadores adolescentes; maior descentralização da agenda nacional contra o trabalho infantil e de proteção do trabalho dos adolescentes; realização de trabalho conjunto entre os representantes locais de instituições e setores diferentes para lidar com o problema; estabelecimento de uma dinâmica local nos comitês com base no reconhecimento do contexto local; maior consistência dentro da estrutura de política, entre diferentes setores e níveis de gestão.

Contexto e objetivo:

O governo da República Dominicana, em 2005, através do Comitê Diretivo Nacional para Combater o Trabalho Infantil, estabeleceu o Comitê Provincial e Local para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em todas as províncias e municípios do país onde houvesse uma representação do Ministério do Trabalho Local. O objetivo era coordenar as políticas públicas e engajar as instituições locais em diferentes níveis de gestão numa agenda abrangente de prevenção e erradicação do trabalho infantil e suas piores formas e, além disso, de proteção dos trabalhadores adolescentes. A iniciativa se desenvolveu em parceria entre Comitê Diretivo Nacional para Combater o Trabalho Infantil, representantes governamentais, empregadores, trabalhadores, organizações da sociedade civil, OIT e UNICEF.

Metodologia:

Os comitês locais são órgãos de gestão e integração dentro do território nacional para lidar com o trabalho infantil e são, também, uma plataforma para administrar o Plano Estratégico Nacional para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil entre 2006 e 2016. Do mesmo modo, ficou estabelecido que os programas de transferência condicional de renda e os recursos de apoio às escolas estariam ligados às políticas sociais para meninas, crianças, jovens trabalhadores e suas famílias. Os comitês deverão desenvolver, então, um Plano de Ação que responda aos compromissos do país, baseados no Roteiro para tornar a República Dominicana um país Livre do Trabalho Infantil e das suas Piores Formas até 2016, o Plano Estratégico Nacional para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil de 2006 a 2016, o Plano de Ação contra o Abuso e Exploração Sexual de Menores, nas áreas de prevenção, proteção e atenção, além da eliminação do trabalho infantil. Os comitês são liderados pelo representante local do Ministério do Trabalho, que envolve outros departamentos, incluindo fiscalização e serviços de atenção e proteção social. As suas ações são tecnicamente coordenadas e monitoradas pela Unidade Contra o Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho. A unidade, por sua vez, se conecta à fiscalização, a qual identifica as crianças e os adolescentes em situação de trabalho e suas famílias, os quais são encaminhados para os serviços de atenção e proteção social.

Desafios:

Limitação de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura nas instituições governamentais, tanto em nível nacional como local; debilidade no posicionamento institucional das partes interessadas nos contextos locais; implicações da apropriação local para as principais ações para prevenir e eliminar o trabalho infantil.

Lições aprendidas:

A existência de estrutura regulatória não assegura uma oferta de serviços e ações de acordo com a magnitude do problema; as políticas locais oferecem oportunidades para fortalecer as estratégias nacionais uma vez que as ações se relacionam às condições dos contextos locais; o trabalho coletivo envolve aprender a se engajar e a construir consenso.

Próximos Passos:

O governo continuará fortalecendo os comitês locais para dar consistência às políticas públicas existentes nos diferentes níveis de gestão. Encorajará também a criação dos novos comitês nos territórios nos quais ainda não foram formalizados e monitorará os processos para apoiar a sustentabilidade dos Comitês.



ARGENTINA

Trabalho não é coisa de criança

Período de implantação: Desde 2011

País: Argentina

Principal área de atuação: Integração das políticas públicas para combater o trabalho infantil

Organização líder: Ministério do Trabalho e da Segurança Social e Comissão Provincial para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (COPRETI) da Província de Santa Fé

Website: http://www.santafe.gov.ar/index.php/plan_estrategico_provincial

Resultados: 500 crianças de 0 a 5 anos de idade, filhas de trabalhadores rurais temporários e/ou pertencentes à agricultura familiar das zonas produtivas beneficiadas pela iniciativa; inclusão dos irmãos mais velhos das crianças ligadas à iniciativa.

Contexto e objetivo:

A prevenção e erradicação do trabalho infantil e das piores formas de trabalho adolescente é um dos objetivos prioritários da Agenda de Trabalho Decente da província de Santa Fé. A Província de Santa Fé adotou a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

que entende o trabalho infantil como “toda atividade econômica e/ou estratégia de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por crianças abaixo da idade mínima de admissão ao emprego ou trabalho, ou que não concluíram a escolarização obrigatória ou que não têm 18 anos, em se tratando de trabalho perigoso”. Na província de Santa Fé, a Lei nº 12.967/2009 de Promoção e Proteção Integral dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes fornece um amplo arcabouço de direitos para crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos. A lei também reconhece formalmente seus direitos e define critérios e modos de ação a serem adotados pelo governo provincial, em conformidade com o modelo de proteção integral de direitos. Nesse arcabouço insere-se o funcionamento da Comissão Provincial para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, (CoPreTi), formada por vários órgãos governamentais provinciais e municipais, associações sindicais, empresas e câmaras comerciais, bem como por diferentes organizações não governamentais (ONG) que atuam na área do trabalho infantil. Essa Comissão é a única do seu gênero no país a ter natureza quadripartite, uma vez que incorpora as ONG que atuam na área, o que lhe confere maior dinamismo e um olhar mais amplo na hora de tomar decisões.

Para assegurar um melhor funcionamento e atendendo realidades completamente diferentes, a Comissão trabalha por meio de duas subcomissões: trabalho infantil urbano e trabalho infantil rural. Nesse sentido, o Governo da Província de Santa Fé promove o desenvolvimento de políticas públicas de geração de emprego e de fortalecimento familiar que objetivam garantir o direito à educação e ao desenvolvimento integral de meninos e meninas como eixo articulador para a erradicação do trabalho infantil e adolescente.

Metodologia:

O levantamento permitiu iniciar a definição de prioridades e espaços relevantes em que persistem as situações de trabalho infantil (TI), inclusive o doméstico através de indicadores precisos e observáveis (indicadores de trabalho, sociais, produtivos, educacionais ou do sistema de saúde). Nesse caminho, a abordagem integral para a proteção da infância em regiões agrícolas ocorre por meio da modalidade de Centros de Cuidado Infantil (CCI).

A proteção da primeira infância segue um cronograma de planejamento baseado nos princípios de: acesso à saúde (equipe médica, enfermagem, nutricionista, pediatra, assistente social, psicólogo), sala de repouso (os CCI são equipados com berços e camas para todas as crianças, organizados de forma setorizada), recreação e lazer (todos os CCI oferecem atividades lúdicas diariamente) e cuidados com o corpo e higiene (as mães cuidadoras abordam particularmente questões relativas aos cuidados com o próprio corpo e as atividades regulares de

higiene pessoal). Nos CCI que oferecem assistência escolar ou programas de segundo tempo, assistentes de sala de aula desenvolvem espaços de leitura e escrita e ajudam as crianças a fazerem o dever de casa que trazem das instituições educacionais vinculadas.

Assim, o objetivo geral do programa é contribuir para a erradicação do Trabalho Infantil Doméstico em regiões agrícolas com demanda de mão de obra intensiva e familiar em torno do cultivo de algodão, açúcar, morango, cenoura, batata, bem como em aterros sanitários na Província de Santa Fé e em setores de atividade rural com mão de obra intensiva informal. Cada CCI foi pensado e projetado como uma ferramenta focalizada no território abordado. Sua intervenção de abordagem integral compreende um plano de incidência, que consiste na definição de uma série de componentes ou passos que contribuem para a identificação e definição dos problemas, objetivos, ações e recursos necessários para promover determinada mudança nas políticas públicas. Geralmente, o plano se materializa em um documento que ilustra o processo de mudança que se busca promover e que permite focar e priorizar o tempo, os conhecimentos e os recursos disponíveis. Além disso, a noção de cuidado social significa entender o cuidado em termos de organização social e permite complementar a análise dos aspectos microssociais com um exame do papel das políticas sociais na regulação das relações, atividades e responsabilidades ligadas ao cuidado, bem como a forma como tais estratégias se organizam.

Desafios:

Consolidar a articulação intragovernamental (em nível de província, município e comunidades) e nacional para uma eficaz implementação das estratégias de Erradicação do Trabalho Infantil. Sustentar e aprofundar os espaços de diálogo social entre governo, capital e trabalho em conjunturas de médio e prazo para a erradicação do trabalho infantil.

Lições aprendidas:

Vale enfatizar a abordagem de direitos aplicada à noção de cuidado infantil. Em linhas gerais, a abordagem de direitos se baseia na consideração do marco conceitual dos direitos humanos, entendendo que este oferece um sistema coerente de princípios que pode ser aplicado às políticas de desenvolvimento. Essa abordagem também pressupõe não se restringir às mulheres, mas sim um reconhecimento de todos enquanto cidadãos. Nesse sentido, significa promover a integralidade e a universalidade do cuidado infantil. Implica entender o cuidado infantil como uma preocupação central das sociedades, que não se resolve apenas gerando uma maior oferta de cuidado – embora isso seja indispensável –, mas universalizando a res-



ponsabilidade, a obrigação e os recursos necessários ao cuidado. Obviamente, isso implicará importantes mudanças culturais na maneira como se entende a divisão sexual do trabalho e a própria organização do mundo do trabalho.

Assim como a abordagem de direitos, a do cuidado infantil se baseia na noção de cidadania e da obrigação do Estado de fazer valer os direitos, somando a necessidade do envolvimento e a participação da sociedade. Portanto, a noção de integração de serviços sociais parte do reconhecimento de que satisfazer um direito sem que as demais necessidades sejam atendidas pode comprometer sua eficácia e sustentabilidade.

Essa noção se insere em um paradigma de proteção que vai além da velha discussão entre políticas universais e focalizadas, harmonizando as aspirações de desenvolvimento humano, justiça e igualdade, partindo da obrigação de que toda a população goze de certos níveis de bem-estar socialmente definidos.

Próximos passos:

Dentre os próximos passos da iniciativa, destacam-se a prestação de contas para proporcionar aos principais doadores e tomadores de decisão uma medida concreta do progresso e das conquistas alcançadas em relação aos resultados e impactos projetados. Além disso, o apoio ao gerenciamento operacional que retroalimenta a implementação dos projetos e programas da organização, o apoio à gestão estratégica, fornecendo informação sobre potenciais oportunidades futuras e sobre as estratégias que devem ser ajustadas, a criação de conhecimento sobre as estratégias que geralmente funcionam sob diferentes contextos e facilitam o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no futuro e, finalmente, o domínio que aumenta as destrezas de planejamento estratégico dos participantes, entre os quais poderia haver pessoal do programa ou outros interessados (entre eles, os beneficiários).



MÉXICO

Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades PDHO

Período de implantação: Desde 1997

Onde: México

Foco: Políticas integradas de assistência social, educação e saúde para famílias vulneráveis à exploração da mão de obra de suas crianças.

Organização líder: *Coordinación Nacional del Programa de Desarrollo Humano Oportunidades* (Coordenação Nacional do Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades)

Website: <http://www.oportunidades.gob.mx/Portal/>
<http://evaluacion.oportunidades.gob.mx:8010/es/index.php>

Resultados: Queda de mais de 17,4% no número de crianças (meninos) que abandonavam o primário, como resultado do Programa Oportunidades na zona rural; os jovens beneficiários rurais de 15 a 19 anos acumularam em média um ano a mais de escolaridade em comparação com os não-beneficiários, ao longo dos 6 anos de exposição ao Programa: 14% em todas as séries concluídas; maior probabilidade de ingressar no ensino médio na zona rural: meninas de

12 e 13 anos, 32,5% e 25,7%; meninos de 12 a 14 anos, 41,5% e 32,9%; aumento de 24% no número de matrículas no ensino médio na zona rural: 28,7% para meninas e 15,7% para meninos; 85% de aumento na taxa de matrícula no primeiro ano do ensino médio superior na zona rural e 10,1% na zona urbana; queda de aproximadamente 40% na participação no mercado de trabalho de meninos de 12 e 13 anos de idade provenientes de famílias rurais beneficiárias; probabilidade de trabalhar 35% e 29% menos para jovens de 16 e de 20 anos no momento da medição (ano 2003, correspondente a 10 e 14 anos de idade em 1997) entre as famílias que participaram do Programa desde o início em comparação com não-beneficiários; queda na desigualdade entre mulheres e homens, passando de 83 mulheres inscritas em escolas secundárias rurais por 100 homens para até 96 mulheres por 100 homens inscritos no período de 2002-2003.

Contexto e objetivo:

A crise econômica de 1994-1995 agravou a situação de pobreza e desigualdade que já existia no México. O país enfrentava uma crise econômica que impossibilitava que os recursos públicos fossem aplicados em grande medida nas políticas sociais e contava com instrumentos de combate à pobreza que à época se mostraram altamente ineficazes, especialmente os subsídios para alimentos. Cerca de um em cada cinco mexicanos vivia em situação de extrema pobreza e o panorama sugeria que no curto prazo a população nessa condição aumentaria e se agravaria a situação daqueles já atingidos por esse fenômeno, estimulando a reprodução de um ciclo intergeracional de pobreza. A situação descrita para 1995 demandou a elaboração de políticas em dois sentidos: em primeiro lugar, buscar a estabilidade econômica e, em segundo, formular novas políticas sociais e reformular as existentes visando melhorar a condição de vida de milhões de famílias mexicanas que se encontravam em situação de pobreza. É neste cenário onde começou a análise que levaria à criação do *Programa de Educación, Salud y Alimentación* (Programa de Educação, Saúde e Alimentação, PROGRESA), hoje Programa Oportunidades.

Atualmente, o Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades (PDHO) tem como objetivo: “Contribuir para romper com o ciclo intergeracional da pobreza, desenvolvendo as capacidades de educação, saúde e nutrição das famílias beneficiárias do Programa Oportunidades.” O Programa objetiva que as famílias beneficiárias em condição de pobreza desenvolvam suas capacidades de educação, saúde e nutrição. Isso seria atingido por meio uma série de ações e estratégias, quais sejam:

- » Concessão de assistência educacional cada vez maior no ensino básico, médio e médio superior às crianças e jovens das famílias beneficiárias, a fim de estimular uma regularidade na escola, e, conseqüentemente, a conclusão desses níveis;

- » Assegurar às famílias beneficiárias o acesso ao *Paquete Básico Garantizado de Salud* (Pacote Básico Garantido de Saúde) a fim de estimular, entre todos os seus integrantes, o uso dos serviços preventivos de saúde, os cuidados à própria saúde e os relacionados com a nutrição;
- » Proporcionar assistência às famílias beneficiárias para melhorar a alimentação e a nutrição de todos os seus integrantes, destacando-se as populações mais vulneráveis, como crianças, gestantes e lactantes;
- » Promover o compromisso com os objetivos do Programa e a participação ativa de todos os integrantes das famílias beneficiárias por meio do cumprimento das responsabilidades associadas às intervenções do Programa.

Metodologia:

Entre 1995 e 1997, foi desenvolvido um intenso trabalho de pesquisa sobre o contexto da pobreza no país e de formulação da estratégia mais adequada para desenvolver os instrumentos para combater a pobreza. No estado de Campeche foi implementado um programa-piloto para testar a nova estratégia de combate à pobreza, que apresentou resultados animadores. Foram analisadas questões como: a identificação e seleção das famílias beneficiárias, como seriam repassados os recursos às famílias (transferências monetárias ou não-monetárias) e o valor desses subsídios. As principais diretrizes operacionais para o desenvolvimento das ações do Programa Oportunidades são:

1. Identificação das famílias beneficiárias: com uma avaliação de suas condições socioeconômicas, dividida em duas etapas: i) seleção de localidades, principalmente de áreas marginalizadas; e ii) identificação de cada uma das residências, o que implica uma avaliação individual por meio de um sistema de pontuação.
2. Características dos subsídios:
 - a. Componente educação: matrícula, permanência e assistência regular no ensino primário, médio e médio superior dos filhos das famílias beneficiárias; bolsas de educação e subsídios para aquisição de materiais escolares; para os bolsistas do ensino médio superior, concessão de um incentivo monetário.
 - b. Componente saúde: Pacote Básico Garantido de Saúde, que constitui um benefício irredutível baseado nas Cartillas Nacionales de Salud (Cadernetas Nacionais de Saúde), variando de acordo com a idade, o sexo e o evento na vida de cada pessoa; melhor nutrição da população beneficiária, especialmente para prevenir e combater

a desnutrição entre mulheres grávidas e lactantes; promover e melhorar os cuidados com a própria saúde por meio de campanhas informativas sobre saúde, priorizando a educação alimentar nutricional, a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

c. Componente alimentação: subsídios em dinheiro repassados diretamente todos os meses às famílias beneficiárias para contribuir para a melhoria da quantidade, da qualidade e da diversidade de sua alimentação; entrega mensal ou bimestral de suplementos alimentares a gestantes e lactantes.

3. Pagamento de subsídios em dinheiro: O pagamento bimestral de auxílio em dinheiro através do sistema bancário (bancos e caixas de poupança etc.) por meio de depósito em conta pessoal.
4. Corresponsabilidade das famílias beneficiárias: os principais pré-requisitos para que as famílias recebam o auxílio monetário são:
 - a. Matricular os menores de 18 anos no ensino primário, médio e médio superior.
 - b. Todos os integrantes da família beneficiária devem comparecer às consultas programadas nos serviços de saúde, inclusive idosos.
5. Formação dos Comitês de Promoção Comunitária: trata-se das instâncias de organização social das titulares beneficiárias do Programa. São formadas pelas palavras de Educação, Saúde, Nutrição e Vigilância, eleitas entre as próprias titulares. As palavras contribuem para o estabelecimento de um vínculo entre as famílias beneficiárias e o pessoal dos serviços de saúde, de educação e da Coordenação Nacional, de maneira a canalizar suas solicitações e sugestões e fortalecer as ações de nutrição, controle social e transparência do Programa.

O Modelo de Acompanhamento Operacional acordado conjuntamente com os Setores de Saúde e Educação e aprovado pelo Comitê Técnico da Coordenação Nacional permite a obtenção de informação detalhada sobre o estado da operação. Os dados subsidiam a tomada de decisões e a detecção de desvios operacionais, bem como para implementar ações de aperfeiçoamento contínuo dos processos operacionais do Programa através da geração e análise de indicadores.

Outro elemento muito pertinente em matéria de avaliação e monitoramento é a Matriz de Indicadores, que se insere no sistema de avaliação do desempenho dirigido pela SHCP. Na Matriz de Indicadores ou do Marco Lógico estão agregados os indicadores que resumem os principais processos, atividades e resultados esperados de programas ou projetos. Os valores desses indicadores-chave são informados com uma frequência de medição bimestral, trimestral, se-

mestral, anual ou quinquenal, dependendo da natureza do dado e da fonte das informações, que pode ser interna, como o próprio cadastro de beneficiários no caso do Progres-Oportunidades, ou externa, como o censo populacional ou a pesquisa domiciliar ENIGH.

A avaliação dos efeitos em longo prazo do Programa Oportunidades é feita por meio de avaliações externas, por empresas de consultoria e instituições acadêmicas tanto públicas como privadas, nacionais e internacionais, e suas constatações são utilizadas para fazer as mudanças necessárias de maneira a aumentar sua efetividade.

Desafios:

À medida que a idade dos destinatários do apoio educativo aumenta, torna-se mais difícil mantê-los na escola, já que é a bolsa não compete com um salário, devido às necessidades econômicas dos lares beneficiários do PDHO.

Lições aprendidas:

O programa confirma a importância da formalização da coordenação interinstitucional, de se garantir a cobertura dos serviços para atender a população-alvo da intervenção, de se zelar pela qualidade dos serviços prestados, do desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação anteriormente à implementação da intervenção, de se assegurar o orçamento anual do programa a fim de que a intervenção possa se sustentar pelo tempo necessário e gerar impactos de médio prazo nas condições de vida da população atendida, e do desenvolvimento de um arcabouço normativo que dê transparência e legalidade aos processos e ações da intervenção.

Próximos passos:

O Programa Oportunidades conta com o consenso das diversas forças políticas representadas na Câmara dos Deputados, que vêm aprovando ano após ano os recursos e as metas de cobertura do programa. Especificamente, alguns dos fatores que ajudam a explicar as perspectivas de sustentabilidade do programa são:

- » Geração de informação em abundância e de fácil acesso;
- » Elaboração de Diretrizes operacionais/Regras de operação detalhadas e estrita observância dessas diretrizes e regras, particularmente no que se refere à seleção de beneficiários;



- » Processo de engajamento do Congresso, fornecendo informações para que tenham um maior conhecimento da operação do programa e da execução dos seus recursos financeiros;
- » Avaliação externa do impacto, que gera subsídios para um processo decisório mais sólido e objetivo, bem como evidências a respeito da consecução dos objetivos;
- » Não vinculação do Programa a atividades políticas ou partidárias;
- » Suspensão do pagamento dos subsídios no período anterior às eleições federais ou estaduais.



QUIRGUISTÃO

Usando um estudo sobre o estado de saúde de trabalhadores infantis para influenciar a política

Período de implantação: 2006 -2007

Onde: Quirguistão

Foco: Processos de monitoramento de dados de saúde para fortalecimento das políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

Organização líder: Ministério da Saúde do Governo do Quirguistão

Website: <http://www.med.kg/>

Resultados: 400 crianças com idades entre 10 e 16 anos e suas famílias alcançadas por campanhas de sensibilização; base de conhecimento sobre o trabalho infantil fortalecida, com dados precisos sobre os perigos e riscos para a saúde das crianças no trabalho agrícola; exames médicos regulares de crianças que trabalham realizados pelo Ministério da Saúde em mercados municipais; dois documentários de 15 minutos sobre o trabalho infantil na agricultura e o trabalho infantil na economia informal; reuniões com os pais em todas as escolas realizadas pelo Ministério da Educação para informar sobre os riscos que as crianças enfrentam no trabalho e o valor da educação.

Contexto e objetivo:

A pobreza continua sendo uma das principais causas do trabalho infantil no Quirguistão. A maioria das crianças envolvidas no trabalho infantil são trabalhadores familiares não remunerados nas áreas rurais do país. O Quirguistão depende muito da agricultura, produzindo tabaco, algodão, milho, arroz, batatas e legumes. A parte sul do Quirguistão, incluindo as regiões de Osh, Jalalabad e Batken, é a principal área de produção de tabaco no país. Além do trabalho agrícola, as crianças do Quirguistão também estão envolvidas na mineração de carvão e ouro e na criação de gado.

Muitas crianças que trabalham na agricultura estão expostas às piores formas de trabalho infantil (PFTI). Elas estão sujeitas a uma série de riscos, como carregar fardos pesados, ficar expostas a pesticidas e fertilizantes perigosos e utilizar ferramentas perigosas. Nos campos de tabaco, muitas crianças estão envolvidas na pulverização, secagem e classificação do tabaco.

A fim de impulsionar politicamente a eliminação do trabalho infantil, a obtenção de dados confiáveis sobre as condições e os perigos que as crianças que trabalham enfrentam é um componente importante. A existência de tais informações estabelece as bases para a mobilização dos formuladores de políticas, bem como do público em geral.

O Programa de Ação “O estado de saúde e a reabilitação de crianças que trabalham nos campos de tabaco, arroz e algodão nas regiões de Osh e Jalalabat” visa reforçar a base de conhecimentos sobre o trabalho infantil perigoso, através da produção de dados confiáveis sobre os perigos e riscos do trabalho infantil na agricultura, particularmente, em plantações de algodão, arroz e tabaco, com base em (1) um exame médico das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras; (2) avaliação das condições de higiene do trabalho; e (3) uma campanha de sensibilização entre famílias, crianças e público em geral sobre o trabalho infantil perigoso na agricultura.

Metodologia:

Em cooperação com o Ministério da Saúde e suas subdivisões locais, a ONG Positive Help realizou exames médicos e de higiene em 300 crianças trabalhadoras que trabalham em plantações de algodão, arroz e tabaco. Além disso, a avaliação abrangeu 100 crianças que não trabalham como grupo controle para comparar os resultados.

O estudo fortaleceu a base de conhecimento sobre o trabalho infantil e proveu dados precisos sobre os perigos e riscos do trabalho agrícola para a saúde das crianças. O estudo também ajudou a examinar mais precisamente a relação entre a exposição das crianças aos riscos do trabalho e a ocorrência de acidentes de trabalho. A informação recebida foi um

elemento crucial para as campanhas de sensibilização que ocorreram depois dos exames. O estudo permitiu obter um perfil dos riscos ocupacionais para as crianças e avaliar as diferenças de gênero em relação a esses riscos, ajudando os formuladores de políticas a justificar a priorização dessa questão.

Os resultados do estudo foram apresentados aos membros do Conselho de Coordenação sobre o Trabalho Infantil, que é chefiado pelo Vice Primeiro Ministro. Dois documentários de 15 minutos sobre o trabalho infantil na agricultura e o trabalho infantil na economia informal foram produzidos com base nos resultados dos exames. Os documentários focaram nos riscos e perigos que as crianças enfrentam em diferentes tipos de atividade nas plantações de algodão, tabaco e arroz, e mostrou as diferenças no estado de saúde de crianças trabalhadoras e não trabalhadoras. Os documentários têm sido amplamente utilizados durante diferentes eventos de capacitação e sensibilização.

Eventos de sensibilização foram organizados como parte do Programa de Ação, abrangendo 400 crianças com idades entre 10 e 16 anos das regiões de Osh e Jalal-Abad e suas famílias. A forma interativa das reuniões, utilizando resultados dos exames médicos e materiais áudio visuais sobre as diferenças entre a situação de saúde das crianças que trabalham e que não trabalham, representou um avanço significativo para a promoção da participação ativa das crianças na luta contra o trabalho infantil. O problema foi posteriormente levantado e discutido em debates escolares com a participação de pais e membros da comunidade local.

Além disso, os resultados das avaliações médicas e de higiene das crianças que trabalham na agricultura serviram como um meio de justificativa para o desenvolvimento de uma lista nacional de tipos de trabalhos perigosos.

Desafios:

Um dos principais desafios é a sensibilização sobre o trabalho infantil para promover uma ação entre os principais interessados. Ao produzir e disseminar dados nacionais, a abordagem desta iniciativa provou ser notadamente mais eficiente do que tentativas anteriores de sensibilização com a ajuda de dados e números de outros países.

Lições aprendidas:

Avaliações, tais como as realizadas no âmbito desta iniciativa, criam um bom ponto inicial para um amplo número de intervenções destinadas a combater o trabalho infantil.

Próximos passos:

A expectativa é de que a prática de realização de avaliações médicas e higiênicas abrangentes será posteriormente replicada em outros setores, em nível nacional, já que essas avaliações criam um bom ponto de entrada para uma ampla série de intervenções destinadas a combater o trabalho infantil.



Boas Práticas
Combate ao Trabalho Infantil no Mundo

POVOS INDÍGENAS

330 AMERICA

Guatemala	330
Panamá	337
Paraguai	341



GUATEMALA

Os Meus direitos são importantes - NUYATALIL (idioma K'iché) WOKLENA (idioma Mam)

Período de implantação: 2010-2013

Onde: Guatemala

Foco: Educação para atuar com trabalho infantil em comunidades indígenas.

Organização líder: Catholic Relief Services (CRS)

Website: www.crsespanol.org

Website: www.nuyatalilwoklena.org

Resultados: retirada de mais de 6.300 meninos e meninas do trabalho; prevenção do envolvimento com o trabalho de mais de 3.000 crianças e adolescentes; capacitação de mais de 500 professores e professoras em 180 escolas; conhecimento transmitido a supervisores da área de educação de seis departamentos da Guatemala, bem como a autoridades educacionais do governo federal; 180 pessoas que fizeram parte do curso de Direitos da Infância e o Trabalho Infantil, de seis meses de duração, com o reconhecimento acadêmico da Universidade de San Carlos de Guatemala.

Contexto e objetivos:

A Pesquisa de Condições de Vida (ENCOVI) de 2006 identificou, na Guatemala, 966.000 adolescentes (meninos e meninas) submetidos ao trabalho. Totonicapan e San Marcos são os departamentos com a maior concentração de população maia, com os índices mais altos de pobreza extrema, desnutrição, marginalização de serviços, abandono escolar, repetência e idade escolar acima da média. Além disso, são responsáveis pelo maior número de crianças que trabalham. O primeiro idioma das famílias não é o castelhano e muitas delas migram procurando trabalho em outras regiões do país ou nos Estados Unidos. Este movimento migratório causa ruptura familiar, famílias monoparentais a cargo unicamente da mãe, ausência ou deserção da escola e movimento econômico dentro do setor informal, o que implica na incorporação das crianças na ajuda da geração de renda para a subsistência familiar. Muitos meninos e meninas se ausentam das escolas porque os conteúdos que são ministrados não lhes fornecem as ferramentas para sobreviverem, não estão disponíveis em seu idioma materno ou não satisfazem as suas necessidades imediatas. Por outro lado, a escolarização em castelhano também desvaloriza e retira o mérito dos ensinamentos tradicionais da cultura maia, gerando discriminação e promovendo a baixa autoestima em crianças e adolescentes. O projeto busca construir regiões livres de trabalho infantil, capacitando e comprometendo os atores locais na aplicação dos direitos da infância e adotando ações corretivas concretas.

Metodologia:

Primeiramente, trabalhou-se com a comunidade educacional de escolas públicas e, a seguir, trabalhou-se com as mães e os pais nos idiomas locais (k'iche e Mam) e com formas apropriadas para o tratamento dos temas. A seguir, os 120 colaboradores realizaram visitas domiciliares à maioria das famílias, buscando abordar o assunto com o objetivo de educar, tratar e corrigir os filhos e filhas. Em seguida, foram abordadas autoridades do Governo, em nível central e local, para a coordenação de ações conjuntas em planos, programas e políticas para o atendimento das crianças trabalhadoras. Finalmente, abordou-se o tema com agentes de comunicação social de rádio e televisão locais, com autoridades e instituições organizadas e dirigidas pela população maia, tais como as rádios comunitárias, o Conselho Nacional de Educação Maia (CNEM), a Fundação Rigoberta Menchú, a Extensão da Universidade Estatal e outros grupos para a construção de alianças e estabelecimento de processos de apropriação local.

Foi dada atenção educacional à metodologia em algumas instituições: Escola Rural Ativa, Educação Maia Bilingue Intercultural, Curso Supletivo para a População Acima da Idade Escolar, Espaços para Crescer, Formação Técnica Vocacional. A metodolo-

gia está apoiada na formação de meninos e meninas, tutores, diretores de escolas e pais e mães de família organizados em Sistemas de Alerta Prévio. Esta ação educacional busca tornar útil e atrativa a aprendizagem na escola para que as crianças não a abandonem. Todas as ações educacionais foram acompanhadas por uma campanha de rádio e televisão, com mensagens nos idiomas K'iche e Mam, cartazes e pôsteres nas escolas, tendas e locais públicos, tudo através de pintura em murais, caminhadas, desfiles e carreatas nos dias de feira municipal.

Foi estabelecida uma Unidade de Monitoramento com o registro de 16.000 meninos, meninas e adolescentes trabalhadores, com as suas documentações completas – certidões de nascimento, comprovantes de matrícula nas escolas, autorização de mães e pais para participarem do projeto, registros acadêmicos, tipo de atividade trabalhista e número de horas que a criança se dedica a ele –, bem como as visitas domiciliares recebidas, os acordos estabelecidos com os encarregados da criança e as ações de seguimento recomendadas.

Desafios:

- » A aceitação do projeto em nível escolar e por parte das comunidades onde houve trabalho;
- » A dificuldade das famílias de retirarem os seus filhos de tarefas identificadas como trabalho infantil;
- » As greves dos professores que suspenderam aulas, os conflitos sociais locais contra o Governo Central, além de fenômenos climáticos como a Tempestade Agatha, ocorrida em maio de 2010;
- » As ações repressivas por parte da autoridade central contra velhos pedidos e reclamações: tarifas de energia elétrica, a autorização de hidrelétricas e extração de minerais, destruição de cultivos vinculados a drogas sem alternativas de produção agrícola.

Lições aprendidas:

Existe a necessidade de envolver todos os atores no processo educativo para que: 1) os professores e professoras nas escolas atendam devidamente os meninos e meninas trabalhadores; 2) os pais e mães de família se interessem pelo rendimento escolar dos seus filhos e filhas e pelo seu bem-estar presente e futuro, sem pensar unicamente no curto prazo; 3) haja comprometimento dos meninos e meninas com as escolas para que se transformem em vigilantes, defendendo os seus direitos; 4) os conteúdos educativos levem em consideração as necessidades e interesses dos pais, respeitando a sua cosmovisão e não desvalorizando as suas crenças.

Próximos passos:

O projeto *Os Meus Direitos são Importantes* tem mostrado e demonstrado que o ensino dos direitos da infância constitui a coluna fundamental na retirada e na prevenção do trabalho infantil. Formar novas gerações, fornecendo-lhes o poder do conhecimento e a defesa dos seus direitos, é uma forma de garantir que estas pessoas não se deixarão manipular para o benefício de outros. Também é uma forma de construir a sociedade do século XXI, que procura eliminar a pobreza e abrir espaço para uma sociedade sem discriminação nem marginalização.

Os cinco grupos diferentes de atores (grupos organizados de professores e professoras, pais e mães, meninas e meninos, empregadores, líderes locais), envolvidos e comprometidos na defesa dos direitos da infância, são os principais protagonistas de uma ação coordenada, conjunta e sustentável. Tratar os temas com os pais e as mães, preparando-lhes para conhecerem os riscos de cada trabalho e dos direitos que são violados, é uma forma de prevenir e evitar que estas crianças sejam expulsas de seus lares. Chega-se a decisões de mudanças de vida e de conduta que redundam num maior compromisso dos adultos no que diz respeito aos seus filhos, evitando que eles fujam dos seus lares para trabalhar.

Ambientes educativos amigáveis para crianças trabalhadoras

Período de implantação: Desde 2012

Onde: Guatemala

Foco: A educação no combate ao trabalho infantil nas comunidades indígenas.

Organização líder: Programas e Projetos de Desenvolvimento Integral (PRODI)

Website: prodiguatemala@gmail.com

Resultados: O rendimento acadêmico das crianças melhorou em 86%; a comunidade, os pais e mães se sensibilizaram a respeito da realidade social, cultural e educativa das crianças trabalhadoras; mapeamento das formas de trabalho mais frequentes realizadas por meninos e meninas; o desenvolvimento de uma estratégia de educação nas escolas rurais beneficiou as crianças trabalhadoras nos seguintes aspectos: a) aproveitamento do tempo de aprendizagem; b) uso de materiais educativos; c) processos de formação in situ; d) acompanhamento e monitoramento na sala de aula, na escola e na comunidade e e) empoderamento e encorajamento das crianças trabalhadoras por meio de diversos eventos comunitários e municipais; docentes e diretores se comprometem a trabalhar a favor da erradicação do trabalho infantil por meio da implementação da estratégia pedagógica e do projeto de melhoramento escolar.

Contexto e objetivo:

No contexto rural, de pobreza e pobreza extrema, a população infantil do grupo étnico Kaqchiquel, da região de Chimaltenango, Guatemala, cursa a educação primária (básica), totalizando 2.500 meninos e meninas. A experiência surgiu da necessidade de atender as crianças trabalhadoras com uma estratégia de trabalho educativo mediada de forma pedagógica, que promovesse a permanência dos meninos e meninas na escola. Essa estratégia é desenvolvida em escolas públicas, onde são trabalhados materiais educativos e realizadas oficinas de formação que propiciam a participação e o envolvimento da comunidade educativa, que se compromete a erradicar o trabalho infantil. Com a meta de tirar 10% dos 2.500 meninos e meninas da situação de exploração pelo trabalho infantil na zona rural da região de Chimaltenango, foi concebida uma metodologia que permite que as crianças trabalhadoras permaneçam na escola e concluam o ensino básico. Até o presente momento, conseguiu-se que 86% das crianças permanecessem na escola. O objetivo é envolver e fazer com que a comunidade educativa participe e assuma um compromisso com a erra-

dicação do trabalho infantil, por meio dos agentes educacionais e dos agentes sociais das comunidades atendidas.

Metodologia:

A iniciativa se desenvolveu nas seguintes dimensões:

- a) Meninos e meninas foram capacitados em diversos temas por meio de oficinas, fóruns, diálogos municipais, eventos artísticos, culturais, sociais e acadêmicos. Também foram abertos espaços para a participação em estações de rádio comunitárias e na mídia local, para que essas crianças expusessem suas expectativas de vida;
- b) Pais e mães foram capacitados em temas relativos aos direitos da infância, trabalho infantil e estratégias de atenção em nível comunitário, para contribuir para sua erradicação. Além disso, as crianças receberam materiais educativos, culturais, esportivos, de higiene e outros, que beneficiarão o seu processo de formação;
- c) Os docentes receberam material educativo e participaram de uma série de oficinas que lhes permitiu a apropriação da estratégia pedagógica e das metodologias de aprendizagem;
- d) Conjuntamente com os diretores, foram trabalhadas estratégias para desenvolver o Projeto Educativo de Melhoramento focado na promoção e sensibilização, para contribuir para a erradicação do trabalho infantil;
- e) Foram projetadas e fornecidas unidades de aprendizagem mediadas para nivelção e reforço escolar, bem como uma série de ferramentas que permite às crianças melhorarem seu aprendizado e passar de ano;
- f) As crianças que trabalham foram atendidas por tutores que apoiaram os processos de nivelção e reforço escolar usando os materiais elaborados.

A metodologia adotada é a ERCA, que permite à comunidade educativa adquirir novos conhecimentos partindo das experiências e reflexões realizadas em torno de questões que afetam as crianças trabalhadoras. Após esse processo se proporcionam espaços para a aplicação do conhecimento no âmbito familiar, escolar e comunitário. Além desses, são adequados espaços para a aplicação das estratégias e o desenvolvimento das atividades conduzidas especialmente pelas crianças trabalhadoras.

Conjuntamente com as crianças, são desenvolvidos processos de aprendizagem baseados nas seguintes fases e processos: a) preparação (como um processo permanente e oportuno

que facilita a aquisição de novos conhecimentos), b) desenvolvimento de conteúdos relacionados à base curricular nacional, c) aplicação prática dos conteúdos transmitidos, d) apropriação do que foi ensinado por meio de atividades lúdicas, práticas, culturais e sociais e f) processos de avaliação desenvolvidos de forma bimensal que permitem a identificação do alcance das competências para as áreas curriculares.

As equipes técnicas de campo realizam visitas constantes às comunidades e às escolas, ocasião em que aplicam os instrumentos de monitoramento criados pela Fundación Telefónica. Esses instrumentos são aplicados aos pais, crianças, docentes, diretores e comunidade em geral. Os dados obtidos são inseridos no sistema e processados para assim avaliar o desenvolvimento do Programa e acompanhá-lo oportunamente a cada mês, trimestre e fim de ano.

Desafios:

Entre outros, a sensibilização sobre as consequências negativas do trabalho infantil, a formação do corpo docente em estratégias pedagógicas que facilitam o atendimento de meninas trabalhadoras e a gestão de projetos dirigidos à infância por parte dos Conselhos Educativos e dos Conselhos de Desenvolvimento e outras autoridades locais.

Lições aprendidas:

As lições aprendidas foram:

a) a importância de se trabalhar de forma integrada com os atores sociais e os agentes educacionais; b) os processos de formação dirigidos à família, à escola e à comunidade; c) os processos de atendimento direto às crianças trabalhadoras por meio de bolsas, que lhes permitem permanecer na escola; d) a participação e o envolvimento dos atores sociais e dos agentes educacionais, sobretudo porque assim se empoderam do trabalho através do programa de formação, o que assegura a apropriação dos processos e, portanto, sua sustentabilidade.

Próximos passos:

O programa ataca a raiz do problema ao buscar produzir mudanças no sistema educacional e propicia a aplicação da reforma educacional na sala de aula por meio da estratégia pedagógica: formação, materiais mediados, recursos e enfoques de trabalho na sala de aula.



PANAMÁ

Programa de Ação Direta de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil voltado especificamente para as crianças indígenas

Período de implantação: Desde 2011

Onde: Panamá

Foco: Políticas integradas para o atendimento de famílias, meninos e meninas indígenas envolvidos com o trabalho infantil.

Organização líder: *Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral* (Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento Profissional, MITRADEL)

Website: <http://www.mitradel.gob.pa/>

Resultados: Até o presente momento, a iniciativa tem 1.873 beneficiários diretos, incluindo de pais, mães, responsáveis e meninas e adolescentes até autoridades tradicionais, autoridades locais, membros da comunidade e educadores.

Contexto e objetivo:

De acordo com o censo de 2010, a população infantil de 5 a 17 anos é de 901.066 em todo o país. Desse total, 146.391 são meninos, meninas e adolescentes indígenas. O flagelo do trabalho infantil entre meninos, meninas e adolescentes pertencentes a povos indígenas tem sua causa nos costumes e tradições frequentemente citados para legitimar a exploração infantil. A Pesquisa sobre Trabalho Infantil 2012 constatou que nos territórios indígenas há uma grande concentração de crianças e adolescentes trabalhadores: do total de 13.646 indivíduos, registra-se uma taxa percentual de ocorrência de 16.4%.

As crianças e os adolescentes indígenas se dedicam especificamente ao trabalho agrícola, em atividades como o plantio, a colheita e a comercialização da produção, a pesca, a pecuária, a caça e a silvicultura, bem como a atividades florestais, iniciando nestas atividades a partir dos cinco anos. Em sua maioria, as meninas se dedicam ao trabalho doméstico na casa de terceiros. As crianças indígenas muitas vezes se transformam em mão de obra para contribuir para a sobrevivência familiar, quando as famílias têm que emigrar de suas comunidades de origem, deixando para trás processos formativos, tradições e formas de vida específicas.

O Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento Profissional (MITRADEL) propôs como estratégia “Promover, em todo o nosso país, programas de ação direta para a erradicação do trabalho infantil e adolescente nas áreas mais sensíveis e de maior incidência do trabalho infantil perigoso”. Assim, com o objetivo de mitigar a situação do trabalho infantil nesses territórios, o MITRADEL, por meio da Direção Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador (DIRETIPPAT), vem realizando desde 2011 ações de intervenção direta em prol da população indígena infantil em situação de trabalho infantil, por meio de planos e programas de proteção sociais direcionados a crianças, adolescentes e suas famílias, conforme acordado na Agenda Hemisférica de Trabalho Decente, na XVI Reunião Regional Americana da OIT, em 2006, na cidade de Brasília: Erradicar o Trabalho Infantil Perigoso até 2015 e Abolir toda forma de Trabalho Infantil até 2020. A iniciativa Programa de Ação Direta (PAD) tem por objetivo contribuir para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, criando um espaço onde crianças e adolescentes encontrem apoio acadêmico e psicossocial que promova a transformação dos padrões culturais que legitimam sua condição de trabalhadores.

Metodologia:

O Programa de Ação Direta (PAD) é conduzido pela Direção de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção à Pessoa Adolescente Trabalhadora (DIRETIPPAT), consistindo na prestação

de serviços integrais a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Entre os serviços prestados, incluem-se reforço escolar, apoio familiar e social, capacitação profissional para os pais, mães e/ou responsáveis, atividades lúdicas (esportivas) e bolsas escolares. Atualmente, o programa é executado em todo o país. O Programa tem a seguinte estratégia para atingir seus objetivos:

- » Passo 1: Conscientização e capacitação das comunidades e autoridades locais.
- » Passo 2: Retirada de meninos, meninas e adolescentes em situação de trabalho infantil ou em risco de trabalho.
- » Passo 3: Oferece vigilância e fiscalização da legislação em matéria de trabalho infantil (fiscais de trabalho).
- » Passo 4: Presta atenção preventiva de saúde.
- » Passo 5: Garante a reinserção e a permanência no sistema de ensino.

Para atingir seus objetivos, foram estabelecidas parcerias com entidades públicas e privadas, o que foi fundamental para a prestação de serviços adicionais ao de reforço escolar. Os pais dos menores de idade incluídos no PAD receberam capacitação profissional. Além disso, em coordenação com organizações não governamentais como a *Fundación Telefónica*, através do programa *Proniño*, a *Fundación para el Desarrollo Sostenible* (FUNDESPA), a *Casa Esperanza*, a *Fundación Fe y Alegría* e o *Instituto de Desarrollo Para la Infancia y la Mujer* (IDEMI), foram assinadas parcerias para abordar e atender a problemática do trabalho infantil.

Desafios:

- » Incidir nas políticas públicas de atenção aos povos indígenas, particularmente às crianças indígenas trabalhadoras;
- » Realizar atividades de apoio direto em comunidades com alta incidência de trabalho infantil, a fim de:
 - ▶ Melhorar a qualidade e o acesso aos serviços de ensino básico;
 - ▶ Melhorar a qualidade e o acesso aos serviços de saúde;
 - ▶ Promover a geração de renda para os pais de família indígenas, dentro de suas comunidades e com base no potencial natural e cultural tangível e intangível desses povos.

- » Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da educação e sobre o trabalho infantil como um obstáculo para o desenvolvimento pleno das crianças indígenas, dirigidas a autoridades, congressos, organizações e comunidades indígenas em geral;
- » Formalizar o PAD nos idiomas indígenas reconhecidos pelo Estado panamenho;
- » Sistematizar a experiência.

Lições aprendidas:

A iniciativa vem sendo implementada como parte das políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Além do trabalho em equipes interdisciplinares e da articulação com organismos internacionais por meio de cooperação técnica, a iniciativa permite o desenvolvimento de iniciativas concretas de intervenção nas áreas onde as crianças se encontram em risco ou em situação de trabalho infantil. O PAD atende crianças e adolescentes, suas famílias e a comunidade com uma abordagem integral e replicável em qualquer área geográfica.

Próximos passos:

As ações de cinco instituições governamentais que direta ou indiretamente auxiliam no desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, zelando pelo desenvolvimento e crescimento da população mais vulnerável que vive nos territórios indígenas, são sustentáveis, graças ao orçamento destinado pelo Estado a cada uma para a execução do Programa de Ação Direta, de acordo com seu grau de participação. Isso possibilitou a realização de um diagnóstico participativo fundamental para a execução de estratégias voltadas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, bem como a coordenação com as autoridades locais e tradicionais de maneira a garantir a integração local com o objetivo de erradicar o trabalho infantil, sobretudo suas piores formas.

Em igual medida, a possibilidade de intervir nos territórios indígenas foi da maior importância, mesmo sem contar com a tradução do PAD a nenhum dos idiomas aprovados pelo Estado: *kuna*, *ngäbe*, *buglé*, *emberá*, *wounaan*, *naso* e *teribe*. Conta-se com um banco de dados sistematizado de crianças e adolescentes trabalhadores e/ou em condição de risco social, por província, distrito, escola, idade e escolaridade, entre outros indicadores de importância que refletem as características da população.



PARAGUAI

Modelo de intervenção sobre o Trabalho Infantil para indígenas Guaraní *Mbya*

Período de implantação: 2011 - 2013

Onde: Paraguai

Foco: Proteção integral das famílias e crianças indígenas vulneráveis ao trabalho infantil.

Organização líder: Instituto Ecuménico de Promoción Social (Oguasu)

Resultados: 90 crianças e adolescentes indígenas trabalhadores com suas famílias reintegradas nas comunidades de origem, provenientes das comunidades de *Pindo 'i*, *Ñembiarä*, *Ypa 'u Señorita*, *Mbarigui* e *Ka 'atymi*; 76 adolescentes indígenas capacitados em direitos do trabalhador e frequentando regularmente a escola; 114 crianças e adolescentes com capacidades fortalecidas para a expressão criativa, com uma abordagem e identidade cultural; sete adolescentes indígenas reinseridos em trabalhos permitidos.

Contexto e objetivo:

A presença de famílias indígenas mendigando nas ruas começou a ser observada por volta de 2001, concomitantemente com o salto quantitativo experimentado pela expansão da sojicultura quando da introdução da tecnologia de sementes transgênicas e a crise econômica dessa época, que alastrou a pobreza e a miséria no país. Desde então, quando sua presença nas ruas começou como ondas passageiras, o fenômeno se expandiu e se tornou permanente. As crianças e os adolescentes indígenas geralmente não estão sozinhos, mas acompanhados de suas respectivas famílias. As crianças e adolescentes acompanham seus pais no *mba' é jerué*, que significa pedir coisas ou coletar, e no *poreka*, que significa mendigar na linguagem das ruas, nas esquinas dos semáforos e, em menor medida, de casa em casa. Nos casos mais extremos, também são utilizados pelos maiores no microtráfico de entorpecentes e outros crimes.

Dos indígenas encontrados nos espaços públicos urbanos, 98% são do povo *Mbya*, majoritariamente provenientes das comunidades do departamento de Caaguazú,¹ embora também sejam encontrados na rua e assentamentos urbanos famílias que procedem dos departamentos de Guairá, Caazapá, San Pedro e Canindeyú. A problemática da expulsão se baseia principalmente nos conflitos internos e na escassez de alimentos nas comunidades, o que leva as famílias a abandonarem seus grupos. Isso tem como causas a destruição ambiental dos antigos territórios dos *Mbya*: a privatização das terras, o desmatamento em grande escala, a expansão da agricultura intensiva em capital, a contaminação dos recursos naturais, o abandono e falta de proteção do Estado.

As causas da expulsão variam de acordo com a região: As famílias cujas comunidades de origem se situam no departamento de Guairá procedem das áreas de mineração, de onde são expulsas em decorrência da apropriação das terras onde são estabelecidas as minas. As provenientes do departamento de Caazapá geralmente migram por problemas de liderança gerados pelo arrendamento de terras com o avanço da agricultura mecanizada e o comércio legal de madeira. Os casos dos departamentos de Caaguazú, San Pedro e Canindeyú enfrentam quase todos os mesmos problemas causados pelo desmatamento, o avanço da sojicultura mecanizada, a pulverização da lavoura e a contaminação das águas, o desaparecimento das fontes de alimentos, a dificuldade para o cultivo agrícola de subsistência e os conflitos internos gerados pelo arrendamento de suas terras e a venda de madeira. Também se observa que a várias comunidades, especialmente do departamento de Caaguazú, só lhes restaram as piores terras, o que dificulta o cultivo e as possibilidades de sobrevivência.

¹ Projeto *Tapyi rekavo*, Rua Escola.

O abandono das comunidades indígenas e, em geral, do setor indígena pelo Estado é uma das principais causas da exclusão e discriminação sofrida por essa população. Historicamente, o Estado esteve ausente ou foi cúmplice da destruição e alienação dos territórios tradicionais indígenas para aqueles que eram considerados “intrusos”.

No departamento de Caaguazú há 61 comunidades e três aldeias, em sua maioria localizada na zona rural. Algumas comunidades estão instaladas na zona urbana da capital do departamento, Coronel Oviedo, e próximas à cidade de Caaguazú. Quase todas essas comunidades pertencem às etnias *Mbyá* Guaraní. Muitas dessas comunidades se encontram organizadas em cinco Associações *Mbya*. Seu grau de organização ainda é incipiente, apresentando diversos níveis de consolidação. Em 2011, essas organizações iniciaram um diálogo no âmbito da *Coordinadora de Organizaciones Indígenas del Pueblo Mbyá* (Coordenadora de Organizações Indígenas do Povo *Mbyá*).

Uma situação preocupante, citada por líderes *Mbya*, é que a oferta de trabalho para os mais jovens² costuma se restringir a atividades que, no curto ou no longo prazo, podem afetar a saúde dos trabalhadores (por exemplo, serem usados como “bandeiras humanas” para delimitar a área a ser pulverizada na lavoura, ou na limpeza manual – sem proteção – das ervas daninhas que não foram eliminadas pelos herbicidas). Também é sabida a existência de um grupo de adolescentes, sobretudo do sexo masculino, contratados por “menonitas” para realizar trabalhos de fumigação de animais e das lavouras nos seus estabelecimentos. Esse trabalho remunerado é extremamente perigoso porque os herbicidas utilizados são extremamente tóxicos e a fumigação é feita sem nenhum equipamento de proteção individual, além do que não são levados em conta sua idade nem as exigências legais para contratação de adolescentes.

Metodologia:

A iniciativa foi implementada em seis comunidades que integram a Associação Indígena *Mbya* Ñoguero 'i Pave 'i (AIÑP) e em uma comunidade associada que não integra a associação. A abordagem em cada uma dessas comunidades é semelhante, porém com algumas características que as diferenciam. A iniciativa se desenvolve com um tratamento da comunidade para a rua, através do esforço direcionado ao fortalecimento do grupo, o que é um aspecto fundamental da organização indígena. Inicialmente, foi realizado em cada comunidade um “diagnostico social, espiritual, de saúde e educação” a fim de entender a problemática. No

² Na cultura *Mbya*, meninos e meninas são considerados jovens a partir da idade fértil.

processo participativo, a cada 8 ou 15 dias eram realizadas reuniões comunitárias em cada comunidade, assim como reuniões mensais para a tomada de decisões e de planejamento e reuniões bimensais com delegados das comunidades para acompanhar e avaliar o processo. A iniciativa tem como sujeito a família reinserida, no caso de crianças encontradas sem família, procede-se a buscar uma família adotiva. Num primeiro momento, a criança fica na casa do cacique e, caso outra família não seja encontrada, cabe ao cacique adotá-la.

Todos os componentes são conduzidos pela AIÑP com o apoio de OGUASU, quais sejam:

- » Trabalho na Comunidade: Neste componente foi conduzida uma consulta prévia e quatro “diagnósticos” a fim de compreender a situação das crianças e adolescentes, das famílias migrantes e da comunidade, a fim de definir as causas da saída do grupo a partir de uma visão integral. Os trabalhos consideraram os seguintes atores comunitários: líder político (cacique), líder religioso, promotores de saúde e docentes.
- » Contato na Rua: Realização de estudo junto às famílias que saíram da comunidade por meio de um levantamento da sua situação de rua e uma avaliação conjunta dos motivos que as fizeram abandonar o grupo: conflitos de liderança, conflitos econômicos (arrendamento de terra, venda de madeira etc.), necessidades de alimentação. Quando tais conflitos são muito graves e envolvem o uso de violência, muitas das famílias decidem se inserir em outra comunidade, diferente da de origem. Para tanto, é fundamental a sinergia e o trabalho conjunto com todas as comunidades com potencial para acolher as famílias reinseridas.
- » Acompanhamento dos reinseridos na Comunidade: A decisão de reinserir as famílias na comunidade deve ser tomada e assumida por todos os membros do grupo, deve ser coletiva e considerada como tal. Essa decisão envolve o seguinte processo:
 - a) Reuniões gerais na comunidade de preparação para a decisão sobre a reincorporação das famílias que vivem em situação de rua. Essas reuniões ocorrem em todas as instâncias.
 - b) Previsão da infraestrutura para alojar as famílias que retornam:
 - i. Família para acolhimento: caso não tenham família;
 - ii. Casa nova quando não tiver: se a família não tiver casa, será construída uma de maneira comunitária;
 - iii. Casa de antes: se a família teve casa antes de se mudar, é para ela que retorna.

- c) Trabalho de reincorporação, realizado de acordo com os quatro “diagnósticos” iniciais da/s família/s e da comunidade, com a participação dos diferentes atores.
- » Trabalho preventivo nas comunidades: O trabalho preventivo é realizado com a participação da comunidade em:
 - ▶ Reuniões mensais nas comunidades para conscientização das famílias sobre os riscos de sair para viver em situação de rua;
 - ▶ Capacitação em questões referentes à: saúde, agropecuária, fortalecimento da organização comunitária, educação, direitos;
 - ▶ Capacitação técnica;
 - ▶ Programação de rádio intitulada *Mbya Ayvu*, conduzida pelos próprios indígenas na língua *Mbya*;
 - ▶ Centro de Capacitação Indígena de *Mbarigui*, seguindo o modelo de escola agrícola.
- » Atendimento nos casos de adolescentes em situação de trabalho perigoso, com a reinserção dos trabalhadores de rua, a melhoria das condições de trabalho perigoso até atingir uma condição de trabalho permitido, sensibilização junto à organização Menonita e assessoramento legal para os trabalhadores.

Desafios:

Traçar a ação de acordo com o estabelecido nas Convenções 169, 138 e 182 da OIT; que toda a ação seja traçada e implementada com base nas indicações dos líderes indígenas; deixar de lado a cultura ocidental de combate ao trabalho infantil e confiar em que a solução para os problemas indígenas devem vir dos próprios indígenas, respeitando a sua cultura.

Próximos passos:

A sustentabilidade do modelo reside em que todo o processo, do início ao fim, foi realizado a partir da perspectiva indígena *Mbya*, com os recursos da comunidade indígena *Mbya* e, além disso, os projetos produtivos são concebidos pelas diferentes comunidades.



Intercâmbio entre comunidades indígenas do Chaco Central e a Central Unitária de Trabalhadores Autêntica contra o trabalho infantil e o trabalho escravo

Período de implantação: Desde 2010

Onde: Paraguai

Foco: Pesquisa participativa e mobilização social das comunidades tradicionais contra a exploração da mão de obra.

Organização líder: *Central de Trabajadores Unitaria Auténtica* (Central de Trabalhadores Unitária Autêntica, CUT-A)

Website: <http://cutautentica.org.py/>

Resultados: Esta iniciativa envolveu seis povos, 75 comunidades e quase 20.000 pessoas; fortaleceu a parceria institucional entre povos indígenas e a organização de trabalhadores; 40 membros e líderes do Conselho de Povos Indígenas participaram ativamente dos *Seminarios de Seguimiento de la Hoja de Ruta sobre Trabajo Forzoso en Comunidades Indígenas en el Chaco Paraguayo* (Seminários de Acompanhamento do Roteiro sobre Trabalho Forçado em Comunidades Indígenas do Chaco Paraguai), entre novembro de 2011 e 2012, realizados pela CSI-CSA; foram criados espaços de organização e autogestão comunitária; pela primeira vez, foram implantados cursos de capacitação profissional formulados exclusivamente para comunidades indígenas, nas seguintes áreas: panificação e confeitaria (comunidade Guaraní de Macharet, 35 participantes), mestre de obras (Comunidade Nivacle de Filadelfia, 25 participantes), conserto de motocicletas (Povos do Conselho, 30 participantes), inseminação artificial bovina (Povos do Conselho, 35 participantes); denúncia à Comissão de Especialistas da OIT sobre as Convenções 29 e 135 (trabalho escravo) apresentada pela CUT-A;

Contexto e objetivo:

Denúncias feitas à OIT sobre população indígena submetida a trabalho escravo no Chaco paraguaio, em fazendas de pecuária, chamaram a atenção pública. Com a iniciativa, o objetivo da CUT-A foi promover uma aproximação entre as organizações indígenas do Chaco Central e fortalecer os espaços de diálogo para a defesa de seus direitos, particularmente no que se refere a erradicação do trabalho escravo entre crianças e adultos. A experiência busca implementar um processo harmônico de socialização e o reconhecimento das organizações indígenas do Chaco paraguaio, reafirmando os valores originários de seus povos, promovendo o diálogo efetivo entre as contrapartes e visibilizando a importância

da dimensão cultural para o desenvolvimento de suas comunidades. Com esse objetivo, foi implementada a metodologia denominada “*encuentro de saberes*” (encontro de saberes), a fim de promover uma maior aproximação das organizações indígenas do Chaco e identificar as necessidades primordiais dos habitantes dessas comunidades da região do Chaco Central paraguaio.

O programa também está direcionado ao fortalecimento da sensibilização e da mobilização da consciência social, gerando oportunidades de discussão e diálogos interculturais através de pesquisas, oficinas e campanhas de comunicação educativas. Para tanto, o programa contemplou o fortalecimento dos mecanismos de organização comunitária a fim de otimizar sua incidência quanto à busca de espaços de diálogo para promover direitos internacionalmente reconhecidos, especialmente os consagrados nas Convenções 29, 105, 138, 169 e 182 da OIT.

Outro objetivo foi elaborar junto com as organizações envolvidas projetos de capacitação em organização e gestão, para que as comunidades pudessem encaminhar seus problemas, especialmente os relativos a crianças e adolescentes, às instâncias correspondentes.

Metodologia:

Nesse sentido, a Central Unitária de Trabalhadores Autêntica (CUT-A) iniciou um processo de aproximação e consulta com os líderes e representantes das organizações indígenas do Chaco, com o objetivo de iniciar um processo de acompanhamento e apoio às ações por elas realizadas.

O processo de consulta e acompanhamento se dividiu em três etapas:

1. Uma primeira etapa, com a realização dos primeiros encontros em Assunção, dos quais participaram líderes, mulheres líderes e o Conselho, por meio de seu coordenador. Para o Conselho de Povos essa era uma situação única, por ser a primeira vez que trabalhavam com uma Organização Sindical.
2. Numa segunda etapa, a CUT-A começou a fazer uma aproximação e a manter conversas com o Conselho de Povos indígenas do Chaco, para recomendar uma proposta de trabalho conjunto e compartilhamento.
3. Posteriormente, teve início uma etapa de consulta junto aos diferentes representantes das organizações no Chaco, para determinar quais eram as ações mais necessárias para suas comunidades.

Desafios:

O principal desafio foi construir a confiança entre a organização sindical e a organização indígena. A desconfiança foi superada com ambas as organizações apresentando como era sua natureza, identificando aspectos em comum.

Lições aprendidas:

Para os indígenas foi fundamental entender que as Centrais Sindicais não são ONGs que buscam lucrar às custas das misérias vividas pelos indígenas no Chaco. Também foi fundamental trabalhar com uma abordagem de construção e conhecimento mútuo. Não posicionar os trabalhadores como sendo melhores que os indígenas. O relacionamento se deu em condições de igualdade. Buscamos um intercâmbio de saberes mútuo.

Próximos passos:

A confiança construída entre as organizações de povos indígenas e a central sindical, bem como os espaços de diálogo criados e a maior consciência gerada em torno do problema do trabalho escravo, inclusive a denúncia feita à OIT, são fatores que levam a crer que a experiência terá sustentação e seguirá adiante.

EM COLABORAÇÃO COM



ORGANIZADO POR

Ministério das
Relações Exteriores

Ministério do
Trabalho e Emprego

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



PATROCINADO POR



APOIO

